



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 693

Quarta-feira - 09 de Março de 2011

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Água Doce.....	1
Antônio Carlos	2
Arroio Trinta.....	4
Biguaçu	6
Braço do Trombudo	7
Caçador.....	12
Campos Novos.....	14
Canoinhas.....	19
Capinzal	21
Catanduvas.....	21
Chapadão do Lageado	22
Concórdia	22
Cordilheira Alta	25
Corupá	27
Forquilha.....	28
Fraiburgo.....	28
Garopaba.....	47
Garuva	52
Gaspar	53
Governador Celso Ramos	55
Guaramirim.....	55
Herval do Oeste	56
Imbituba	56
Irineópolis	58
Itapoá	58
Joaçaba.....	59
Lages	60
Lauro Muller	61
Luzerna	61
Massaranduba.....	74
Meleiro	79
Nova Trento.....	80
Novo Horizonte	85
Paial.....	89
Paulo Lopes	97
Pinheiro Preto	103
Porto Belo.....	105
Porto União.....	108
Rio do Sul.....	108
São Lourenço do Oeste.....	111
São Pedro de Alcântara.....	115
Schroeder	116
Turvo	127
Videira.....	131

Água Doce

PREFEITURA MUNICIPAL

Edital N° 003/2011

EDITAL N° 003/2011 - DE 03 DE MARÇO DE 2011

A Prefeitura Municipal, através da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte no uso de suas atribuições e considerando o disposto na seção III, artigos 29 e 30 da Lei Complementar nº 011/98 de 22 de setembro/98 e nº 022/02 de 26 de fevereiro/02 torna público, para conhecimento do Membro do Magistério Público Municipal, que a Secretaria da Educação, Cultura Esporte estará recebendo no período de 04.03.2011 a 21.03.2011, solicitação para a PROGRESSÃO POR NOVA TITULAÇÃO OU HABILITAÇÃO, por comprovação de Nova Titulação ou Habilitação Profissional, nos termos legais supracitados e normas deste Edital.

1. DOS REQUISITOS

1.1 Ser membro efetivo do Quadro do Magistério Público Municipal;

1.2 Ter nova titulação ou habilitação profissional correlata a área de ensino, atuação disciplina ou local de trabalho;

1.3 Estar em exercício em Unidade Escolar ou no órgão de Administração da Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esporte;

2. DA DOCUMENTAÇÃO

2.1 Requerimento devidamente assinado pelo candidato, acompanhado de:

a) Certificado ou Diploma do curso Superior de Licenciatura Plena ou certificado de Pós-Graduação a nível de Especialização;

b) Histórico Escolar correspondente ao curso frequentado;

3. DA ANÁLISE

3.1 A análise da solicitação para a Progressão por Nova Titulação ou Habilitação, de que trata o presente Edital, caberá a Secretaria da Educação, Cultura e Esporte.

3.2 A solicitação será indeferida quando não atender as disposições da Legislação Vigente e normas deste Edital

4. DA PUBLICAÇÃO

4.1 O Departamento Pessoal fará publicar, portaria concedendo a Progressão de que trata o presente Edital, bem como a listagem das solicitações indeferidas e dos motivos do indeferimento

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Antoninho Tibúrcio Gonçalves - Presidente • Edinando Brustolin - Diretor Executivo

Emerson Souto - Gerente de Tecnologias da Informação • Dantes Guilherme - Diagramador • Tales Tombini - Diagramador

Praça XV de novembro, 270 - Centro - 88010-400 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

5.DA RECONSIDERAÇÃO

5.1 A contar da data da publicação da listagem das solicitações indeferidas, o membro do magistério terá o prazo de 10(dez) dias, para solicitar reconsideração, devendo para tanto apresentar:

- a) requerimento devidamente assinado
- b) documento que justifique a solicitação de reconsideração

5.2 Caberá a Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, a análise do pedido de reconsideração, cujo resultado será publicado através de portaria pelo Departamento de Pessoal;

6.DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1 Serão aceitas para a solicitação da Progressão por Nova Titulação ou Habilitação, de que trata este Edital, as declarações de conclusão de cursos de Pedagogia e Pós-Graduação, quando estes tenham sido realizados em parceria com a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte ficando contudo, a expedição da Portaria concedendo o benefício, condicionado a apresentação do certificado ou diploma do respectivo curso, motivo da solicitação.

6.2 O membro do Magistério que na solicitação da Progressão, prestar declaração falsa ou apresentar documento adulterado, terá cancelado o ato dela decorrente, sem prejuízo de ação penal competente.

6.3 Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal da Educação, Cultura e esporte.

Água Doce, 03 de março de 2011
NELCI FÁTIMA TRENTO BORTOLINI
Prefeita Municipal

Antônio Carlos

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Nº 1.313/2011

LEI NO 1.313/2011

Autoriza o Chefe do Executivo Municipal a conceder subvenção social à MISSÃO NOVA VIDA e dá outras providências.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal, no uso das suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sancionou a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder Subvenção Social à Missão Nova Vida, para o ano de 2011, através do repasse de subvenção social no valor total de R\$7.000,00 (Sete Mil Reais), mediante parcela única.

Art. 2º A despesa decorrente da presente lei correrá por conta do orçamento de 2011.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Art. 4º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Antônio Carlos, 1º de março de 2011.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Lei Nº 1.314/2011

LEI NO 1.314/2011

Autoriza a conceder subvenção Social e dá outras providências.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal, no uso das suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sancionou a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder Subvenção Social a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE do município de Biguaçu, no valor de R\$24.600,00 (vinte e quatro mil e seiscentos reais), divididos em 04 (quatro) pagamentos de R\$6.150,00 (seis mil, cento e cinquenta reais).

Art. 2º As despesas resultantes do disposto no Artigo anterior, correrão por conta de dotações do Orçamento vigente para o corrente exercício.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Antônio Carlos, 01 de março de 2011.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

JUSTIFICATIVA DO PROJETO DE LEI N. 1379/2011

O Presente Projeto de Lei se justifica tendo em vista que cerca de 15 (quinze) crianças deste município freqüentam a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Biguaçu, usufruindo todos os benefícios e atendimentos por ela proporcionados.

Destarte, diante dos gastos com professores, materiais didáticos e manutenção com as crianças deste município, a instituição solicita a esta Prefeitura Municipal o repasse de recursos financeiros através de Subvenção Social por se tratar de uma Instituição sem fins lucrativos.

Ademais, foi aplicada a inflação do período ao valor repassado no ano de 2010, totalizando o valor em questão.

Assim, diante dos fatos apresentados, tornando-se imperiosa, necessária e justa a aprovação do presente Projeto de Lei.

Antônio Carlos, 01 de março de 2011.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Lei Nº 1.311/2011

LEI Nº 1.311/2011

Cria e disciplina o "Auxílio Desabrigados" e dá outras providências.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sancionei a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a conceder benefício eventual, em caráter excepcional e temporário, denominado "Auxílio Desabrigados", às famílias vítimas de enchentes e desmoronamentos, que estejam desabrigadas, em situação de vulnerabilidade temporária.

Art. 2º Compete Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social o cadastramento das famílias que terão direito ao "Auxílio Desabrigados", nos termos desta Lei.

Art. 3º O "Auxílio Desabrigados" previsto no art. 1º desta Lei consiste em benefício correspondente ao pagamento mensal no valor de R\$400,00 (Quatrocentos reais) destinado exclusivamente para a locação de moradia para a família beneficiada.

§ 1º - Para os efeitos desta Lei o benefício corresponderá a um "Auxílio Desabrigados" para cada moradia atingida.

§ 2º - O "Auxílio Desabrigados" será pago por até 6 (seis) meses, podendo este prazo ser prorrogado, por igual período, desde que comprovada a necessidade de continuidade do benefício, através de Laudo emitido pela Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social e pelo COMDEC;

§3º - O "Auxílio Desabrigados" será automaticamente cancelado, a qualquer momento, se cessadas as causas que justificaram sua concessão, além das causas previstas no art. 8º desta Lei.

Art. 4º Constituem requisitos cumulativos para a concessão do "Auxílio Desabrigados":

I - que o imóvel de residência da família tenha sido total ou parcialmente destruído, apresente problemas estruturais graves, ou esteja situado em área sob risco iminente de desabamento ou desmoronamento, ensejando a sua interdição, desocupação ou demolição, comprovado por laudo do COMDEC e/ou da Defesa Civil do Estado de Santa Catarina;

II - que a família beneficiária resida no Município a pelo menos (03) três meses e se encontre em situação de vulnerabilidade temporária, conforme Laudo emitido pela Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social e pelo COMDEC.

Art. 5º A Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social comunicará à família beneficiada sobre a concessão do benefício e o valor disponibilizado mensalmente a fim de que a mesma possa apresentar ao locador do imóvel.

Art. 6º A localização do imóvel, negociação do valor, contratação da locação e pagamento mensal ao locador será de responsabilidade do titular do benefício.

Art. 7º O Município não se responsabiliza por quaisquer ônus financeiro ou legal em relação ao locador, em caso de inadimplência ou descumprimento de quaisquer cláusulas contratuais por parte da família beneficiária.

Art. 8º O pagamento do "Auxílio Desabrigados" cessará, a qualquer tempo e sem direito à qualquer restituição, indenização ou pagamento adicional, nas hipóteses de:

I - descumprimento dos requisitos e condições previstos nesta Lei;
II - saída da família beneficiada do Município;
III - Término da situação excepcional e emergencial que justificou a concessão do presente benefício;

Art. 9º Para atendimento das despesas decorrentes desta Lei fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no Orçamento vigente, um crédito adicional especial até o montante de R\$ 33.600,00 (trinta e três mil e seiscentos reais), na forma autorizada no art. 43, § 1º, inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 10 Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Antônio Carlos, 1º de março de 2011.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Lei Nº 1.312/2011

LEI Nº 1.312/2011.

"Altera Anexo de Metas do Plano Plurianual - PPA 2010/2013 e

Anexo de prioridades e Metas da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO para 2011."

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

ART. 1º O Anexo de Metas do PPA - 2010/2013, aprovado pela Lei Municipal nº 1230/2009, referente ao Programa 0006 - Promovendo a Igualdade e a Dignidade, fica acrescido da Ação nº 2040 - Auxílio Desabrigados, conforme Anexo I desta Lei.

ART. 2º O Anexo de Prioridades e Metas da LDO para 2011, aprovado pela Lei Municipal nº 1287/2010, referente ao Programa 0006 - Promovendo a Igualdade e a Dignidade, fica acrescido da Ação nº 2040 - Auxílio Desabrigados, conforme Anexo II desta Lei.

ART. 3º A nova Ação incluída no PPA 2010/2013 e na LDO para 2011, correrá por conta de recursos do superávit financeiro de exercício anterior.

ART. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

ART. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

ART. 6º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Antônio Carlos, em 1º de março de 2011.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 162/2011

PORTARIA Nº 162/2011

Concede Férias a servidor.

GERALDO PAULI - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, FERIAS, por 30 dias, a servidora ANA MARCIA SILVEIRA SCHMITZ, ocupante do Cargo temporario de ENFERMEIRO, a partir de 10 de Março de 2011, relativo ao periodo aquisitivo de 26/07/2009 a 25/07/2010.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 04 de Março de 2011.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, na Secretaria Municipal, em 04 de Março de 2011.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

Portaria Nº 163/2011

PORTARIA Nº 163/2011

Concede Férias a servidor.

GERALDO PAULI - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, FERIAS, por 30 dias, a servidor RAFAEL GUESSER, ocupante do Cargo efetivo de INSEMINADOR, a partir de 10 de Março de 2011, relativo ao periodo aquisitivo de 15/04/2007 a 14/04/2008.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 04 de Março de 2011.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, na Secretaria Municipal, em 04 de Março de 2011.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

Extrato de Dispensa de Licitação N.º 045/2011 EXTRATO DE DISPENSA DE LICITACAO N.º 045/2011

Nº. Processo: 045/2011. Objeto: Contratação de empresa especializada para a execução de recuperação do telhado do ginásio de esporte verde vale, da Secretaria de Esporte e Turismo do Município de Antonio Carlos. Gilberto Bertoldo Elias. Ratificação em 03/03/2011. Rudinei Goedert. Presidente da Comissão de Licitação. Valor: R\$ 7.107,64. Contratada: Luiz Fabiano Silveira.

Antônio Carlos, 03 de Março de 2011.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Arroio Trinta

PREFEITURA MUNICIPAL

ANULAÇÃO - Licitação AVISO DE ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO

O Município de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que está ANULANDO licitação, conforme descrição abaixo:

Modalidade: Tomada de Preços nº 0004/2011.

Tipo: Menor preço global.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE 03(TRÊS) MEGA DE LINK DEDICADO DE INTERNET E INTRANET VIA FIBRA ÓTICA DIRETO NO SERVIDOR, INCLUINDO CONFIGURAÇÃO DO SERVIDOR, CONFIGURAÇÃO DE EQUIPAMENTOS, ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM SERVIDOR E INSTALAÇÃO DE ANTENAS. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE MICROS, SOFTWARES, IMPRESSORAS, MONITORES, ESTABILIZADORES, NOBREAKS E REDES.

Regimento: Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, consolidada.

Informações: As informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal, sito a Rua XV de Novembro, 26, de Segunda a Sexta feira, no horário normal de Expediente ou pelo fone/fax: (0xx 49) 35356000.

Arroio Trinta - SC, 04 de março de 2011.
CLAUDIO SPRÍCIGO
Prefeito Municipal

Decisão de Impugnação ao Edital Tomada de Preço Nº 0004/2011.

DECISÃO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL TOMADA DE PREÇO Nº 0004/2011.

Impugnação ao edital da licitação em epígrafe, proposta por BRASIL TELECOM S.A ("OI"), mediante protocolo datado de 02/03/2011, endereçado ao Presidente da Comissão Municipal de Licitações da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta.

1 - DA ADMISSIBILIDADE DO RECURSO

A doutrina aponta como pressuposto dessa espécie de recurso administrativo, cuja existência concreta deve ser preliminarmente aferida: a manifestação tempestividade, a inclusão de fundamentação e de pedido de reforma do instrumento convocatório.

A Lei nº 8666/93, em seu art. 41, §§ 1º e 2º, assim disciplinou:

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

§ 1º Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do art. 113.

§ 2º Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação em concorrência, a abertura dos envelopes com as propostas em convite, tomada de preços ou concurso, ou a realização de leilão, as falhas ou irregularidades que viciariam esse edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

Portanto, uma questão fundamental é saber quem é licitante, que se sujeita ao § 2º, e quem não é licitante, que se sujeita ao § 1º. No caso presente trata-se de Licitante.

Sujeita-se portanto ao prazo do § 2º aquele que tem interesse ou condições de participar da licitação, isto é, um licitante em potencial, ainda que, posteriormente não venha a participar.

Essa mesma redação está prevista no item 09 - subitem 09.1 - 09.2 e 09.3, do edital impugnado, que assevera:

09 - DOS RECURSOS

09.1 - Os recursos para impugnação deste edital deverão ser impetrados de acordo com os §§ 1º e 2º, do art. 41, da Lei nº 8.666/93.

09.2 - Os recursos contra qualquer ato procedimental da Comissão Permanente de Licitações, em quaisquer das fases do processo, deverão seguir as normas do art. 109, do mesmo diploma legal, citado no item anterior.

09.3 - Os recursos deverão ser dirigidos à Autoridade Superior, por intermédio da Comissão Permanente de Licitações, entregues no Protocolo Geral da Prefeitura.

Recebida a petição em 02/03/2011, ver-se, portanto, observado o prazo legal para protocolo da mesma, mostra-se, assim, tempestiva.

2 - DO MÉRITO DO RECURSO

Inicialmente o Impugnante pretende ver modificado descrevendo a necessidade de divisão do objeto - item 01 - do Instrumento Convocatório em lotes distintos, pois alega que poderá haver OFENSA AO PRINCÍPIO DA COMPETITIVIDADE E BUSCA DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA e que contraria a Lei nº 8666/93, art. 30, II, § 1º, I e § 5º.

RESPOSTA AO IMPUGNANTE: Entende a Administração Municipal, que não há necessidade de dividir o objeto, pois a empresa poderá fornecer os equipamentos e ao mesmo tempo prestar o serviço, como foi descrito no Edital. Não há restrição na participação, pois existem no mercado inúmeras empresas habilitadas para fornecimento do objeto que o Município almeja adquirir.

Prejudicial ao Município é contratar empresas diferentes para itens idênticos. A fiscalização e o acompanhamento dos serviços licitados são muito mais eficientes se forem realizados pela mesma empresa, se também fornece os equipamentos.

Recorre, ainda, alegando que o Edital não poderia prever preço Global, por não apresentar qualquer benefício para a administração pública, pois impede a participação da impugnante e de outras empresas interessadas que prestam serviços de comunicação de dados, mas que não comercializam equipamentos de informática.

O Licitante traz em seus argumentos, Jurisprudências e Doutrinas pertinente às alegações.

O Edital em seu anexo II descreve o objeto da seguinte forma:

ANEXO II
TOMADA DE PREÇOS Nº 0004/2011 - PMAT
PROPOSTA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE 03(TRÊS) MEGA DE LINK DEDICADO DE INTERNET E INTRANET VIA FIBRA ÓTICA DIRETO NO SERVIDOR, INCLUINDO CONFIGURAÇÃO DO SERVIDOR, CONFIGURAÇÃO DE EQUIPAMENTOS, ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM SERVIDOR E INSTALAÇÃO DE ANTENAS. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE MICROS, SOFTWARES, IMPRESSORAS, MONITORES, ESTABILIZADORES, NOBREAKS E REDES, CONFORME ESPECIFICAÇÃO ABAIXO:

ITEM	QUANT.	UN	DESCRIÇÃO	MARCA	V.UNIT.	V.TOTAL
01	10	MESES	CONTRATAÇÃO DE 0,5(MEIO) MEGA DE LINK DEDICADO DE INTERNET E INTRANET VIA FIBRA ÓTICA DIRETO NO SERVIDOR, INCLUINDO CONFIGURAÇÃO DO SERVIDOR, CONFIGURAÇÃO DE EQUIPAMENTOS, ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM SERVIDOR E INSTALAÇÃO DE ANTENAS NECESSÁRIAS PARA A UNIDADE DE SAÚDE CENTRAL.			
02	10	MESES	CONTRATAÇÃO DE 0,5(MEIO) MEGA DE LINK DEDICADO DE INTERNET E INTRANET VIA FIBRA ÓTICA DIRETO NO SERVIDOR, INCLUINDO CONFIGURAÇÃO DO SERVIDOR, CONFIGURAÇÃO DE EQUIPAMENTOS, ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM SERVIDOR E INSTALAÇÃO DE ANTENAS NECESSÁRIAS PARA A ESCOLA MUNICIPAL PROFª JACY FALCHETTI E PARA O CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL PROFª FABIANA NUNES POSSATO.			

03	10	MESES	CONTRATAÇÃO DE 2,0(DOIS) MEGA DE LINK DEDICADO DE INTERNET E INTRANET VIA FIBRA ÓTICA DIRETO NO SERVIDOR, INCLUINDO CONFIGURAÇÃO DO SERVIDOR, CONFIGURAÇÃO DE EQUIPAMENTOS, ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM SERVIDOR E INSTALAÇÃO DE ANTENAS NECESSÁRIAS PARA A PREFEITURA MUNICIPAL.			
04	10	MESES	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE MICROS, SOFTWARES, IMPRESSORAS, MONITORES, ESTABILIZADORES, NOBREAKS E REDES, DA UNIDADE DE SAÚDE CENTRAL.			
05	10	MESES	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE MICROS, SOFTWARES, IMPRESSORAS, MONITORES, ESTABILIZADORES, NOBREAKS E REDES, DA ESCOLA MUNICIPAL PROFª JACY FALCHETTI E CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PROFª FABIANA NUNES POSSATO.			
06	10	MESES	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE MICROS, SOFTWARES, IMPRESSORAS, MONITORES, ESTABILIZADORES, NOBREAKS E REDES, DA PREFEITURA MUNICIPAL.			

RESPOSTA AO IMPUGNANTE: idem, resposta anterior e acrescenta-se, que no presente caso, é perfeitamente legal e possível adoção do preço global. É evidente também, que não é intenção da administração municipal em restringir a participação de Licitantes, ao contrário, para o Município a competitividade é primordial e necessária. Portanto, a administração Municipal, fará alterações quando do lançamento de nova licitação.

Argumenta a Licitante, que o Prazo de Instalação, constante no instrumento convocatório - item 06.1, é exíguo dificultando a qualquer empresa a instalação dos equipamentos, sugerindo o prazo de 40 dias.

RESPOSTA AO IMPUGNANTE:

A exigências contida nos "itens 06.1 - do Edital Convocatório 004/2011, se fundamenta, na urgência em disponibilizar aos Órgãos da Prefeitura Municipal tal serviço principalmente na Unidade Central de Saúde e nas Escolas Municipais Professora Jacy Falchetti e Fabiana Nunes Possato, por tratar-se de setores primordiais da máquina administrativa.

Cabe salientar que por mais complexo que seja o objeto licitado, ele se caracteriza como atividade fim, atividade principal, das empresas que participarão do certame, sendo razoáveis, portanto, o prazo constante no "item 06.1 do Edital Tomada de Preços 004/2011, pois além do prazo constante no item citado a empresa que vier a ser declarada vencedora conta com outros prazos, do interstício publicação/abertura do Edital e contará ainda, com o

tempo que durar a sessão do Edital até a sua homologação final, contará também com os prazos editais, para preparar a logística de assinatura do contrato.

Proclama, também que não constam no Edital - Instrumento Convocatório - a previsão de Garantias à contratada em caso de inadimplência da contratante como também a Inexistência de previsão de reajuste anual dos valores contratados.

A minuta do contrato é apenas uma minuta e a revisão de valores é evidentemente necessária para manter o equilíbrio financeiro, portanto entende e concorda o Município a necessidade de fazer incluir no Edital a previsão de garantias à contratada, como também garantias a contratante, e da mesma forma qual índice que será adotado para revisão de valores.

Com relação aos documentos solicitados no item 04.2.14 e 04.2.15, alega a licitante que trata-se do mesmo documento.

RESPOSTA AO LICITANTE: Esta Comissão entende que está correta a interpretação da empresa BRASILTELECOM(OI), e se fará a exclusão de um dos itens.

3 - DA CONCLUSÃO

Em razão do exposto, DECIDE a CPL - Comissão Permanente de Licitações da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta pela anulação do edital da Tomada de Preço nº004/2011 e decidimos, ainda, que se o parecer da comissão pela anulação do Edital, for acatada pelo Prefeito deve esta ser divulgada da mesma forma em que se deu o texto original.

Sendo assim, e em atendimento aos princípios da LEGALIDADE, da ISONOMIA, do JULGAMENTO OBJETIVO e da FINALIDADE, CONHEÇO da IMPUGNAÇÃO interposta pela empresa BRASIL TELECOM S.A ("OI"), e no mérito, acato parcialmente a impugnação ora ofertada, sugerindo a administração o anulação da Licitação TOMADA DE PREÇOS 0004/2011, pela fundamentação supra transcrita.

Arroio Trinta - SC, 03 de março de 2011.

CESAR LUIZ ALTENHOFEN

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

1. De acordo.
2. Acolho a exposição exarada pelo Presidente da CPL da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta.
3. Julgar a presente IMPUGNAÇÃO parcialmente PROCEDENTE.
4. Comunique-se à impugnante a decisão tomada, bem como publique-se a mesma no site da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta.

CLAUDIO SPRICIGO

Prefeito Municipal

SANTO POSSATO

Advogado OAB/SC 19.045

Biguaçu

PREFEITURA MUNICIPAL

Resolução 01/2011

RESOLUÇÃO 001/2011

Trata da aprovação do Plano de Aplicação dos recursos do IGD - Índice de Gestão Descentralizado, da contratação em caráter temporário e para prestação de serviços com recursos do Piso

para o Centro de Referência Especializada de Assistência Social e da partilha de recursos proveniente do repasse da SST/FEAS/PM de Biguaçu/FMAS/Alta Complexidade/Custeio.

CONSIDERANDO,

- A Lei Ordinária n. 2376 de 23 de outubro de 2008.

- Ata da reunião n. de 22 de janeiro de 2011 contendo a deliberação da Plenária da Reunião Ordinária.

RESOLVE:

Art. 1º - APROVAR o Plano de Aplicação dos recursos provenientes do Índice de Gestão Descentralizada - IGD para 2011, de acordo com os eixos elencados abaixo:

01: Contratação de pessoal (prestação de serviços) para o recadastramento das famílias do Programa Bolsa família;

02: Capacitação para os funcionários do Programa Bolsa Família;

03: Qualificação Profissional para as famílias do Programa Bolsa Família, visando a geração de trabalho e de renda.

04: Aquisição de equipamentos de informática, eletrônicos e móveis para o Programa Bolsa Família;

Art. 2º - APROVAR a contratação de equipe multidisciplinar (prestação de serviços) para o Centro de Referência Especializada em Assistência Social com recursos do Piso

Art. 3º - APROVAR a partilha da transferência dos recursos para manutenção de ações continuadas definidas na NOB/SUAS - SST/FEAS/PM de Biguaçu/FMAS/Alta Complexidade/Custeio, realizado entre a Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação - Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS e o Município de Biguaçu através do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS cujo valor é de R\$44.800,00 (quarenta e quatro mil e oitocentos reais) mais a contrapartida do município de R\$711.200,00 (setecentos e onze mil e duzentos reais), para custeio, ficando assim definido:

1. R\$14.800,00 (Quatorze mil e oitocentos reais) para Casa Lar Municipal, mais R\$3.700,00 (três mil e setecentos reais) de contrapartida do município;
2. R\$15.000,00 (quinze mil reais) para a organização da sociedade civil Casa Lar Vovó Sebastiana, mais R\$3.750,00 (três mil setecentos e cinquenta reais) de contrapartida do município de Biguaçu;
3. R\$15.000,00 (quinze mil reais) para a organização da sociedade civil Sociedade Assistencial e de Promoção Social Lar Anjo Querido, mais R\$3.750,00 (três mil setecentos e cinquenta reais) de contrapartida do município de Biguaçu;

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor a partir da data de publicação. Revogadas as disposições em contrário.

ANA PAULA MEDEIROS E SILVA VICENTE

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Biguaçu, 02 de março de 2011.

Braço do Trombudo

PREFEITURA MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Ata de Registro de Preço 8/2011

Página: 1/5

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2011

Número do Registro de Preços: 8/2011

Data do Registro: 17/02/2011

Válido até: 17/02/2012

Objeto da Compra: Aquisição de materiais elétrico e serviço de mão de obra elétrico

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Fio flexível 1,5mm (6774)	M	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	corfio	0	0,6500	1
2	Fio flexível 2,5mm (6775)	M	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	corfio	0	0,8500	1
3	Fio flexível 4,0mm (6776)	M	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	corfio	0	1,5000	1
4	Fio flexível 6,0mm (6777)	M	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	corfio	0	2,2000	1
5	Fio flexível 10,0mm (6778)	M	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	corfio	0	4,0000	1
6	Cordão paralelo 2x1,5 (6779)	M	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	corfio	0	1,2000	1
7	Cordão paralelo 2x2,5 (6780)	M	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	corfio	0	1,8000	1
8	Cabo de rede RJ 45 (6781)	M	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	furukawa	0	1,4000	1
9	Lâmpada fluorescente 20 wts (6782)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	osram	0	4,5000	1
10	Lâmpada fluorescente 40 wts (6783)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	osram	0	4,5000	1
11	Starter 20 wts (6784)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	taschibra	0	1,0000	1
12	Starter 40 wts (6785)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	taschibra	0	1,0000	1
13	Lâmpada econômica 26 wts (6786)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	g light	0	12,0000	1
14	Lâmpada incandescente 100 wts (6787)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	empalux	0	3,0000	1
15	Lâmpada mista 160 wts (6788)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	empalux	0	10,5000	1
16	Lâmpada mista 250 wts (6789)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	empalux	0	17,5000	1
17	Lâmpada vapor mercurio 400 wts (6790)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	empalux	0	28,0000	1
18	Reator convencional 20 wts (6791)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	rcg	0	11,0000	1
19	Reator convencional 40 wts (6792)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	rcg	0	11,0000	1
20	Reator eletrônico 20wts (6793)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	rcg	0	18,0000	1
21	Reator eletrônico 40wts (6794)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	rcg	0	18,0000	1
22	Reator eletrônico 2x20 wts (6795)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	rcg	0	20,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 2/5

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2011**Número do Registro de Preços: 8/2011****Data do Registro: 17/02/2011****Válido até: 17/02/2012****Objeto da Compra:** Aquisição de materiais elétrico e serviço de mão de obra elétrico

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
23	Reator eletrônico 2x40 wts (6796)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	rcg	0	24,0000	1
24	Tomada universal sistema X (6797)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mec tronic	0	6,0000	1
25	Canaleta 20x40 2,20mts (6799)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	tigre	0	3,5000	1
26	Disjuntor nema 15/20/30 amp (6800)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	soprano	0	8,0000	1
27	Disjuntor dim 10/16/25/32 amp (6801)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	soprano	0	9,0000	1
28	Disjuntor nema 35/40/50 amp (6802)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	soprano	0	13,0000	1
29	Soquete fixo (6803)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mec tronic	0	2,5000	1
30	Soquete pendente (6804)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mec tronic	0	2,5000	1
31	Poste padronizado 7 mts (6805)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	fronza	0	225,0000	1
32	Poste padronizado 8 mts (6806)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	fronza	0	285,0000	1
33	Torneira elétrica articulada (6811)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	lorenzetti	0	154,0000	1
34	Abraçadeira de pressão (6812)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	inca	0	1,0000	1
35	Caixa para 01 disjuntor sobrepor (6813)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mec tronic	0	6,0000	1
36	Caixa para 03 disjuntor sobrepor (6814)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	tigre	0	14,0000	1
37	Fita isolante 10 mts (6815)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	tigre	0	2,5000	1
38	Interruptor 1 tecla sistema X (6816)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mec tronic	0	6,0000	1
39	Luminária 2x40 completa (6817)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	taschibra	0	53,0000	1
40	Luminária 2x20 completa (6818)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	taschibra	0	36,0000	1
41	Luminária 1x40 completa (6819)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	taschibra	0	45,0000	1
42	Luminária 1x20 completa (6820)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	taschibra	0	28,0000	1
43	Pino para extensão (6821)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mec tronic	0	3,0000	1
44	Pino fêmea para extensão (6822)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mec tronic	0	3,5000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 3/5

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2011

Número do Registro de Preços: 8/2011 Data do Registro: 17/02/2011 Válido até: 17/02/2012

Objeto da Compra: Aquisição de materiais elétrico e serviço de mão de obra elétrico

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
45	Tomada fone sobrepor (6823)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mec tronic	0	3,5000	1
46	Caixa universal para canaleta 2x4 (6824)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mec tronic	0	4,9000	1
47	Luminária para poste com braço (6825)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mec tronic	0	46,0000	1
48	Refletor 250 wts (6826)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	fox lux	0	46,0000	1
49	Filtro de linha 5 saidas (6827)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mec tronic	0	27,0000	1
50	Bomba submersa 975 wts 1 pol. (6828)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	luzzi	0	197,0000	1
51	Resistência para torneira elétrica 4400 wts (6829)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	lorenzetti	0	12,0000	1
52	Resistência para chuveiro 5400 wts (6830)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	termo system	0	11,0000	1
53	Mangueira trançada multiuso (6831)	M	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mantac	0	3,5000	1
54	Rele fotoelétrico com base (6832)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ilumatic	0	47,0000	1
55	Lâmpada econômica 40 wts (6833)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	g light	0	35,0000	1
56	Pino adaptador (T) (7939)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mec tronic	0	5,5000	1
57	Haste terra 1 mt (7940)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	incesa	0	15,0000	1
58	Presilha p/ haste terra (7941)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	incesa	0	4,0000	1
59	Luminária de emergência 2x8wts (7942)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	g light	0	48,0000	1
60	Chuveiro elétrico 700W (7943)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	termo sytem	0	90,0000	1
61	Roldana PVC 36x36 (7944)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mec tronic	0	0,5000	1
62	Filtro de linha ADSL (7945)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mec tronic	0	10,0000	1
63	Campainha sem fio (7946)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	fox lux	0	48,0000	1
64	Silicone 280gr (7947)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	gincol	0	10,0000	1
65	Fita crepe 50x50 (7208)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	adere	0	8,5000	1
66	FIO TELEFONE FE 100 (424)	M	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	corfio	0	0,6000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 4/5

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2011**Número do Registro de Preços: 8/2011****Data do Registro: 17/02/2011****Válido até: 17/02/2012****Objeto da Compra:** Aquisição de materiais elétrico e serviço de mão de obra elétrico

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
67	Serviço de mão-de-obra elétrica (7120)	HR	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	grilo inst.eletricas	0	25,0000	1
68	MANGUEIRA CORRUGADA 3/4 (754)	M	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mantac	0	1,3000	1
69	Caixa luz PVC 2x4 (7948)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mantac	0	1,0000	1
70	Cabo Coaxial (7949)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	corfio	0	1,5000	1
71	Cabo multiplexado duplex 10mm (7950)	M	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mult	0	4,0000	1
72	Sensor de presença (7951)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ecp	0	42,0000	1
73	Reator vapor mercúrio 400wts (7952)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	rcg	0	75,0000	1
74	Eletro-boia 15 amperes (7953)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	kits	0	32,0000	1
75	Temporizador digital (7954)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	fox lux	0	63,0000	1
76	Grampo fixa fio (7955)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ribeiro	0	2,0000	1
77	Dijuntor trifásico 40 amperes (7956)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	soprano	0	52,0000	1
78	Mangueira luminosa led (7957)	M	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	g light	0	12,0000	1
79	Cabo de força p/ mangueira luminosa led (7958)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	g light	0	8,0000	1
80	Lâmpada incandescente 40 wts (7959)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	empalux	0	2,5000	1
81	Espuma expansiva 400gr (7182)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	orion	0	19,0000	1
82	Eletroduto PVC 3/4. (7961)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	4,0000	1
83	Eletroduto PVC 1" (7962)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	6,0000	1
84	Caixa para medidor trifásico (7963)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	olipe	0	96,0000	1
85	Caixa para medidor monofásica (7964)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	olipe	0	48,0000	1
86	Conector porcelana 10mm (7965)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mec tronic	0	4,0000	1
87	Extensão cabo P.P. 2x1mm 10mt (7966)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	fc fios e cabos	0	25,0000	1
88	Cabo P.P 2x1,5mm (7967)	M	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	wiriles	0	1,8000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 5/5

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2011**Número do Registro de Preços: 8/2011****Data do Registro: 17/02/2011****Válido até: 17/02/2012****Objeto da Compra:** Aquisição de materiais elétrico e serviço de mão de obra elétrico

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
89	Cabo P.P 2x2,5mm (7968)	M	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	wiriles	0	2,8500	1
90	Cabo P.P 3x2,5mm (7969)	M	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	wiriles	0	3,8500	1
91	Lâmpada econômica 16wts cores (7970)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	taschibra	0	21,0000	1
92	Lâmpada vapor metálica 400wts cores (7971)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	taschibra	0	87,0000	1
93	Isolador de porcelana 72x72 (7972)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ingemag	0	3,0000	1
94	Cinta aço inox 1mt (7973)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mult	0	3,0000	1
95	Presilha para cinta inox (7974)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mult	0	1,0000	1
96	Tubo galvanizado NBR 5598 1" 6mt (7975)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	zampronha	0	170,0000	1
97	Fita auto fusão 10mt (7976)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	fox lux	0	23,0000	1
98	Mangueira luminosa cores (7977)	M	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	g light	0	4,0000	1
99	Cabo força para mangueira luminosa (7978)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	g light	0	6,0000	1

BRACO DO TROMBUDO , 17 de Fevereiro de 2011.

Caçador

PREFEITURA MUNICIPAL

Inexigibilidade de Licitação 05-2011 - Prefeitura

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR
SECRETARIA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 05/2011

O Município de Caçador, SC, torna público a INEXIGIBILIDADE de Licitação nº 05/2011 para contratação do Grupo Candiero, da dupla Cezar e Paulinho e da dupla João Neto & Frederico para realização de shows durante a festa de aniversário de 77 anos do município, junto a empresa GDO Produções Ltda, com sede na cidade de São Miguel D' Oeste, pelo valor total de R\$ 285.000,00, com prazo de validade até 27 de março de 2011, nos termos do Artigo 25, Inciso III, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Caçador-SC, 01 de Março de 2011.

SAULO SPEROTTO

Prefeito Municipal

Resumo Ata de Habilitação CV 02/2011 - FMS

RESUMO ATA DE HABILITAÇÃO CV 02/2011 - FMS

Empresas que apresentaram proposta:

EVALDO MARTIN SCHULZE - ME,

JACKSON HUGO PEREIRA - ME,

MARLENE GODOY SCHULZE - ME.

Inicialmente procedeu-se a abertura dos envelopes de habilitação, após análise da documentação a Comissão verificou que as empresas cumpriram as exigências do Edital, estando habilitadas a participarem do presente processo, desta forma, abre-se o prazo legal de 02 (dois) dias úteis para apresentação de eventuais recursos, tendo em vista que os representantes legais não se encontram presentes.

Contrato 02-2011 FUNDEMA

Contrato nº 02/11 - FUNDEMA - Prorrogação de prazo e reajuste pelo IGP-M ao contrato 06/10 locação de imóvel localizado as margens do Rio do Peixe, na Rua Aristeu Porto Lopes, nº 10, para instalações da Fundação Municipal do Meio Ambiente. Referente ao Processo licitatório nº 06/10 DL nº 02/10. Contratados/locadores: Neide Maria Driessen Baú, Auri Marcel Baú, Arline Baú Carneiro Valor: R\$ 42.815,64. Prazo: 23/02/2012.

Contrato 02-2011 Saude

Contrato nº 02/11 - FMS - Contratação de empresa especializada em serviços de monitoramento 24 horas, instalação, manutenção e locação de sistema eletrônico de segurança para conservação do patrimônio público municipal. Referente ao processo licitatório nº 01/2011 PR nº 01/2011. Contratado: PATRIMONIAL SEGURANÇA LTDA. Valor: R\$ 34.000,00. Prazo: 01/02/2013.

Contrato 03-2011 Saude

Contrato nº 03/11 - FMS - Contratação de serviços de Agente redutor de danos, para atuar junto ao CAPS AD. Referente ao processo licitatório nº 03/2011 PR nº 02/2011. Contratado: MÂRCIA FRANÇA VESOLLI. Valor: R\$ 6.000,00. Prazo: 01/02/2012.

Contrato 04-2011 Saude

Contrato nº 04/11 - FMS - aditamento contratual para prestação de serviços médicos especializados em oncologia. Referente ao processo licitatório nº 28/2010 PR nº 08/2010. Contratado: Dr. CLAUDINEY DE ARRUDA CRUZ. Valor R\$ 4.312,40.

Contrato 05-2011 Saude

Contrato nº 05/11 - FMS - Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de infraestrutura computacional, com serviço de alta disponibilidade, englobando hardwares, softwares, links de comunicação e suporte operacional ao Fundo Municipal de Saúde do município de Caçador. Referente ao processo licitatório nº 05/2011 PR nº 04/2011. Contratado: HBINFO PROVEDOR LTDA ME. Valor: R\$ 52.236,00. Prazo: 12 meses.

Edital SEMEC Nº 03

EDITAL SEMEC/Nº 03/2011

O Prefeito Municipal de Caçador, no uso de suas atribuições legais, fixa data e estabelece os procedimentos para o processo Seletivo aos ocupantes dos cargos de Professor do AEE - Atendimento Educacional Especializado e Professor de Reforço Escolar e Laboratório de Informática do quadro do Magistério Público Municipal, de conformidade com a Lei Orgânica do Município de Caçador, de 05 de abril de 1990, nos termos do art.79, inciso VIII e , e Lei nº 163/2010 que disciplina a contratação de pessoal em caráter temporário, 05 de abril de 1990 e das Diretrizes do MEC: Nota Técnica 011/2010, Resolução 04/2010 e Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.

1. DA SELEÇÃO

1.1. Poderão participar dos procedimentos de que trata o presente Edital, candidato habilitado em curso de nível superior de duração plena na área de pedagogia.

2. REQUISITOS

2.1. DOS CRITÉRIOS GERAIS

2.1.1. Ser brasileiro ou naturalizado;

2.1.2. Ter dezoito anos de idade;

2.1.3 - Estar quite com as obrigações militares;

2.1.4. Estar em gozo dos direitos políticos;

2.1.5 - Possuir aptidão física e mental, comprovada através de exame pré-admissional, no momento da contratação;

2.1.6 - Possuir idoneidade moral a ser comprovado no ato da admissão através de certidão de antecedentes criminais;

2.1.7- Não ter sido dispensado durante o ano letivo do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Caçador por abandono ao serviço sem justificativa, quando decorridos mais de três dias de ausência.

2.2. DOS CRITÉRIOS PARA AS SALAS AEE - Atendimento Educacional Especializado.

2.2.1. Possuir curso de libras de no mínimo 60horas.

2.2.2. Possuir curso de Braille de no mínimo 40horas .

2.2.3. Possuir curso de Soroban de no mínimo .20horas.

2.3. DOS CRITÉRIOS PARA AS SALAS DE REFORÇO ESCOLAR

2.3.1. Possuir experiência na área de no mínimo um ano letivo comprovada através de Declaração firmada pelo órgão competente.

2.4. DOS CRITÉRIOS PARA AS SALAS DE INFORMÁTICA

2.4.1. Possuir 120 horas de curso na área de Informática Educacional.

3. DAS INSCRIÇÕES



3.1. Ficam abertas as inscrições para a seleção de professores que atuarão nas Salas de Atendimento Educacional Especializado, Salas de Reforço Escolar e Laboratórios de Informática para o ano letivo de 2011, no período de 14 e 15 de março de 2011 das 8h às 11h45, das 14h às 17h na Secretaria Municipal de Educação, sito a Rua Curitibaanos nº 600

3.2.. O requerimento de inscrição será disponibilizado exclusivamente pelo site www.cacador.sc.gov.br.

3.3. Após o preenchimento do requerimento de inscrição, o candidato deverá revisar, assinar e anexar os documentos solicitados no item 5 deste edital e entregar na Secretaria Municipal de Educação onde receberá comprovante de inscrição.

3.4.É de exclusiva responsabilidade do candidato o correto preenchimento do requerimento de inscrição e as informações ali prestadas são de inteira responsabilidade do candidato, dispondo à Comissão o direito de excluir do certame aquele que não preencher o formulário de forma completa e correta, bem como fornecer dados inverídicos ou falsos.

3.5. Não serão aceitos documentos para serem anexados após a entrega do formulário de inscrição pelo candidato.

3.6. O candidato poderá inscrever-se para uma única opção de atuação, com carga horária variável de 10 a 40 horas semanais, conforme a vaga oferecida, não podendo ultrapassar o limite de 40 horas semanais por força do parágrafo 3º, do art. 36, da Lei Complementar nº 07 de 27/12/99 - Plano de Carreira e Remuneração dos Profissionais da Educação do Município de Caçador.

4. DOS DOCUMENTOS

No ato da inscrição deverão ser entregues fotocópias dos seguintes documentos, sob pena de indeferimento:

4.1. Documentos pessoais: Carteira de Identidade, CPF, Título de Eleitor e comprovante de quitação eleitoral, comprovante de quitação militar, comprovante de Habilitação Profissional.

4.2. Certificado de horas de aperfeiçoamento e/ou atualização de cursos com carga horária mínima de 20 horas ou 20h/aula, na área de Educação, cursados no período de 2009 e 2010, sendo limitado a 400 horas de curso.

4.3. Diploma ou certificado de pós-graduação, mestrado ou doutorado, na área, devidamente registrado, com efeitos somente de contagem de pontos para titulação.

4.4. Declaração de tempo de serviço nas Salas de Recurso Multifuncional, Salas de reforço Escolar e Laboratórios de Informática, conforme a área de inscrição, expresso o período inicial e final em dias, meses e anos, expedido por autoridade competente, conforme segue:

4.4.1. Secretaria de Educação do Estado de origem ou chefia de órgão regional, quando se tratar de Magistério Público Estadual, Setor de Educação Especial e NTE - Núcleo de Tecnologia Estadual;

4.4.2. Secretaria Municipal de Educação, quando se tratar de Magistério Público Municipal, setor de Educação Inclusiva ou Informática Educacional;

4.4.3. Setor de Recursos Humanos do Órgão Federal, quando se tratar de Magistério Público Federal;

4.4.4. Carteira de Trabalho (cópia que identifique o trabalhador, o registro do empregado e o período trabalhado e original), quando se tratar de Magistério Particular; acompanhado de declaração emitida pela direção da escola comprovando a prestação de serviço na área pretendida;

4.4.5. O tempo de serviço deverá ser computado até o dia 20/12/2010.

4.4.6 As fotocópias apresentadas no ato da inscrição deverão ser acompanhadas dos documentos originais ou deverão ser autenticadas.

5. DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

5.1. A homologação das inscrições será divulgada em 17 de março de 2011, pela internet no site www.cacador.sc.gov.br

6. DA CLASSIFICAÇÃO

6.1. A classificação dar-se-á ao candidato que obtiver maior número de pontos na somatória de tempo de serviço, cursos de especialização e cursos de capacitação;

6.2. A contagem de pontos obedecerá aos seguintes critérios:

6.3 1,0 (um) ponto por mês de efetivo exercício, atuado nas Salas de AEE, Reforço Escolar ou Laboratório de Informática.

6.4. No cálculo de pontos por tempo de serviço, computar-se-á a fração de 15 dias ou mais como 1 (um) mês.

6.5 1,0 (um) ponto para cada quarenta horas de curso de aperfeiçoamento ou atualização apresentado, sendo que certificados com carga horária inferior a 20h ou 20h/aula não serão aceitos.

6.6. A titulação será pontuada conforme o quadro abaixo:

Pontos por Título	Título
50 (cinquenta)	Pós-graduação em Séries Iniciais/Educação Infantil, Psicopedagogia, Didática, Mídias na Educação e Atendimento Educacional Especializado.
25 (vinte e cinco)	Pós-graduação em área Geral da Educação ou em outra Área da Educação
100 (cem)	Mestrado em área específica de atuação
150 (cento e cinquenta)	Doutorado em área específica de atuação

6.7. Em caso de empate terá preferência o candidato que:

6.7.1. Possuir maior tempo de serviço na área de inscrição.

6.7.2. For mais idoso.

7. DO RESULTADO

7.1. As listas dos classificados será divulgada dia 22/03/11 no site www.cacador.sc.gov.br

7.1.2. A homologação do resultado final será divulgada no dia 28/03/11 nos sites www.cacador.sc.gov.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br.

8. DOS RECURSOS

8.1. O candidato terá o prazo de 02 (dois) dias úteis a contar da divulgação das listas, para entrar com o pedido de reconsideração (recurso), junto a Secretaria Municipal de Educação, situada na rua Curitibaanos nº 600, centro.

8.2. O recurso de reconsideração deverá ser feito por escrito, com identificação completa do candidato, com indicação fundamentada/motivação do pedido, e deverá ser assinado pelo candidato, ou por Procurador legalmente constituído através de Procuração por Instrumento Público e/ou Procuração com Firma Reconhecida em Cartório e deverá ser preenchido e assinado individualmente. Não serão aceitos recursos coletivos.

9. DA ESCOLHA DE VAGAS

9.1. A escolha de vagas será realizada no dia 29 de março de 2011, às 14 horas, na Secretaria Municipal de Educação.

10. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1. Valerá a inscrição para todo e qualquer efeito como forma expressa da aceitação, por parte do candidato, das normas constantes deste edital.

10.2. O candidato que no momento da escolha não aceitar as vagas disponíveis, ou estiver ausente, continuará na ordem de classificação, devendo, entretanto, aguardar o término da lista de candidatos para mais uma chamada.

10.3. O candidato que escolher vaga e desistir da mesma durante o ano letivo de 2011 perderá o direito a nova escolha, sendo excluído da listagem classificatória e do processo de seleção.

10.4. Após feita a escolha de vaga o candidato não poderá fazer redução de carga horária, devendo permanecer com a carga horária escolhida.

10.5. O servidor que vier a sofrer processo administrativo durante o ano letivo por insuficiência de desempenho não poderá

participar do processo seletivo.

10.6. O quadro de vagas deverá ser afixado no Mural da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte de Caçador - SEMEC, no dia 28/03/2011, sendo responsabilidade do candidato tomar conhecimento do mesmo.

10.7. No ato da assinatura do contrato o candidato deverá apresentar, Atestado Médico expedido pelo Médico do Trabalho da Prefeitura Municipal de Caçador, com exames complementares para diagnóstico da aptidão, no Departamento de Pessoal da Prefeitura Municipal de Caçador (caso não apresente laudo médico constatando a aptidão, o contrato será automaticamente cancelado, independente de notificação prévia),

10.8. Não se efetivará a contratação se esta implicar em acúmulo ilegal de cargos, nos termos da Constituição Federal, devendo o candidato no ato da contratação firmar declaração dos cargos públicos que exerce e que não incorre em acúmulo ilegal de cargos públicos ou incompatibilidade de horários.

10.9. Não poderá participar do presente processo de seleção para contratação de professor em caráter temporário o candidato efetivo no serviço público municipal que tiver respondido sindicância ou processo administrativo que resultou em condenação/punição, nos dois anos anteriores à realização deste processo seletivo, de acordo com o art. 199, III, "b" do Estatuto do Servidor Público Civil do Município de Caçador; e nem candidato que tenha sofrido demissão qualificada com a nota "a bem do serviço público", de acordo com o art. 199, IV, do Estatuto do Servidor Público Civil do Município de Caçador.

10.10 O prazo de contratação de que trata este Edital será de até 12 (doze) meses, não podendo ultrapassar o ano letivo de 2011, ou enquanto durar o afastamento do titular.

10.11. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Concurso de ACT constituída para o processo seletivo de que trata o presente Edital.

11. Este Edital entra em vigor na sua data de publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 01 de março de 2011.

SAULO SPEROTTO
Prefeito Municipal

SCHEILLA MARIA SOARES MARINS
Secretária Municipal de Educação

Campos Novos

CÂMARA DE VEREADORES

Decreto Nº 02/2011

DECRETO Nº 2/2011

DECRETA PONTO FACULTATIVO NAS DEPENDÊNCIAS DO PODER LEGISLATIVO DE CAMPOS NOVOS/SC.

O cidadão José Adelar Carpes, Presidente Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 da Lei Orgânica do Município, combinado com o art. 65, do Regimento Interno

DECRETA:

Art. 1º. Decreta Ponto Facultativo nas Dependências da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos no dia 07/03/2011 (segunda-feira), e no período matutino do dia 09/03/2011 (quarta-feira) em decorrência das Festividades de Carnaval.

Art. 2º. A Câmara retornará ao atendimento em horário normal a

partir do dia 10 de março de 2011 (quinta-feira),

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Campos Novos - SC, em 02 de março de 2011.

JOSÉ ADELAR CARPES
Presidente da Mesa

Extrato de Contrato Nº 06/2011

EXTRATO DE CONTRATO Nº 06/2011

LICITAÇÃO Nº 03/2011 - CARTA CONVITE Nº 02/2011

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAMPOS NOVOS

CONTRATADA: CORRE A ROVEA LTDA. ME

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE INFORMÁTICA

VALOR TOTAL: R\$ 15.963,00

DATA: 02/03/2011

Moção Nº 06/2011

MOÇÃO Nº 6/2011

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campos Novos

Os Vereadores que a presente subscrevem, componentes do Poder Legislativo, com assento nesta Casa, membros titulares da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, no uso das prerrogativas legais que lhe são atribuídas e amparados no artigo 139 e 140 do Regimento Interno, e após ouvido o plenário desta Casa, seja oficiado ao homenageado a seguinte

MOÇÃO DE AGRADECIMENTO

Os vereadores da Câmara Municipal de Campos Novos, abaixo assinados, manifestam integral e irrestrita parabenização ao Senhor

"SD AMILTON ALVES INÁCIO"

Pela participação no Resgate de três vítimas de soterramento que ocorreu no dia 21 de janeiro de 2011.

Reconhecemos seu trabalho realizado no exercício de sua função, e esta Casa Legislativa não poderia deixar de lhe prestar esta homenagem, trazendo uma admiração pelo sua coragem em desempenhar os trabalhos de bombeiro.

Outrossim, desejamos pleno sucesso no decorrer de sua carreira.

Sala das Sessões, em 16/02/2011.

JOSÉ ADELAR CARPES
Presidente da Mesa

JOÃO VALDENIR DA SILVA
Vice-Presidente

JOSÉ TADEU GUZATTI
1º Secretário

JOSÉ JAIR FAGUNDES ANTUNES
Vereador

ADAVILSON TELLES
Vereador

CIRILO RUPP
Vereador

LEONILDO RECALCATTI
Vereador

MAURÍLIO CASTRO CAMPAGNONI(CÁSSIO)
Vereador

SILVIO HENRIQUE DE A. LOPES SOBRINHO
2º Secretário

Moção Nº 07/2011
MOÇÃO Nº 7/2011

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campos Novos

Os Vereadores que a presente subscrevem, componentes do Poder Legislativo, com assento nesta Casa, membros titulares da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, no uso das prerrogativas legais que lhe são atribuídas e amparados no artigo 139 e 140 do Regimento Interno, e após ouvido o plenário desta Casa, seja oficiado ao homenageado a seguinte

MOÇÃO DE AGRADECIMENTO

Os vereadores da Câmara Municipal de Campos Novos, abaixo assinados, manifestam integral e irrestrita parabenização ao Senhor

“SD JEAN ABEL SASSO”

Pela participação no Resgate de três vítimas de soterramento que ocorreu no dia 21 de janeiro de 2011.

Reconhecemos seu trabalho realizado no exercício de sua função, e esta Casa Legislativa não poderia deixar de lhe prestar esta homenagem, trazendo uma admiração pelo sua coragem em desempenhar os trabalhos de bombeiro.

Outrossim, desejamos pleno sucesso no decorrer de sua carreira.

Sala das Sessões, em 16/02/2011.

JOSÉ ADELAR CARPES
Presidente da Mesa

JOÃO VALDENIR DA SILVA
Vice-Presidente

JOSÉ TADEU GUZATTI
1º Secretário

JOSÉ JAIR FAGUNDES ANTUNES
Vereador

ADAVILSON TELLES
Vereador

CIRILO RUPP
Vereador

LEONILDO RECALCATTI
Vereador

MAURÍLIO CASTRO CAMPAGNONI(CÁSSIO)
Vereador

SILVIO HENRIQUE DE A. LOPES SOBRINHO
2º Secretário

Moção Nº 08/2011
MOÇÃO Nº 8/2011

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campos Novos

Os Vereadores que a presente subscrevem, componentes do Poder Legislativo, com assento nesta Casa, membros titulares da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, no uso das prerrogativas legais que lhe são atribuídas e amparados no artigo 139 e 140 do Regimento Interno, e após ouvido o plenário desta Casa, seja oficiado ao homenageado a seguinte

MOÇÃO DE AGRADECIMENTO

Os vereadores da Câmara Municipal de Campos Novos, abaixo assinados, manifestam integral e irrestrita parabenização ao Senhor

“ BCP ADEMAR GONÇALVES LINS”

Pela participação no Resgate de três vítimas de soterramento que ocorreu no dia 21 de janeiro de 2011.

Reconhecemos seu trabalho realizado no exercício de sua função, e esta Casa Legislativa não poderia deixar de lhe prestar esta homenagem, trazendo uma admiração pelo sua coragem em desempenhar os trabalhos de bombeiro.

Outrossim, desejamos pleno sucesso no decorrer de sua carreira.

Sala das Sessões, em 16/02/2011.

JOSÉ ADELAR CARPES
Presidente da Mesa

JOÃO VALDENIR DA SILVA
Vice-Presidente

JOSÉ TADEU GUZATTI
1º Secretário

JOSÉ JAIR FAGUNDES ANTUNES
Vereador

ADAVILSON TELLES
Vereador

CIRILO RUPP
Vereador

LEONILDO RECALCATTI
Vereador

MAURÍLIO CASTRO CAMPAGNONI(CÁSSIO)
Vereador

SILVIO HENRIQUE DE A. LOPES SOBRINHO
2º Secretário

Moção Nº 09/2011
MOÇÃO Nº 9/2011

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campos Novos

Os Vereadores que a presente subscrevem, componentes do Poder Legislativo, com assento nesta Casa, membros titulares da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, no uso das prerrogativas legais que lhe são atribuídas e amparados no artigo 139 e 140 do Regimento Interno, e após ouvido o plenário desta Casa, seja oficiado ao homenageado a seguinte

MOÇÃO DE AGRADECIMENTO

Os vereadores da Câmara Municipal de Campos Novos, abaixo assinados, manifestam integral e irrestrita parabenização ao Senhor

“ BC DANIEL SAVIO PEREIRA”

Pela participação no Resgate de três vítimas de soterramento que ocorreu no dia 21 de janeiro de 2011.

Reconhecemos seu trabalho realizado no exercício de sua função, e esta Casa Legislativa não poderia deixar de lhe prestar esta homenagem, trazendo uma admiração pelo sua coragem em desempenhar os trabalhos de bombeiro.

Outrossim, desejamos pleno sucesso no decorrer de sua carreira.

Sala das Sessões, em 16/02/2011.

JOSÉ ADELAR CARPES
Presidente da Mesa

JOÃO VALDENIR DA SILVA
Vice-Presidente

JOSÉ TADEU GUZATTI
1º Secretário

JOSÉ JAIR FAGUNDES ANTUNES
Vereador

ADAVILSON TELLES
Vereador

CIRILO RUPP
Vereador

LEONILDO RECALCATTI
Vereador

MAURÍLIO CASTRO CAMPAGNONI(CÁSSIO)
Vereador

SILVIO HENRIQUE DE A. LOPES SOBRINHO
2º Secretário

Moção Nº 10/2011

MOÇÃO Nº 10/2011

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campos Novos

Os Vereadores que a presente subscrevem, componentes do Poder Legislativo, com assento nesta Casa, membros titulares da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, no uso das prerrogativas legais que lhe são atribuídas e amparados no artigo 139 e 140 do Regimento Interno, e após ouvido o plenário desta Casa, seja oficiado ao homenageado a seguinte

MOÇÃO DE AGRADECIMENTO

Os vereadores da Câmara Municipal de Campos Novos, abaixo assinados, manifestam integral e irrestrita parabenização ao Senhor

“ SGT DHIEMIS METZ PINHEIRO”

Pelas orientações que ao longo do tempo tem repassado aos seus subordinados, os quais tem demonstrado ótimos resultados a comunidade camponovense.

Reconhecemos seu trabalho realizado no exercício de sua função, e esta Casa Legislativa não poderia deixar de lhe prestar esta homenagem, trazendo uma admiração pela sua pessoa, deixando admiração por essa Casa pelo excelente comando desta corporação.

Outrossim, desejamos pleno sucesso no decorrer de sua carreira.

Sala das Sessões, em 16/02/2011.

JOSÉ ADELAR CARPES
Presidente da Mesa

JOÃO VALDENIR DA SILVA
Vice-Presidente

JOSÉ TADEU GUZATTI
1º Secretário

JOSÉ JAIR FAGUNDES ANTUNES
Vereador

ADAVILSON TELLES
Vereador

CIRILO RUPP
Vereador

LEONILDO RECALCATTI
Vereador

MAURÍLIO CASTRO CAMPAGNONI(CÁSSIO)
Vereador

SILVIO HENRIQUE DE A. LOPES SOBRINHO
2º Secretário

Moção Nº 11/2011

MOÇÃO Nº 11/2011

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campos Novos

Os Vereadores que a presente subscrevem, componentes do Poder Legislativo, com assento nesta Casa, membros titulares da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, no uso das prerrogativas legais que lhe são atribuídas e amparados no artigo 139 e 140 do Regimento Interno, e após ouvido o plenário desta Casa, seja oficiado ao homenageado a seguinte

MOÇÃO DE PARABENIZAÇÃO

O Poder Legislativo de Campos Novos - SC, por seus representantes legais manifestam integral e irrestrita parabenização a

“OAB - SUBSEÇÃO DE CAMPOS NOVOS”

Pelos seus 20 anos de instalação em Campos Novos e pelos excelentes trabalhos prestados em prol da comunidade, auxiliando os municípios em processos judiciais.

Reconhecemos o trabalho da OAB e esta Casa não poderia deixar de parabenizar esta instituição tão importante para o nosso município.

Outrossim, desejamos pleno sucesso a todos os seus membros.

Sala das Sessões, em 22/02/2011.

JOSÉ ADELAR CARPES
Presidente da Mesa

JOÃO VALDENIR DA SILVA
Vice-Presidente

JOSÉ TADEU GUZATTI
1º Secretário

JOSÉ JAIR FAGUNDES ANTUNES
Vereador

ADAVILSON TELLES
Vereador

CIRILO RUPP
Vereador

LEONILDO RECALCATTI
Vereador

MAURÍLIO CASTRO CAMPAGNONI(CÁSSIO)
Vereador

SILVIO HENRIQUE DE A. LOPES SOBRINHO
2º Secretário

Demonstrativo de Despesas com Pessoal

MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS - SC - PODER LEGISLATIVO
CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2010 A DEZEMBRO/2010

RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.156.167,22	0,00
Pessoal Ativo	906.179,47	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	249.987,75	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	1.156.167,22	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	1.156.167,22	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	62.530.435,06	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	1,85	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 6%	3.751.826,10	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 5,7%	3.564.234,80	

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.

CAMPOS NOVOS, 03/03/2011

JOSE ADELAR CARPES
PRESIDENTE CAMARA

JOELMA F. FAÉ
CONTADORA CRC/SC 26419/O-6

Canoinhas

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº 041/2011 "Homologa Inscrição do Processo Seletivo Simplificado Previsto no Edital Nº 01/SMS/2011"

DECRETO Nº 041/2011

"HOMOLOGA INSCRIÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PREVISTO NO EDITAL Nº 01/SMS/2011"

LEOBERTO WEINERT, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, RESOLVE: HOMOLOGAR

Art.1º - Ficam homologadas as inscrições do processo seletivo simplificado para Contratação Temporária de Profissionais para atuarem junto à Secretaria Municipal de Saúde, no Edital nº 01/SMS/2011, conforme relação dos candidatos em "anexo".

Art.2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 25 de fevereiro de 2011.

LEOBERTO WEINERT

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 25/02/2011.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Estado de Santa Catarina

Município de Canoinhas

Processo Seletivo Edital Nº 01/SMS/2011

- FARMACÊUTICO GERENTE - FARMÁCIA POPULAR DO BRASIL - 30h		
Nº INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DEFERIMENTO DA INSCRIÇÃO
01	Ana Paula Lemos Flenik Prust - CPF: 725.932.881-91	Deferida
02	Jaqueline do Prado Crestani - CPF: 053.964.279-73	Indeferida
03	Thaís Helena Hoffmann - CPF: 031.112.169-18	Deferida
04	Samantha Wrubel - CPF: 004.348.899-46	Deferida
05	Emanuele Mariane Scheuer - CPF: 035.813.329-73	Deferida
06	Simone Krug - CPF: 038.279.269-63	Deferida
07	Wanderley Coelho Filho - CPF: 018.638.569-27	Deferida

- MÉDICO CLÍNICO GERAL - ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA (ESF) - 40h		
Nº INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DEFERIMENTO
01	Ricardo Luis do Amaral Lübbe - CPF: 442.587.980-53	Deferida
02	Alexander Rosa Rudolph - CPF: 046.668.576-99	Deferida

- MÉDICO CLÍNICO GERAL - 10h		
Nº INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DEFERIMENTO
01	Andre Saliba - CPF: 729.168.429-34	Deferida

- MÉDICO PEDIATRA - 10h		
Nº INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DEFERIMENTO
01	Não Houve Candidato	-----

- MÉDICO GINECOLOGISTA/OBSTETRA - 10h		
Nº INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DEFERIMENTO
01	Não Houve Candidato	-----

Decreto Nº 048/2011 "Homologa Resultado do Processo Seletivo Simplificado Previsto no Edital Nº 01/SMS/2011"

DECRETO Nº 048/2011

"HOMOLOGA RESULTADO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PREVISTO NO EDITAL Nº 01/SMS/2011"

LEOBERTO WEINERT, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, RESOLVE: HOMOLOGAR

Art.1º - Fica homologado resultado do processo seletivo simplificado para Contratação Temporária de Profissionais para atuarem junto à Secretaria Municipal de Saúde, no Edital nº 01/SMS/2011, conforme relação dos candidatos em "anexo".

Art.2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 02 de março de 2011.

LEOBERTO WEINERT

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 02/03/2011.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Estado de Santa Catarina

Município de Canoinhas

Processo Seletivo Edital Nº 01/SMS/2011

- FARMACÊUTICO GERENTE - FARMÁCIA POPULAR DO BRASIL - 30h			
Nº INSCRIÇÃO	CANDIDATO	NOTA PROVA OBJETIVA	CLASSIFICAÇÃO
03	Thaís Helena Hoffmann - CPF: 031.112.169-18	7,5	Aprovada
06	Simone Krug - CPF: 038.279.269-63	7,5	Classificada
04	Samantha Wrubel - CPF: 004.348.899-46	7,0	Classificada
01	Ana Paula Lemos Flenik Prust - CPF: 725.932.881-91	7,0	Classificada
05	Emanuele Mariane Scheuer - CPF: 035.813.329-73	7,0	Classificada
07	Wanderley Coelho Filho - CPF: 018.638.569-27	6,5	Classificado

- MÉDICO CLÍNICO GERAL - ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA (ESF) - 40h			
Nº INSCRIÇÃO	CANDIDATO	NOTA PROVA OBJETIVA	CLASSIFICAÇÃO
02	Alexander Rosa Rudolph - CPF: 046.668.576-99	7,0	Aprovado
01	Ricardo Luis do Amaral Lübbe - CPF: 442.587.980-53	---	Faltou

- MÉDICO CLÍNICO GERAL - 10h			
Nº INSCRIÇÃO	CANDIDATO	NOTA PROVA OBJETIVA	CLASSIFICAÇÃO
01	Andre Saliba - CPF: 729.168.429-34	5,0	Aprovado

- MÉDICO PEDIATRA - 10h			
Nº INSCRIÇÃO	CANDIDATO	NOTA PROVA OBJETIVA	CLASSIFICAÇÃO
---	Não Houve Candidato	---	---

- MÉDICO GINECOLOGISTA/OBSTETRA - 10h			
Nº INSCRIÇÃO	CANDIDATO	NOTA PROVA OBJETIVA	CLASSIFICAÇÃO
---	Não Houve Candidato	---	---

Edital 001/2011/SME - Processo Seletivo ACT

O Município de Canoinhas, através da Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, torna público para conhecimento dos interessados que se encontram abertas às inscrições para a CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO PARA A ESCOLA RURAL MUNICIPAL ADELINOS, para atuar no ano letivo de 2011 na Rede Municipal de Ensino, nos termos da legislação pertinente e das normas estabelecidas neste Edital.

1. DAS INSCRIÇÕES:

1.1 O processo de inscrição dar-se-á no período de 10 de março a 18 de março de 2011, sendo composta por duas etapas:

1.1.1 No ato da inscrição, o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:

1.1.1.2 Fotocópia da carteira de identidade;

1.1.1.3 Fotocópia do diploma de graduação, certificado ou declaração de pós-graduação; histórico ou certificado de ensino médio e declaração atual de que está cursando graduação e qual fase ou ano;

1.2 O candidato deverá apresentar cópia dos documentos citados, acompanhados dos originais.

1.3 Quanto à fotocópia do certificado ou histórico escolar do Ensino Médio, só será necessário para quem não tiver concluído a graduação.

1.4 O candidato que possuir magistério ou estiver cursando graduação na área da educação, poderá se inscrever em até duas áreas e ou disciplinas. Aqueles que possuírem só o Ensino Fundamental, Ensino Médio - Educação Geral e estiverem cursando licenciatura em outras áreas que não da educação poderão inscrever-se somente em uma disciplina afim.

1.5 Não será realizada a inscrição do candidato que no ato não apresentar todos os documentos necessários.

1.6 Será impedido de fazer a inscrição o (a) professor (a) que, tendo atuado na Rede Municipal de Ensino no ano de 2010, obteve 2 (duas) ou mais ocorrências negativas justificadas por escrito/ e ou 3 (três) ou mais faltas injustificadas.

2. DAS ÁREAS/DISCIPLINAS

2.1 Estarão abertas as inscrições para as seguintes áreas e disciplinas:

2.1.1 Séries Iniciais - Multisseriada Extensão da EBM Barra Mansa

- ERM Adelinos 20 horas;

3. DO PROCESSO SELETIVO - REALIZAÇÃO DA PROVA ESCRITA

3.1 A prova escrita será realizada no dia 21 de março de 2011, com início às 08h 30min e término às 12h, nas dependências da Prefeitura Municipal de Canoinhas/Secretaria Municipal de Educação;

3.2 As provas serão compostas de 20 questões objetivas que versarão sobre Português, Matemática e Conhecimentos Gerais, cujo conteúdo programático é parte integrante deste Edital (Anexo I);

3.3 Será atribuída nota 0 (zero) à resposta que, na grade de respostas estiver em desconformidade com as instruções, não estiver assinalada, que contiver mais de uma alternativa assinalada, emenda, rasura ou alternativa marcada a lápis, ainda que legível;

3.4 Não serão atribuídos pontos a questões divergentes do gabarito, que apresentarem rasura, duplicidade de resposta (mesmo que uma delas esteja correta), ou que estiverem em branco;

3.5 Na realização da Prova não é permitido pedir esclarecimentos sobre o enunciado das questões ou modo de resolvê-las;

3.6 Ao final das provas escritas, os três últimos candidatos deverão permanecer no recinto, juntamente com os fiscais;

3.7 Será excluído do Processo Seletivo candidato que:

3.7.1 Tornar-se culpado por incorreção ou descortesia para com qualquer dos fiscais, executores e seus auxiliares ou autoridades presentes;

3.7.2 For surpreendido, durante a realização das provas, em comunicação com outro candidato ou terceiros, bem como se utilizando de livros, notas, impressos ou equipamentos não permitidos;

3.7.3 Ausentar-se do recinto da prova sem o acompanhamento do fiscal;

3.7.4 Usar telefone celular no local da prova, ou qualquer outro meio de comunicação;

3.7.5 Perturbar, de qualquer forma, a ordem dos trabalhos;

3.7.6 Permanecer no local após a conclusão e entrega da prova.

3.8 No mesmo dia, após a realização das provas, serão divulgados os gabaritos em mural específico no próprio local de realização das provas;

4 DIVULGAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO

4.1 A divulgação da listagem classificatória será afixada na Secretaria Municipal de Educação no dia 22 de março de 2011, a partir das 14 horas;

5 DAS VAGAS

5.1 A vaga a ser preenchida, observa-se a ordem de classificação.

5.2 O candidato deverá ter ciência da forma de deslocamento para a Unidade Educacional. Quando se tratar de escola de difícil acesso, o professor preencherá formulário específico, dando ciência que terá condições de se deslocar até a Unidade Educacional.

5.3 Na mesma ocasião será assinado o contrato de trabalho, sendo imprescindível que o candidato possua idade mínima de 18 anos e esteja de posse dos documentos pessoais: CPF, RG, Título de Eleitor, Comprovante de Quitação Eleitoral, Carteira de Trabalho, Certidão de Nascimento de Filhos, Histórico do Ensino Médio ou Diploma de Graduação, Comprovante de Regularização do CPF, e Certificado de Reservista se do Sexo Masculino.

5.4 O candidato deverá assinar declaração que não possui mais de dois vínculos com a administração pública, nos termos do artigo 37, XVI e XVII da Constituição Federal de 1988.

5.5 É requisito necessário para contratação Laudo de Exame Admissional, atestando aptidão física do candidato para o cargo.

6. DA DISPENSA

6.1 A dispensa do contrato poderá ocorrer da seguinte forma:

a) a pedido, com prazo mínimo de 30 (trinta) dias de antecedência;

b) de ofício

6.1.1 Quando o pedido para dispensa for de interesse do candidato, deverá preencher requerimento próprio no Recurso Humano da Secretaria Municipal de Educação;

6.1.2 Quando for de ofício, a Secretaria de Educação deverá comunicar ao servidor contratado;

6.1.3 A dispensa de ofício dar-se-á quando caracterizar uma das situações:

a) Redução do número de turmas;

b) Retorno do titular antes do prazo previsto;

c) Interesse do serviço público;

6.1.4 Sendo dispensado, o servidor terá direito de concorrer à próxima vaga que venha a abrir, caso não tenha sido dispensado por insuficiência de desempenho;

6.1.5 Em não havendo vaga em alguma das áreas/disciplinas relacionadas, a Secretaria Municipal de Educação procederá à chamada no decorrer do ano letivo, na medida de existência de vaga;

6.1.6 Durante o período de atuação na Rede Municipal de Ensino, durante o ano letivo de 2011, o professor que vier a ter 02 (dois) registros de ocorrências negativas, comprovados através de relatórios da escola, avaliação de desempenho, cuja conduta não corresponda ao proposto pela Unidade Educacional onde atua, poderá ter seu contrato (portaria) cancelado, a qualquer tempo, não podendo optar por outra vaga durante o mesmo ano letivo.

7. DISPOSIÇÕES GERAIS

7.1 O candidato só poderá efetuar sua inscrição mediante a apresentação de todos os documentos exigidos;

7.2 O candidato deverá revisar a ficha de inscrição e verificar a exatidão das informações nela contidas, tornando-se após a assinatura responsável pelas mesmas;

7.3 Será admitida a inscrição por procuração, para este fim específico, a qual deverá ser anexada à ficha de inscrição;

7.4 O candidato que no ato da inscrição prestar declaração falsa ou inexata, ou apresentar documentos adulterados, terá sua inscrição cancelada e anulados todos os atos dela decorrentes, sem prejuízo da ação penal cabível;

7.5 O pedido de inscrição do candidato importará no conhecimento do presente edital e valerá como aceitação tácita das normas do processo seletivo;

7.6 Após efetivada a inscrição, não será fornecida cópia dos documentos anexados e nem alterada a documentação;

7.7 É de responsabilidade do candidato manter seu cadastro atualizado, inclusive número de telefones para contato, cujas informações serão armazenadas pela Secretaria Municipal de Educação;

7.8 Os casos omissos-serão decididos e resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação, em conjunto com a Assessoria Jurídica do município de Canoinhas.

Canoinhas, 03 de março de 2011.

LEOBERTO WEINERT

Prefeito Municipal

ANEXO I

1. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1.1. LÍNGUA PORTUGUESA.

Interpretação de Textos - Língua escrita objetiva e suas formas; Fonética e Fonologia, Morfologia, Ortografia, classe estrutura e formação de palavras, frase, oração, período, pontuação, derivação e composição, substantivo, adjetivo, pronome, verbo, artigo, numerais, advérbio, preposição, conjunção, interjeição, o período e sua construção, sujeito, predicado, oxítonas, paroxítonas, proparoxítonas, acentuação gráfica, figuras de sintaxe, figuras de linguagem, noções de versificação, literatura brasileira. Gêneros literários e discursivos.

1.1.2. MATEMÁTICA.

Números Naturais e sistemas de numeração decimal; números racionais, operações com números naturais: adição, subtração,

multiplicação e divisão; Espaço e forma, grandezas e medidas; Expressões numéricas, múltiplos, resolução de problemas, sistema de numeração decimal e romana. Raízes, proporcionalidade entre seguimentos, semelhança de figuras, o números, formas geométricas, medidas de comprimento, ângulos e retas, números primos, medidas de tempo, polígonos, frações, triângulos e quadriláteros, medidas de capacidade, porcentagem, medidas de superfície, gráficos e tabelas, simetria e medidas de massa. Álgebra, trigonometria, geometria, geometria analítica, equações de primeiro e segundo grau, noções de estatística.

1.1.3. CONHECIMENTOS GERAIS.

História e Geografia, Ciências Naturais, sendo: Atualidades, Cultura, Cinema, Artes do Mundo, do Brasil e do Santa Catarina, generalidades e conceitos do Brasil e do Mundo; História e Geografia Gerais Mundiais, História e Geografia do Brasil e do Santa Catarina e do Município de Canoinhas; constituição dos seres vivos, o planeta terra, a terra no universo, o ar, origem e evolução, sistema solar, fenômenos da natureza, estados físicos da matéria, a célula, genética, teorias da evolução da vida. Ecologia e meio ambiente, Aspectos históricos, geográficos, e econômicos e populacionais do Município de Canoinhas e do Estado de Santa Catarina.

Capinzal

SIMAE

Extrato de Contrato Nº CAO/06/2011

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº CAO/06/2011

CONTRATANTE: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
CONTRATADO: IRMÃOS DAMBRÓS LTDA

CNPJ DO CONTRATADO: 81.372.708/0001-75

OBJETO: TERMO DO SEGUNDO ADITIVO AO CONTRATO Nº CAO/43/2010, PARA REAJUSTE DOS VALORES CONTRATADOS PARA O FORNECIMENTO DE GASOLINA COMUM.

VALOR: R\$ 2,53 (DOIS REAIS E CINQUENTA E TRÊS CENTAVOS) POR LITRO.

DATA DA ASSINATURA: 04/03/2011

VIGÊNCIA: 04.03.2011 A 31.12.2011

Catanduvas

PREFEITURA MUNICIPAL

Extrato de Contrato Nº 0057/2011 - PMC

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

EXTRATO DE CONTRATO Nº 0057/2011

Carta Convite nº 0015/2011 (processo licitatório nº 0022/2011).

Objeto: Aquisição de grades de bocas de lobo (bueiro), visando o desenvolvimento das atividades da Secretaria Municipal de Infra-estrutura.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS- SC.

Contratado (a): JP ESQUADRIAS METALICAS LTDA ME.

Valor global contratado: R\$ 6.520,00 (seis mil, quinhentos e vinte reais).

Vigência: de 1º de março de 2011 a 31 de dezembro de 2011.

Data e assinatura do contrato: 1º de março de 2011.



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

Extrato de Contrato Nº 0058/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 0058/2011
Carta Convite nº 0015/2011 (processo licitatório nº 0022/2011).

Objeto: Aquisição de grades de bocas de lobo (bueiro), visando o desenvolvimento das atividades da Secretaria Municipal de Infra-estrutura.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS- SC.

Contratado (a): ZANESCO & ZANESCO LTDA ME.

Valor global contratado: R\$ 16.520,00 (dezesesseis mil, quinhentos e vinte reais).

Vigência: de 1º de março de 2011 a 31 de dezembro de 2011.

Data e assinatura do contrato: 1º de março de 2011.

GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

Chapadão do Lageado

PREFEITURA MUNICIPAL

Extrato de Edital 27/2011 - PP 10/2011 - PM

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE CHAPADÃO DO LAGEADO
EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO N.º 27/2011 - PM
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 10/2011 - PM

A Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado torna público aos interessados, que estará reunida no dia 21 de março de 2011, às 09h00min, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do Processo Licitatório nº 27/2011, Modalidade Pregão Presencial nº 10/2011, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, cujo objeto é a AQUISIÇÃO GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA CONSUMO DOS ALUNOS QUE PARTICIPAM DO PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL - PETI. As informações poderão ser obtidas pelo fone (47) 3537-0072, das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 16h00min ou pelo e-mail: compras@chapadaodolageado.sc.gov.br

Chapadão do Lageado (SC), 09 de março de 2011.
JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Concórdia

PREFEITURA MUNICIPAL

Aviso Pregão Presencial Nº 11/2011 - PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2011- PMC

Objeto: Aquisição de 1.925 (um mil novecentos e vinte e cinco) Cestas alimentação para distribuição aos servidores públicos

municipais ativos e inativos, de acordo com a Lei Complementar nº 559, de 09 de abril de 2010 e Decreto nº 5.483, de 13 de abril de 2010.

Forma de Pregão: Presencial.

Tipo: Menor Preço por item.

Recebimento das propostas: até as 10h do dia 23/03/2011.

Abertura: dia 23/03/2011, às 14h

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone (49) 3441-2163.

Concórdia, SC, 04 de março de 2011.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Extrato 1º TA Contrato Nº 03/2011 - PMC

Contrato Nº: 03/2011 1º TA 03/2011
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA
Contratada: POSTO SAO JORGE LTDA
Licitação: Pregão Presencial nº 125/2010
Dotação: 06.002.000.0012.0361.0015.2017.333903001000000.01010000
Objeto: AQUISICAO DE COMBUSTIVEIS, DURANTE O EXERCICIO DE 2011, PARA ABASTECIMENTO DA FROTA DE MAQUINAS E VEICULOS DA ADMINISTRACAO MUNICIPAL DE CONCORDIA.
Vigência: Início: 11/02/2011 Término: 31/12/2011
Valor R\$ 15.480,00(QUINZE MIL E QUATROCENTOS E OITENTA REAIS)

Extrato 1º TA Contrato Nº 04/2011 - PMC

Contrato Nº: 04/2011 1º TA 04/2011
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA
Contratada: SAFRA DIESEL LTDA
Licitação: Pregão presencial nº 125/2010
Dotação: 15.001.000.0008.0243.0060.2203.333903001000000.01000000
Objeto: AQUISICAO DE COMBUSTIVEIS, DURANTE O EXERCICIO DE 2011, PARA ABASTECIMENTO DA FROTA DE MAQUINAS E VEICULOS DA ADMINISTRACAO MUNICIPAL DE CONCORDIA.
Vigência: Início: 01/02/2011 Término: 31/12/2011
Valor R\$ 16.890,00(DEZESSEIS MIL E OITOCENTOS E NOVENTA REAIS)

Extrato 1º TA Contrato Nº 1/2010 - FUMDEMA

Contrato Nº: 1/2010 1º TA 1/2010
Contratante: FUNDAÇÃO MUN DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE
Contratada: IMOBILIARIA COMPASSO LTDA ME
Licitação: Dispensa de Licitação nº 1/2010
Objeto: LOCACAO DE IMOVEL DESTINADO AS INSTALACOES DA FUNDACAO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE - FUMDEMA.
Vigência: Início: 09/02/2011 Término: 09/02/2012
Valor R\$ 7.665,84(SETE MIL E SEISCENTOS E SESSENTA E CINCO REAIS E OITENTA E QUATRO CENTAVOS)

Extrato 1º TA Contrato Nº 102/2010 - PMC

Contrato Nº: 102/2010 1º TA 102/2010
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA
Contratada: LIDER MATERIAIS ELETRICOS LTDA ME
Licitação: Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia nº



1/2010
Dotação: 08.001.000.0015.0451.0030.2030.333903928000000.01000000
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO DE ENGENHARIA SANITÁRIA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE OPERAÇÃO, TRATAMENTO DE RESÍDUOS E MANUTENÇÃO DO ATERRO SANITÁRIO MUNICIPAL.
Vigência: Início: 16/02/2011 Término: 24/03/2011
Valor R\$ 47.036,15(QUARENTA E SETE MIL E TRINTA E SEIS REAIS E QUINZE CENTAVOS)

Extrato 1º TA Contrato Nº 158/2010 - PMC

Contrato Nº: 158/2010 1 TA 158/2010
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA
Contratada: FOCO PROPAGANDA LTDA
Licitação: Concorrência para Compras e Serviços nº 0007/2009
Dotação: 02.001.000.0004.0131.0004.2004.333903990000000.01000000
Objeto: CONTRATAÇÃO DE AGENCIA DE PROPAGANDA E PUBLICIDADE PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO, MARKETING, DIVULGAÇÃO E PUBLICIDADE, DENTRE OUTROS, TAMBÉM COM O OBJETIVO DE PLANEJAR, EXECUTAR E VEICULAR A PUBLICIDADE INSTITUCIONAL E DE INTERESSE PÚBLICO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE CONCÓRDIA.
Vigência: Início: 16/02/2011 Término: 11/05/2011

Extrato 1º TA Contrato Nº 19/2011 - PMC

Contrato Nº: 19/2011 1º TA 19/2011
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA
Contratada: SETEP CONSTRUÇÕES S.A
Licitação: Tomada de Preço para Obras e Serviços de Engenharia nº 28/2010
Dotação: 08.001.000.0015.0451.0032.1009.344905198000000.01000000
Objeto: A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO DE ENGENHARIA E OU CONSTRUÇÃO CIVIL, EM REGIME DE EMPREITADA GLOBAL (MATERIAL, MAO DE OBRA E EQUIPAMENTOS) PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE RECAPEAMENTO ASFALTICO COM CBUQ, NAS RUAS LAURO MULLER, PREFEITO SEGUNDO DALLA COSTA, PADRES FRANCISCANOS, PREFEITO DOMINGOS MACHADO DE LIMA, ESTACIONAMENTO DO AEROPORTO E PONTOS ISOLADOS NA CIDADE
Vigência: Início: 28/02/2011 Término: 04/05/2011
Valor R\$ 28.060,20(VINTE E OITO MIL E SESENTA REAIS E VINTE CENTAVOS)

Extrato 1º TA Contrato Nº 333/2010 - PMC

Contrato Nº: 333/2010 1º TA 333/2010
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA
Contratada: EXECCUTTA PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA
Licitação: Tomada de Preço para Obras e Serviços de Engenharia nº 22/2010
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO DE CONSTRUÇÃO E OU ENGENHARIA CIVIL PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS ARQUITETÔNICOS E COMPLEMENTARES PARA REFORMA E OU CONSTRUÇÃO DE UNIDADES ESCOLARES DESTES MUNICÍPIO
Vigência: Início: 01/02/2011 Término: 05/03/2011

Extrato 1º TA Contrato Nº 334/2010 - PMC

Contrato Nº: 334/2010 1º TA 334/2010
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA
Contratada: CONSTRUTORA JOSE REINALDO LTDA
Licitação: Tomada de Preço para Obras e Serviços de Engenharia nº 22/2010

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO DE CONSTRUÇÃO E OU ENGENHARIA CIVIL PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS ARQUITETÔNICOS E COMPLEMENTARES PARA REFORMA E OU CONSTRUÇÃO DE UNIDADES ESCOLARES DESTES MUNICÍPIO
Vigência: Início: 01/02/2011 Término: 05/03/2011

Extrato 1º TA Contrato Nº 335/2010 - PMC

Contrato Nº: 335/2010 1º TA 335/2010
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA
Contratada: UNITECNO-COOP. DE TRAB.DE PROFIS.E SERVIÇOS TECNOLÓGICOS
Licitação: Tomada de Preço para Obras e Serviços de Engenharia nº 22/2010
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO DE CONSTRUÇÃO E OU ENGENHARIA CIVIL PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS ARQUITETÔNICOS E COMPLEMENTARES PARA REFORMA E OU CONSTRUÇÃO DE UNIDADES ESCOLARES DESTES MUNICÍPIO
Vigência: Início: 01/02/2011 Término: 20/03/2011

Extrato 1º TA Contrato Nº 354/2010 - PMC

Contrato Nº: 354/2010 1º TA 354/2010
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA
Contratada: LIDER MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA ME
Licitação: Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia 36/2010 -
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) DO RAMO DE ENGENHARIA E OU CONSTRUÇÃO CIVIL, EM REGIME DE EMPREITADA GLOBAL (MATERIAL, MAO-DE-OBRA E EQUIPAMENTOS), PARA EXECUÇÃO DE OBRA(S) DE CONSTRUÇÃO DE PORTICO DE ENTRADA (ITEM 01), QUIOSQUES DE CHURRASQUEIRAS, FORNOS E BANHEIROS (ITEM 02) NO PARQUE MUNICIPAL DE EXPOSIÇÕES ATÍLIO FRANCISCO XAVIER FONTANA, NESTE MUNICÍPIO, DE ACORDO COM O PROJETO BÁSICO CONSTANTE NO ANEXO D DO EDITAL.
Vigência: Início: 28/02/2011 Término: 24/04/2011

Extrato 1º TA Contrato Nº 366/2010 - PMC

Contrato Nº: 366/2010 1º TA 366/2010
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA
Contratada: EXECCUTTA PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA
Licitação: Convite para Obras e Serviços de Engenharia nº 43/2010
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO DE ENGENHARIA E OU CONSTRUÇÃO CIVIL EM REGIME DE EMPREITADA GLOBAL (MATERIAL, MAO DE OBRA E EQUIPAMENTOS) PARA EXECUÇÃO DE PASSEIOS NO DISTRITO DE PLANALTO, NESTE MUNICÍPIO.
Vigência: Início: 11/02/2011 Término: 10/04/2011

Extrato 1º TA Contrato Nº 6/2011 - PMC

Contrato Nº: 6/2011 1º TA 6/2011
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA
Contratada: LUPA CONSTRUÇÕES LTDA ME
Licitação: Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia Nº 12/2010
Dotação: 08.001.000.0015.0451.0032.1009.344905198000000.01000000
Dotação: 10.001.000.0004.0122.0041.1012.344905198000000.01000000
Dotação: 10.001.000.0004.0122.0041.1012.344905198000000.03000000
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO DE ENGENHARIA E OU CONSTRUÇÃO CIVIL, EM REGIME DE EMPREITADA GLOBAL (MATERIAL, MAO DE OBRA E EQUIPAMENTOS), PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO MULTIUSO NO PARQUE MUNICIPAL DE EXPOSIÇÕES ATÍLIO FRANCISCO XAVIER

FONTANA, NESTE MUNICIPIO, DE ACORDO COM O PROJETO BASICO CONSTANTE NO ANEXO D DO EDITAL.

Vigência: Início: 16/02/2011 Término: 30/10/2011

Valor R\$ 64.259,90(SESSENTA E QUATRO MIL E DUZENTOS E CINQUENTA E NOVE REAIS E NOVENTA CENTAVOS)

Extrato 1º TA Contrato Nº 68/2010 - FMS

Contrato Nº: 68/2010 1º TA 68/2010

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCORDIA

Contratada: AUTO POSTO MEDITERRANEO LTDA

Licitação: Pregão Presencial nº 10/2010

Objeto: AQUISICAO DE GASOLINA COMUM E OLEO DIESEL COMUM PARA ABASTECIMENTO DOS VEICULOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA, QUANDO EM VIAGEM PARA TRANSPORTE DE PACIENTES FORA DO MUNICIPIO DE CONCORDIA.

Vigência: Início: 09/02/2011 Término: 26/08/2011

Valor R\$ 9.600,00(NOVE MIL E SEISCENTOS REAIS)

Extrato 1º TA Contrato Nº 79/2010 - FMS

Contrato Nº: 79/2010 1º TA 79/2010

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCORDIA

Contratada: ENGASTE PROJETOS, CONSTRUcoes E INCORPORACOES LTDA

Licitação: Tomada de Preço para Obras e Serviços de Engenharia nº 2/2010

Dotação: 13.001.000.0010.0301.0049.2102.344905198000000.01640000

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO DE ENGENHARIA E OU CONSTRUÇÃO CIVIL EM REGIME DE EMPREITADA GLOBAL (MATERIAL E MAO-DE-OBRA) PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE CONSTRUÇÃO DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO BAIRRO SÃO CRISTOVAO.

Vigência: Início: 09/02/2011 Término: 18/05/2011

Valor R\$ 7.822,03(SETE MIL E OITOCENTOS E VINTE E DOIS REAIS E TRES CENTAVOS)

Extrato 2º TA Contrato Nº 1/2010 - FIA

Contrato Nº: 1/2010 2º TA 1/2010

Contratante: FUNDO MUN. DE INFANCIA E ADOLESCENCIA DE CONCORDIA

Contratada: CANV CENTRO ASSISTENCIAL NOVA VIDA

Licitação: Contrato Direto

Objeto: Prestação de serviço de internamento de adolescente dependente de substâncias químicas, objetivando a reabilitação, conforme determinação proveniente do processo nº 019.08.008168-0.

Vigência: Início: 16/02/2011 Término: 22/08/2011

Valor R\$ 5.949,66(CINCO MIL E NOVECENTOS E QUARENTA E NOVE REAIS E SESSENTA E SEIS CENTAVOS)

Extrato 2º TA Contrato Nº 100/2009 - PMC

Contrato Nº: 100/2009 2º TA 100/2009

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCORDIA

Contratada: CETRIC CENTRAL TRAT RES SOL IND COM CHAPECO LTDA

Licitação: Tomada de Preço para Compras e Serviços Nº 7/2009

Dotação: 11.001.000.0026.0782.0043.2041.333903920000000.01000000

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA PRESTACAO DE SERVICOS DE COLETA, TRANSPORTE E DESTINACAO DE RESIDUOS LIQUIDOS CLASSE I E DE RESIDUOS CLASSE I SOLIDOS E LODOS.

Vigência: Início: 14/02/2011 Término: 13/02/2012

Valor R\$ 27.494,20(VINTE E SETE MIL E QUATROCENTOS E NOVENTA E QUATRO REAIS E VINTE CENTAVOS)

Extrato 2º TA Contrato Nº 103/2009 - PMC

Contrato Nº: 103/2009 2º TA 103/2009

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCORDIA

Contratada: LWART LUBRIFICANTES LTDA

Licitação: Contrato Direto

Objeto: Serviços de coleta, transporte e destinação legal dos óleos lubrificantes minerais usados ou contaminados gerados, considerados como regeneráveis.

Vigência: Início: 11/02/2011 Término: 11/02/2012

Extrato 2º TA Contrato Nº 2/2010 - FUMDEMA

Contrato Nº: 2/2010 2º TA 2/2010

Contratante: FUNDAÇÃO MUN DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE

Contratada: INVIOSAT SEGURANCA LTDA

Licitação: Contrato Direto

Objeto: Serviço de monitoramento eletrônico das instalações da Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente - FUMDEMA.

Vigência: Início: 22/02/2011 Término: 22/02/2012

Valor R\$ 1.252,80(HUM MIL E DUZENTOS E CINQUENTA E DOIS REAIS E OITENTA CENTAVOS)

Extrato 2º TA Contrato Nº 284/2010 - PMC

Contrato Nº: 284/2010 2º TA 284/2010

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCORDIA

Contratada: SETEP CONSTRUcoes S.A

Licitação: Tomada de Preço para Obras e Serviços de Engenharia nº 14/2010

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO DE ENGENHARIA E OU CONSTRUÇÃO CIVIL EM REGIME DE EMPREITADA GLOBAL (MATERIAL, EQUIPAMENTOS E MAO DE OBRA) PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA E DRENAGEM PLUVIAL DAS RUAS ADELAR PRIMO E OROZIMBO MICHELON BAIRRO IMIGRANTES , MARIA THEREZA DAGNES MERLO LOTEAMENTO SAO MIGUEL, DO CONTORNO BAIRRO NATUREZA, RUA SEM DENOMINAÇÃO NO BAIRRO PARQUE DE EXPOSICOES, MARCELLO TECHIO BAIRRO VISTA ALEGRE, NESTE MUNICIPIO

Vigência: Início: 16/02/2011 Término: 13/06/2011

Valor de R\$ 17.070,80 (dezesete mil, setenta reais e oitenta centavos)

Extrato 2º TA Contrato Nº 348/2010 - PMC

Contrato Nº: 348/2010 2º TA CT348/2010

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCORDIA

Contratada: DECC CONSTRUcoes LTDA

Licitação: Tomada de Preço para Obras e Serviços de Engenharia nº 27/2010

Dotação: 08.001.000.0015.0451.0032.1009.344905198000000.01000000

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA EM REGIME DE EMPREITADA GLOBAL (MATERIAL, MAO DE OBRA, FORNECIMENTO E INSTALACAO DE EQUIPAMENTOS) PARA IMPLANTACAO DE PRACA NO BAIRRO SANTA CRUZ EM CONFORMIDADE COM O PROJETO BASICO CONSTANTE NO ANEXO D DO EDITAL.

Vigência: Início: 22/02/2011 Término: 31/12/2011

Valor R\$ 62.705,91 (sessenta e dois mil, setecentos e cinco reais e noventa e um centavos),

Extrato 2º TA Contrato Nº 351/2010 - PMC

Contrato Nº: 351/2010 2º TA 351/2010

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCORDIA

Contratada: LUPA CONSTRUÇOES LTDA ME
Licitação: Tomada de Preço para Obras e Serviços de Engenharia nº 26/2010
Dotação: 11.001.000.0026.0782.0044.1013.344905199000000.01000000
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO DE ENGENHARIA E OU CONSTRUÇÃO CIVIL, EM REGIME DE EMPREITADA GLOBAL (MATERIAL, EQUIPAMENTOS E MAO DE OBRA) PARA EXECUÇÃO DE PONTE SOBRE O RIO BONITO, LINHA LARANJEIRAS, DIVISA DOS MUNICÍPIOS DE CONCORDIA E PRESIDENTE CASTELLO BRANCO, DE ACORDO COM O PROJETO BÁSICO CONSTANTE NO ANEXO D DO EDITAL.
Vigência: Início: 08/02/2011 Término: 23/04/2011
Valor R\$ 133.840,00 (cento e trinta e três mil, oitocentos e quarenta reais).

Extrato 2º TA Contrato Nº 357/2010 - PMC

Contrato Nº: 357/2010 2º TA 357/2010
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA
Contratada: M.W CONSTRUÇOES LTDA
Licitação: Convite para Obras e Serviços de Engenharia nº 45/2010
Dotação: 08.001.000.0015.0451.0032.1009.344905198000000.01000000
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO DE ENGENHARIA E OU CONSTRUÇÃO CIVIL, EM REGIME DE EMPREITADA GLOBAL (MATERIAL, MAO DE OBRA E EQUIPAMENTOS), PARA INSTALAÇÃO DE GUARDA-CORPOS E SUPORTE METÁLICOS PARA ÁRVORES
Vigência: Início: 11/02/2011 Término: 13/02/2011
Valor R\$ 38.229,60 (trinta e seis mil, quatrocentos e vinte e nove reais e sessenta centavos)

Extrato 4º TA Contrato Nº 37/2009 - FMS

Contrato Nº: 37/2009 4º TA 37/2009
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCORDIA
Contratada: CRETA CENTRO DE RECUP. DE TOXICOM. E ALCOOLICOS
Licitação: Inexigibilidade de Licitação nº 7/2008
Dotação: 13.001.000.0010.0303.0050.2103.333903999000000.01650000
Objeto: CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO PARA INTERNAMENTO DE PACIENTES DO SUS QUE SÃO DEPENDENTES DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS, PARA ATENDIMENTO DE DETERMINAÇÕES JUDICIAIS QUE PODERÃO SER RECEBIDAS PELO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE NO ANO DE 2009.
Vigência: Início: 16/02/2011 Término: 03/01/2012
Valor R\$ 31.484,12(TRINTA E HUM MIL E QUATROCENTOS E OITENTA E QUATRO REAIS E DOZE CENTAVOS)

Extrato 4º TA Contrato Nº 4/2007 - FMC

Contrato Nº: 4/2007 4º TA CT 4/2007
Contratante: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA DE CONCORDIA
Contratada: UNITECNO-COOP. DE TRAB.DE PROFIS.E SERVICOS TECNOLOGICOS
Licitação: Contrato Direto
Objeto: Prorrogação do contrato nº 4/2007, de fornecimento, manutenção e atualização do programa concernente ao Sistema de Automação da biblioteca Pública Municipal Júlio da Costa Neves.
Vigência: Início: 18/02/2011 Término: 01/03/2012
Valor R\$ 1.560,00(HUM MIL E QUINHENTOS E SESENTA REAIS)

Extrato 5º TA Contrato Nº 257/2010 - PMC

Contrato Nº: 257/2010 5º TA 257/2010
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA

Contratada: PLUMO CONSTRUTORA LTDA EPP
Licitação: Convite para Obras e Serviços de Engenharia nº 24/2010
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO DE ENGENHARIA E OU CONSTRUÇÃO CIVIL EM REGIME DE EMPREITADA GLOBAL (MATERIAL E MAO DE OBRA) PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE REFORMA DO CMEI ZILDA SILVEIRA NEVES, NESTE MUNICÍPIO.
Vigência: Início: 03/02/2011 Término: 28/02/2011
Valor R\$ R\$ 124,29 (cento e vinte e quatro reais e vinte e nove centavos)

Extrato 8º TA Contrato Nº 82/2008 - PMC

Contrato Nº: 82/2008 8º TA 82/2008
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA
Contratada: TURBONET PROVEDOR LTDA ME
Licitação: Convite para Compras e Serviços Nº 14/2008
Dotação: 06.002.000.0012.0361.0015.2015.333903997000000.01190000
Dotação: 21.001.000.0018.0122.0080.2501.333903997000000.01000000
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONEXÃO DE INTERNET PARA OS CMEI S, UNIDADES ESCOLARES, TERMINAL RODOVIÁRIO MUNICIPAL E FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE - FUMDEMA, EM CONFORMIDADE COM AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO D DO CONVITE.
Vigência: Início: 24/02/2011 Término: 27/02/2012
Valor R\$ 11.664,00(ONZE MIL E SEISCENTOS E SESENTA E QUATRO REAIS)

Extrato Contrato Nº 13/2011 - FMS

Contrato Nº: 13/2011
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCORDIA
Contratada: COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E CONSUMO CONCORDIA
Licitação: Pregão Presencial nº 13/2011
Dotação: 13.001.000.0010.0303.0050.2103.333903007000000.01650000
Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ALIMENTAÇÃO DE PACIENTES ATENDIDOS NO CAPS - CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.
Vigência: Início: 01/02/2011 Término: 31/12/2011
Valor R\$ 21.050,96(VINTE E HUM MIL E CINQUENTA REAIS E NOVENTA E SEIS CENTAVOS)

Cordilheira Alta

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº 016/2011

DECRETO Nº 16/2011
DISPÕE SOBRE PONTO FACULTATIVO DURANTE FERIADO DE CARNAVAL PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no inciso IV do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1.o Fica fixado ponto facultativo aos servidores públicos municipais no dia 07/03/2011 e, no dia 09/03/2011 no período matutino, retornando o expediente normal à partir das 13:30 horas

excetuando-se os serviços considerados essenciais.

Art. 2.o. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.o. Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 02 de março de 2011.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO

Prefeito Municipal

CLOVIS FIDELIS GRANDO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Registrado e publicado em data supra.

Portaria 131/2011

PORTARIA Nº 131/2011

“CONCEDE LICENÇA A SERVIDOR PÚBLICO, PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições Legais, em especial o Art. 70 da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido 03 (três) dias de licença para tratamento de saúde a Servidora, Sra. ALINE BREANSINI, ocupante do cargo de Agente Comunitária de saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, de acordo com atestado médico em anexo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam as disposições em contrário.

Cordilheira Alta - SC, 02 de março de 2011.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO

Prefeito Municipal

CLOVIS FIDELIS GRANDO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Registrada e Publicada em data supra.

Portaria 132/2011

PORTARIA Nº 132/2011

“INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR (PAD) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito de Cordilheira Alta - SC, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no art.70, inciso XXVI, da Lei Orgânica Municipal, bem como, com fundamento no Relatório da Sindicância nomeada pela Portaria 79/2011, e ainda com respaldo na Denúncia n.001/2011, e especialmente no que determina o artigo 117/122 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, e Considerando o Relatório da Sindicância nomeada pela Portaria n.079 de 10 de fevereiro de 2011; Considerando que os atos praticados pelo Servidor Everson Vivian vão de encontro as infrações aos artigos 91, I, IV c/c art.92, I, XIII combinado com art.106, VI e X todos do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

RESOLVE:

Art. 1º - Instaurar Processo Administrativo Disciplinar (PAD), no âmbito da Prefeitura Municipal- Secretaria Municipal de Obras, para apurar eventuais irregularidades praticadas pelo Servidor Everson Vivian, no exercício de suas atribuições funcionais, tais

como, descumprimento de ordem hierárquica (insubordinação); dilapidação do patrimônio público (mau uso da máquina retro escavadeira) e ausentar-se do serviço público antes do horário de trabalho.

Art.2º.- O Servidor Everson Vivian independentemente da descrição do art.1º, desta Portaria deverá defender-se das supostas infrações capituladas nos artigos 91, I, IV c/c art.92, I, XIII combinado com art.106, VI e X todos do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.3º. - Fica desde já assegurado ao Servidor o Direito de Ampla Defesa e Contraditório, com todos os meios a eles inerentes, ressaltando que o descumprimento deste artigo será motivo suficiente para a anulação dos atos maculados pelo vício caso ocorrido, prevalecendo os atos válidos.

Parágrafo único. O devido processo legal deverá ser seguido fielmente pela Comissão Processante. Ressaltando de desde já que não poderão participar da Comissão Membros com qualquer vínculo de parentesco nos termos do art.123,§2º do Estatuto, com o Servidor Everson Vivian, bem como entre os Membros da Comissão, e ou parentes do Prefeito e Vice Prefeito e do Denunciante.

Art.4º.- Aquele Servidor que for nomeado e caso possua parentesco conforme descrito no parágrafo único acima, deverá imediatamente declarar-se impedido de atuar na Comissão processante.

Art.5º. - Nenhum ato da comissão processante poderá ser sonegado ao Servidor Everson, ou ao seu advogado constituído e com procuração acostada aos autos, podendo o mesmo solicitar cópias e ter vista do processo em secretaria.

Art.6º.- Para garantir o acesso aos autos e a ampla defesa nenhuma taxa deverá ser cobrada do servidor investigado, devendo as despesas correr a conta de dotações do orçamento vigente.

Art.7º- Caso o Servidor Everson Vivian não possuir condições de constituir um advogado, deverá requerer a este Poder Executivo a nomeação de um dos advogados do quadro desta prefeitura para acompanhá-lo e fazer a defesa do servidor, se assim o desejar.

Art.8º - Designo os Servidores do Quadro Efetivo desta Prefeitura, para compor sobre a Presidência do Servidor Fulano de tal, os seguintes nomes:

Parágrafo único. Todos os membros nomeados a ocupar cargo na comissão deverão necessariamente ter grau de escolaridade igual ou superior ao do servidor Investigado, e ser efetivo e estável no serviço público municipal.

Art.9º. - Os autos da sindicância integrarão o processo disciplinar como peça informativa da instrução.

Art.10º.- Fixo o prazo de até 60 (sessenta dias) para conclusão dos trabalhos, prorrogáveis por igual período, quando as circunstâncias o exigirem.

11º.- Por questão de cautela e para garantir a lisura da instrução processual, determino o afastamento do servidor Everson Vivian de suas funções pelo prazo de 60 (sessenta) dias, sem prejuízo de sua remuneração.

Art.12º.- Nos termos do art.135 e parágrafos, do Estatuto fica indiciado o servidor Everson Vivian, por infração capitulada nos arts. 91, I, IV c/c art.92, I, XIII combinado com art.106, VI e X todos do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.13º. O Servidor Indiciado deverá ser cientificado com cópia

integral desta Portaria, e cópia integral do Processo de Sindicância Preliminar (Portaria 079/2011), por AR, para acompanhar o processo Disciplinar e apresentar defesa preliminar, requerendo a produção de todos os meios de provas em direito admitidas, no prazo de 10 (dez) dias, a contar da juntada do AR nos autos.

Art.1 4º - Ressalto ainda que deverá ser dado o direito do Indiciado a apresentar alegações finais no momento oportuno, devendo para isso ser considerado o prazo de 10 (dez) dias, mediante expedição de ciência do ato pela Comissão, contado o prazo da juntada do AR aos autos.

Art.15º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 16º - Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta - SC, 03 de março de 2011.
RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO
Prefeito Municipal

CLOVIS FIDELIS GRANDO
Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Registrada e Publicada em data supra.

Portaria 133/2011

PORTARIA Nº 133/2011

“DECLARA A VACÂNCIA DE CARGO PUBLICO DA SERVIDORA QUE MENCIONA, POR MOTIVO DE APOSENTADORIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições Legais, em especial o Art. 70 da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º - Declarar nos termos do inciso IV, Art. 32, da Lei Complementar Municipal nº 018/2001, de 04 de julho de 2001, a VACÂNCIA do cargo de Professora Pública Municipal do quadro de cargos de provimento efetivo da administração direta do Município de Cordilheira Alta, em virtude da concessão do benefício previdenciário de aposentadoria voluntária, concedida a servidora Isadir Osilia da Rosa, pelo Instituto Nacional do Seguro Social _ INSS.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, gerando seus efeitos legais a partir de 01 de março de 2011.

Art. 3º - Revogam as disposições em contrário.

Cordilheira Alta - SC, 03 de março de 2011.
RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO
Prefeito Municipal

CLOVIS FIDELIS GRANDO
Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Registrada e Publicada em data supra.

Portaria 134/2011

PORTARIA Nº 134/2011

“CONCEDE LICENÇA A SERVIDOR PÚBLICO, PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições Legais, em especial o Art. 70 da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido 02 (dois) dias de licença para tratamento de saúde ao Servidor, Sr. JULCIONIR CUNICO, ocupante do cargo de Operador de Máquinas, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio, de acordo com atestado médico em anexo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam as disposições em contrário.

Cordilheira Alta - SC, 03 de março de 2011.
RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO
Prefeito Municipal

CLOVIS FIDELIS GRANDO
Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Registrada e Publicada em data supra.

Corupá

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº 314/11 - Homologa resultado final do Concurso Público 001/10.

DECRETO Nº 314/11

HOMOLOGA RESULTADO FINAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas atribuições, e com base no item VII, do art. 66 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado o resultado final do Concurso Público aberto pelo Edital de Concurso Público nº. 001/2010.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 23 de fevereiro de 2011.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

SANDRO ROGÉRIO GLATZ
Secretário Mun. Administração e Fazenda

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Edital de Chamamento 002/2011

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº. 002/2011
(Edital de Concurso Público nº. 001/2010)

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas atribuições legais, com fundamento no que lhe faculta a Lei Complementar Municipal nº. 014/09, de 15 de dezembro de 2009, resolve tornar público:

Ficam convocados os aprovados no concurso público de que trata o Edital de Concurso Público nº. 001/2010, conforme os cargos constante do Anexo I, parte integrante do presente Edital para a realização dos exames médicos pré-admissionais.

Os candidatos convocados por este edital, deverão apresentar-se no dia 09 de março de 2011, às 16 horas, na Santa Catarina Clínicas, sito à rua Vidal Ramos, 222, nesta cidade, munidos do documento oficial de identidade.

O não comparecimento do candidato nos dias e horários acima determinados, importará na sua eliminação do Concurso Público, no qual será tido como desistente.

A avaliação médica terá caráter eliminatório, sendo o candidato considerado apto ou inapto.

Gabinete do Prefeito do Município de Corupá, Estado de Santa Catarina, aos 04 dias do mês de março de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

SANDRO ROGÉRIO GLATZ

Secretário Mun. De Administração e Fazenda

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

ANEXO I

CONVOCAÇÃO POR ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO

CARGO: ASSISTENTE SOCIAL	
ORDEM	NOME
1º	PATRÍCIA MACCARINI MORAES

CARGO: MÉDICO PEDIATRA	
ORDEM	NOME
1º	ANA CECÍLIA MEDEIROS MANO AZEVEDO

CARGO: ODONTÓLOGO	
ORDEM	NOME
1º	EDUARDO FERNANDES WALTER

OPERADOR DE MÁQUINA I	
ORDEM	NOME
1º	PAULO OLZEWSKI
2º	SIMIÃO BIAR

CARGO: PSICÓLOGO	
ORDEM	NOME
2º	KÁTIA THAISE DUARTE DOS SANTOS

CARGO: TÉCNICO EM ENFERMAGEM	
ORDEM	NOME
1º	NILTON PAULO PADILHA DE LIMA

CARGO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - CENTRO	
ORDEM	NOME
1º	DÓRIS FUCK RADUENZ

CARGO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - SEMINÁRIO	
ORDEM	NOME
1º	SÔNIA MARLI ELISELT BERTOLDI

CARGO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ANO BOM	
ORDEM	NOME
1º	JULIANE AUERHAHN MAIA
2º	ANELORA KRUGER KIATKOWSKI
3º	SUELI TEREZINHA VALCZAK DE OLIVEIRA

CARGO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - PEDRA DE AMOLAR	
ORDEM	NOME

1º	VANIMERI MAHLSTEDT
----	--------------------

CARGO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ITAPOCÚ	
ORDEM	NOME
1º	ELIZANGELA DO CARMO GODINHO PORSCHE

CARGO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - VILA ISABEL	
ORDEM	NOME
1º	ROSEMERI HAFEMANN FISCHER

CARGO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - RIO PAULO	
ORDEM	NOME
1º	MARÍLIA BEGALKE MELCHERT

Forquilha

PREFEITURA MUNICIPAL

Extrato de Contrato PMF Nº. 30/2011.

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 30/2011.

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA.

CONTRADADO - VIP COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA.

OBJETO - aquisição de 01 (um) veículo Sentra (três volumes) para 05 (cinco) passageiros, motor bi combustível, com potência de 143 CV, motor 2.0, para atendimento a Prefeitura Municipal de Forquilha/SC.

VALOR - R\$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais).

VIGÊNCIA - 1.105 (hum mil cento e cinco) dias corridos (prazo de entrega + garantia).

DOTAÇÃO - 0703.1027.4490 (115).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei 8.666/93 e Carta Convite nº. 20/PMF/2011.

DATA DA ASSINATURA - 16 de fevereiro de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Fraiburgo

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria Nº 0871/2011

PORTARIA Nº 0871, DE 04 DE MARÇO DE 2011.

Amplia Carga Horária de Servidor.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna nº 0343/2011, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Ampliar de 12 (doze) para 15 (quinze) horas semanais a carga horária da servidora IVETE CORREA MAXIMILIANO KOENE, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 633.118.529-15, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - MATEMÁTICA, no período de 10 de março de 2011 até 31 de julho de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.



Fraiburgo, 04 de março de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0872/2011

PORTARIA Nº 0872, DE 04 DE MARÇO DE 2011.

Amplia Carga Horária de Servidor.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna nº 0341/2011, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Ampliar de 39 (trinta) para 40 (quarenta) horas semanais a carga horária da servidora ELISABETH FOGASSA DE ALMEIDA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 647.858.827-00, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - HISTÓRIA, no período de 10 de março de 2011 até 31 de julho de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 04 de março de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0873/2011

PORTARIA Nº 0873, DE 04 DE MARÇO DE 2011.

Amplia Carga Horária de Servidor.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna nº 0342/2011, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Ampliar de 28 (vinte e oito) para 30 (trinta) horas semanais a carga horária da servidora GRAZIELE APARECIDA NOVAKOSKI DE OLIVEIRA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 031.446.609-65, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - LÍNGUA INGLESA, no período de 10 de março de 2011 até 31 de julho de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 04 de março de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0874/2011

PORTARIA Nº 0874, DE 04 DE MARÇO DE 2011.

Amplia Carga Horária de Servidor.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna nº 0340/2011, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Ampliar de 24 (vinte e quatro) para 29 (vinte e nove) horas semanais a carga horária da DEAIR GONZALEZ, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 194.732.909-00, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - LÍNGUA PORTUGUESA, no período de 10 de março de 2011 até 31 de julho de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 04 de março de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0875/2011

PORTARIA Nº 0875, DE 04 DE MARÇO DE 2011.

Amplia Carga Horária de Servidor.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna nº 0337/2011, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes; Considerando que está substituindo, por 06 horas semanais, a professora LUCÉLIA RODRIGUES DA VEIGA, que está na função de Diretora da EEF. Bairro das Nações;

RESOLVE:

Art. 1º Ampliar de 14 (quatorze) para 20 (vinte) horas semanais a carga horária da ROSANE RODRIGUES DOS SANTOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 899.849.199-00, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - ARTES, no período de 10 de março de 2011 até 31 de julho de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 04 de março de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0876/2011

PORTARIA Nº 0876, DE 04 DE MARÇO DE 2011.

Amplia Carga Horária de Servidor.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna n.º 0333/2011, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Ampliar de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais a carga horária da servidora JACY TEREZINHA PADILHA DE ALMEIDA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 031.609.519-28, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, área de atuação EDUCAÇÃO INFANTIL, no período de 10 de março de 2011 até 16 de dezembro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 04 de março de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0877/2011

PORTARIA N.º 0877 DE 04 DE MARÇO DE 2011.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n. 023 de 11 de novembro de 2010 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, para atender excepcional interesse público, na área da Educação;

Considerando que estará substituindo, por 40 horas semanais, a servidora IZOLDA CONTE VALER, que se encontra em Auxílio Doença;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de MARIZETE APARECIDA DA SILVA CAMARGO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 737.629.979-34, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 11 de março de 2011 até 05 de setembro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 04 de março de 2011.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0878/2011

PORTARIA N.º 0878 DE 04 DE MARÇO DE 2011.

Exonera Servidor Público Municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, a servidora SHEILA STIEVEN, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 010.094.559-74, nomeada no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE SETOR, por 40 horas semanais, a partir de 01 de março de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 04 de março de 2011.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0879/2011

PORTARIA N.º 0879, DE 04 DE MARÇO DE 2011.

Amplia Carga Horária de Servidor.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna n.º 0348/2011, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Ampliar de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais a carga horária da servidora MARINEZ DO AMARAL, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 063.298.309-40, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, área de atuação EDUCAÇÃO INFANTIL, no período de 10 de março de 2011 até 31 de julho de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 04 de março de 2011.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0880/2011

PORTARIA N.º 0880, DE 04 DE MARÇO DE 2011.

Amplia Carga Horária de Servidor.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna n.º 0349/2011, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Ampliar de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais a carga horária da servidora VIVIANE DE CORDOVA RONCHI, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 024.239.229-65, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, área de atuação EDUCAÇÃO INFANTIL, no período de 10 de março de 2011 até 31 de julho de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 04 de março de 2011.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0881/2011

PORTARIA N.º 0881, DE 04 DE MARÇO DE 2011.

Amplia Carga Horária de Servidor.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna n.º 0347/2011, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Ampliar de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais a carga horária da servidora MARIA DA GLORIA PALHANO, brasileira, convivente em união estável, inscrita no CPF sob o n.º 868.905.309-34, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, área de atuação EDUCAÇÃO INFANTIL, no período de 10 de março de 2011 até 31 de julho de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 04 de março de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0882/2011

PORTARIA Nº 0882, DE 04 DE MARÇO DE 2011.

Revoga a Função Gratificada.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010; e em conformidade com a comunicação interna nº 0346/2011 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a Função Gratificada FGM - Diretor da Coordenação Escolar, da servidora EDNA APARECIDA VIEIRA PADILHA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 833.425.329-04, ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR E PROFESSOR DISCIPLINA ESPECÍFICA GRUPO OCUPACIONAL NÍVEL SUPERIOR LP, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 04 de março de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 04 de março de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0883/2011

PORTARIA Nº 0883, DE 04 DE MARÇO DE 2011.

Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, a pedido, o servidor ANTONIO CARLOS MORAES, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 813.996.429-87, nomeado no cargo de provimento efetivo de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, por 40 horas semanais, em 04 de março de 2011.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 04 de março de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0884/2011

PORTARIA Nº 0884 DE 04 DE MARÇO DE 2011.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição

Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0028 de 20 de Dezembro de 2010 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, para atender excepcional interesse público, na área da Infra-Estrutura;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, ANTONIO LUIZ BLEICHVHL, brasileiro, divorciado, inscrito no CPF sob o nº 573.692.679-20, na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 10 de março de 2011 até 09 de abril de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 04 de março de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0885/2011

PORTARIA Nº 0885 DE 04 DE MARÇO DE 2011.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0028 de 20 de Dezembro de 2010 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, para atender excepcional interesse público, na área da Infra-Estrutura;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, ANTONIO NAZÁRIO, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 442.745.809-20, na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 10 de março de 2011 até 09 de abril de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 04 de março de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0886/2011

PORTARIA Nº 0886, DE 04 DE MARÇO DE 2011.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas

atribuições legais e em conformidade com o Art. 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 04 de Junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com Edital n.º 003 de 02 de fevereiro de 2011 e Contrato;

Considerando a necessidade de contratação temporária de AGENTE OPERACIONAL, para atender excepcional interesse público, na Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI; Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

RESOLVE:

Art. 1º - Contratar, em caráter temporário, ALUIR FRANCISCO DE GOIS, brasileiro, solteiro, inscrito no C.P.F. sob o nº 059.373.639-73, na função de AGENTE OPERACIONAL, com lotação na Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI, por 40 horas semanais, no período de 09 de março de 2011 a 08 de abril de 2011, podendo ser prorrogado.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 04 de março de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0887/2011

PORTARIA Nº 0887, DE 04 DE MARÇO DE 2011.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 04 de Junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com Edital n.º 003 de 02 de fevereiro de 2011 e Contrato;

Considerando a necessidade de contratação temporária de AGENTE OPERACIONAL, para atender excepcional interesse público, na área da Infra-Estrutura Urbana; Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

RESOLVE:

Art. 1º - Contratar, em caráter temporário, MARLON STEVEN HOFFMANN DO PRADO, brasileiro, solteiro, inscrito no C.P.F. sob o nº 090.287.869-70, na função de AGENTE OPERACIONAL, por 40 horas semanais, no período de 10 de março de 2011 a 09 de abril de 2011, podendo ser prorrogado.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 04 de março de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0888/2011

PORTARIA Nº 0888 DE 04 DE MARÇO DE 2011.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas

atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 023 de 11 de novembro de 2010 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, para atender excepcional interesse público, na área da Educação; Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, IONI GEPFRICH DE MELLO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 037.944.339-20, na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 10 de março de 2011 até 31 de julho de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 04 de março de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0889/2011

PORTARIA Nº 0889, DE 04 DE MARÇO DE 2011.
Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, a pedido, a servidora ANDREA APARECIDA ALVES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 005.563.389-79, nomeada no cargo de provimento efetivo de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, por 40 horas semanais, em 02 de março de 2011.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 04 de março de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0890/2011

PORTARIA Nº 0890 DE 04 DE MARÇO DE 2011.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 023 de 11 de novembro de 2010 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, para atender excepcional interesse público, na área da Educação;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, MARIZETE DOS SANTOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 025.026.269-00, na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 10 de março de 2011 até 31 de julho de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 04 de março de 2011.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0891/2011

PORTARIA N.º 0891 DE 04 DE MARÇO DE 2011.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0002 de 27 de janeiro de 2011 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de PROFESSOR - ARTES, para atender excepcional interesse público, na área da Educação;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, MÁRCIA FERREIRA LOSS, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 998.362.979-87, na função de PROFESSOR - ARTES, com carga horária de 16 horas semanais, no período de 10 de março de 2011 até 31 de julho de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 04 de março de 2011.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0892/2011

PORTARIA N.º 0892 DE 04 DE MARÇO DE 2011.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0002 de 27 de janeiro de 2011 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de PROFESSOR - ARTES, para atender excepcional interesse público, na

área da Educação;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, LUANA APARECIDA CAREGNATO REINHOLD, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 059.041.919-60, na função de PROFESSOR - ARTES, com carga horária de 14 horas semanais, no período de 10 de março de 2011 até 31 de julho de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 04 de março de 2011.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0893/2011

PORTARIA N.º 0893 DE 04 DE MARÇO DE 2011.
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 025 de 17 de novembro de 2010 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de MÉDICO - CLÍNICO GERAL - PSF, para atender excepcional interesse público, na área da Saúde;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de, FLAVIO LEAL FERNANDES, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 513.988.420-87, contratado em caráter temporário na função de MÉDICO - CLÍNICO GERAL - PSF, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 10 de março de 2011 até 30 de junho de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 04 de março de 2011.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0894/2011

PORTARIA N.º 0894 DE 04 DE MARÇO DE 2011.
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 025 de 17 de novembro de 2010 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de

MÉDICO CLÍNICO GERAL - PSF, para atender excepcional interesse público, na área da Saúde;
Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de, RENATA MENDONÇA DE BARROS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 029.456.119-61, contratada em caráter temporário na função de MÉDICO CLÍNICO GERAL - PSF, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 20 de março de 2011 até 30 de junho de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 04 de março de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Extrato do Aditivo Nº 0006/2011-SF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº CT10SF17

Nº DO ADITIVO: TA11SF06

Contratante: Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI. Contratada: FEMAKS CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA. Objeto do Contrato: Contratação de empresa do ramo para execução dos serviços de construção de um Centro de Triagem de Resíduos Sólidos Urbanos, nesta cidade, com área total a ser construída de 361,19 m². Objeto do Aditivo: substituição de alguns materiais e serviços, acréscimo na metragem, e porque parte da escavação já tinha sido realizada pela Contratante e consequente alteração da cláusula 2.1 do contrato, do valor. Data do Aditivo: 03.02.2011. Encerramento da vigência: 03.02.2011. Processo Administrativo Licitatório nº: 0018/2010-SF. Tomada de Preços nº: 0002-2010 - SF.

ADEMIR PEDRO PERIN

Presidente da Sanefrai

Extrato do Aditivo Nº 0007/2011-SF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº CT11SF05

Nº DO ADITIVO: TA11SF07

Contratante: Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI. Contratada: LOCOMAQ COM. E LOCAÇÃO D4E MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA. Objeto do Contrato: Contratação de empresa do ramo para recuperação da parte rodante, do comando lateral direcional e da embreagem central do Trator Komatsu AD50 nº 12. Objeto do Aditivo: alteração em função de que quando da abertura das demais partes do trator, constatou-se a necessidade de aquisição de novas peças e serviços para recuperação também da caixa de câmbio e do sistema hidráulico (discos, placas, molas, engrenagens e eixos) para o perfeito funcionamento do trator, conforme Laudo mecânico da empresa contratada, o qual fará parte integrante deste instrumento, no valor total de R\$ 18.197,78 (dezoito mil, cento e noventa e sete reais e setenta e oito centavos). Data do Aditivo: 16.02.2011. Encerramento da vigência: 08.03.2011. Processo Administrativo Licitatório nº: 0034/2010-SF. Pregão Presencial nº: 0027 - SF.

ADEMIR PEDRO PERIN

Presidente da Sanefrai

Extrato do Aditivo Nº 0008/2011-FMS

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº CT10FMS16

Nº DO ADITIVO: TA11FMS08

Contratante: MUNICIPIO DE FRAIBURGO / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. Contratada: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A. Objeto do Contrato: Contratação de empresa seguradora para a realização de seguro de veículos de diversas marcas e modelos que estão sendo utilizados pela Secretaria de Saúde deste Município. Objeto do Aditivo: endosso para inclusão de dois veículos - VEÍCULO CHEVROLET CLASSIC LS SEDAN 1.0 VHC-E 8V (FLEXPOWER) e VEÍCULO RENAULT LOGAN EXPRESSION 1.6 8V (HI-FLEX). e consequente alteração de valor do contrato. Data do Aditivo: 03.02.2011. Encerramento da vigência: 15.06.2011. Processo Administrativo Licitatório nº: 0019/2010 - FMS. Pregão Presencial nº: 0010.

NILCE PINZ

Secretária de Saúde

Extrato do Aditivo Nº 0008/2011-SF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº CT09SF08

Nº DO ADITIVO: TA11SF08

Contratante: Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI. Contratada: ENGELIX LIMPEZA URBANA LTDA. Objeto do Contrato: Contrato de empresa do ramo de limpeza urbana para execução dos serviços de coleta, transporte dos resíduos sólidos domiciliares e compactáveis gerados dentro do perímetro urbano da cidade de Fraiburgo e serviços de varrição, capina manual e química, limpeza de boca-de-lobo e pintura de meio-fio, bem como o transporte até o aterro sanitário municipal, situado a 5,5 Km da cidade de Fraiburgo. Objeto do Aditivo: Prorrogação do prazo de vigência que consta da Cláusula Terceira, para mais 03 (três) anos, ficando vigente até o dia 26 de fevereiro de 2014 e consequente reajustamento do do item 3.2 da sua Cláusula Terceira, ficando reajustado com base no IGP-M acumulado nos últimos 12 (doze) meses no percentual de 11,50%, os valores constantes na Cláusula Segunda, os quais passam a ser os seguintes: transporte dos resíduos sólidos domiciliares a preço de R\$ 122,30 (cento e vinte e dois reais e trinta centavos) por tonelada e o valor unitário da varrição a preço de R\$ 66,20 (sessenta e seis reais e vinte centavos) por quilômetro. Data do Aditivo: 22.02.2011. Encerramento da vigência: 26.02.2014. Processo Administrativo Licitatório nº: 0002/2009-SF. Concorrência Pública nº: 0001/2009.

ADEMIR PEDRO PERIN

Presidente da Sanefrai

Extrato do Aditivo Nº 0009/2011-FMS

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº CT09FMS48

Nº DO ADITIVO: TA11FMS09

Contratante: MUNICIPIO DE FRAIBURGO / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. Contratada: FUSATTO & XAVIER S/S. Objeto do Contrato: Contratação empresa especializada na prestação de serviços

médicos "Clínica Geral" no âmbito do Pronto Atendimento 24 hs. (vinte e quatro horas).. Objeto do Aditivo: Prorrogar o prazo de vigência constante da Cláusula Décima Segunda para até o dia 31 de dezembro de 2011. Data do Aditivo: 17.02.2011. Encerramento da vigência: 31.12.2011. Processo Administrativo Licitatório nº: 0054/2009. Tomada de Preços nº: 0003.

NILCE PINZ
Secretária de Saúde

Extrato do Aditivo Nº 0021/2011-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº CT10PMF70
Nº DO ADITIVO: TA11PMF21.
ADITIVOS ANTERIORES: TA10PMF41

Contratante: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. Contratada: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A. Objeto do Contrato: Contratação de empresa seguradora para a realização de seguro de veículos da frota do Município. Objeto do Aditivo: Endosso para inclusão de 5 (cinco) veículos: VEÍCULO CAR/CAMINHÃO/BASCULANTE VOLVO/VM 260 6X4 R, VEÍCULO CAR/CAMINHÃO/BASCULANTE VOLVO/VM 260 6X4 R, VEÍCULO GM/ASTRA SEDAN ADVANTAGE, VEÍCULO VOLKSWAGEN SAVEIRO 1.6 CE, VEÍCULO PAS/ÔNIBUS IVECO/CITYCLASS 70 C16. Valor do aditivo: R\$ 2.324,35 (dois mil, trezentos e vinte e quatro reais e trinta e cinco centavos). Data do Aditivo: 03.02.2010. Encerramento da vigência: 17.06.2011. Processo Administrativo Licitatório nº: 0080/2010. Pregão Presencial nº: 0054/2010-PMF. Recursos: 1.300 (Secretaria de Educação), 3.200 (Secretaria de Agropecuária), 1.200 (Secretaria de Finanças).

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Extrato do Aditivo Nº 0022/2011-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº CT11PMF10
Nº DO ADITIVO: TA11PMF22

Contratante: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. Contratada: CLIMASEG AMBIENTAL LTDA. Objeto do Contrato: Prestação de serviços de realização de exames médicos ocupacionais aos servidores públicos a serem nomeados pela CONTRATANTE. Objeto do Aditivo: Alteração da Cláusula Quinta, item 5.1 do referido Contrato, da forma de pagamento. Data do Aditivo: 09.02.2011. Encerramento da vigência: 31.07.2011.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Extrato do Aditivo Nº 0023/2011-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº CT10PMF136
Nº DO ADITIVO: TA11PMF23

Contratante: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. Contratada: CONSTRUTORA E INCORPORADORA SAKS LTDA. Objeto do Contrato: Execução de reforma e colocação de platibanda metálica (material e mão-de-obra) na edificação da sede do FUNREBOM. Objeto do Aditivo: Necessidade da inclusão de alguns materiais e serviços, conforme consta do Memorial Descritivo anexo ao Processo, no

valor de R\$ 2.793,89 (dois mil, setecentos e noventa e três reais e oitenta e nove centavos) e consequente alteração da Cláusula Segunda do contrato, do valor. Data do Aditivo: 15.02.2011. Encerramento da vigência: 28.02.2011.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Extrato do Aditivo Nº 0024/2011-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DO NONO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº CT09PMF97
Nº DO ADITIVO: TA11PMF24

Contratante: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. Contratada: HBINFO PROVEDOR LDA - ME. Objeto do Contrato: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de infraestrutura computacional e de internet, com serviço de alta disponibilidade, englobando hardwares, softwares, links de comunicação e suporte operacional aos órgãos da administração direta, indireta, fundos e fundações do município de Fraiburgo. Objeto do Aditivo: Inclusão de 01 (um) acesso a Internet no valor de R\$ 80,00 (oitenta reais), por mês, para uso da Delegacia de Polícia Civil do município de Fraiburgo, a partir do mês de março de 2011 e consequente alteração da Cláusula Segunda do item 2.1 do contrato, do valor. Data do Aditivo: 15.02.2011. Encerramento da vigência: 03.09.2011.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Extrato do Aditivo Nº 0025/2011-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DO SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº CT09PMF112
Nº DO ADITIVO: TA11PMF25

Contratante: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. Contratada: CONSTRUTORA E INCORPORADORA GG BRUSCHI LTDA. Objeto do Contrato: Execução dos serviços de construção de 28 (vinte e oito) unidades habitacionais, no Bairro Roland Mayer, Loteamento Vila Nova, nesta cidade, com área total de 1.321,68 m². Objeto do Aditivo: Prorrogação do prazo de vigência que consta da sua Cláusula Terceira e dos seus Termos Aditivos, conforme justificativa apresentada pelo engenheiro municipal, fiscal desta obra, nos termos insertos no art. 57, § 1º da Lei, ficando vigente até o dia 25 de fevereiro de 2011, sem a incidência de qualquer penalidade ou sanção administrativa. Data do Aditivo: 15.02.2011. Encerramento da vigência: 25.02.2011.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Extrato do Aditivo Nº 0026/2011-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº CT10PMF23
Nº DO ADITIVO: TA11PMF26

Contratante: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. Contratada: CONSTRUTORA E INCORPORADORA SAKS LTDA. Objeto do Contrato: Construção de um Centro de Educação Infantil no bairro Bela Vista, nesta cidade, com área total de 1.118,48 m². Objeto do Aditivo: Prorrogação do prazo de execução e vigência que consta da sua Cláusula Terceira, conforme solicitação da contratada e anuência do engenheiro municipal, fiscal desta obra, nos termos insertos no

art. 57, § 1º, inc. II da Lei, ficando vigente até o dia 25 de maio de 2011, sem a incidência de qualquer penalidade ou sanção administrativa. Data do Aditivo: 16.02.2011. Encerramento da vigência: 25.05.2011.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Extrato do Aditivo Nº 0027/2011-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DO DÉCIMO NONO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº CT07PMF30
Nº DO ADITIVO: TA11PMF27

Contratante: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. Contratada: PAZZA TRANSPORTE DE PASSAGEIROS LTDA. Objeto do Contrato: Contratação de empresa do ramo de transporte de passageiros para execução dos serviços de transporte escolar dos alunos da rede municipal e estadual de ensino do município de Fraiburgo, durante os dias letivos do ano de 2007 na LINHA 2. Objeto do Aditivo: A pedido da Contratada ajustam a fim de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do contrato um aumento no percentual de 2,91% (dois vírgula noventa e um por cento) referente ao reajuste do combustível, incidentes somente sobre o máximo 40%, conforme Tabela e Anexo I deste Termo, nos termos do art. 65, inc. II, alínea "d", da Lei nº 8.666/93. Data do Aditivo: 16.02.2011. Encerramento da vigência: 17.12.2011.

Extrato do Aditivo Nº 0028/2011-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº CT09PMF113
Nº DO ADITIVO: TA11PMF28

Contratante: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. Contratada: GL CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA. Objeto do Contrato: Contratação de empresa do ramo para execução dos serviços de construção de um Centro de Educação Infantil no bairro Macieira, nesta cidade, com área total de 705,89 m².. Objeto do Aditivo: A pedido da CONTRATADA, com anuência expressa do engenheiro fiscal da obra, ajustam e contratam a prorrogação do prazo de vigência que consta da sua Cláusula Terceira para mais 10 (dez) dias, ficando vigente até o dia 28 de fevereiro de 2011, sem a incidência de qualquer penalidade ou sanção administrativa. Data do Aditivo: 18.02.2011. Encerramento da vigência: 28.02.2011.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Extrato do Aditivo Nº 0029/2011-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DO VIGÉSIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº CT07PMF30
Nº DO ADITIVO: TA11PMF29

Contratante: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. Contratada: PAZZA TRANSPORTE DE PASSAGEIROS LTDA. Objeto do Contrato: Contratação de empresa do ramo de transporte de passageiros para execução dos serviços de transporte escolar dos alunos da rede municipal e estadual de ensino do município de Fraiburgo, durante os dias letivos do ano de 2007 na LINHA 2. Objeto do Aditivo: Alteração nos itinerários da LINHA 2 diminuindo em 63 (sessenta e três) km diários a partir de 07/02/2011, devido a ajustes efetuados nos percursos dos itinerários ANEXO I do Aditivo e consequente alteração do valor. Data do Aditivo: 22.02.2011. Encerramento

da vigência: 17.12.2011.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Extrato do Aditivo Nº 0030/2011-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DO OITAVO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº CT09PMF112
Nº DO ADITIVO: TA11PMF30

Contratante: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. Contratada: CONSTRUTORA E INCORPORADORA GG BRUSCHI LTDA. Objeto do Contrato: Execução dos serviços de construção de 28 (vinte e oito) unidades habitacionais, no Bairro Roland Mayer, Loteamento Vila Nova, nesta cidade, com área total de 1.321,68 m².. Objeto do Aditivo: Alteração em função da necessidade de construção de escadas, muretas e ligação do poste particular até o poste da CELESC, conforme descrição detalhada no Memorial Descritivo e Orçamentário, no valor de R\$ 5.966,18 (cinco mil, novecentos e sessenta e seis mil e dezoito centavos) e consequente alteração do valor constante na cláusula segunda. Data do Aditivo: 23.02.2011. Encerramento da vigência: 25.02.2011.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Extrato do Aditivo Nº 0031/2011-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DO DÉCIMO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº CT08PMF184
Nº DO ADITIVO: TA11PMF31

Contratante: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. Contratada: CONSTRUTORA JOSÉ REINALDO LTDA. Objeto do Contrato: Execução de uma quadra de esportes coberta com área de 770,00 m², na localidade do Faxinal dos Carvalhos, interior deste Município. Objeto do Aditivo: Alteração devido a necessidade de serviços que não constaram da planilha inicial, conforme descrição detalhada no memorial descritivo e orçamentário, no valor total de R\$ 2.069,95 (dois mil, sessenta e nove reais e noventa e cinco centavos) e consequente alteração do valor constante na cláusula segunda. Data do Aditivo: 23.02.2011. Encerramento da vigência: 02.03.2011.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Extrato do Aditivo Nº 0032/2011-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº CT10PMF132
Nº DO ADITIVO: TA11PMF32

Contratante: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. Contratada: CONSTRUTORA JOSÉ REINALDO LTDA. Objeto do Contrato: Contratação de empresa do ramo para execução de serviços de ampliação e reforma da Escola "Eurico Pinz", situada na Avenida Paulo Schirmer, no bairro São Miguel, nesta cidade de Fraiburgo-SC, com área total a ampliar de 330,06 m².. Objeto do Aditivo: Alteração devido à necessidade de acréscimos e ajustes das planilhas na ampliação e reforma da Escola Eurico Pinz, conforme consta do Memorial Descritivo e Quantitativo anexo ao Processo, no valor de R\$ 11.243,96 (onze mil, duzentos e quarenta e três reais e noventa e seis centavos e consequente alteração da cláusula segunda, do valor. Data do Aditivo: 28.02.2011. Encerramento da vigência: 02.05.2011.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Extrato do Aditivo Nº 0033/2011-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº CT10PMF16
Nº DO ADITIVO: TA11PMF33

Contratante: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. Contratada: CONSTRUTORA MAYOR LTDA. Objeto do Contrato: Execução dos serviços de construção de uma Unidade Básica de Saúde no Bairro São Miguel, na Avenida Michelli Simonetti, nesta cidade, com área total a ser construída de 559,11 m². Objeto do Aditivo: com anuência expressa do engenheiro fiscal da obra, ajustam e contratam a prorrogação do prazo de vigência que consta da sua Cláusula Terceira e dos aditivos nº TA10PMF43, TA10PMF109 e TA11PMF15 para mais 30 (trinta) dias, ficando vigente até o dia 1º de abril de 2011, sem a incidência de qualquer penalidade ou sanção administrativa. Data do Aditivo: 28.02.2011. Encerramento da vigência: 01.04.2011.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Nº 0001/2011-FME

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DO CONTRATO Nº CT11FME01

Contratante: Município de Fraiburgo através da Fundação Municipal de Esportes e Lazer de Fraiburgo - FME. Contratada: RÁDIO FRAIBURGO LTDA. Objeto: Contratação de serviços de divulgação radiofônica de todos os eventos organizados pela Fundação Municipal de Esportes, inserções nas programações diárias, cobertura completa com equipe esportiva e transmissão de um jogo por semana nos seguintes eventos: jogos inter-bairros e campeonato municipal de futebol de salão e futebol de campo, nos jogos do interior e campeonato de futebol de campo no interior onde houver suporte técnico. Valor total: R\$ 7.920,00 (sete mil novecentos e vinte reais). Data: 01.02.2011. Vigência: 01.01.2011 a 31.12.2011. Recurso: 0.800 (Fundação Municipal de Esportes e Lazer - FME).

MOACIR GABRIEL DA CRUZ
Assessor da Superintendência

Extrato do Contrato Nº 0002/2011-FME

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DO CONTRATO Nº CT11FME02

Contratante: Município de Fraiburgo através da Fundação Municipal de Esportes e Lazer de Fraiburgo - FME. Contratada: LIGA DESPORTIVA DA REGIÃO DE FRAIBURGO - LIDERFRAY. Objeto: Prestação de serviços de arbitragem para futebol de campo e futebol de salão (FUTSAL) a serem executados por intermédio da CONTRATADA nos jogos e campeonatos realizados e/ou promovidos pela CONTRATANTE. Valor total: R\$ 47.700,00 (quarenta e sete mil e setecentos reais). Data: 10.02.2011. Vigência: 10.02.2011 a 31.12.2011. Processo Administrativo Licitatório nº: 0003/2011. Inexigibilidade nº: 0001/2011. Recurso: 0.800 (Fundação Municipal de Esportes e Lazer - FME).

MOACIR GABRIEL DA CRUZ
Assessor da Superintendência

Extrato do Contrato Nº 0003/2011-FME

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DO CONTRATO Nº CT11FME03

Contratante: Município de Fraiburgo através da Fundação Municipal de Esportes e Lazer de Fraiburgo - FME. Contratada: REI LAVANDERIA LTDA - ME. Objeto: Prestação de serviços de lavanderia. Valor estimado do contrato: R\$ 4.400,00 (quatro mil e quatrocentos reais). Data: 10.02.2011. Vigência: 10.02.2011 a 31.12.2011. Recurso: 0.800 (Fundação Municipal de Esportes e Lazer - FME).

MOACIR GABRIEL DA CRUZ
Assessor da Superintendência

Extrato do Contrato Nº 0007/2011-SF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DO CONTRATO Nº CT11SF07

Contratante: Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI. Contratada: VIEIRA SISTEMAS E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA ME. Objeto: Contratação de empresa do ramo para serviços de hospedagem do domínio Sanefrai.sc.gov.br. Valor total do Contrato: R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais). Data: 22.02.2011. Vigência: 01.03.2011 a 31.12.2011. Recursos: 0.900 (Próprios). Dispensada licitação nos termos do inciso II do art. 24 da Lei nº 8.666/93.

ADEMIR PEDRO PERIN
Presidente da Sanefrai

Extrato do Contrato Nº 0008/2011-FMS

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DO CONTRATO Nº CT11FMS08

Contratante: Município de Fraiburgo através do Fundo Municipal de Saúde. Contratada: HORIBA ABX COMÉRCIO E FABRICAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E REAGENTES PARA DIAGNÓSTICOS LTDA. Objeto: Aquisição de reagentes para a realização de hemogramas no Aparelho Analisador Automático de Hematologia da marca "HORIBA ABX PENTRA 60", que se encontra no período de garantia técnica. Valor total do Contrato: R\$ 4.928,77 (quatro mil, novecentos e vinte e oito reais e setenta e sete centavos). Data: 14.02.2011. Vigência: 14.02.2011 a 20.05.2011. Processo Administrativo Licitatório nº: 0004/2011. Dispensa de Licitação nº: 0002. Recurso: 3.418 (FMS).

NILCE PINZ
Secretária de Saúde

Extrato do Contrato Nº 0008/2011-SF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DO CONTRATO Nº CT11SF08

Contratante: Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI. Contratada: RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA. Objeto: Contratação de serviços de recapagens e vulcanizações em pneus para frota da SANEFRAI. Valor total do Contrato: R\$ 14.000,00 (catorze mil reais). Data: 22.02.2011. Vigência: 22.02.2011 a 30.06.2011. Recursos: 0.900 (Próprios). Processo Administrativo Licitatório nº: 0005/2011 - SF. Pregão Presencial nº: 0003.

ADEMIR PEDRO PERIN
Presidente da Sanefrai

Extrato do Contrato Nº 0009/2011-FMS

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº CT11FMS09

Contratante: Município de Fraiburgo através do Fundo Municipal de Saúde. Contratada: MUSSULINI INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BOLSAS E SACOLAS LTDA - ME. Objeto: Aquisição de bolsas para distribuição durante a campanha de prevenção de câncer de colo de útero e mama, e também durante o Carnaval. Valor total do Contrato: R\$ 9.480,00 (nove mil, quatrocentos e oitenta reais). Data: 18.02.2011. Vigência: 18.02.2011 a 30.06.2011. Processo Administrativo Licitatório nº: 0003/2011. Pregão Presencial nº: 0001 - FMS. Recursos: 3.407 e 3.417 (FMS).

NILCE PINZ

Secretária de Saúde

Extrato do Contrato Nº 0032/2011-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº CT11PMF32

Outorgante Compromissário Vendedor: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. Outorgado Compromissário Comprador: ANTONIA GONÇALVES, inscrita no RG sob nº. 3.483.220 e CPF sob nº. 019.265.649-01. Objeto: O Compromissário Vendedor se compromete a vender ao Compromissário Comprador 01 (uma) unidade habitacional de interesse social, com área construída em alvenaria de 52,84 metros quadrados, localizada no Loteamento Vila Nova - Fase 2. Localização do imóvel: Rua Amilton Beher, Quadra A, Lote 11, Área 153,19 m². Valor Mensal da Prestação para o Ano de 2011: R\$ 58,70 (cinquenta e oito reais e setenta centavos). Data: 01.02.2011. Vigência: por 20 anos, de 01.02.2011 a 01.02.2031. Justificativa Legal: Disposições da Lei Municipal n. 2032, de 02.12.2009 sobre o Programa Municipal de Habitação de Interesse Social de Fraiburgo, denominado "MORAR BEM"; o Decreto Municipal nº. 0363, de 10.12.2010; e nos termos do artigo 17, inciso I, alínea "f", da Lei Federal n. 8.666/93.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Nº 0033/2011-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº CT11PMF33

Outorgante Compromissário Vendedor: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. Outorgado Compromissário Comprador: BEATRIZ FERREIRA PONTES, inscrita no RG sob nº. 10.383.658-1 e CPF sob nº. 054.380.019-95. Objeto: O Compromissário Vendedor se compromete a vender ao Compromissário Comprador 01 (uma) unidade habitacional de interesse social, com área construída em alvenaria de 47,20 metros quadrados, localizada no Loteamento Vila Nova - Fase 2. Localização do Imóvel: Rua Amilton Beher, Quadra A, Lote 08, Área 132,09 m². Valor Mensal da Prestação para o Ano de 2011: R\$ 68,90 (sessenta e oito reais e noventa centavos). Data: 01.02.2011. Vigência: por 20 anos, de 01.02.2011 a 01.02.2031. Justificativa Legal: Disposições da Lei Municipal n. 2032, de 02.12.2009 sobre o Programa Municipal de Habitação de Interesse Social de Fraiburgo, denominado "MORAR BEM"; o Decreto Municipal nº. 0363, de 10.12.2010; e nos termos do artigo 17, inciso I, alínea "f", da Lei Federal n. 8.666/93.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Nº 0034/2011-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº CT11PMF34

Outorgante Compromissário Vendedor: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. Outorgado Compromissário Comprador: DEJANI DE LARA, inscrita no RG sob nº. 10/R 2.975.882 e CPF sob nº. 868.556.389-53. Objeto: O Compromissário Vendedor se compromete a vender ao Compromissário Comprador 01 (uma) unidade habitacional de interesse social, com área construída em alvenaria de 47,20 metros quadrados, localizada no Loteamento Vila Nova - Fase 2. Localização do imóvel: Rua A, Quadra A, Lote 03, Área 125,49 m². Valor Mensal da Prestação para o Ano de 2011: R\$ 68,70 (sessenta e oito reais e setenta centavos). Data: 01.02.2011. Vigência: por 20 anos, de 01.02.2011 a 01.02.2031. Justificativa Legal: Disposições da Lei Municipal n. 2032, de 02.12.2009 sobre o Programa Municipal de Habitação de Interesse Social de Fraiburgo, denominado "MORAR BEM"; o Decreto Municipal nº. 0363, de 10.12.2010; e nos termos do artigo 17, inciso I, alínea "f", da Lei Federal n. 8.666/93.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Nº 0036/2011-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº CT11PMF36

Outorgante Compromissário Vendedor: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. Outorgado Compromissário Comprador: ELIZABETE TEREZINHA DAL MAGRO, inscrita no RG sob nº. 10/R 2.978.745 e CPF sob nº. 907.892.379-20. Objeto: O Compromissário Vendedor se compromete a vender ao Compromissário Comprador 01 (uma) unidade habitacional de interesse social, com área construída em alvenaria de 47,20 metros quadrados, localizada no Loteamento Vila Nova - Fase 2. Localização do imóvel: Rua B, Quadra C, Lote 08, Área 125,49 m². Valor Mensal da Prestação para o Ano de 2011: R\$ 58,70 (cinquenta e oito reais e setenta centavos). Data: 01.02.2011. Vigência: por 20 anos, de 01.02.2011 a 01.02.2031. Justificativa Legal: Disposições da Lei Municipal n. 2032, de 02.12.2009 sobre o Programa Municipal de Habitação de Interesse Social de Fraiburgo, denominado "MORAR BEM"; o Decreto Municipal nº. 0363, de 10.12.2010; e nos termos do artigo 17, inciso I, alínea "f", da Lei Federal n. 8.666/93.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Nº 0037/2011-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº CT11PMF37

Outorgante Compromissário Vendedor: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. Outorgado Compromissário Comprador: FRANCISCO DA SILVA, inscrito no RG sob nº. 1.752.034 e CPF sob nº. 511.332.539-20. Objeto: O Compromissário Vendedor se compromete a vender ao Compromissário Comprador 01 (uma) unidade habitacional de interesse social, com área construída em alvenaria de 47,20 metros quadrados, localizada no Loteamento Vila Nova - Fase 2. Localização do imóvel: Rua A, Quadra B, Lote 11, Área 125,49 m². Valor Mensal da Prestação para o Ano de 2011: R\$ 118,00 (Cento e dezoito reais). Data: 01.02.2011. Vigência: por 20 anos, de 01.02.2011 a 01.02.2031. Justificativa Legal: Disposições da Lei Municipal n. 2032, de 02.12.2009 sobre o Programa Municipal de Habitação de Interesse Social de Fraiburgo, denominado "MORAR BEM"; o Decreto Municipal nº. 0363, de 10.12.2010; e nos termos

do artigo 17, inciso I, alínea "f", da Lei Federal n. 8.666/93.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Nº 0038/2011-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DO CONTRATO Nº CT11PMF38

Outorgante Compromissário Vendedor: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. Outorgado Compromissário Comprador: GORETE APARECIDA SANTOS, inscrita no RG sob nº. 10R. 2.407.898 e CPF sob nº. 665.144.879-04. Objeto: O Compromissário Vendedor se compromete a vender ao Compromissário Comprador 01 (uma) unidade habitacional de interesse social, com área construída em alvenaria de 47,20 metros quadrados, localizada no Loteamento Vila Nova - Fase 2. Localização do imóvel: Rua A, Quadra A, Lote 05, Área 125,49 m². Valor Mensal da Prestação para o Ano de 2011: R\$ 51,00 (cinquenta e um reais). Data: 01.02.2011. Vigência: por 20 anos, de 01.02.2011 a 01.02.2031. Justificativa Legal: Disposições da Lei Municipal n. 2032, de 02.12.2009 sobre o Programa Municipal de Habitação de Interesse Social de Fraiburgo, denominado "MORAR BEM"; o Decreto Municipal nº. 0363, de 10.12.2010; e nos termos do artigo 17, inciso I, alínea "f", da Lei Federal n. 8.666/93.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Nº 0039/2011-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DO CONTRATO Nº CT11PMF39

Outorgante Compromissário Vendedor: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. Outorgado Compromissário Comprador: IRENE APARECIDA PINTO, inscrita no RG sob nº. 4.624.165 e CPF sob nº. 068.067.379-27. Objeto: O Compromissário Vendedor se compromete a vender ao Compromissário Comprador 01 (uma) unidade habitacional de interesse social, com área construída em alvenaria de 47,20 metros quadrados, localizada no Loteamento Vila Nova - Fase 2. Localização do imóvel: Rua C, Quadra C, Lote 04, Área 125,49 m². Valor Mensal da Prestação para o Ano de 2011: R\$ 54,30 (cinquenta e quatro reais e trinta centavos). Data: 01.02.2011. Vigência: por 20 anos, de 01.02.2011 a 01.02.2031. Justificativa Legal: Disposições da Lei Municipal n. 2032, de 02.12.2009 sobre o Programa Municipal de Habitação de Interesse Social de Fraiburgo, denominado "MORAR BEM"; o Decreto Municipal nº. 0363, de 10.12.2010; e nos termos do artigo 17, inciso I, alínea "f", da Lei Federal n. 8.666/93.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Nº 0040/2011-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DO CONTRATO Nº CT11PMF40

Outorgante Compromissário Vendedor: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. Outorgado Compromissário Comprador: JANETE MORAIS LIZ, inscrita no RG sob nº. 5.270.892 e CPF sob nº. 060.496.089-11. Objeto: O Compromissário Vendedor se compromete a vender ao Compromissário Comprador 01 (uma) unidade habitacional de interesse social, com área construída em alvenaria de 47,20 metros quadrados, localizada no Loteamento Vila Nova - Fase 2. Localização do imóvel: Rua B, Quadra C, Lote 10, Área 125,49 m². Valor

Mensal da Prestação para o Ano de 2011: R\$ 54,00 (Cinquenta e quatro reais). Data: 01.02.2011. Vigência: por 20 anos, de 01.02.2011 a 01.02.2031. Justificativa Legal: Disposições da Lei Municipal n. 2032, de 02.12.2009 sobre o Programa Municipal de Habitação de Interesse Social de Fraiburgo, denominado "MORAR BEM"; o Decreto Municipal nº. 0363, de 10.12.2010; e nos termos do artigo 17, inciso I, alínea "f", da Lei Federal n. 8.666/93.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Nº 0041/2011-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DO CONTRATO Nº CT11PMF41

Outorgante Compromissário Vendedor: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. Outorgado Compromissário Comprador: JOÃO MARIA FERREIRA, inscrito no RG sob nº. 10/R 2.664.777 e CPF sob nº. 781.756.669-00. Objeto: O Compromissário Vendedor se compromete a vender ao Compromissário Comprador 01 (uma) unidade habitacional de interesse social, com área construída em alvenaria de 47,20 metros quadrados, localizada no Loteamento Vila Nova - Fase 2. Localização do imóvel: Rua B, Quadra B, Lote 01, Área 125,49 m². Valor Mensal da Prestação para o Ano de 2011: R\$ 51,00 (cinquenta e um reais). Data: 01.02.2011. Vigência: por 20 anos, de 01.02.2011 a 01.02.2031. Justificativa Legal: Disposições da Lei Municipal n. 2032, de 02.12.2009 sobre o Programa Municipal de Habitação de Interesse Social de Fraiburgo, denominado "MORAR BEM"; o Decreto Municipal nº. 0363, de 10.12.2010; e nos termos do artigo 17, inciso I, alínea "f", da Lei Federal n. 8.666/93.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Nº 0042/2011-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DO CONTRATO Nº CT11PMF42

Outorgante Compromissário Vendedor: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. Outorgado Compromissário Comprador: JORGE SATURNINO DE MORAIS, inscrito no RG sob nº. 447.887-30 e CPF sob nº. 408.707.909-00. Objeto: O Compromissário Vendedor se compromete a vender ao Compromissário Comprador 01 (uma) unidade habitacional de interesse social, com área construída em alvenaria de 47,20 metros quadrados, localizada no Loteamento Vila Nova - Fase 2. Localização do imóvel: Rua C, Quadra C, Lote 03, Área 125,49 m². Valor Mensal da Prestação para o Ano de 2011: R\$ 58,70 (cinquenta e oito reais e setenta centavos). Data: 01.02.2011. Vigência: por 20 anos, de 01.02.2011 a 01.02.2031. Justificativa Legal: Disposições da Lei Municipal n. 2032, de 02.12.2009 sobre o Programa Municipal de Habitação de Interesse Social de Fraiburgo, denominado "MORAR BEM"; o Decreto Municipal nº. 0363, de 10.12.2010; e nos termos do artigo 17, inciso I, alínea "f", da Lei Federal n. 8.666/93.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Nº 0043/2011-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DO CONTRATO Nº CT11PMF43

Outorgante Compromissário Vendedor: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. Outorgado Compromissário Comprador: JOSE GILBERTO DA

PAZ, inscrito no RG sob nº. 5.419.380-7 e CPF sob nº. 411.620.489-72. Objeto: O Compromissário Vendedor se compromete a vender ao Compromissário Comprador 01 (uma) unidade habitacional de interesse social, com área construída em alvenaria de 47,20 metros quadrados, localizada no Loteamento Vila Nova - Fase 2. Localização do imóvel: Rua C, Quadra C, Lote 05, Área 125,49 m². Valor Mensal da Prestação para o Ano de 2011: R\$ 50,00 (cinquenta reais). Data: 01.02.2011. Vigência: por 20 anos, de 01.02.2011 a 01.02.2031. Justificativa Legal: Disposições da Lei Municipal n. 2032, de 02.12.2009 sobre o Programa Municipal de Habitação de Interesse Social de Fraiburgo, denominado "MORAR BEM"; o Decreto Municipal nº. 0363, de 10.12.2010; e nos termos do artigo 17, inciso I, alínea "f", da Lei Federal n. 8.666/93.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Nº 0044/2011-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DO CONTRATO Nº CT11PMF44

Outorgante Compromissário Vendedor: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. Outorgado Compromissário Comprador: JOZIELLE APARECIDA ALCANTARA, inscrito no RG sob nº. 5.410.599 e CPF sob nº. 064.160.659-16. Objeto: O Compromissário Vendedor se compromete a vender ao Compromissário Comprador 01 (uma) unidade habitacional de interesse social, com área construída em alvenaria de 47,20 metros quadrados, localizada no Loteamento Vila Nova - Fase 2. Localização do imóvel: Rua C, Quadra C, Lote 01, Área 125,49 m². Valor Mensal da Prestação para o Ano de 2011: R\$ 51,11 (cinquenta e um reais e onze centavos). Data: 01.02.2011. Vigência: por 20 anos, de 01.02.2011 a 01.02.2031. Justificativa Legal: Disposições da Lei Municipal n. 2032, de 02.12.2009 sobre o Programa Municipal de Habitação de Interesse Social de Fraiburgo, denominado "MORAR BEM"; o Decreto Municipal nº. 0363, de 10.12.2010; e nos termos do artigo 17, inciso I, alínea "f", da Lei Federal n. 8.666/93.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Nº 0045/2011-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DO CONTRATO Nº CT11PMF45

Outorgante Compromissário Vendedor: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. Outorgado Compromissário Comprador: MARIA DA SILVA, inscrita no RG sob nº. 2.114.357 e CPF sob nº. 551.952.029-15. Objeto: O Compromissário Vendedor se compromete a vender ao Compromissário Comprador 01 (uma) unidade habitacional de interesse social, com área construída em alvenaria de 47,20 metros quadrados, localizada no Loteamento Vila Nova - Fase 2. Localização do imóvel: Rua B Quadra B, Lote 05, Área 125,49 m². Valor Mensal da Prestação para o Ano de 2011: R\$ 54,51 (cinquenta e quatro reais e cinquenta e um centavos). Data: 01.02.2011. Vigência: por 20 anos, de 01.02.2011 a 01.02.2031. Justificativa Legal: Disposições da Lei Municipal n. 2032, de 02.12.2009 sobre o Programa Municipal de Habitação de Interesse Social de Fraiburgo, denominado "MORAR BEM"; o Decreto Municipal nº. 0363, de 10.12.2010; e nos termos do artigo 17, inciso I, alínea "f", da Lei Federal n. 8.666/93.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Nº 0046/2011-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DO CONTRATO Nº CT11PMF46

Outorgante Compromissário Vendedor: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. Outorgado Compromissário Comprador: MARIA DE LOURDES DA SILVA, inscrita no RG sob nº. 2.114.218 e CPF sob nº. 586.078.039-72. Objeto: O Compromissário Vendedor se compromete a vender ao Compromissário Comprador 01 (uma) unidade habitacional de interesse social, com área construída em alvenaria de 47,20 metros quadrados, localizada no Loteamento Vila Nova - Fase 2. Localização do imóvel: Rua B, Quadra C, Lote 12, Área 125,49 m². Valor Mensal da Prestação para o Ano de 2011: R\$ 51,92 (cinquenta e um reais e noventa e dois centavos). Data: 01.02.2011. Vigência: por 20 anos, de 01.02.2011 a 01.02.2031. Justificativa Legal: Disposições da Lei Municipal n. 2032, de 02.12.2009 sobre o Programa Municipal de Habitação de Interesse Social de Fraiburgo, denominado "MORAR BEM"; o Decreto Municipal nº. 0363, de 10.12.2010; e nos termos do artigo 17, inciso I, alínea "f", da Lei Federal n. 8.666/93.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Nº 0047/2011-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DO CONTRATO Nº CT11PMF47

Outorgante Compromissário Vendedor: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. Outorgado Compromissário Comprador: MARIA ITELVINA DE ASSIS, inscrita no RG sob nº. 1/R-1.969.374 e CPF sob nº. 915.435.259-20. Objeto: O Compromissário Vendedor se compromete a vender ao Compromissário Comprador 01 (uma) unidade habitacional de interesse social, com área construída em alvenaria de 47,20 metros quadrados, localizada no Loteamento Vila Nova - Fase 2. Localização do imóvel: Rua B, Quadra B, Lote 03, Área 125,49 m². Valor Mensal da Prestação para o Ano de 2011: R\$ 50,16 (cinquenta reais e dezesseis centavos). Data: 01.02.2011. Vigência: por 20 anos, de 01.02.2011 a 01.02.2031. Justificativa Legal: Disposições da Lei Municipal n. 2032, de 02.12.2009 sobre o Programa Municipal de Habitação de Interesse Social de Fraiburgo, denominado "MORAR BEM"; o Decreto Municipal nº. 0363, de 10.12.2010; e nos termos do artigo 17, inciso I, alínea "f", da Lei Federal n. 8.666/93.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Nº 0048/2011-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DO CONTRATO Nº CT11PMF48

Outorgante Compromissário Vendedor: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. Outorgado Compromissário Comprador: MARIA MACIEL DOS SANTOS, inscrita no RG sob nº. 5.270.383 e CPF sob nº. 068.619.489-69. Objeto: O Compromissário Vendedor se compromete a vender ao Compromissário Comprador 01 (uma) unidade habitacional de interesse social, com área construída em alvenaria de 47,20 metros quadrados, localizada no Loteamento Vila Nova - Fase 2. Localização do imóvel: Rua A, Quadra B, Lote 09, Área 125,49 m². Valor Mensal da Prestação para o Ano de 2011: R\$ 69,80 (sessenta e nove reais e oitenta centavos). Data: 01.02.2011. Vigência: por 20 anos, de 01.02.2011 a 01.02.2031. Justificativa Legal: Disposições da Lei Municipal n. 2032, de 02.12.2009 sobre o Programa Municipal de Habitação de Interesse Social de Fraiburgo, denominado "MORAR BEM"; o Decreto Municipal nº. 0363, de

10.12.2010; e nos termos do artigo 17, inciso I, alínea "f", da Lei Federal n. 8.666/93.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Nº 0049/2011-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DO CONTRATO Nº CT11PMF49

Outorgante Compromissário Vendedor: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. Outorgado Compromissário Comprador: MARILETE APARECIDA LOPES, inscrita no RG sob nº. 5.520.055-9 e CPF sob nº. 743.744.609-00. Objeto: O Compromissário Vendedor se compromete a vender ao Compromissário Comprador 01 (uma) unidade habitacional de interesse social, com área construída em alvenaria de 47,20 metros quadrados, localizada no Loteamento Vila Nova - Fase 2. Localização do imóvel: Rua B, Quadra B, Lote 02, Área 125,49 m². Valor Mensal da Prestação para o Ano de 2011: R\$ 51,00 (cinquenta e um reais). Data: 01.02.2011. Vigência: por 20 anos, de 01.02.2011 a 01.02.2031. Justificativa Legal: Disposições da Lei Municipal n. 2032, de 02.12.2009 sobre o Programa Municipal de Habitação de Interesse Social de Fraiburgo, denominado "MORAR BEM"; o Decreto Municipal nº. 0363, de 10.12.2010; e nos termos do artigo 17, inciso I, alínea "f", da Lei Federal n. 8.666/93.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Nº 0050/2011-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DO CONTRATO Nº CT11PMF50

Outorgante Compromissário Vendedor: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. Outorgado Compromissário Comprador: MARISTELA RIZZO PIRES, inscrita no RG sob nº. 3.552.180 e CPF sob nº. 016.440.989-03. Objeto: O Compromissário Vendedor se compromete a vender ao Compromissário Comprador 01 (uma) unidade habitacional de interesse social, com área construída em alvenaria de 47,20 metros quadrados, localizada no Loteamento Vila Nova - Fase 2. Localização do imóvel: Rua Amilton Beher, Quadra A, Lote 09, Área 139,13 m². Valor Mensal da Prestação para o Ano de 2011: R\$ 51,00 (cinquenta e um reais). Data: 01.02.2011. Vigência: por 20 anos, de 01.02.2011 a 01.02.2031. Justificativa Legal: Disposições da Lei Municipal n. 2032, de 02.12.2009 sobre o Programa Municipal de Habitação de Interesse Social de Fraiburgo, denominado "MORAR BEM"; o Decreto Municipal nº. 0363, de 10.12.2010; e nos termos do artigo 17, inciso I, alínea "f", da Lei Federal n. 8.666/93.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Nº 0051/2011-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DO CONTRATO Nº CT11PMF51

Outorgante Compromissário Vendedor: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. Outorgado Compromissário Comprador: NADIR DE JESUS FERNANDES, inscrita no RG sob nº. 10/R 2.668.002 e CPF sob nº. 789.763.089-72. Objeto: O Compromissário Vendedor se compromete a vender ao Compromissário Comprador 01 (uma) unidade habitacional de interesse social, com área construída em alvenaria de 47,20 metros quadrados, localizada no Loteamento Vila Nova

- Fase 2. Localização do imóvel: Rua B, Quadra C, Lote 09, Área 125,49 m². Valor Mensal da Prestação para o Ano de 2011: R\$ 51,00 (cinquenta e um reais). Data: 01.02.2011. Vigência: por 20 anos, de 01.02.2011 a 01.02.2031. Justificativa Legal: Disposições da Lei Municipal n. 2032, de 02.12.2009 sobre o Programa Municipal de Habitação de Interesse Social de Fraiburgo, denominado "MORAR BEM"; o Decreto Municipal nº. 0363, de 10.12.2010; e nos termos do artigo 17, inciso I, alínea "f", da Lei Federal n. 8.666/93.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Nº 0052/2011-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DO CONTRATO Nº CT11PMF52

Outorgante Compromissário Vendedor: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. Outorgado Compromissário Comprador: NASCIMENTA APARECIDA RIBEIRO, inscrita no RG sob nº. 10/R 2.668.578 e CPF sob nº. 808.070.119-91. Objeto: O Compromissário Vendedor se compromete a vender ao Compromissário Comprador 01 (uma) unidade habitacional de interesse social, com área construída em alvenaria de 47,20 metros quadrados, localizada no Loteamento Vila Nova - Fase 2. Localização do imóvel: Rua C, Quadra C, Lote 02, Área 125,49 m². Valor Mensal da Prestação para o Ano de 2011: R\$ 54,00 (cinquenta e quatro reais). Data: 01.02.2011. Vigência: por 20 anos, de 01.02.2011 a 01.02.2031. Justificativa Legal: Disposições da Lei Municipal n. 2032, de 02.12.2009 sobre o Programa Municipal de Habitação de Interesse Social de Fraiburgo, denominado "MORAR BEM"; o Decreto Municipal nº. 0363, de 10.12.2010; e nos termos do artigo 17, inciso I, alínea "f", da Lei Federal n. 8.666/93.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Nº 0053/2011-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DO CONTRATO Nº CT11PMF53

Outorgante Compromissário Vendedor: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. Outorgado Compromissário Comprador: ROSELI APARECIDA RIBEIRO, inscrita no RG sob nº. 3.552.155 e CPF sob nº. 016.448.499-09. Objeto: O Compromissário Vendedor se compromete a vender ao Compromissário Comprador 01 (uma) unidade habitacional de interesse social, com área construída em alvenaria de 47,20 metros quadrados, localizada no Loteamento Vila Nova - Fase 2. Localização do imóvel: Rua B, Quadra B, Lote 04, Área 125,49 m². Valor Mensal da Prestação para o Ano de 2011: R\$ 50,00 (cinquenta reais). Data: 01.02.2011. Vigência: por 20 anos, de 01.02.2011 a 01.02.2031. Justificativa Legal: Disposições da Lei Municipal n. 2032, de 02.12.2009 sobre o Programa Municipal de Habitação de Interesse Social de Fraiburgo, denominado "MORAR BEM"; o Decreto Municipal nº. 0363, de 10.12.2010; e nos termos do artigo 17, inciso I, alínea "f", da Lei Federal n. 8.666/93.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Nº 0054/2011-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DO CONTRATO Nº CT11PMF54

Outorgante Compromissário Vendedor: MUNICÍPIO DE

FRAIBURGO. Outorgado Compromissário Comprador: ROSICLER PIMENTEL, inscrita no RG sob nº. 4.928.857 e CPF sob nº. 049.740.419-24. Objeto: O Compromissário Vendedor se compromete a vender ao Compromissário Comprador 01 (uma) unidade habitacional de interesse social, com área construída em alvenaria de 47,20 metros quadrados, localizada no Loteamento Vila Nova - Fase 2. Localização do imóvel: Rua B, Quadra B, Lote 08, Área 125,49 m². Valor Mensal da Prestação para o Ano de 2011: R\$ 58,70 (cinquenta e oito reais e setenta centavos). Data: 01.02.2011. Vigência: por 20 anos, de 01.02.2011 a 01.02.2031. Justificativa Legal: Disposições da Lei Municipal n. 2032, de 02.12.2009 sobre o Programa Municipal de Habitação de Interesse Social de Fraiburgo, denominado "MORAR BEM"; o Decreto Municipal nº. 0363, de 10.12.2010; e nos termos do artigo 17, inciso I, alínea "f", da Lei Federal n. 8.666/93.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Nº 0055/2011-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DO CONTRATO Nº CT11PMF55

Outorgante Compromissário Vendedor: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. Outorgado Compromissário Comprador: VERÔNICA MERLIN, inscrita no RG sob nº. 2.664.552 e CPF sob nº. 754.646.089-15. Objeto: O Compromissário Vendedor se compromete a vender ao Compromissário Comprador 01 (uma) unidade habitacional de interesse social, com área construída em alvenaria de 47,20 metros quadrados, localizada no Loteamento Vila Nova - Fase 2. Localização do imóvel: Rua B, Quadra C, Lote 11, Área 125,49 m². Valor Mensal da Prestação para o Ano de 2011: R\$ 60,69 (sessenta reais e sessenta e nove centavos). Data: 01.02.2011. Vigência: por 20 anos, de 01.02.2011 a 01.02.2031. Justificativa Legal: Disposições da Lei Municipal n. 2032, de 02.12.2009 sobre o Programa Municipal de Habitação de Interesse Social de Fraiburgo, denominado "MORAR BEM"; o Decreto Municipal nº. 0363, de 10.12.2010; e nos termos do artigo 17, inciso I, alínea "f", da Lei Federal n. 8.666/93.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Nº 0056/2011-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DO CONTRATO Nº CT11PMF56

Outorgante Compromissário Vendedor: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. Outorgado Compromissário Comprador: CIRENE CAMARGO, inscrita no RG sob nº. 10R. 2.664.170 e CPF sob nº. 753.556.209-49. Objeto: O Compromissário Vendedor se compromete a vender ao Compromissário Comprador 01 (uma) unidade habitacional de interesse social, com área construída em alvenaria de 47,20 metros quadrados, localizada no Loteamento Vila Nova - Fase 2. Localização do imóvel: Rua Amilton Beher, Quadra A, Lote 10, Área 146,16 m². Valor Mensal da Prestação para o Ano de 2011: R\$ 51,00 (cinquenta e um reais). Data: 01.02.2011. Vigência: por 20 anos, de 01.02.2011 a 01.02.2031. Justificativa Legal: Disposições da Lei Municipal n. 2032, de 02.12.2009 sobre o Programa Municipal de Habitação de Interesse Social de Fraiburgo, denominado "MORAR BEM"; o Decreto Municipal nº. 0363, de 10.12.2010; e nos termos do artigo 17, inciso I, alínea "f", da Lei Federal n. 8.666/93.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Nº 0057/2011-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DO CONTRATO Nº CT11PMF57

Outorgante Compromissário Vendedor: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. Outorgado Compromissário Comprador: CLAUDEMIR FONSECA DE SOUZA, inscrito no RG sob nº. 2.465.924 e CPF sob nº. 665.447.779-00. Objeto: O Compromissário Vendedor se compromete a vender ao Compromissário Comprador 01 (uma) unidade habitacional de interesse social, com área construída em alvenaria de 47,20 metros quadrados, localizada no Loteamento Vila Nova - Fase 2. Localização do imóvel: Rua A, Quadra B, Lote 10, Área 125,49 m². Valor Mensal da Prestação para o Ano de 2011: R\$ 65,00 (sessenta e cinco reais). Data: 01.02.2011. Vigência: por 20 anos, de 01.02.2011 a 01.02.2031. Justificativa Legal: Disposições da Lei Municipal n. 2032, de 02.12.2009 sobre o Programa Municipal de Habitação de Interesse Social de Fraiburgo, denominado "MORAR BEM"; o Decreto Municipal nº. 0363, de 10.12.2010; e nos termos do artigo 17, inciso I, alínea "f", da Lei Federal n. 8.666/93.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Nº 0058/2011-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DO CONTRATO Nº CT11PMF58

Outorgante Compromissário Vendedor: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. Outorgado Compromissário Comprador: CLECI DO PRADO, inscrita no RG sob nº. 3.684.810 e CPF sob nº. 018.926.849-26. Objeto: O Compromissário Vendedor se compromete a vender ao Compromissário Comprador 01 (uma) unidade habitacional de interesse social, com área construída em alvenaria de 47,20 metros quadrados, localizada no Loteamento Vila Nova - Fase 2. Localização do imóvel: Rua A, Quadra B, Lote 12, Área 125,49 m². Valor Mensal da Prestação para o Ano de 2011: R\$ 58,70 (cinquenta e oito reais e setenta centavos). Data: 01.02.2011. Vigência: por 20 anos, de 01.02.2011 a 01.02.2031. Justificativa Legal: Disposições da Lei Municipal n. 2032, de 02.12.2009 sobre o Programa Municipal de Habitação de Interesse Social de Fraiburgo, denominado "MORAR BEM"; o Decreto Municipal nº. 0363, de 10.12.2010; e nos termos do artigo 17, inciso I, alínea "f", da Lei Federal n. 8.666/93.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Nº 0059/2011-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DO CONTRATO Nº CT11PMF59

Outorgante Compromissário Vendedor: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. Outorgado Compromissário Comprador: CLEODETE DANELUZ, inscrita no RG sob nº. 8.465.974-6 e CPF sob nº. 048.487.519-18. Objeto: O Compromissário Vendedor se compromete a vender ao Compromissário Comprador 01 (uma) unidade habitacional de interesse social, com área construída em alvenaria de 47,20 metros quadrados, localizada no Loteamento Vila Nova - Fase 2. Localização do imóvel: Rua A, Quadra A, Lote 02, Área 125,49 m². Valor Mensal da Prestação para o Ano de 2011: R\$ 59,00 (cinquenta e nove reais). Data: 01.02.2011. Vigência: por 20 anos, de 01.02.2011 a 01.02.2031. Justificativa Legal: Disposições da Lei Municipal n. 2032, de 02.12.2009 sobre o Programa Municipal de Habitação de Interesse Social de Fraiburgo, denominado "MORAR BEM"; o Decreto Municipal nº. 0363, de 10.12.2010; e nos termos

do artigo 17, inciso I, alínea "f", da Lei Federal n. 8.666/93.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Nº 0060/2011-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DO CONTRATO Nº CT11PMF60

Contratante: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. Contratada: MINI NEWS EDITORA DE REVISTAS LTDA - ME. Objeto: Contratação dos serviços de divulgação de mensagens, eventos, atos e publicações em geral. Valor total: R\$ 4.620,00 (quatro mil seiscentos e vinte reais). Data: 01.02.2011. Vigência de: 01.02.2011 a 31.12.2011. Recursos: 1.200 (Gabinete do Prefeito). Dispensada licitação nos termos do inciso II do art. 24 da Lei nº 8.666/93.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Nº 0061/2011-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DO CONTRATO Nº CT11PMF61

Contratante: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. Contratada: CESPTRAN - CURSOS ESPECIALIZADOS DE TRÂNSITO LTDA. Objeto: Contratação de empresa do ramo para a prestação de serviços com a realização de treinamentos para os funcionários da município. Valor total: R\$ 2.230,00 (dois mil, duzentos e trinta reais). Data: 04.02.2011. Vigência: 04.02.2011 a 28.02.2011. Recursos: 1.200 (Secretaria de Administração e Planejamento). Dispensada licitação nos termos do inciso II do art. 24 da Lei nº 8.666/93.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Nº 0062/2011-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DO CONTRATO Nº CT11PMF62

Contratante: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. Contratada: MARIANA POMERENING STEFANES ME. Objeto: Assinatura da revista "FIQUE DE OLHO" para divulgação de mensagens, eventos, atos e publicações em geral deste Município. Valor total: R\$ 7.800,00 (sete mil e oitocentos reais). Data: 04.02.2011. Vigência: 04.02.2011 a 31.12.2011. Recursos: 1.200 (Gabinete do Prefeito). Dispensada licitação nos termos do inciso II do art. 24 da Lei nº 8.666/93.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Nº 0063/2011-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DO CONTRATO Nº CT11PMF63

Contratante: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. Contratada: EDITORA GRÁFICA A COLUNA LTDA - ME. Objeto: Contratação de editora de jornais, para veiculação na forma impressa de publicidade institucional, de utilidade pública, campanhas educativas e outras. Valor total: nos termos do Decreto Municipal nº 0043 de 21 de janeiro de 2011 e Processo Administrativo nº 1126 de 19 de janeiro de 2011 Data: 07.02.2011. Vigência de: 07.02.2011 a 31.12.2011. Processo Administrativo Licitatório nº: 0029/2011 - PMF. Inexigibilidade nº: 0006/2001.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Nº 0064/2011-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DO CONTRATO Nº CT11PMF64

Contratante: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. Contratada: VOLNEI ALUISIO RUSCHEL. Objeto: Prestação de serviços de sonorização para realização da 3ª Florada da Canção Edição 2010/2011, nas suas 6 (seis) etapas. Valor total: R\$ 7.206,00 (sete mil, duzentos e seis reais). Data: 07.02.2011. Vigência: 07.02.2011 a 01.08.2011. Recursos: 1.200 (Secretaria de Educação Cultura e Esportes). Dispensada licitação nos termos do inciso II do art. 24 da Lei nº 8.666/93.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Nº 0065/2011-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DO CONTRATO Nº CT11PMF65

Contratante: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. Contratada: S.O.S. SUL RESGATE - COMÉRCIO E SERVIÇOS DE SEGURANÇA E SINALIZAÇÃO LTDA. Objeto: Aquisição de materiais para uso do FUNREBOM no combate a incêndios e sinistros ocorridos neste Município. Valor total: R\$ 4.270,00 (quatro mil, duzentos e setenta reais). Data: 08.02.2011. Vigência, de 08.02.2011 a 29.04.2011. Processo Administrativo Licitatório nº: 0021/2011 - PMF. Pregão Presencial nº: 0009. Recursos: 1.700 (FUNREBOM).

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Nº 0066/2011-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DO CONTRATO Nº CT11PMF66

Contratante: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. Contratada: SÉCULOS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA. Objeto: Contratação de empresa do ramo para execução dos serviços de pavimentação com Pedra Basáltica Irregular, em trecho da Rua Presidente Campos Sales, situada no bairro Santo Antonio, nesta cidade de Fraiburgo, com área total a pavimentar de 1.145,40 m². Valor total: R\$ 102.652,24 (cento e dois mil, seiscentos e cinquenta e dois reais e vinte e quatro centavos). Data: 08.02.2011. Vigência e execução: 90 dias, de 08.02.2011 a 09.05.2011. Processo Administrativo Licitatório nº: 0004/2011 - PMF. Tomada de Preços nº: 0002. Recursos: 1.200 (Recursos Ordinários da Secretaria de Infraestrutura Urbana) e 9.226 (Recursos Federais - Convênio nº 711606/2009 - Contrato de Repasse nº 0308603-04/2009-Ministério das Cidades/Caixa).

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Nº 0067/2011-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DO CONTRATO Nº CT11PMF67

Contratante: Município de Fraiburgo. Contratada: CLARINS INSTRUMENTOS MUSICAIS LTDA. Objeto: Contratação para prestação dos serviços de aulas de música para os integrantes da Banda

Municipal. Valor total: R\$ 16.750,00 (dezesseis mil, setecentos e cinquenta reais). Data: 14.02.2011. Vigência: 15.02.2011 a 15.12.2011. Processo Administrativo Licitatório nº: 0023/2011 - PMF. Pregão Presencial nº: 0011. Recursos: 1.200 (Secretaria de Educação, Cultura e Esportes).

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Nº 0068/2011-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DO CONTRATO Nº CT11PMF68

Contratante: Município de Fraiburgo. Contratada: AGÊNCIA MIRAGE S/C LTDA. Objeto: Contratação para prestação dos serviços de veiculação na forma impressa de publicidade institucional, de utilidade pública, campanhas educativas e outras. Valores conforme Decreto Municipal nº 0043 de 21 de janeiro de 2011 e Processo Administrativo nº 1126 de 19 de janeiro de 2011. Data: 18.02.2011. Vigência: 18.02.2011 a 31.12.2011. Processo Administrativo Licitatório nº: 0038/2011 - PMF. Inexigibilidade de Licitação nº: 0007.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Nº 0069/2011-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DO CONTRATO Nº CT11PMF69

Contratante: Município de Fraiburgo. Contratada: RÁDIO FRAIBURGO LTDA. Objeto: Contratação para veiculação de Programa de Rádio cujo objeto é a divulgação dos músicos, cantores e compositores da Região. Valor total: R\$ 8.900,00 (oito mil e novecentos reais). Data: 21.02.2011. Vigência: 01.03.2011 a 31.12.2011. Processo Administrativo Licitatório nº: 0039/2011 - PMF. Inexigibilidade nº: 0008/2011. Recursos: 1.200 (Secretaria de Educação, Cultura e Esportes).

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Nº 0070/2011-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DO CONTRATO Nº CT11PMF70

Contratante: Município de Fraiburgo. Contratado: MOACIR MARCELINO. Objeto: Contratação para preparação, organização, produção e apresentação de Programa de Rádio cujo objeto é a divulgação dos músicos, cantores e compositores da Região. Valor total: R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais). Data: 21.02.2011. Vigência: 01.03.2011 a 31.12.2011. Dispensada licitação nos termos do inciso II do art. 24 da Lei nº 8.666/93. Recursos: 1.200 (Secretaria de Educação, Cultura e Esportes).

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Nº 0071/2011-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DO CONTRATO Nº CT11PMF71

Contratante: Município de Fraiburgo. Contratado: CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO. Objeto: Contrato de rateio que tem por objeto a entrega de recursos financeiros a serem disponibilizados pelo CONTRATANTE ao Consórcio Público

CONTRATADO para atendimento do objeto do Contrato de Programa especificado na cláusula primeira, relativo ao Rateio Fixo das Despesas Administrativas, previamente aprovadas em Assembléia Geral do Consórcio, para o exercício de 2011, na ação: Manutenção do CINCO. Valor total: 6.120,00 (seis mil cento e vinte reais). Data: 22/02/2011. Vigência: 22.02.2011 a 31.12.2011. Conforme disposição da Lei Federal nº 8.666/93, da Lei Federal nº 11.107/2005, do Decreto Federal n. 6.017/07, do Protocolo de Intenções, das Leis de Ratificações, do Contrato de Consórcio Público do CINCO. Recursos: 1.200 (Secretaria de Administração e Planejamento).

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Nº 0072/2011-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DO CONTRATO Nº CT11PMF72

Contratante: Município de Fraiburgo. Contratada: EDITORA FOLHA DE VIDEIRA LTDA - ME. Objeto: Contratação para prestação dos serviços de veiculação na forma impressa de publicidade institucional, de utilidade pública, campanhas educativas e outras. Valores conforme Decreto Municipal nº 0043 de 21 de janeiro de 2011 e Processo Administrativo nº 1126 de 19 de janeiro de 2011. Data: 22.02.2011. Vigência: 22.02.2011 a 31.12.2011. Processo Administrativo Licitatório nº: 0043/2011 - PMF. Inexigibilidade de Licitação nº: 0009.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Nº 0073/2011-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DO CONTRATO Nº CT11PMF73

Compromissário vendedor: Município de Fraiburgo. Compromissário comprador: ALLAN RICARDO CONTE. Objeto: Venda de lote urbano 0001 da quadra 374 do Loteamento São Miguel, situado na Av. Lourival Silva. Valor: R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais). Data: 23.02.2011. Vigência: 23.02.2011 a 10.05.2014. Concorrência Pública nº: 0001/2011. Processo Administrativo Licitatório nº: 0013/2011 - PMF.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Nº 0074/2011-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DO CONTRATO Nº CT11PMF74

Compromissário vendedor: Município de Fraiburgo. Compromissário comprador: PEDRO JUSTINO. Objeto: Venda de lote urbano 0003 da quadra 398 do Loteamento São Miguel, situado na Av. Michele Simonetti. Valor: R\$ 20.000,00 (vinte mil reais). Data: 23.02.2011. Vigência: 23.02.2011 a 10.05.2015. Concorrência Pública nº: 0001/2011. Processo Administrativo Licitatório nº: 0013/2011 - PMF.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Nº 0075/2011-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº CT11PMF75

Compromissário vendedor: Município de Fraiburgo. Compromissário comprador: JIAM CARLOS RAMOS. Objeto: Venda de lote urbano 0004 da quadra 398 do Loteamento São Miguel, situado na Av. Michele Simonetti. Valor: R\$ 20.000,00 (vinte mil reais). Data: 23.02.2011. Vigência: 23.02.2011 a 10.05.2015. Concorrência Pública nº: 0001/2011. Processo Administrativo Licitatório nº: 0013/2011 - PMF.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Nº 0076/2011-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº CT11PMF76

Compromissário vendedor: Município de Fraiburgo. Compromissário comprador: VALDORI VARELA DA SILVA. Objeto: Venda de lote urbano 0011 situado na rua Guilherme Pinz da quadra 407, do Loteamento São Miguel. Valor: R\$ 31.000,00 (trinta e um mil reais). Data: 23.02.2011. Vigência: 23.02.2011 a 10.05.2015. Concorrência Pública nº: 0001/2011. Processo Administrativo Licitatório nº: 0013/2011 - PMF.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Nº 0077/2011-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº CT11PMF77

Compromissário vendedor: Município de Fraiburgo. Compromissário comprador: VILMAR APARECIDO TELLES. Objeto: Venda de lotes urbanos 0009 situado na av. Guilherme Pinz, 0001 e 0002 situados na av. Michele Simonetti das quadras 385, 398 e 398 respectivamente, do Loteamento São Miguel. Valor: R\$ 97.500,00 (noventa e sete mil e quinhentos reais). Data: 23.02.2011. Vigência: 23.02.2011 a 10.05.2015. Concorrência Pública nº: 0002/2011. Processo Administrativo Licitatório nº: 0014/2011 - PMF.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Nº 0078/2011-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº CT11PMF78

Compromissário vendedor: Município de Fraiburgo. Compromissário comprador: AMARILDO GEMO SERAFINI. Objeto: Venda de lote urbano 0227 situado na av. Tangará da quadra 042, do Loteamento São José. Valor: R\$ 27.830,00 (vinte e sete mil oitocentos e trinta reais). Data: 23.02.2011. Vigência: 23.02.2011 a 25.04.2011. Concorrência Pública nº: 0003/2011. Processo Administrativo Licitatório nº: 0015/2011 - PMF.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Nº 0079/2011-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº CT11PMF79

Compromissário vendedor: Município de Fraiburgo. Compromissário comprador: JACIR TESSARO. Objeto: Venda de lote urbano 0140-001 situado na rua Ademar Martins Vicente da quadra 035, do Loteamento São José. Valor: R\$ 25.101,00 (vinte e cinco mil e cento e um reais). Data: 23.02.2011. Vigência: 23.02.2011 a 25.04.2011. Concorrência Pública nº: 0003/2011. Processo Administrativo Licitatório nº: 0015/2011 - PMF.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Nº 0080/2011-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº CT11PMF80

Contratante: Município de Fraiburgo. Contratada: VIVEIRO FLO-RA VIDA LTDA. Objeto: Aquisição de mudas de flores de época e grama em leiva para embelezamento da cidade. Valor total: R\$ 43.300,00 (quarenta e três mil e trezentos reais). Data: 24.02.2011. Vigência: 24.02.2011 a 30.06.2011. Processo Administrativo Licitatório nº: 0033/2011 - PMF. Pregão Presencial nº: 0015. Recursos: 1.200 (Secretaria de Infraestrutura Urbana).

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Nº 0081/2011-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº CT11PMF81

Contratante: Município de Fraiburgo. Contratado: CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO. Objeto: O contrato de rateio tem por objeto a entrega de recursos financeiros a serem disponibilizados pelo CONTRATANTE ao Consórcio Público CONTRATADO para atendimento do objeto do Contrato de Programa especificado na cláusula primeira, relativo ao Rateio Variável de Horas Máquina de Escavadeira Hidráulica e Retroescavadeira, previamente aprovadas em Assembléia Geral do Consórcio, para o exercício de 2011, na ação: Desenvolvimento da Extensão Rural. Valor total: 17.600,00 (dezessete mil e seiscentos reais). Data: 25/02/2011. Vigência: 25.02.2011 a 30.06.2011. Conforme disposição da Lei Federal nº 8.666/93, da Lei Federal nº 11.107/2005, do Decreto Federal n. 6.017/07, do Protocolo de Intenções, das Leis de Ratificações, do Contrato de Consórcio Público do CINCO. Recursos: 1.200 (Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente).

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Nº 0082/2011-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº CT11PMF82

Contratante: Município de Fraiburgo. Contratado: CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO. Objeto: O contrato de rateio tem por objeto a entrega de recursos financeiros a serem disponibilizados pelo CONTRATANTE ao Consórcio Público CONTRATADO para atendimento do objeto do Contrato de Programa especificado na cláusula primeira, relativo ao Rateio Fixo e Variável das Despesas com a Manutenção da Iluminação Pública - MIP, previamente aprovadas em Assembléia Geral do Consórcio, para o exercício de 2011, na ação: Desenvolvimento dos Serviços Urbanos. Valor total: 73.940,00 (setenta e três mil novecentos e quarenta reais). Data: 25/02/2011. Vigência: 25.02.2011 a 31.12.2011. Conforme disposição da Lei Federal nº 8.666/93, da

Lei Federal nº 11.107/2005, do Decreto Federal n. 6.017/07, do Protocolo de Intenções, das Leis de Ratificações, do Contrato de Consórcio Público do CINCO. Recursos: 1.217 (Secretaria de Infraestrutura Urbana).

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Nº 0083/2011-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DO CONTRATO Nº CT11PMF83

Contratante: Município de Fraiburgo. Contratada: FUNDAÇÃO EDUCACIONAL E ASSISTENCIAL DE FRAIBURGO - FEA. Objeto: Locação de uma construção em alvenaria, com área total de 575,00 m², situada à Rua Cruz e Souza nº 100, prédio anexo a FEA, para funcionamento do CEM Santo Antonio. Valor total: R\$ 15.000,00 (quinze mil reais). Data: 28.02.2011. Vigência: 28.02.2011 a 31.12.2011. Processo Administrativo Licitatório nº: 0045/2011 - PMF. Dispensa nº: 0005, de acordo com o art. 24, inciso X, da Lei nº 8.666/93. Recursos: 1.300 (Secretaria de Educação Cultura e Esportes).

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Nº 0084/2011-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DO CONTRATO Nº CT11PMF84

Contratante: Município de Fraiburgo. Contratada: PRC COMÉRCIO DE PEÇAS PARA MÁQUINAS LTDA. Objeto: Contratação objetivando a recuperação total da Motoniveladora Dresser 205C nº 54, com substituição de peças. Valor total: R\$ 131.512,25 (cento e trinta e um mil, quinhentos e doze reais e vinte e cinco centavos). Data: 28.02.2011. Vigência: 28.02.2011 a 31.10.2011. Processo Administrativo Licitatório nº: 0032/2011 - PMF. Pregão Presencial nº: 0014A. Recursos: 3.200 (Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente).

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Nº 0085/2011-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DO CONTRATO Nº CT11PMF85

Contratante: Município de Fraiburgo. Contratada: EDITORA GRÁFICA A COLUNA LTDA. Objeto: Fornecimento fracionado de 38.000 (trinta e oito mil) "Cadernos de Educação", com conteúdo didático para auxílio na leitura, escrita, ampliação do vocabulário, formação de conceitos dentro das disciplinas do currículo escolar e dos temas transversais propostos nos Parâmetros Curriculares Nacionais, relacionados com temas sobre saúde, orientação sexual, pluralidade cultural, meio ambiente, trabalho, consumo e outros. Valor total: R\$ 79.800,00 (setenta e nove mil e oitocentos reais). Data: 28.02.2011. Vigência: 28.02.2011 a 30.11.2011. Processo Administrativo Licitatório nº: 0046/2011 - PMF. Inexigibilidade nº: 0010 - PMF. Recursos: 3.305, 1.200 e 1.300 (Secretaria de Educação Cultura e Esportes) e 1.504 (Secretaria de Ação Social).

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Nº 0035/2011-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DO CONTRATO Nº CT11PMF35

Outorgante Compromissário Vendedor: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. Outorgado Compromissário Comprador: DENILCE APARECIDA DAL MAGRO, inscrita no RG sob nº. 2.978.245 e CPF sob nº. 907.131.509-63. Objeto: O Compromissário Vendedor se compromete a vender ao Compromissário Comprador 01 (uma) unidade habitacional de interesse social, com área construída em alvenaria de 47,20 metros quadrados, localizada no Loteamento Vila Nova - Fase 2. Localização do imóvel: Rua A, Quadra A, Lote 04, Área 125,49 m². Valor Mensal da Prestação para o Ano de 2011: R\$ 50,00 (cinquenta reais). Data: 01.02.2011. Vigência: por 20 anos, de 01.02.2011 a 01.02.2031. Justificativa Legal: Disposições da Lei Municipal n. 2032, de 02.12.2009 sobre o Programa Municipal de Habitação de Interesse Social de Fraiburgo, denominado "MORAR BEM"; o Decreto Municipal nº. 0363, de 10.12.2010; e nos termos do artigo 17, inciso I, alínea "f", da Lei Federal n. 8.666/93.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

CÂMARA DE VEREADORES

Decreto Legislativo Nº 04/2011

HOMOLOGA AS INSCRIÇÕES DO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2011 DA CÂMARA MUNICIPAL DE FRAIBURGO.

PAULO SANTOS, Presidente da Câmara Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Edital de Concurso Público nº 001/2011:

DECRETA:

Art. 1º. Ficam homologadas, após analisadas e deferidas pela Comissão Especial do Concurso Público - Edital nº 001/2011, as inscrições dos candidatos inscritos para os cargos de AGENTE OPERACIONAL e ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, a ser realizado no dia 27 de março de 2011.

Art. 2º. As inscrições homologadas constam da relação anexa que faz parte do presente Decreto Legislativo.

Art. 3º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 03 de março de 2011.

PAULO SANTOS
Presidente

ADILSON JOSÉ DIAS
Gestor Público Legislativo

AGENTE OPERACIONAL

Nº OR-DEM	Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO	CPF
001	048	DAIANE DA SILVA	011.512.279-60
002	038	DIRCE GARCES	020.111.099-73
003	001	IOLANDA HELENA MACHADO	494.671.409-00
004	045	IRMA RIBEIRO DOS SANTOS	022.771.899-28
005	021	MARCOS ANTÔNIO ROSA DA SILVA	040.196.509-00
006	014	MARIANE CORREA DOS SANTOS	070.017.749-36

ASSISTENTE ADMINISTRATIVO



Nº OR-DEM	Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO	CPF
001	002	ADRIANA RORIGUES DE VEIGA MOTTER	052.350.529-94
002	032	ALINE SAVIAN CONCI	064.399.609-54
003	042	ANETE TEREZINHA FARIAS BREUNIG	594.830.089-72
004	034	BRUNA APARECIDA GALLAS	079.028.739-00
005	007	CARLA PINZ	092.584.249-48
006	046	CINTIA REGIANE BOTH	047.251.479-23
007	025	CRISTIANE PEROZA	020.104.939-23
008	023	CRISTINA IZABEL RODRIGUES	059.046.329-24
009	012	CRISTINA MEASSI	059.664.629-17
010	003	DAIANE SILVA	068.952.029-04
011	030	ELIS REGINA ANDRADE	811.783.019-15
012	013	FLAVIO MURILO CENDRON	054.579.789-66
013	047	FRANCIELY GATTI	034.452.889-84
014	043	GRAZIELE BOGO	066.775.119-01
015	035	IBSEN VALIM LOPES	076.031.199-44
016	029	INDIARA BATISTA	065.188.669-42
017	009	JANAINA VARGAS	059.620.169-98
018	037	JORGE FELIPE PANISSON	060.421.579-73
019	031	JUCIELE MARTA BALDISSARELLI	042.581.789-00
020	019	JULIANA DE OLIVEIRA BALSINI	006.203.739-03
021	026	JULIANE NAFFIN	061.975.169-00
022	020	KÁTIA JULIANA DE LARA	076.104.639-90
023	018	LEDIANE PAGNO	069.077.599-77
024	028	LEONARDO HERMES LEMOS	079.423.939-09
025	015	LUAN CIZESKI DE LORENZI	081.457.129-80
026	017	MANOELA MORESCO	066.606.669-82
027	036	MARIA CLEUSA DE ALMEIDA DIAS DA SILVA	605.701.319-49
028	011	MARIANA LASKOSKI	048.183.869-44
029	008	MARISTELA MARCONDES	024.648.959-62
030	006	MICHAEL DUARTE LEANDRO	069.563.629-45
031	033	PAULO JOEL LEINDECKER DA PAIXÃO JUNIOR	000.305.940-57
032	027	RODRIGO NAFFIN	084.829.059-37
033	039	ROSALINA MUNIZ VIEIRA	781.769.309-97
034	024	ROSEMERI PALHANO	089.432.869-70
035	022	ROSILANE APARECIDA ALVES DOS SANTOS	055.106.449-82
036	044	SERGIO ANTÔNIO DE SOUZA	847.997.309-91
037	010	SILMARA TIZIAN	058.689.359-85
038	040	SUSAMAR RIBEIRO TOMAZ	075.127.399-66
039	041	SUZANE BOGO	074.826.789-13
040	004	TAIANE NAIZE TRIQUES	057.170.029-20
041	005	THAIRINE CARVALHO BARBOSA DOS SANTOS	078.608.849-41
042	016	VIVIANE DE OLIVEIRA	998.362.119-34

Fraiburgo, 03 de março de 2011.
ELISANDRA TIEPO
 Presidente

CARMEN REGINA BOTH
 Secretária

JOÃO CARLOS PADILHA
 Membro

Garopaba

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto N.º 037/2011

DECRETO N.º 037, DE 03 DE MARÇO DE 2011.

REGULAMENTA O ARTIGO 5º DA LEI MUNICIPAL N.º 1.510/2011.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal n.º 1.510/2011 e demais legislação vigente,

DECRETA:

Art. 1º. Conforme previsto no artigo 5º, da Lei Municipal n.º 1.510, de 02 de Março de 2011, fica regulamentado o cargo de Professor de Educação de Jovens e Adultos - EJA, conforme segue:

I - Professor de Língua Portuguesa - EJA, 01 vaga, habilitação: Licenciatura Plena na área de Letras Língua Portuguesa, fornecida por Instituição de Ensino reconhecida pelos órgãos normativos;

II - Professor de Matemática - EJA, 01 vaga, habilitação: Licenciatura Plena na área de Matemática, fornecida por Instituição de Ensino reconhecida pelos órgãos normativos;

III - Professor de Ciências - EJA, 01 vaga, habilitação: Licenciatura Plena na área de Ciências Biológicas, fornecida por Instituição de Ensino reconhecida pelos órgãos normativos;

IV - Professor de História - EJA, 01 vaga, habilitação: Licenciatura Plena na área de História, fornecida por Instituição de Ensino reconhecida pelos órgãos normativos;

V - Professor de Geografia - EJA, 01 vaga, habilitação: Licenciatura Plena na área de Geografia, fornecida por Instituição de Ensino reconhecida pelos órgãos normativos;

VI - Professor de Artes - EJA, 01 vaga, habilitação: Licenciatura Plena na área de Artes, fornecida por Instituição de Ensino reconhecida pelos órgãos normativos;

VII - Professor de Espanhol - EJA, 01 vaga, habilitação: Licenciatura Plena na área de Espanhol, fornecida por Instituição de Ensino reconhecida pelos órgãos normativos;

VIII - Professor de Educação Física - EJA, 01 vaga, habilitação: Licenciatura Plena na área de Educação Física, fornecida por Instituição de Ensino reconhecida pelos órgãos normativos e Registro no Conselho de Classe do Estado de Santa Catarina.

§ 1º. São atribuições comuns a todos os cargos de Professor - EJA: ministrar aulas de disciplinas componentes do currículo de Ensino Fundamental EJA, de acordo com a área de conhecimento de sua formação, ou área afim, utilizando-se de material específico do EJA, com pré-planejamento. Trabalhar de forma interdisciplinar e contextualizada os conteúdos teóricos e práticos pertinentes, utilizando-se de seqüências didáticas, dinâmicas variadas e metodologia adequada ao perfil do aluno EJA, com incentivo à pesquisa e desenvolvimento de projetos de aprendizagem, possibilitando o pleno desenvolvimento intelectual do aluno e sua atuação responsável como cidadão participante da sociedade.

§ 2º. Excepcionalmente, na ausência de candidatos com formação específica em sua área de atuação, poderão concorrer a vaga, candidatos portadores de Diploma de nível Superior na área de Pedagogia ou portadores de Habilitação no Magistério em nível médio, que possuam comprovadamente, experiência na área para a qual pleiteiam o cargo.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 03 de Março de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 09/03/2011, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA CRISTINA A. VIEIRA
Secretária de Administração

Decreto Nº. 038/2011

DECRETO Nº. 038, DE 03 DE MARÇO DE 2011.
DISCIPLINA O EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 002/2011.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Garopaba, e considerando o artigo 37, IX, da Constituição Federal, e

- Considerando que as atividades da Rede Municipal de Educação são consideradas serviços públicos indispensáveis, que exigem pessoal qualificado para seu pleno funcionamento.

- Considerando a Municipalização do Ensino Fundamental da EJA para atender a demanda do município de Garopaba, garantindo o que preconiza a Constituição Federal.

- Considerando a necessidade de existência de Cadastro de Reserva para substituir servidores em férias, em licença prêmio, licença para tratamento de saúde, licença maternidade, entre outros afastamentos;

DECRETA:

Art. 1º. Este Decreto disciplina o EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 002/2011, que objetiva a contratação por tempo determinado de servidores, para atuarem na Rede Municipal de Educação.

Art. 2º. As dotações orçamentárias, específicas para o atendimento das despesas de pessoal, decorrentes das contratações serão as previstas no Orçamento vigente.

Art. 3º. Os requisitos para a contratação são os previstos no Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais e demais legislação pertinente.

Art. 4º. O registro do contrato e o regime previdenciário obedecerão ao previsto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Garopaba.

Art. 5º. A Comissão de avaliação será formada por 03 (três) servidores municipais, designados por Ato do Poder Executivo Municipal.

Art. 6º. Após o resultado final do Processo Seletivo Simplificado, a Comissão encaminhará ao Chefe do Poder Executivo todos os atos inerentes ao referido Processo Seletivo Simplificado para conhecimento, apreciação e posterior homologação.

Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 03 de Março de 2011.
LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 09/03/2011, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA CRISTINA A. VIEIRA
Secretária Municipal de Administração

Portaria N.º 182/2011

PORTARIA N.º 182, DE 01 DE MARÇO DE 2011.
DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO E CLASSIFICADO NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL N.º 0001/2009 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. NOMEAR, nos termos do art. 20, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a candidata ANA MARIA DE SOUZA, CPF n.º 824.868.409-15, aprovada e classificada como 0020 colocada, no Concurso Público 0001/2009, Etapa homologada em 28 de janeiro de 2010, para exercer em caráter efetivo o cargo de SERVENTE.

Art. 2º. O candidato nomeado ocupará vaga dos quadros permanentes, criada através da Lei n.º 655, 24 de agosto de 1999 e alterações, com atribuições de executar serviços de limpeza e higiene nas instalações próprios da escola e serviços gerais de apoio administrativo, com vencimento previsto na Lei de Cargos e Salários da Prefeitura Municipal de Garopaba.

Art. 3º. A investidura do servidor no respectivo cargo público terá lugar no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente Portaria, em conformidade com o disposto no §1º, do art. 18, da Lei 1.000/2005.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 01 de Março de 2011.
LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 09/03/2011, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Edital de Processo Seletivo Simplificado N.º 002/2011

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 002/2011

Considerando que as atividades da Rede Municipal de Educação são consideradas serviços públicos indispensáveis, que exigem pessoal qualificado para seu pleno funcionamento.

Considerando a Municipalização do Ensino Fundamental da EJA para atender a demanda do município de Garopaba, garantindo o que preconiza a Constituição Federal.

Considerando a necessidade de existência de Cadastro de Reserva para substituir servidores em férias, em licença prêmio, licença para tratamento de saúde, licença maternidade, entre outros afastamentos;

O Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições, com base no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Garopaba e considerando o artigo 37, IX, da Constituição Federal, TORNA PÚBLICO que estão abertas as inscrições do Processo Seletivo Simplificado de contratação de pessoal, por prazo determinado, para ocupar vagas da Educação de Jovens e Adultos - EJA e para formação de Cadastro de Reserva - CR, para atuarem na Rede

Municipal de Educação de Garopaba/SC.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelo presente Edital, coordenado por Comissão de Processo Seletivo, designada pela Secretaria Municipal de Educação.

1.2. A seleção dos candidatos será publicada no Diário Oficial dos Municípios, DOM/SC, www.diariomunicipal.sc.gov.br.

1.3. O Processo Seletivo Simplificado destina-se à seleção de profissionais para contratação por prazo determinado, para ocupar vagas da Educação de Jovens e Adultos - EJA e para formação de Cadastro de Reserva - CR, em contrato temporário pelo período de até 06 (seis) meses, podendo ser prorrogado uma única vez.

1.4. O Cadastro de Reserva destina-se a reposição de pessoal para suprir eventual déficit de pessoal no quadro, no caso de férias dos servidores e eventual afastamento por licença saúde e licença maternidade, entre outros afastamentos.

1.5. O período do contrato temporário é destinado a reposição de pessoal e poderá ser reduzido em virtude do interesse público.

1.6. O chamamento dos candidatos obedecerá à ordem decrescente de classificação.

1.7. No caso da desistência do profissional convocado o mesmo passará ao final da lista de aprovados, mediante pedido expresso.

1.8. O contrato por prazo determinado extinguir-se-á:

- pelo término do prazo contratual;
- por iniciativa do contratado;
- por conveniência e oportunidade do serviço público.

2. DA INSCRIÇÃO

2.1 As inscrições serão recebidas de 09 de março de 2011 a 18 de março de 2011, das 14h às 18h, na Secretaria Municipal de Educação, situada na Praça Governador Ivo Silveira (prédio do BB/BESC), Centro, em Garopaba/SC, fone: (48) 3254-8400, devendo o servidor responsável, proceder ao devido protocolo e autuação.

2.2 No ato da inscrição o candidato deverá informar dados pessoais e fornecer cópias dos documentos a seguir:

- Carteira de Identidade;
- CPF ;
- Comprovante de habilitação para o cargo pleiteado (Diploma ou Certificado);
- Carteira Nacional de Habilitação – CNH, tipo "D" (Motorista);
- Comprovante de Residência.
- Observação: o candidato a mais de uma carga horária deverá informar na inscrição.

2.3. ATENÇÃO: A inscrição do candidato implicará no conhecimento e na tácita aceitação das condições estabelecidas no inteiro teor deste Edital e das instruções específicas, expedientes dos quais não poderá alegar desconhecimento.

3. DAS VAGAS

Função	Nº. Vagas	Carga Horária Semanal	Remuneração R\$
Professor com Licenciatura I	CR	20 h	637,83
Professor com Licenciatura I	CR	40 h	1.275,66
PROFESSOR COM LICENCIATURA II	CR	40 h	1.275,66
PROFESSOR COM LICENCIATURA II	CR	20 h	637,83
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	CR	20 h	637,83
		40 h	1.275,66
PROFESSOR DE INGLÊS	CR	10 h	318,92
		20 h	637,83
PROFESSOR DE ARTES	CR	20 h	637,83
		30 h	956,75
		40 h	1.275,66

Professor de Língua Portuguesa - EJA	01+CR	10 h 20 h 30 h 40 h	318,91 637,83 956,75 1.275,66
Professor de Matemática - EJA	01+CR	10 h 20 h 30 h 40 h	318,91 637,83 956,75 1.275,66
Professor de Ciências - EJA	01+CR	10 h 20 h 30 h 40 h	318,91 637,83 956,75 1.275,66
Professor de História - EJA	01+CR	10 h 20 h 30 h 40 h	318,91 637,83 956,75 1.275,66
Professor de Geografia - EJA	01+CR	10 h 20 h 30 h 40 h	318,91 637,83 956,75 1.275,66
Professor de Artes - EJA	01+CR	10 h 20 h 30 h 40 h	318,91 637,83 956,75 1.275,66
Professor de Espanhol - EJA	01+CR	10 h 20 h 30 h 40 h	318,91 637,83 956,75 1.275,66
Professor de Educação Física - EJA	01+CR	10 h 20 h 30 h 40 h	318,91 637,83 956,75 1.275,66
Servente	CR	40 h	600,00
Merendeira	CR	40 h	600,00
Motorista	CR	40 h	831,28

* Valores sujeitos a revisão geral anual

4. DO PROCESSO SELETIVO

4.1 O Processo Seletivo, tendo a finalidade classificatória, será realizado sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

4.2 A Prova de Títulos será constituída de:

- Comprovação da formação exigida para o cargo (título obrigatório e classificatório) e pela contagem dos Títulos e Tempo de Serviço.

4.3 Para contagem de títulos na área de atuação serão considerados válidos os cursos de formação e capacitação na área de Educação, conforme descritos no Anexo II, devendo os candidatos apresentarem os documentos comprobatórios a estes.

4.4 Entende-se como documentos comprobatórios os certificados, declarações ou atestados, em papel com timbre da entidade promotora, devendo ser expedidos pela mesma. Não serão pontuados documentos sem timbre da entidade promotora.

4.5 O tempo de experiência profissional poderá ser comprovado através de fotocópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS e/ou Certidão de Tempo de Serviço emitida por Entidade Pública, ou declaração, em papel com timbre, da instituição e/ou empresa em que atuou.

5. CLASSIFICAÇÃO

5.1 A classificação ocorrerá em ordem decrescente de pontos obedecida a seguinte ordem de títulos e critérios:

- Habilitação ao cargo pleiteado;
- Maior Pontuação na Prova de Títulos;
- Maior pontuação no critério Experiência Profissional;

- Perdurando empate: Sorteio

1.2 Os candidatos classificados serão chamados obedecendo à ordem decrescente de pontos, conforme conveniência e interesse público.

1.3 O período das contratações dar-se-á de acordo com as necessidades das Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino.

6. DA CONTRATAÇÃO

6.1. A contratação e o exercício da função dependerão da comprovação dos seguintes requisitos básicos (documentos em original e cópia):

- Classificação no processo seletivo simplificado;
- Idade mínima de 18 (dezoito) anos completados até a data da contratação;
- Cédula de Identidade;
- Cartão de inscrição no CPF;
- Título de Eleitor, com comprovante de votação na última eleição;
- Certificados de quitação das obrigações relativas ao serviço militar;
- Carteira de Trabalho;
- Prova de inscrição no PIS/PASEP;
- Certidão de casamento, se for casado (a); ou de nascimento;
- Certidões de nascimento dos filhos, se os tiver;
- Comprovante de Escolaridade e/ou Formação Profissional, devidamente registrado no MEC;
- Carteira Nacional de Habilitação, Categoria "D", na validade (para Motorista);
- Registro na Entidade de Classe de Santa Catarina e Certidão de Regularidade (Professor de Educação Física);
- Comprovante de residência;
- Folha de antecedentes judiciais (cível e criminal, expedidas pelos cartórios das Varas Cíveis e Criminais ou do Foro da Comarca em que teve residência nos últimos 5 (cinco) anos;
- Uma foto 3X4, de frente e recente;
- Declaração de acumulação ou não de cargos e de proventos de inatividade ;
- Declaração de bens;

7. DOS RECURSOS

7.1. Os recursos poderão ser interpostos em até 48h (quarenta e oito horas), a contar da divulgação por edital das homologações das inscrições e do resultado final.

7.2. Os mesmos deverão ser protocolados junto à Prefeitura Municipal de Garopaba, no setor de Protocolo, no referido prazo, devendo conter os seguintes elementos:

- a) Nº do Processo Seletivo;
- b) Cargo a que concorre;
- c) Sucinta exposição dos motivos, critérios adotados, certificados ou títulos que deveriam ser atribuídos maior grau ou número de pontos;
- d) Razões do pedido, bem como o objeto pleiteado (revisão e/ou nova classificação).

7.3. Serão desconsiderados os recursos interpostos fora do prazo, ou em desacordo com este Edital.

8. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1.1. As habilitações necessárias ao exercício das funções objeto deste processo seletivo simplificado são as constantes no Anexo I.

1.2. A homologação das inscrições e do resultado será publicada no DOM/SC, www.diariomunicipal.sc.gov.br.

1.3. Os candidatos serão contratados em regime administrativo, ficando vinculado ao Regime Geral da Previdência Social;

1.4. Os casos omissos deste edital e as decisões que se fizerem necessárias serão resolvidas pela Secretaria Municipal de Educação.

1.5. Fica eleito o Foro da Comarca de Garopaba para dirimir

questões oriundas do presente processo seletivas.

1.6. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Garopaba (SC), 03 de março de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

ANEXO I

FUNÇÃO	ATRIBUIÇÕES	HABILITAÇÃO PROFISSIONAL
Profesor com Licenciatura I	Ministrar aulas; orientar a aprendizagem do aluno no desenvolvimento de suas capacidades; participar no processo de planejamento das atividades das unidades de trabalho; organizar as operações inerentes ao processo ensino-aprendizagem; contribuir para o aprimoramento da qualidade de ensino; executar outras tarefas semelhantes.	Curso Superior Completo com Licenciatura em Pedagogia das Séries Iniciais
PROFESSOR COM LICENCIATURA II	Ministrar aulas de currículo de ensino infantil de acordo com o plano de aula previamente elaborada; orientar a aprendizagem do aluno no desenvolvimento de suas capacidades; participar no processo de planejamento das atividades das unidades de trabalho; organizar as operações inerentes ao processo ensino-aprendizagem; contribuir para o aprimoramento da qualidade de ensino; executar outras tarefas semelhantes.	Curso Superior Completo com Licenciatura em Pedagogia com Habilitação para Educação Infantil
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	Ministrar aulas de acordo com o plano de aula previamente elaborada; orientar a aprendizagem do aluno no desenvolvimento de suas capacidades; participar no processo de planejamento das atividades das unidades de trabalho; organizar as operações inerentes ao processo ensino-aprendizagem; contribuir para o aprimoramento da qualidade de ensino; zelar e manter organizados, limpos e conservados os materiais, máquinas, equipamentos e local de trabalho, que estão sob sua responsabilidade; colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade; executar outras tarefas semelhantes.	Curso Superior Completo com Licenciatura em Educação Física; Registro no Conselho de Classe Profissional
PROFESSOR DE INGLÊS	Ministrar aulas de acordo com o plano de aula previamente elaborada; orientar a aprendizagem do aluno no desenvolvimento de suas capacidades; participar no processo de planejamento das atividades das unidades de trabalho; organizar as operações inerentes ao processo ensino-aprendizagem; contribuir para o aprimoramento da qualidade de ensino; zelar e manter organizados, limpos e conservados os materiais, máquinas, equipamentos e local de trabalho, que estão sob sua responsabilidade; colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade; executar outras tarefas semelhantes.	Curso Superior Completo com Licenciatura em Letras Português / Inglês

PROFESSOR DE ARTES	Ministrar aulas de acordo com o plano de aula previamente elaborada; orientar a aprendizagem do aluno no desenvolvimento de suas capacidades; participar no processo de planejamento das atividades das unidades de trabalho; organizar as operações inerentes ao processo ensino-aprendizagem; contribuir para o aprimoramento da qualidade de ensino; zelar e manter organizados, limpos e conservados os materiais, máquinas, equipamentos e local de trabalho, que estão sob sua responsabilidade; colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade; executar outras tarefas semelhantes.	Curso Superior Completo com Licenciatura em Artes Plásticas
--------------------	--	---

Servente	Executar serviços de limpeza e higiene nas instalações próprios da escola e serviços gerais de apoio administrativo.	Alfabetizado
----------	--	--------------

Merendeira	Executar serviços de limpeza e higiene na cozinha e no preparo e distribuição da merenda escolar.	Alfabetizado
------------	---	--------------

Motorista	Dirigir e Conservar automóveis, camionetas e caminhões, utilizados no transporte de passageiros e cargas em geral, de acordo com as instruções específicas	Alfabetizado e com CNH profissional, tipo "D"
-----------	--	---

Professor de Educação de Jovens e Adultos - EJA	Ministrar aulas de disciplinas componentes do currículo de Ensino Fundamental EJA, de acordo com a área de conhecimento de sua formação, ou área afim, utilizando-se de material específico do EJA, com pré-planejamento. Trabalhar de forma interdisciplinar e contextualizada os conteúdos teóricos e práticos pertinentes, utilizando-se de seqüências didáticas, dinâmicas variadas e metodologia adequada ao perfil do aluno EJA, com incentivo à pesquisa e desenvolvimento de projetos de aprendizagem, possibilitando o pleno desenvolvimento intelectual do aluno e sua atuação responsável como cidadão participante da sociedade.	Licenciatura Plena na área de atuação, fornecida por Instituição de Ensino reconhecida pelos órgãos normativos e Registro no Conselho de Classe do Estado de Santa Catarina (Professor de Educação Física).
---	--	---

* Excepcionalmente, na ausência de candidatos com formação específica em sua área de atuação, poderão concorrer a vaga, candidatos portadores de Diploma de nível Superior na área de Pedagogia ou portadores de Habilitação no Magistério em nível médio, que possuam comprovadamente, experiência na área para a qual pleiteiam o cargo.

ANEXO II AVALIAÇÃO

- Comprovação da formação exigida para o cargo (título obrigatório e classificatório)

Cargo Professor - vários

Avaliação	Pontuação
Curso de Especialização na área pleiteada	10 pontos

Cursos de Capacitação: - Cursos de Capacitação promovidos pelo Município de Garopaba – Cada 20 horas - Outros Cursos de Capacitação – Cada 20 horas *Ambos serão contados no limite de 200 (duzentas) horas	2 pontos 1 ponto
Experiência Profissional: - Para cada mês de serviço no Magistério Público Municipal - Para cada mês de serviço no Magistério diferente do municipal	1,5 ponto 1 ponto

Cargo Professor EJA

Avaliação	Pontuação
Curso de Especialização na área pleiteada	10 pontos
Cursos de Capacitação: - Cursos de Capacitação promovidos pelo Município de Garopaba – Cada 20 horas - Outros Cursos de Capacitação – Cada 20 horas *Ambos serão contados no limite de 200 (duzentas) horas	2 pontos 1 ponto
Experiência Profissional: - Para cada mês de serviço no Magistério na Educação de jovens e Adultos - Para cada mês de serviço no Magistério Público Municipal - Para cada mês de serviço no Magistério diferente do municipal	1,5 ponto 1,5 ponto 1 ponto

Demais Cargos

Avaliação	Pontuação
Experiência no exercício de atividades inerentes a função	1 ponto (por ano)
Curso de aperfeiçoamento na área de atuação - Carga Horária Mínima de 20 h.	1 ponto p/ curso apresentado

ANEXO III FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO

PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO
EDITAL 0002/2011

Formulário de inscrição nº _____

Cargo: _____

Carga Horária: _____

Nome: _____

Endereço: _____

Telefone para contato: _____

Doc. de Identidade nº: _____

CPF nº: _____

Garopaba – SC, ____/____/2011

Assinatura do Candidato

Assinatura do (a) responsável pela inscrição

Despacho Final de Sindicância

DESPACHO FINAL DE SINDICÂNCIA

Portaria n.º 659/2010

CONSIDERANDO que, foi solicitado pela Secretaria Municipal de Saúde, através do Ofício SMS n.º 374/2010, a apuração do



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

reconhecimento de dívida com a Empresa Cristália Produtos Químicos Ltda, com relação a medicamentos referente às notas fiscais n.º 366182 no valor de R\$ 1.107,70 e n.º 359153 no valor de R\$ 214,80, onde o fornecedor tem em seu poder, comprovantes da entrega da mercadoria com assinatura do funcionário que recebeu na época;

CONSIDERANDO que, 1000/2005, foi determinada a Abertura de Sindicância Administrativa, a fim de apurar os fatos informados, e designada Comissão Sindicante.

CONSIDERANDO que, a Comissão Sindicante em seu Relatório Final apurou a veracidade quanto a existência de dívida com a Empresa Cristália Produtos Químicos Ltda, com relação a medicamentos referente às notas fiscais n.º 366182 no valor de R\$ 1.107,70 e n.º 359153 no valor de R\$ 214,80.

CONSIDERANDO que, foram juntados aos autos os Pareceres da Assessoria Jurídica e Diretoria de Controle Interno, favoráveis ao resultado do relatório final da Comissão Sindicante.

Em consequência, DETERMINO:

Providencias administrativo-financeiras para que a dívida junto a Empresa Cristália Produtos Químicos Ltda, com relação a medicamentos referente às notas fiscais n.º 366182 no valor de R\$ 1.107,70 e n.º 359153 no valor de R\$ 214,80, seja quitada. Comunique-se as partes.

Garopaba, 23 de fevereiro de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

CÂMARA DE VEREADORES

Contrato Nº 08/2011.

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE GAROPABA

CONTRATO Nº 08/2011.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE GAROPABA E AURÉLIO CARDOSO.

Ao primeiro dia do mês de março de 2011 (dois mil e onze), nesta cidade de Garopaba, Estado de Santa Catarina, no Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Garopaba, compareceram as partes entre si justas e contratadas, a saber: de um lado como CONTRATANTE o Município de Garopaba, por meio da CÂMARA MUNICIPAL DE GAROPABA, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 80.987.423/0001-86, com sede na Rua Professor Antônio José Botelho, 113, CEP 88495-000, Centro, Garopaba/SC, neste ato representado legalmente por seu Presidente Senhor PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, brasileiro, casado, CPF 675.070.429-87, residente e domiciliado na Rua Prefeito João Orestes de Araújo, nº 1072, bairro Pinguirito, CEP 88.495-000, cidade de Garopaba/SC, e de outro lado, como CONTRATADO, o Senhor AURÉLIO CARDOSO, pessoa física, inscrita sob CPF 704.898.319-15, residente na Rodovia SC 434, Km 06, CEP 88495-000, Bairro Areias de Palhocinha, Garopaba/SC, têm entre si justo e contratado o seguinte:

Cláusula Primeira: OBJETO - A CONTRATANTE contrata o serviço de locação dos seguintes aparelhos: Transferidor de Sinal de Áudio TXNW20.5100, Mesa de Som S 08-2, Processador de Áudio TX 25, para uso interno da Câmara Municipal de Vereadores de Garopaba.

Cláusula Segunda: DOS PREÇOS - Para a execução dos serviços mencionados na cláusula anterior a Contratante pagará a

Contratada, a importância global de R\$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais), que deverá ser pago em parcelas mensais de R\$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais) imediatamente ao término do mês.

Parágrafo único: O preço é irredutível, salvo atraso injustificado por parte da CONTRATANTE, superior a 30 (trinta) dias.

Cláusula Terceira: DOS PRAZOS - A partir da data da assinatura até 31 de dezembro do ano de 2011, podendo ser prorrogado por meio de termo aditivo, mediante acordo entre as partes.

Cláusula Quarta: DA RESCISÃO - Para a rescisão do presente contrato, aplicam-se as disposições previstas nos arts. 77 a 80 da Lei 8666/93, sendo que em qualquer das hipóteses a parte interessada deverá notificar a outra, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

Cláusula Quinta: DAS DESPESAS - As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das dotações próprias do orçamento vigente, classificadas e codificadas sob o nº 01.01.2.001.3.3.90.00.00.00.00 (2)

Cláusula Sexta: DO FORO - Fica eleito o Foro da Comarca de Garopaba, com exclusão de outro qualquer, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões oriundas deste contrato, que não forem resolvidas administrativamente ou por arbitramento, na forma do Código Civil.

E por estarem assim perfeitamente justos e contratados, firmam o presente instrumento em 2 (duas) vias, de igual teor e forma, para um só fim.

Garopaba, 01 de março de 2011.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Presidente

Câmara Municipal de Garopaba

Contratante

AURÉLIO CARDOSO

CPF 704.898.319-15

Contratado

Testemunhas:

Jéferson Batista

CPF: 040.193.639-27

NOME: Rogério Linhares

CPF: 950.635.369-72

Garuva

PREFEITURA MUNICIPAL

Aviso de Alteração no Edital PMG Nº 006/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA

SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS

AVISO DE ALTERAÇÃO DE EDITAL

A Prefeitura Municipal de Garuva, comunica que devido a alteração nos sub itens da Cláusula Segunda da Minuta de Contrato; alteração no sub item 5.3 e inclusão do sub item 5.8 na Cláusula Quinta

do Edital, a data de entrega e abertura dos envelopes de Habilitação e Propostas, referentes ao Processo Licitatório Nº 006/2011 - Convite para Serviços, que tem como objeto a Contratação de empresa para prestação de serviço de Assessoria Técnica para orientação na elaboração e acompanhamento de processos, no âmbito do Distrito Federal, junto aos órgãos governamentais federais, organismos internacionais e embaixadas, foi adiada para o dia 17/03/2011 às 09:00 horas.

Garuva, 04 de março de 2011.

JOÃO ROMÃO

Prefeito Municipal

Aviso de Licitação PMG Nº 008/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade : Pregão Presencial PMG nº 008/2011

Tipo de pagamento: Menor Preço por Item

Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS, COM ENTREGA DE FORMA PARCELADA, PARA A MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL, EDUCAÇÃO INFANTIL (PRÉ-ESCOLAR E CRECHE) E EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.

Credenciamento, Entrega e Abertura dos Envelopes: 21/03/2011 as 09:00 horas.

A fase de lances verbais ocorrerá logo após.

O Edital completo está disponível para consulta e retirada no site www.garuva.sc.gov.br.

Garuva, 04 de março de 2011.

JOÃO ROMÃO

Prefeito Municipal

Gaspar

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Nº. 3.295/11

LEI Nº. 3.295, DE 03 DE MARÇO DE 2011.

AUTORIZA O MUNICÍPIO A RECEBER RECURSO EM DOAÇÃO E A REALIZAR REPASSES FINANCEIROS ÀS ENTIDADES QUE ESPECIFICA.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Município autorizado a receber em doação recurso, na importância de até R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), do Senhor Sérgio Roberto Waldrich, domiciliado nesta cidade, inscrito junto ao CPF (Cadastro de Pessoa Física) sob o nº. 291.215.669-68, que deverá constituir em verba disponível do Fundo Municipal da Infância e do Adolescente, criado pela Lei Municipal nº. 1.432, de 24 de maio de 1993.

Art. 2º Em decorrência da doação de que trata o artigo 1º, fica o Município autorizado a realizar repasse financeiro à Associação de

Pais e Amigos dos Excepcionais de Gaspar- APAE, inscrita no CNPJ (Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica) sob o nº. 83.794.982/0001-68, no valor de até R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), com a finalidade de custear despesas para execução do Projeto "Renascer Fênix".

Art. 3º Fica ainda o Município autorizado a realizar repasse financeiro à entidade especificada no art. 2º, na ordem de R\$ 8.500,00 (oito mil e quinhentos reais), oriundo de recursos do Fundo da Infância e do Adolescente, com a finalidade de custear despesas para execução do Projeto "Renascer Fênix".

Art. 4º O repasse das verbas especificadas nos artigos 1º e 2º poderá ser concedido parceladamente, de acordo com o cronograma definido e/ou a disponibilidade financeira e orçamentária do Fundo Municipal de Atendimento da Infância e do Adolescente.

Art. 5º Os valores discriminados na presente Lei somente serão repassados às respectivas entidade após verificado o cumprimento de todos os requisitos previstos no Decreto nº. 900, de 15 de junho de 2005, e suas posteriores modificações.

Art. 6º A entidade beneficiada com o recurso financeiro previsto nesta Lei sujeitar-se-á à prestação de contas de sua correta aplicação, diretamente ao Município de Gaspar, de acordo com regulamento municipal.

Parágrafo único. Os recursos deverão ser aplicados segundo as finalidades indicadas, nos moldes definidos no projeto apresentado ao Município.

Art. 7º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotação própria, consignada no orçamento vigente do Fundo Municipal de Atendimento da Infância e do Adolescente, a ser suplementada por superávit financeiro do exercício de 2010.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar - SC, em 03 de março de 2011.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

Decreto Nº. 4.220/11

DECRETO Nº 4.220, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2011

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO OU AQUISIÇÃO, ÁREA DE TERRAS DE PROPRIEDADE DE ANTONIO CARLOS SCHRAMM E MARIA ANA SPENGLER SCHRAMM; GUSTAVO KOCH NETO E ANGELA MARIA SCHRAMM KOCH; CESAR JOSÉ DESCHAMPS E MARISTELA SCHRAMM DESCHAMPS; ALMIR RICARDO ZUCHI E ELKE REGINA GARTNER ZUCHI

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito do Município de Gaspar, no uso de suas atribuições legais, especialmente as estabelecidas na Lei Orgânica do Município, no art. 72, inciso XXVIII e em conformidade com o art. 5º, alínea i do Decreto-Lei nº. 3.365, de 21 de junho de 1941,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública, para fins de desapropriação ou aquisição, por via judicial, ou amigável, nos termos da alínea i do art. 5º do Dec.-lei 3.365/41, área de terras matriculadas no Cartório de Registro de Imóveis de Gaspar: 1. Livro nº. 2, sob matrícula de nº 16.472, pertencente a ANTONIO CARLOS SCHRAMM, CPF nº. 484.790.559-87 e sua esposa MARIA ANA SPENGLER SCHRAMM, residentes e domiciliados na cidade de Gaspar, sendo o imóvel situado na cidade de Gaspar, localizado na Rua Arnoldo Schramm, contendo uma área de 793,45m2 e área a ser desapropriada de 37,45m2, sendo que o objeto de

desapropriação possui as seguintes confrontações: extremado a frente, em 5,00m confrontando com a Rua Arnaldo Schramm, a fundos, em 12,00m confrontando com a Áreas Remanescentes, ao lado direito, em 9,32m confrontando a Rua Arnaldo Schramm, ao lado esquerdo, em 0,40m confrontando a Rua Arnaldo Schramm, remanescendo uma área de 756,00m²; 2. Livro nº. 2, sob matrícula de nº 16.473, pertencente a GUSTAVO KOCH NETO e sua esposa ANGELA MARIA SCHRAMM KOCH, CPF nº. 485.382.729-34, residentes e domiciliados na cidade de Blumenau-SC, sendo o imóvel situado na cidade de Gaspar, localizado na Rua Arnaldo Schramm, contendo uma área de 612,50m² e área a ser desapropriada de 160,92m², sendo que o objeto de desapropriação possui as seguintes confrontações: extremado a frente, em 12,25m confrontando com a Rua Arnaldo Schramm, a fundos, em 12,80m confrontando com a Áreas Remanescentes, ao lado direito, em 10,95m confrontando a Rua Arnaldo Schramm, ao lado esquerdo, em 13,92m confrontando a Rua Arnaldo Schramm, remanescendo uma área de 451,58m²; 3. Livro nº. 2, sob matrícula de nº 16.474, pertencente a CESAR JOSÉ DESCHAMPS, e sua esposa MARISTELA SCHRAMM DESCHAMPS, CPF nº. 548.022.619-34, residentes e domiciliados na cidade de Florianópolis-SC, sendo o imóvel situado na cidade de Gaspar, localizado na Rua Arnaldo Schramm, contendo uma área de 612,50m² e área a ser desapropriada de 137,75m², sendo que o objeto de desapropriação possui as seguintes confrontações: extremado a frente, em 11,20m confrontando com a Rua Arnaldo Schramm, a fundos, em 12,30m confrontando com a Áreas Remanescentes, ao lado direito, em 13,92m confrontando a Rua Arnaldo Schramm, ao lado esquerdo, em 9,32m confrontando a Rua Arnaldo Schramm, remanescendo uma área de 547,25m²; 4. Livro nº. 2, sob matrícula de nº 6.083, pertencente a ALMIR RICARDO ZUCHI, CPF nº. 548.022.619-34 e sua esposa ELKE REGINA GARTNER ZUCHI, CPF nº. 836.090.759-53, residentes e domiciliados nesta cidade, sendo o imóvel situado na cidade de Gaspar, localizado na Rua Arnaldo Schramm esquina com a Rua Douglas Alexandre, Bairro Centro, contendo uma área de 1.100,32m² e área a ser desapropriada de 58,18m², sendo que o objeto de desapropriação possui as seguintes confrontações: extremado a frente, em 8,90m confrontando com a Rua Arnaldo Schramm, a fundos, em pontiagudo, ao lado direito, em 14,30m confrontando a Área Remanescente, ao lado esquerdo, em 10,95m confrontando a Rua Arnaldo Schramm, remanescendo uma área de 1.042,14m²;

Parágrafo único. As áreas descritas no caput deste artigo destinar-se-ão à construção da obra do viaduto e acessos, com o objetivo de melhoria do fluxo do trânsito na área central do município.

Art. 2º As despesas decorrentes da aquisição do imóvel acima descrito correrão por conta da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 23 de fevereiro de 2011.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito Municipal

Aviso da Tomada de Preços Nº 38/2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC
Aviso da Tomada de Preços nº 38/2011

O OBJETO é a reforma/ampliação das instalações elétricas internas e externas do Centro Integrado de Eventos Prefeito João dos Santos. A ENTREGA dos envelopes contendo os documentos de Habilitação e a Proposta Comercial deverá ocorrer até às 9h do dia 31/03/2011, no Depto. de Compras do Paço Municipal sito a Rua Coronel Aristiliano Ramos, nº 435, Centro, Gaspar/SC. A ABERTURA do certame será dia 31/03/2011 às 9h30min, no local

anteriormente citado. Os interessados poderão obter a íntegra do Edital no Depto. de Compras do Paço Municipal ou através do site: www.gaspar.sc.gov.br

Gaspar (SC), 04 de março de 2011.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

Aviso do Pregão Presencial Nº 35/2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC
Aviso do Pregão Presencial nº 35/2011

O OBJETO é o Registro de Preços de óleos lubrificantes. A ENTREGA dos envelopes contendo os documentos de Habilitação e a Proposta Comercial deverá ocorrer até as 9h do dia 22/03/2011, no Depto. de Compras do Paço Municipal sito a Rua Coronel Aristiliano Ramos, nº 435, Centro, Gaspar/SC. A ABERTURA do certame será dia 22/03/2011 às 9h30min, no local anteriormente citado. Os interessados poderão obter a íntegra do Edital no Depto. de Compras do Paço Municipal ou através do site: www.gaspar.sc.gov.br

Gaspar (SC), 22 de fevereiro de 2011.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

Aviso do Pregão Presencial Nº 8/2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC
Aviso do Pregão Presencial nº 8/2011

O OBJETO é o Registro de Preços de tubos, grelhas, lajotas e meios-fios de concreto. A ENTREGA dos envelopes contendo os documentos de Habilitação e a Proposta Comercial deverá ocorrer até as 9h do dia 18/02/2011, no Depto. de Compras do Paço Municipal sito a Rua Coronel Aristiliano Ramos, nº 435, Centro, Gaspar/SC. A ABERTURA do certame será dia 18/02/2011 às 9h30min, no local anteriormente citado. Os interessados poderão obter a íntegra do Edital no Depto. de Compras do Paço Municipal ou através do site: www.gaspar.sc.gov.br

Gaspar (SC), 02 de fevereiro de 2011.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

SAMAE

Portaria Nº 23/2011 - SAMAE

PORTARIA Nº 23 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2011
NOMEIA SERVIDOR QUE ESPECIFICA

LOVIDIO CARLOS BERTOLDI, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomeia, conforme habilitação em Concurso Público regido pelo Edital nº. 001/2008, do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, aprovado para o cargo, no nível, carga horária, habilitação e abaixo especificada:

NOME	NÍVEL	REF	C/H	HABILITAÇÃO	LOTAÇÃO
Andrew Klaus Cotta Felski	ASE IV	33	40	Operador de ETA	SAMAE

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar (SC), em 28 de fevereiro de 2011
LOVÍDIO CARLOS BERTOLDI
Diretor-Presidente

Portaria Nº 27/2011 - SAMAE

PORTARIA Nº. 27 DE 01 DE MARÇO 2011
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR JOÃO CARLOS CAMPOS

LOVÍDIO CARLOS BERTOLDI, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 60 (sessenta) dias de licença-prêmio ao servidor JOÃO CARLOS CAMPOS, ocupante do cargo efetivo de Encanador, referente ao período aquisitivo de 06.05.1996 à 05.05.2001, que será gozada a partir de 01.03.2011 a 29.04.2011, convertendo-se 01 (um) mês em pecúnia, como lhe faculta o artigo 116 da mencionada Lei Municipal.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gaspar (SC), 01 de março de 2011

LOVÍDIO CARLOS BERTOLDI
Diretor Presidente

Extrato Renovação da Apólice de Seguro do Pregão Presencial Nº 11/2009 - SAMAE

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE
-APÓLICE DE SEGURO / 2011

Apólice de Seguro oriunda do Pregão Presencial nº. 11/2009 - Renovação

Data vigência: 26/02/2011

Data vencimento: 26/02/2012

Número da Licitação: 11/2009 - Modalidade: Pregão

Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE

Contratado: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS - CNPJ/CPF do contratado: 61.198.164/0001-60

Objeto: Contratação de seguro para a frota de veículos da Autarquia, devido a constante circulação dos veículos, utilizados para promover a prestação de serviços de competência do SAMAE.

Valor total da apólice renovada: R\$ 21.804,61 (vinte e um mil, oitocentos e quatro reais, sessenta e um centavos).

Veículos constantes na apólice: MBS - 5326, MBK - 8615, MCA - 3968, MEZ - 9400, LZM - 0041, MCA - 5112, LYS - 7633, MCB - 8054, MCX - 5493, MCX - 5423, MFZ - 9672, MFZ - 9642, MGA - 7431, MGA - 7451, LZU - 5097, MEY - 0563, MFE - 2454, MEO - 8774, MEX - 0753, LZK - 2041, MGB - 4335, MGB - 4465, MGB - 4405, MGB - 4215 E MGB - 4505.

Gaspar (SC), em 25 de fevereiro de 2011.
LOVÍDIO CARLOS BERTOLDI
Diretor Presidente

Governador Celso Ramos

PREFEITURA MUNICIPAL

Errata do Edital do Pregão Presencial Nº. 021/2011

ERRATA DO EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 021/2011.

A Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos através da Comissão de licitações torna público que por erro operacional no edital publicado em 22/02/2011 neste meio de comunicação, onde se lê equipado com motor Diesel de seis cilindros, dianteiro, de injeção direta, gerenciado eletronicamente, com potência de 220cv, atendendo a legislação Euro 3, turbinado e intercoolado, com torque de 84 mkgf, Peso Bruto total de 16.000 kg, com desempenho de partida em rampa com PBT de 34%, capacidade de rampa em PBT de 37%, leia-se equipado com motor Diesel de no mínimo seis cilindros, dianteiro, de injeção direta, gerenciado eletronicamente, com potência de no mínimo 220cv, atendendo a legislação Euro 3, turbinado e intercoolado, com torque de no mínimo 84 mkgf, Peso Bruto total de 16.000 kg, com desempenho de partida em rampa com PBT de no mínimo 34%, capacidade de rampa em PBT de no mínimo 37%, ficando a data de abertura da documentação e proposta de preços para o dia 21 de março de 2011, às 15:00 horas.

Extrato do contrato Nº. 037/2011

PREFEITURA MUN. DE GOV. CELSO RAMOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 037/2011.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOV. CELSO RAMOS.
CONTRATADO: OUTSOURCING CENTER COM. DE COP. E IMPRESSÕES LTDA.

OBJETO: Aquisição de toner original para impressoras Brother 8890 e Sharp AL-1661 conforme edital. PRAZO: Da assinatura do contrato até 02/03/2012.

VALOR: R\$ 34.740,00 (trinta e quatro mil e setecentos e quarenta reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Secretarias Municipais.

Governador Celso Ramos, 03 de março de 2011.

ANÍSIO ANATÓLIO SOARES

Prefeito Municipal.

Guaramirim

PREFEITURA MUNICIPAL

Retificação Edital 13/2011 F.M.S.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE LICITAÇÃO nº. 13/2011 F.M.S.

A Prefeitura Municipal de Guaramirim-SC, através do Fundo Municipal de Saúde, torna público para conhecimento dos interessados a RETIFICAÇÃO ao Edital de Pregão Presencial nº 13/2011, que tem por objeto a Aquisição de Medicamentos para o Fundo Municipal de Saúde

Acrescenta-se no item XIV- Da Documentação (Habilitação)

14.1.10 - Declaração do proponente, de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal (conforme modelo constante do Anexo IV, do presente edital);

14.1.11 - Declaração de Idoneidade conforme modelo no ANEXO



VII

Diante do exposto, e como não há alteração das propostas, mantêm-se a mesma data para o recebimento e abertura dos envelopes.

Os interessados poderão obter mais informações na Prefeitura Municipal de Guaramirim no horário das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, Setor de Licitações, localizada na Rua 28 de Agosto nº. 2042, Centro. Guaramirim - SC. - FONE/FAX: (47) 3373-0247.

Guaramirim-SC, 04 de março de 2011

NILSON BYLAARDT

Prefeito Municipal

Herval do Oeste

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria Nº 314/2011

PORTARIA Nº 314/2011

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Licença Sem Remuneração, a contar de 03 de março de 2011, com fulcro no Artigo 78, da Lei Complementar Nº 191/2005, à Servidora VIVIANE DE ALMEIDA (Matr. 2989), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professora, Nível/Referência - 2/A, anexo III, 20 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, pelo período de 01 (um) ano.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste - (SC), em 03 de Março de 2011.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 315/2011

PORTARIA Nº 315/2011

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Licença Prêmio, ao servidor ARY CHAITEL, (Matr. 136), ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Agente Operacional, Nível/Referência - 2/K, 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, nos termos do artigo 79, e seus parágrafos, da Lei Complementar Nº. 191/2005, referente ao período aquisitivo de 30 de dezembro de 2005 a 30 de dezembro de 2010, para serem gozadas a partir de 03 de março de 2011 a 01 de abril de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 03 de Março de 2011.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 316/2011

PORTARIA Nº 316/2011

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Contratar em Caráter Temporário, o Senhor IVO GUINDANI (Matr. 3336), a partir de 03 de março de 2011 até o término do ano letivo, para exercer a função de Professor Leigo, 10 horas semanais, Ensino Fundamental, disciplina de Informática, em Escola Municipal, classificado em 4º lugar, aprovado pelo Processo Seletivo 002/2010 - SMECE de 17 de novembro de 2010, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 124/2001. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d' Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 03 de Março de 2011.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Imbituba

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria DGP/SEAGP N.º 047/2011

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 047, de 03 de março de 2011.

Dispõe sobre a Progressão Funcional por Curso de Aperfeiçoamento/Capacitação de servidoras integrantes da carreira do magistério e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei Complementar n.º 1.984, de 16 de dezembro de 1999, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

Considerando que, a progressão por curso de aperfeiçoamento/capacitação - Progressão Horizontal - se dá através do comprovante de participação em cursos na área de atuação, sendo que cada 160 horas de curso assegura uma nova referência;

Considerando que, são válidos os cursos de aperfeiçoamento/capacitação realizados na área de atuação do servidor(a), registrados no órgão competente e concluídos após sua admissão;

Considerando que, para primeira progressão por cursos de aperfeiçoamento/capacitação, a ser realizado 5 anos após sua admissão, é permitida a utilização de 80 horas de cursos/capacitação realizados antes da sua admissão, portanto a partir de 01 de janeiro de 1997;

Considerando que, somente têm validade os cursos com duração acima de 16 horas;

Considerando, também, que a Progressão por Nova Titulação ou Habilitação - Progressão Vertical - se dá através da apresentação do diploma ou certificado devidamente registrado na Instituição de Ensino de Nível Superior;

Considerando, ainda, as informações obtidas nos respectivos Processos Administrativos e registros funcionais das servidoras:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder as servidoras, abaixo relacionadas, PROGRESSÃO FUNCIONAL POR CURSO DE APERFEIÇOAMENTO/CAPACITAÇÃO, e PROGRESSÃO FUNCIONAL POR NOVA TITULAÇÃO OU HABILITAÇÃO, conforme estabelecido na tabela a seguir:

Servidora	Referência/ Nível Anterior	Referência/ Nível Atual	Processo Administrativo
Cont.134- Eliane T. Leal do Nascimento	III 6	III 10	16199/2010
Cont.267- Lenice da Silva Gonçalves	III 20	III 24	16155/2010

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 03 de março de 2011.
JOSÉ ROBERTO MARTINS
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Portaria PMI Nº 20.2011

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 20, de 25 de fevereiro de 2011.
Dispõe sobre autorização temporária de uso de bem público e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando o que dispõe o art. 15, XIV e XXIII; o art. 22 e o art. 26 §5º, da Lei Orgânica do Município;

Considerando as informações e despachos contidos no Ofício nº 002/2011,

RESOLVE:

Art. 1º Fica autorizada a utilização temporária de bem público municipal, constituído pelo Pavilhão Municipal de Eventos, a Associação Cultural e Recreativa Bloco da Eskina, inscrita no CNPJ sob o nº 08.943.641/0001-91, para a realização do Bloco da Eskina 2011, no dia 05 de março do corrente ano.

§ 1º Fica vedada a cessão a terceiros, a qualquer título, da área pública ora autorizada.

§ 2º É vedada a destinação da área pública para finalidade diversa da estabelecida nesta Portaria.

§ 3º Não poderá a autorizatária usar o bem de que trata esta Portaria para propaganda, notadamente de cunho político ou religioso.

§ 4º A autorizatária deverá obter todas as licenças necessárias ao pleno desenvolvimento da atividade econômica, conforme exigir a legislação em vigor.

Art. 2º A presente autorização é outorgada por prazo de até 90 (noventa) dias, a título precário e tem caráter gratuito e intransferível.

Parágrafo único. A responsabilidade por danos a terceiros e ao patrimônio público é exclusiva da Autorizatária.

Art. 3º O Autorizador poderá revogar a autorização objeto desta Portaria, independentemente de qualquer ato ou notificação judicial ou extrajudicial, por desvio de finalidade ou descumprimento

das condições ora estabelecidas ou, ainda, quando o interesse público o exigir.

§ 1º No caso de revogação da autorização, a Autorizatária deverá restituir o bem público imediatamente após a edição do respectivo ato revogatório, obrigando-se, enquanto o mesmo estiver sob sua guarda, a zelar pelo seu bom estado de conservação.

§ 2º A revogação desta autorização não importa em direito da Autorizatária a indenização de qualquer natureza, inclusive por benfeitorias introduzidas no bem.

Art. 4º A autorização de que trata esta portaria fica vinculada a assinatura do Termo de Concessão de Uso pelo autorizatário e autoridades competentes.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba , 25 de fevereiro de 2011.
JOSÉ ROBERTO MARTINS
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Portaria PMI Nº 21.2011

PORTARIA PMI/SEAGP N.º 21, de 03 de março de 2011.
Dispõe sobre prorrogação de prazo da Comissão de Sindicância e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor; e

Considerando a solicitação do Presidente, objeto do Processo Administrativo nº 2423/2011,

RESOLVE:

Art. 1º Fica prorrogado por igual período, o prazo estabelecido no Art. 3º da Portaria PMI/SEAGP nº 005, de 19 de janeiro de 2011, para que a Comissão constituída apresente a Controladoria Geral, relatório dos trabalhos desenvolvidos e parecer conclusivo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 03 de março de 2011.
JOSÉ ROBERTO MARTINS
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Irineópolis

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº 2.077/2011

DECRETO Nº 2077/2011, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2011.
DECLARA EM SITUAÇÃO ANORMAL, CARACTERIZADA COMO SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA NA ÁREA DO MUNICÍPIO AFETADA POR ENXURRADAS OU INUNDAÇÕES BRUSCAS.

WANDERLEI LEZAN, Prefeito Municipal de Irineópolis, no uso das atribuições legais, conferidas pelo artigo 65, § VII, da Lei Orgânica do Município, pelo Art. 07 do Decreto Federal nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, pela Lei Estadual nº 10.925, de 22 de setembro de 1998, pelo Decreto Estadual nº 3.924, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil.

CONSIDERANDO :

- a ocorrência de enxurradas prolongadas, provocadas pelo aumento das precipitações pluviométricas, no dia 21 de fevereiro de 2011, que atingiu parte do Município, conforme Mapa das Áreas Afetadas, anexo ao presente Decreto;

- como consequência deste desastre, resultaram danos e prejuízos, constantes do Formulário de Avaliação de Danos, anexo a este Decreto;

- a recomendação da Comissão Municipal de Defesa Civil, que avaliou e quantificou o desastre de acordo com a Resolução nº 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil - CONDEC;

- concorrem como critérios agravantes da situação de anormalidade: o grau de vulnerabilidade do cenário e da população afetada pelo desastre e despreparo da Defesa Civil local frente ao desastre, aliado aos prejuízos socioeconômicos decorrente das fortes chuvas que ocasionaram inundações e estragos nas estradas, deixando população isolada, alunos sem aula, a rede elétrica danificada deixando a população de várias localidades sem energia elétrica.

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada a existência de situação anormal provocada por desastre e caracterizada como Situação de Emergência.

Parágrafo único. Esta situação de anormalidade é válida apenas para as áreas deste Município, comprovadamente afetadas pelo desastre, conforme prova documental estabelecida pelo Formulário de Avaliação de Danos e pelo Croqui da Área Afetada, anexos a este Decreto.

Art. 2º Confirma-se a mobilização do Sistema Nacional de Defesa Civil, no âmbito do Município, sob a coordenação da Comissão Municipal de Defesa Civil - COMDEC e autoriza-se o desencadeamento do Plano Emergencial de Resposta aos Desastres, após adaptado à situação real desse desastre.

Art. 3º Autoriza-se a convocação de voluntários, para reforçar as ações de resposta aos desastres, e a realização de campanhas de arrecadação de recursos, junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre.

Parágrafo único. Essas atividades serão coordenadas pela Secretaria Executiva da COMDEC.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigor por um prazo de 90 (noventa) dias.

Parágrafo único. O prazo de vigência deste Decreto pode ser prorrogado até completar um máximo de 180 dias.

Irineópolis, - SC, 21 de fevereiro de 2011.

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal

Itapoá

PREFEITURA MUNICIPAL

Ata de Sessão Pública - Convite Nº 05/2011

ATA DE SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DE ENVELOPE DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA

Data 04/03/2011

Horário: 09h:00m

Licitação /Modalidade CONVITE Nº 05/2011

PROC. Nº 21/2011

OBJETO:

Aquisição de equipamentos de academias ao ar livre, conforme especificações do Anexo I do Edital.

No dia e hora supra mencionados, na sede da Prefeitura Municipal, reuniram-se os Membros da Comissão Permanente de Licitação, conforme Decreto Municipal nº 1145/2010. Observando que a Licitação foi publicada em Diário Oficial dos Municípios, mural público municipal, no dia 24/02/2011 a fim de ampla divulgação. Das empresas convidadas as quais foram: D.MAVINC COMÉRCIO DE PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA, CNPJ/MF: 03.222.596/0001-62, SILVANA DE OLIVEIRA ZIOBER EQUIP. METALÚRGICOS, CNPJ/MF: 10.547.961/0001-74, JEMAVI COM. DE EQUIPAMENTOS PARA GINÁSTICA LTDA, CNPJ/MF: 11.881.924/00001-60, ASSIX EQUIPAMENTOS METALÚRGICOS LTDA - ME, CNPJ/MF 07.415.019/0001-48. Exatamente as 08h:30m encerraram os prazos para protocolo de envelopes de propostas. Protocolaram envelopes as empresas:

Data	Prot.	Horário	Empresa	CNPJ/MF
02/03/2011	278	11h:53m	JULIO CEZAR GASPARINI JUNIOR - ME	08.973.569/0001-45
04/03/2011	280	08h:49m	D.MAVINC COMÉRCIO DE PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA	03.222.596/0001-62

Iniciada a sessão os membros da CPL rubricaram os envelopes de habilitação e proposta, os quais encontravam-se devidamente lacrados, onde foi constatado que a empresa D.MAVINC COMÉRCIO DE PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA protocolou os envelopes fora do prazo estipulado no edital, portanto considerada INABILITADA para a participação do certame, desta forma o representante da referida empresa o Sr. Celso Moacir Gomes, solicitou a retirada dos envelopes. Em seguida foi aberto o envelope de habilitação da empresa licitante JULIO CEZAR GASPARINI JUNIOR - ME e analisados todos os documentos e rubricados por todos os membros da CPL, foi constatado que a referida empresa estava em desacordo com edital por apresentar o item nº 2.2.7 (alvará de funcionamento) com data de 02/07/2009 vencido, e no corpo do alvará expedido pela Prefeitura de São José do Rio Preto/SP a seguinte imposição: Art. 1º, incisos I a III da Lei Municipal nº 4.148/87, "De acordo com o artigo 28 da Lei nº 5.447/93, o alvará somente será válido se acompanhado do respectivo laudo de vistoria do corpo de bombeiro atualizado". Neste momento foi baixada diligência ao site da Prefeitura de São José do Rio Preto /SP, www.riopreto.sp.gov.br, a fim de confirmar o referido alvará e nada foi encontrado, mediante a falta de confirmação e falta do laudo que requer a referida Lei

imposta pela Prefeitura, fica a licitante INABILITADA. Cientes os licitantes do resultado supra, fica o mesmo notificado e abrindo prazo de direito de recurso previsto na Lei 8.666/93 e alterações posteriores. A sessão foi suspensa pelo prazo necessário à lavratura da presente Ata. Reaberta a sessão, procedeu-se a leitura da mesma, que foi achada conforme. Nada mais havendo digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão, indo esta assinada por todos os presentes.

JACKSON ALVES DE ASSUNÇÃO
Presidente da Comissão de Licitação

ISABELA R. DUTRA POHL
Membro

FERNANDA CRISTINA ROSA
Membro

Joaçaba

PREFEITURA MUNICIPAL

Extrato Alteração PP 3/2011/FAS - PL 4/2011/FAS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
AVISO DE ALTERAÇÃO Nº 1
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 4/2011/FAS
EDITAL PP Nº 3/2011/FAS

O Fundo Municipal de Assistência Social de Joaçaba torna pública a alteração efetuada no Edital de Pregão Presencial Nº 3/2011/FAS, cujo objeto é a "aquisição de forma imediata de materiais escolares destinados à manutenção dos serviços e projetos do Fundo Municipal de Assistência Social durante o exercício financeiro de 2011":

1) No item nº 29 do Anexo I do edital (1. ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO / MODELO DA PROPOSTA / VALOR DE REFERÊNCIA":

ONDE SE LÊ: "Tesoura escolar, ponta arredondada, lâmina em aço inox com 1,2mm (com inscrição na lâmina), com cabo plástico resistente em polipropileno, junção das lâminas de rebite maciço de alumínio, comprimento total da tesoura aproximadamente de 11cm (apresentar amostra) fabricação nacional caixa com 20 unidades";

LEIA-SE: "Tesoura escolar, ponta arredondada, lâmina em aço inox com 1,2mm (com inscrição na lâmina), com cabo plástico resistente em polipropileno, junção das lâminas de rebite maciço de alumínio, comprimento total da tesoura aproximadamente de 11cm, fabricação nacional, caixa com 20 unidades".

As demais disposições do edital, inclusive a data e horário de abertura e de credenciamento, permanecem inalteradas.

O Edital na íntegra e devidamente alterado encontra-se disponível junto à Secretaria de Gestão Administrativa do Município, Setor de Licitações, à Avenida XV de Novembro, 378 - Telefones 0xx49 3527-8828 e 3527-8805, em dias úteis de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas, ou pelo site www.joacaba.sc.gov.br a partir da data de publicação deste aviso.

Joaçaba (SC), 03 de março de 2011.
RAFAEL LASKE
Prefeito e Gestor do FAS

Extrato de Homologação PL 20

PREFEITURA DE JOAÇABA
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 20/2011/PMJ

O Prefeito de Joaçaba, RAFAEL LASKE, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 20/2011/PMJ,
- Modalidade: PP 5/2011/PMJ.

Objeto: a contratação de empresas especializada para a prestação de serviços de segurança para o evento CARNAFOLIA 2011, a ser realizado no período de 04 a 08 de março de 2011, na Praça da Catedral, centro do Município de Joaçaba, SC.

- Empresas Vencedoras:

ONSEG SERVIÇOS DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA.

Valor : R\$ 61.900,00

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 25 de fevereiro de 2011.

RAFAEL LASKE

Prefeito

Extrato DL 4/2011/PMJ - PL 17/2011/PMJ

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
PROCESSO Nº 17/2011/PMJ - D.L. 4/2011/PMJ
CONTRATO Nº 781/2011/PMJ

O Poder Público Municipal torna pública a Dispensa de Licitação referente à Locação de imóvel de propriedade da LOCADORA, conforme Certidão do Registro de Imóveis 1º Ofício da Comarca de Joaçaba, SC em anexo, constituído de um terreno urbano com área de 2.911,20 m², localizado na Avenida Santa Terezinha, ao lado da Praça da Catedral, no Município de Joaçaba, destinado à instalação dos sanitários químicos portáteis e da praça de alimentação para o evento CARNAFOLIA 2011.

LOCADORA: GILDA AMORA BALESTRIN, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº 384.945.749-49, residente e domiciliada na cidade de Joaçaba, SC.

Contrato nº 781/2011/PMJ, de 03/03/2011.

VALOR CONTRATADO: Fica contratado o valor total de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais).

VIGÊNCIA DO CONTRATO: até 10/03/2011.

JUSTIFICATIVA: O presente processo de dispensa de licitação justifica-se em razão da necessidade do objeto para a realização do evento CARNAFOLIA 2011, sendo necessária a utilização desta área para o funcionamento da praça de alimentação e colocação de outros equipamentos para uso dos foliões do evento que, nesta edição está sob a responsabilidade do Município.

A localização do imóvel mostra-se perfeita para o atendimento das necessidades relativas à estruturação do evento, haja vista que se encontra contíguo à Praça da Catedral.

O valor a ser pago pela locação está de acordo com praticado no mercado, conforme avaliação da Secretaria Municipal de Infraestrutura, anexo ao processo.

FUNDAMENTO LEGAL: Atendimento aos pressupostos da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações introduzidas pela Lei 8.883/94, em especial o disposto no art. 24, inciso X.

Joaçaba (SC), 03 de março de 2011.

RAFAEL LASKE

Prefeito

Extrato Homologação PL 10 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 10/2011/FMS

O Prefeito, RAFAEL LASKE, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 10/2011/FMS, nos seguintes termos:

- Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL NR. 09/2011/FMS

Objeto: a aquisição, de forma imediata, de pneus destinados à manutenção dos veículos da Secretaria Municipal de Saúde e os dos programas mantidos pelo Fundo Municipal de Saúde, durante o exercício financeiro de 2011.

- Empresas Vencedoras:

- JK PNEUS LTDA

Valor R\$ 2.926,00

- JOAÇABA PNEUS LTDA

Valor R\$ 2.424,00

- LAGB ACESSÓRIOS E PEÇAS LTDA

Valor R\$ 12.756,00

Valor Total : R\$ 18.106,00

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 02 de março de 2011.

RAFAEL LASKE

Prefeito

Extrato Homologação PL 21 -PMJ

PREFEITURA DE JOAÇABA

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 21/2011/PMJ

O Prefeito de Joaçaba, RAFAEL LASKE, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 21/2011/PMJ,

- Modalidade: PP 6/2011/PMJ.

Objeto: a contratação de empresas para a confecção de banner's, adesivos e placas indicativas, para o evento CARNAFOLIA 2011, a ser realizado no período de 04 a 08 de março de 2011, na Praça da Catedral, centro do Município de Joaçaba, SC.

- Empresas Vencedoras:

TSA DESIGNER LTDA

Valor : R\$ 1.890,00

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 01 de março de 2011.

RAFAEL LASKE

Prefeito

Extrato Homologação PL 7/2011 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 07/2011/FMS

O Prefeito, RAFAEL LASKE, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 07/2011/FMS, nos seguintes termos:

- Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL NR. 06/2011/FMS

Objeto: objeto a contratação de seguros destinados aos veículos da frota da Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 12 (doze) meses, podendo ocorrer prorrogação, se de interesse das partes.

- Empresa Vencedora:

- MENON CORRETORA DE SEGUROS LTDA.

Valor Total R\$ 13.600,00 (treze mil e seiscentos reais).

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 28 de fevereiro de 2011.

RAFAEL LASKE

Prefeito

Extrato Contrato 679/2010/PMJ - TA 1/2011/PMJ

EXTRATO DO CONTRATO Nº 679/2010-TA-01/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA.

CONTRATADA: LEAL ENGENHARIA QUIMICA LTDA

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 672/2010 firmado em 19 de novembro de 2010, proveniente do Processo de Licitação nº 86/2010-PMJ - Convite nº 9/2010-PMJ, homologado em 19/11/2010, cujo objeto é a "prestação de serviços, pela CONTRATADA, de licenciamento e regularidade ambiental para o Distrito Industrial do Município, para obtenção da LAP, LAI e LAO junto à FATMA, em conformidade com a Instrução Normativa nº 03 (IN03)", onde se ADITA a CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA, nos seguintes termos: CLÁUSULA PRIMEIRA - CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA: A vigência do contrato original fica prorrogada até 27/03/2011, a contar de 23 de fevereiro de 2011, em conformidade ao disposto no art. 57 da Lei 8.666/93. CLÁUSULA SEGUNDA: As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

DATA ASSINATURA: 17/02/2011.

Extrato Contrato 702/2011/PMJ - TA 1/2011/PMJ

EXTRATO DO CONTRATO Nº 702/2010-TA-01/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA.

CONTRATADA: GRUBER IND. DE ESQUADRIAS E COM. DE VIDROS LTDA

OBJETO: Termo Aditivo ao contrato nº 702/2010, firmado em 23 de dezembro de 2010, proveniente do PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 107/2010 - CONVITE Nº 16/2010, homologado em 23 de dezembro de 2010, cujo objeto é a execução e a instalação, pela CONTRATADA, de 09 (nove) abrigos de passageiros em diversos pontos de ônibus de transporte coletivo urbano do Município de Joaçaba, onde se ADITA a CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO, nos seguintes termos: CLÁUSULA PRIMEIRA: A vigência do contrato original fica prorrogada para 06 de abril de 2011, em atendimento ao requerimento da CONTRATADA, de acordo com o parecer da Assessoria Jurídica e da Secretaria de Infraestrutura do Município e em conformidade com o disposto no § 1º, II, do art. 57, da Lei 8.666/93. CLÁUSULA SEGUNDA: As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

DATA ASSINATURA: 11/02/2011.

Lages

CÂMARA DE VEREADORES**Edital Audiência Pública Nº 003/2011**

EDITAL Nº 003/2011

Adilson Rodrigues de Appolinário, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Lages, no uso de suas atribuições de conformidade com a Lei nº 2545/1999, fará realizar Audiência Pública, conforme segue:

Data: 31/03/2011 (quinta - feira);

Horário: 19:00 horas;

Assunto: Apresentação e forma de execução do Projeto Capelas Mortuárias Comunitárias, que serão regionalizadas no Município de Lages.

Local: Plenário da Casa

Inscrições: até o início dos trabalhos.

Obs.: Maiores informações na secretaria da casa ou no site
www.camaralages.sc.gov.br.

Lages, 02 de março de 2011.
ADILSON RODRIGUES DE APPOLINÁRIO
Presidente

Lauro Muller

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei nº 1.675/2011

LEI Nº 1.675/2011 DE 04 DE MARÇO DE 2011.

Autoriza a Celebração de Contrato de Prestação de Serviços com a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S/A- EPAGRI.

HÉLIO LUIZ BUNN, Prefeito Municipal DE LAURO MÜLLER - SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo, autorizado a celebrar termo de contrato de prestação de serviços com a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S/A - EPAGRI, parte integrante desta Lei.

Art. 2º - O presente termo de contrato tem por objetivo a prestação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural pela EPAGRI S/A.

Parágrafo Único - O Município pagará a EPAGRI pelos serviços prestados de Assistência Técnica e Extensão Rural o valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), pagos em 10 (dez) parcelas iguais e sucessivas de R\$ 2.500,00 (dois mil quinhentos reais), repassados do período da aprovação da presente Lei até dezembro de 2011.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta da Lei Orçamentária nº 1.660/2010 de 07 de dezembro de 2010; 08.01- Fundo Municipal da Agricultura; 2.042 - Assistência ao Produtor Rural; Natureza da Despesa: 3.3.90.00 - Aplicação Direta.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Lauro Müller, 04 de Março de 2011.
HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e publicada no Mural Público junto ao átrio municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES
Sec. Administração, Fin. Planej.

Luzerna

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto 1317

DECRETO Nº 1317 de 28 de fevereiro de 2011.

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS QUE ESPECIFICA".

NORIVAL FIORIN, Prefeito Municipal de Luzerna (SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo art. 18 da Lei nº 945 de 30 de novembro de 2010,

DECRETA:

Art.1º - Fica anulada parcialmente na Atividade abaixo discriminada, a Modalidade de Aplicação da despesa:

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS

Atividade - 11.1101.15.452.0061.2056 - Manutenção dos Serviços de Iluminação Pública

Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 13.200,00

TOTAL ANULADO R\$ 13.200,00

Art. 2º - Por conta dos recursos a que se refere o artigo anterior, fica suplementada a Modalidade de Aplicação da despesa atribuída à respectiva Atividade:

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS

Atividade - 11.1101.15.452.0061.2056 - Manutenção dos Serviços de Iluminação Pública

Categoria Econômica - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Investimentos

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 13.200,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 13.200,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 28 de fevereiro de 2011.
NORIVAL FIORIN
Prefeito Municipal

Extrato Dispensa fms.003.2011 - Locação Vitória

Aviso de Dispensa de Licitação

Processo Licitatório 0020/2011

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA

AVISO DE DISPENSA Nº 003/2011

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 0020/2011

O Poder Público Municipal torna pública a Dispensa de Licitação referente à Locação das dependências do Esporte Clube Vitória para eventos desenvolvidos pelo Fundo Municipal de Saúde de Luzerna, de acordo com o valor de mercado, conforme calendário municipal de eventos.

Fundamento legal: Lei nº 8.666/93, e suas alterações introduzidas pela lei 8.883/94 em especial o disposto no art. 24, inciso X.

Luzerna (SC), 03 de março de 2011.
ORLANDO FÁVERO
Gestor do FMS de Luzerna

Extrato Dispensa pml.002.2011 - Locação Vitória

Aviso de Dispensa de Licitação

Processo Licitatório 0019/2011

PREFEITURA DE LUZERNA

AVISO DE DISPENSA Nº 002/2011

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 0019/2011

O Poder Público Municipal torna pública a Dispensa de Licitação referente à Locação das dependências do Esporte Clube Vitória para eventos e atividades desenvolvidas pelas diversas Secretarias Municipais da Prefeitura de Luzerna, de acordo com o valor de mercado, conforme calendário municipal de eventos.

Fundamento legal: Lei nº 8.666/93, e suas alterações introduzidas pela lei 8.883/94 em especial o disposto no art. 24, inciso x.

Luzerna (SC), 03 de março de 2011.

NORIVAL FIORIN

Prefeito de Luzerna

Parecer 001 do CME e Resolução 001

INTERESSADO: Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes/CME

UF: SC

ASSUNTO: Regulamentação do Espaço para Primeira Infância (Creche- 0 a 3 anos)

RELATORA: Ingrid Stobbe

Membros da Comissão :Eliane Spier e Ivete Favetti

PARECER CME Nº: 001

APROVADO EM: 05 de novembro de 2010

I - RELATÓRIO

O presente parecer é resultado de solicitação da Secretaria Municipal de Educação e de interesse do Conselho Municipal de Educação, a fim de regulamentar a implantação do Espaço para Primeira Infância, que atende crianças de 0 a 3 anos de idade em funcionamento desde 2009 e necessita de normatização. Para tal intento leva-se em consideração a LDB 9.394/96, a Constituição Federal, o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Resolução Nº 5 de 17/12/2009. A Comissão de Ensino Fundamental, de Legislação e Normas no uso de suas competências, de acordo com o regimento interno, manifesta-se sobre a regulamentação do Espaço para primeira Infância, que anexo à escola São Francisco atende crianças de 0 a 03 anos de idade.

II - ANÁLISE

Considerações:

1 - Considerando a Constituição Federal de 1988, em seu art. 208, onde afirma:

“O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I -Ensino fundamental, obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria;

IV - Atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade.”

2 - Considerando a Lei federal LDB nº 9.394/96 que:

a) No art. 3º estabelece os princípios básicos para o ensino:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;

IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;

V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

VII - valorização do profissional da educação escolar;

VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;

IX - garantia de padrão de qualidade;

X - valorização da experiência extra-escolar;

XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

b) No inciso I e IV do art. 4º aponta como o dever do Estado com a educação escolar pública será efetivado:

I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;

IV - atendimento gratuito em creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos de idade.

c) Na Seção II que trata da Educação Infantil, em seu Art. 29 coloca:

“A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem por finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físicos, psicológicos, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade .

d) No Art. 30 estabelece como poderá ser oferecida a educação infantil:

Art. 30.A educação infantil será oferecida em:

I - creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade;

II - pré-escolas, para as crianças de quatro a seis anos de idade.

e) No art. 31 estabelece a forma como deverá ser a avaliação na educação infantil:

Art. 31. Na educação infantil a avaliação far-se-á mediante acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental.

3 - O Estatuto da Criança do Adolescente no Cap. IV que trata do Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer em seu art. 53 estabelece:

Art. 53 - A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes:

I- igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II- direito de ser respeitado por seus educadores;

III- direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;

IV- direito de organização e participação em entidades estudantis;

V- acesso a escola pública e gratuita próxima de sua residência.

Parágrafo único- É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais.

f) O art. 54, item IV estabelece que:

É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente: atendimento em creche e pré escola às crianças de zero a seis anos de idade;

4- Observando a Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009-MEC-CNE- CEB que fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil:

a) Art. 1º A presente Resolução institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil a serem observadas na organização de propostas pedagógicas na Educação Infantil.

b) Art. 2º As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil articulam-se com as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica e reúnem princípios, fundamentos e procedimentos definidos pela Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, para orientar as políticas públicas na área e a elaboração, planejamento, execução e avaliação de propostas pedagógicas e curriculares.

c) Art. 3º O currículo da Educação Infantil é concebido como um conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do

patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 5 anos de idade.

d) Art. 4º As propostas pedagógicas da Educação Infantil deverão considerar que a criança, centro do planejamento curricular, é sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura.

e) Art. 5º A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, é oferecida em creches e pré-escolas, as quais se caracterizam como espaços institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade no período diurno, em jornada integral ou parcial, regulados e supervisionados por órgão competente do sistema de ensino e submetidos a controle social. § 1º É dever do Estado garantir a oferta de Educação Infantil pública, gratuita e de qualidade, sem requisito de seleção.

§ 2º É obrigatória a matrícula na Educação Infantil de crianças que completam 4 ou 5 anos até o dia 31 de março do ano em que ocorrer a matrícula.

§ 3º As crianças que completam 6 anos após o dia 31 de março devem ser matriculadas na Educação Infantil.

§ 4º A frequência na Educação Infantil não é pré-requisito para a matrícula no Ensino Fundamental.

(*) Resolução CNE/CEB 5/2009. Diário Oficial da União, Brasília, 18 de dezembro de 2009, Seção 1, p. 18.

§ 5º As vagas em creches e pré-escolas devem ser oferecidas próximas às residências das crianças.

§ 6º É considerada Educação Infantil em tempo parcial, a jornada de, no mínimo, quatro horas diárias e, em tempo integral, a jornada com duração igual ou superior a sete horas diárias, compreendendo o tempo total que a criança permanece na instituição.

f) Art. 6º As propostas pedagógicas de Educação Infantil devem respeitar os seguintes princípios:

I - Éticos: da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum, ao meio ambiente e às diferentes culturas, identidades e singularidades.

II - Políticos: dos direitos de cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática.

III - Estéticos: da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da liberdade de expressão nas diferentes manifestações artísticas e culturais.

g) Art. 7º Na observância destas Diretrizes, a proposta pedagógica das instituições de Educação Infantil deve garantir que elas cumpram plenamente sua função sociopolítica e pedagógica:

I - oferecendo condições e recursos para que as crianças usufruam seus direitos civis, humanos e sociais;

II - assumindo a responsabilidade de compartilhar e complementar a educação e cuidado das crianças com as famílias;

III - possibilitando tanto a convivência entre crianças e entre adultos e crianças quanto a ampliação de saberes e conhecimentos de diferentes naturezas;

IV - promovendo a igualdade de oportunidades educacionais entre as crianças de diferentes classes sociais no que se refere ao acesso a bens culturais e às possibilidades de vivência da infância;

V - construindo novas formas de sociabilidade e de subjetividade comprometidas com a ludicidade, a democracia, a sustentabilidade do planeta e com o rompimento de relações de dominação etária, socioeconômica, étnico-racial, de gênero, regional, linguística e religiosa.

h) Art. 8º A proposta pedagógica das instituições de Educação Infantil deve ter como objetivo garantir à criança acesso a processos de apropriação, renovação e articulação de conhecimentos e aprendizagens de diferentes linguagens, assim como o direito à proteção, à saúde, à liberdade, à confiança, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e à interação com outras crianças.

§ 1º Na efetivação desse objetivo, as propostas pedagógicas das

instituições de Educação Infantil deverão prever condições para o trabalho coletivo e para a organização de materiais, espaços e tempos que assegurem:

I - a educação em sua integralidade, entendendo o cuidado como algo indissociável ao processo educativo;

II - a indivisibilidade das dimensões expressivo-motora, afetiva, cognitiva, lingüística, ética, estética e sociocultural da criança;

III - a participação, o diálogo e a escuta cotidiana das famílias, o respeito e a valorização de suas formas de organização;

IV - o estabelecimento de uma relação efetiva com a comunidade local e de mecanismos que garantam a gestão democrática e a consideração dos saberes da comunidade;

V - o reconhecimento das especificidades etárias, das singularidades individuais e coletivas das crianças, promovendo interações entre crianças de mesma idade e crianças de diferentes idades;

VI - os deslocamentos e os movimentos amplos das crianças nos espaços internos e externos às salas de referência das turmas e à instituição;

VII - a acessibilidade de espaços, materiais, objetos, brinquedos e instruções para as crianças com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação;

VIII - a apropriação pelas crianças das contribuições histórico-culturais dos povos indígenas, afrodescendentes, asiáticos, europeus e de outros países da América; IX - o reconhecimento, a valorização, o respeito e a interação das crianças com as histórias e as culturas africanas, afro-brasileiras, bem como o combate ao racismo e à discriminação;

X - a dignidade da criança como pessoa humana e a proteção contra qualquer forma de violência - física ou simbólica - e negligência no interior da instituição ou praticadas pela família, prevendo os encaminhamentos de violações para instâncias competentes.

§ 2º Garantida a autonomia dos povos indígenas na escolha dos modos de educação de suas crianças de 0 a 5 anos de idade, as propostas pedagógicas para os povos que optarem pela Educação Infantil devem:

I - proporcionar uma relação viva com os conhecimentos, crenças, valores, concepções de mundo e as memórias de seu povo;

II - reafirmar a identidade étnica e a língua materna como elementos de constituição das crianças;

III - dar continuidade à educação tradicional oferecida na família e articular-se às práticas sócio-culturais de educação e cuidado coletivos da comunidade;

IV - adequar calendário, agrupamentos etários e organização de tempos, atividades e ambientes de modo a atender as demandas de cada povo indígena.

§ 3º - As propostas pedagógicas da Educação Infantil das crianças filhas de agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados da reforma agrária, quilombolas, caiçaras, povos da floresta, devem:

I - reconhecer os modos próprios de vida no campo como fundamentais para a constituição da identidade das crianças moradoras em territórios rurais;

II - ter vinculação inerente à realidade dessas populações, suas culturas, tradições e identidades, assim como a práticas ambientalmente sustentáveis;

III - flexibilizar, se necessário, calendário, rotinas e atividades respeitando as diferenças quanto à atividade econômica dessas populações;

IV - valorizar e evidenciar os saberes e o papel dessas populações na produção de conhecimentos sobre o mundo e sobre o ambiente natural;

V - prever a oferta de brinquedos e equipamentos que respeitem as características ambientais e socioculturais da comunidade.

i) Art. 9º As práticas pedagógicas que compõem a proposta curricular da Educação Infantil devem ter como eixos norteadores as interações e a brincadeira, garantindo experiências que:

I - promovam o conhecimento de si e do mundo por meio da ampliação de experiências sensoriais, expressivas, corporais que

possibilitem movimentação ampla, expressão da individualidade e respeito pelos ritmos e desejos da criança;

II - favoreçam a imersão das crianças nas diferentes linguagens e o progressivo domínio por elas de vários gêneros e formas de expressão: gestual, verbal, plástica, dramática e musical;

III - possibilitem às crianças experiências de narrativas, de apreciação e interação com a linguagem oral e escrita, e convívio com diferentes suportes e gêneros textuais orais e escritos;

IV - recriem, em contextos significativos para as crianças, relações quantitativas, medidas, formas e orientações espacotemporais;

V - ampliem a confiança e a participação das crianças nas atividades individuais e coletivas;

VI - possibilitem situações de aprendizagem mediadas para a elaboração da autonomia das crianças nas ações de cuidado pessoal, auto-organização, saúde e bem-estar;

VII - possibilitem vivências éticas e estéticas com outras crianças e grupos culturais, que alarguem seus padrões de referência e de identidades no diálogo e reconhecimento da diversidade;

VIII - incentivem a curiosidade, a exploração, o encantamento, o questionamento, a indagação e o conhecimento das crianças em relação ao mundo físico e social, ao tempo e à natureza;

IX - promovam o relacionamento e a interação das crianças com diversificadas manifestações de música, artes plásticas e gráficas, cinema, fotografia, dança, teatro, poesia e literatura;

X - promovam a interação, o cuidado, a preservação e o conhecimento da biodiversidade e da sustentabilidade da vida na Terra, assim como o não desperdício dos recursos naturais;

XI - propiciem a interação e o conhecimento pelas crianças das manifestações e tradições culturais brasileiras;

XII - possibilitem a utilização de gravadores, projetores, computadores, máquinas fotográficas, e outros recursos tecnológicos e midiáticos.

Parágrafo único - As creches e pré-escolas, na elaboração da proposta curricular, de acordo com suas características, identidade institucional, escolhas coletivas e particularidades pedagógicas, estabelecerão modos de integração dessas experiências.

j) Art. 10. As instituições de Educação Infantil devem criar procedimentos para acompanhamento do trabalho pedagógico e para avaliação do desenvolvimento das crianças, sem objetivo de seleção, promoção ou classificação, garantindo:

I - a observação crítica e criativa das atividades, das brincadeiras e interações das crianças no cotidiano; II - utilização de múltiplos registros realizados por adultos e crianças (relatórios, fotografias, desenhos, álbuns etc.);

III - a continuidade dos processos de aprendizagens por meio da criação de estratégias adequadas aos diferentes momentos de transição vividos pela criança (transição casa/instituição de Educação Infantil, transições no interior da instituição, transição creche/pré-escola e transição pré-escola/Ensino Fundamental);

IV - documentação específica que permita às famílias conhecer o trabalho da instituição junto às crianças e os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança na Educação Infantil;

V - a não retenção das crianças na Educação Infantil.

l) Art. 11. Na transição para o Ensino Fundamental a proposta pedagógica deve prever formas para garantir a continuidade no processo de aprendizagem e desenvolvimento das crianças, respeitando as especificidades etárias, sem antecipação de conteúdos que serão trabalhados no Ensino Fundamental.

m) Art. 12. Cabe ao Ministério da Educação elaborar orientações para a implementação dessas Diretrizes.

5 - Observando os Parâmetros Nacionais de Qualidade que estabelecem e explicitam as seguintes competências para os sistemas de ensino aqui explicitado em:

Em nível municipal:

Cabe às Secretarias Municipais de Educação, visando a definir e a implementar a política municipal para a área, em consonância com a legislação vigente e com os princípios expressos na Política

Nacional e Estadual de Educação Infantil:

a) articular-se com o Ministério da Educação, secretarias estaduais, órgãos, organismos, organizações, áreas, programas, poderes Legislativo e Judiciário para propiciar uma gestão integrada e colaborativa entre os três níveis de governo e entre os diversos setores das políticas sociais;

b) estabelecer diretrizes, objetivos, metas e estratégias para a área no que se refere à organização, ao financiamento e à gestão do sistema educacional como um todo, à garantia das vagas demandadas pela população, à formação dos profissionais, ao credenciamento das instituições de Educação Infantil única e exclusivamente para o cuidado e a educação das crianças de 0 até 6 anos de idade;

c) divulgá-la por meio de distribuição de documento impresso e disponibilizá-la na Internet;

d) articular-se com organizações representativas da sociedade civil: sindicatos, movimentos sociais, organizações não governamentais, visando ao desenvolvimento e à progressiva consistência do campo da Educação Infantil;

e) ampliar progressivamente o atendimento às crianças de 0 até 6 anos de idade para atingir toda a demanda em âmbito municipal;

f) responsabilizar-se pela qualidade do atendimento nas instituições de Educação Infantil em âmbito municipal;

g) articular-se aos outros níveis (fundamental, médio e superior) e às modalidades de ensino jovens e adultos, educação especial, educação indígena) do sistema educacional. O desenvolvimento de uma Política de Educação Infantil, em conformidade com a legislação nacional, demanda que as secretarias municipais de educação:

- incluam a Educação Infantil no Plano Municipal de Educação em consonância com a política local definida para a área;

- criem um setor de Educação Infantil disponibilizando uma equipe de profissionais e recursos para exercer suas funções no município;

- mantenham uma sistemática de coleta, análise, armazenagem e divulgação de dados do seu sistema educacional, disponibilizando-os ao público em geral;

- desenvolvam metodologias para localizar e incorporar dados sobre instituições e/ou redes de Educação Infantil que funcionam à margem do sistema educacional visando a sua inclusão nas estatísticas nacionais, estaduais e municipais;

- adotem medidas visando a garantir vagas no sistema educacional a todas as crianças até os 6 anos de idade residentes no município, de acordo com a demanda de suas famílias;

- apoiem financeira e/ou tecnicamente as instituições de Educação Infantil conveniadas: filantrópicas, confessionais e comunitárias para que atinjam padrões compatíveis com as exigências legais;

- realizem estudos sobre o custo/criança atendida;

- adotem medidas para suprir vagas em locais de alta vulnerabilidade e para populações em situação de risco social iminente;

- adotem medidas para garantir que o acesso às vagas respeite o critério de equidade social sempre que a demanda superar a oferta de matrículas nas instituições municipais de Educação Infantil;

- garantam a inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais;

- não autorizem a matrícula de crianças com idade superior a 6 anos na Educação Infantil;

- não autorizem a matrícula de crianças com idade inferior a 6 anos (completos no início do respectivo ano letivo) no Ensino Fundamental;

- adotem medidas para garantir uma transição pedagógica adequada na passagem das crianças da Educação Infantil para o Ensino Fundamental;

- adotem medidas para não permitir que se realizem avaliações que levem à retenção de crianças na Educação Infantil;

- realizem programas municipais de formação de todos os profissionais de Educação Infantil de modo contínuo e articulado;

- articulem-se com as instituições formadoras a fim de garantir que os conteúdos necessários à formação dos profissionais de

Educação Infantil contemplem a faixa etária de 0 até 6 anos, com especial atenção ao trabalho com bebês;

- autorizem apenas a contratação, nas instituições de Educação Infantil, de professores, diretores e coordenadores com a formação exigida;
- promovam a admissão de professores na rede pública somente por meio de concurso;
- implementem plano de cargos e salários para os profissionais da Educação Infantil;
- promovam a habilitação exigida pela legislação para os profissionais que ainda não a possuem;
- promovam a formação continuada dos professores e de outros profissionais que atuam nas instituições de Educação Infantil;
- promovam o credenciamento das instituições de Educação Infantil de acordo com as normas e as regulamentações definidas pelos conselhos municipais de educação;
- realizem um programa de acompanhamento e avaliação do credenciamento e do funcionamento de todas as instituições de Educação Infantil auxiliando-as a estabelecer os planos e as metas para a melhoria permanente da qualidade do cuidado e da educação oferecida no sistema educacional municipal;
- garantam a supervisão de todas as instituições de Educação Infantil;
- adotem medidas para assegurar que todas as instituições de Educação Infantil formulem e avaliem suas propostas pedagógicas com a participação da comunidade escolar;
- elaborem padrões de infra-estrutura para as instituições de Educação Infantil de acordo com os parâmetros nacionais e com a Lei de Acessibilidade;
- adotem medidas para garantir que os imóveis onde funcionam as instituições de Educação Infantil estejam em conformidade com os padrões municipais de infra-estrutura estabelecidos e de acordo com a Lei de Acessibilidade;
- garantam a gestão democrática com a implantação de conselhos nas instituições públicas de Educação Infantil, aprimorando as formas de participação da comunidade;
- garantam a alimentação escolar para as crianças atendidas nas instituições de Educação Infantil, públicas e conveniadas, complementando os recursos recebidos do governo federal, em caráter permanente;
- garantam o fornecimento anual e a reposição de materiais pedagógicos, livros, CDs e brinquedos para as instituições de Educação Infantil;
- h) Cabe aos Conselhos Municipais de Educação, visando a desenvolver ações específicas para garantir a normatização da legislação em âmbito municipal:
 - estabelecer normas e regulamentações para o credenciamento e o funcionamento das instituições de Educação Infantil no âmbito do município, em consonância com a legislação e as diretrizes nacionais e estaduais;
 - subsidiar a elaboração e acompanhar a execução do Plano Municipal de Educação no que diz respeito à Educação Infantil e à formação dos profissionais que irão atuar na área;
 - manifestar-se sobre questões relativas à Educação Infantil e à formação dos profissionais da área;
 - assessorar a Secretaria de Educação no diagnóstico dos problemas e deliberar sobre medidas para aperfeiçoar a melhoria do cuidado e da educação da criança de 0 até 6 anos de idade;
 - emitir pareceres sobre assuntos da área educacional por iniciativa de seus conselheiros ou quando solicitado pela Secretaria Municipal de Educação;
 - analisar e emitir pareceres sobre questões relativas à aplicação da legislação educacional no que diz respeito à Educação Infantil e sua articulação com os outros níveis;
 - articular-se com o CEE e o CNE.

6- Considerando os Parâmetros Nacionais de Qualidade que estabelecem uma referência nacional a ser utilizada pelos sistemas de ensino na definição de padrões de qualidade, quanto à gestão das

instituições de Educação Infantil:

- 6.1- As instituições de Educação Infantil funcionam durante o dia, em período parcial ou integral, sem exceder o tempo que a criança passa com a família.
 - a) O funcionamento em período parcial implica o recebimento das crianças por no mínimo quatro horas por dia.
 - b) O funcionamento em período integral implica o recebimento das crianças por até no máximo dez horas por dia.
 - c) Os horários de entrada e saída das crianças são flexíveis, a fim de atender às necessidades de organização das famílias, podendo, portanto, exceder as orientações anteriores.
 - d) As instituições de Educação Infantil têm formas específicas de organização da proposta pedagógica, do tempo, dos espaços, dos materiais, conforme o período de atendimento.
 - 6.2- O calendário letivo não precisa ater-se ao da escola de Ensino Fundamental, mas respeitar os dias de descanso semanal e os feriados nacionais, bem como garantir o período anual de férias para crianças e funcionários.
 - 6.3- A organização em agrupamentos ou turmas de crianças nas instituições de Educação Infantil é flexível e deve estar prevista na proposta pedagógica da instituição.
 - 6.4- Os grupos ou turmas de crianças são organizados por faixa etária (1 ano, 2 anos, etc.) ou envolvendo mais de uma faixa etária (0 a 2, 1 a 3, etc.).
 - 6.5- A composição dos grupos ou das turmas de crianças leva em conta tanto a quantidade equilibrada de meninos e meninas como as características de desenvolvimento das crianças.
 - 6.6- As crianças nunca ficam sozinhas, tendo sempre uma professora ou um professor de Educação Infantil para cada grupo ou turma, prevendo-se sua substituição por uma outra professora ou outro professor de Educação Infantil nos intervalos para café e almoço, para as faltas ou períodos de licença.
 - 6.7- A relação entre o número de crianças por agrupamento ou turma e o número de professoras ou professores de Educação Infantil por agrupamento varia de acordo com a faixa etária: Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil - Volume 2
 - uma professora ou um professor para cada 6 a 8 crianças de 0 a 2 anos;
 - uma professora ou um professor para cada 15 crianças de 3 anos;
 - uma professora ou um professor para cada 20 crianças acima de 4 anos.
 - 6.8- A quantidade máxima de crianças por agrupamento ou turma é proporcional ao tamanho das salas que ocupam.
 - 6.8- A gestão das instituições de Educação Infantil é de responsabilidade de profissionais que exercem os cargos de direção, administração, coordenação pedagógica ou coordenação-geral e que:
 - a) têm, no mínimo, o diploma de nível médio modalidade Normal e, preferencialmente, de nível superior (pedagogia);
 - b) são selecionados e avaliados a partir do conhecimento de seus direitos e deveres, do seu compromisso com a ética profissional e da dedicação permanente ao seu aperfeiçoamento pessoal e profissional;
 - 7- Os Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil, ainda dispõe sobre os gestores ou gestoras atuam em estreita consonância com profissionais sob sua responsabilidade, famílias e representantes da comunidade local, exercendo papel fundamental no sentido de garantir que as instituições de Educação Infantil realizem um trabalho de qualidade com as crianças que a frequentam.
 - 7.1 Asseguram que as crianças de 0 até 6 anos sob sua responsabilidade sejam o principal foco das ações e das decisões tomadas.
 - 7.2 Encaminham aos serviços específicos os casos de crianças vítimas de violência ou maus-tratos.
- Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil - Volume 2
- 7.3 Organizam e participam do processo de elaboração, registro

em documento escrito, implementação e avaliação das propostas pedagógicas, com o envolvimento de todos os profissionais da escola, das crianças, de suas famílias e/ou responsáveis e da comunidade local.

7.4 Divulgam sistematicamente, com clareza e transparência, critérios, normas e regras tanto para as famílias e/ou responsáveis pelas crianças matriculadas quanto para a equipe de profissionais que atuam nas instituições de Educação Infantil.

7.5 Utilizam-se da supervisão externa como instrumento para o aprimoramento do trabalho da equipe como um todo.

7.6 Formalizam canais de participação de profissionais sob sua responsabilidade e das famílias e/ou responsáveis na elaboração, na implementação e na avaliação das propostas pedagógicas.

7.7 Preocupam-se em cultivar um clima de cordialidade, cooperação e profissionalismo entre membros da equipe de profissionais que atuam nas instituições de Educação Infantil e as famílias e/ou responsáveis pelas crianças.

7.8 Desenvolvem programas de incentivo à educação e à formação regular e continuada dos membros da equipe de profissionais que atuam nas instituições de Educação Infantil.

7.9 Respeitam os direitos e asseguram o cumprimento dos deveres das professoras, dos professores e dos demais profissionais sob sua responsabilidade.

7.10 Respeitam e implementam decisões coletivas.

7.11 Possibilitam que mães, pais e familiares e/ou responsáveis tenham a oportunidade de visitar as instalações das instituições de Educação Infantil e de conhecer os profissionais que lá trabalham antes de matricular a criança.

7.12 Têm uma atenção especial com as famílias e/ou responsáveis durante o período de acolhimento inicial ("adaptação") das crianças, possibilitando, até mesmo, a presença de um representante destas nas dependências da instituição.

7.13 Orientam mães e pais e/ou responsáveis para dar às professoras e aos professores informações que julguem relevantes e fidedignas sobre a criança.

7.14 Criam as condições necessárias para obter as informações sobre a criança no período de matrícula.

7.15 Realizam encontros periódicos entre mães, pais, familiares e/ou responsáveis e profissionais da instituição de Educação Infantil, visando à qualidade da educação das crianças.

8- Ainda os Parâmetros apontam referências quanto às professoras, aos professores e aos demais profissionais que atuam nas instituições de Educação Infantil:

Os profissionais que atuam diretamente com as crianças nas instituições de Educação Infantil são professoras e professores de Educação Infantil.

8.1 A habilitação exigida para atuar na Educação Infantil é em nível superior, pedagogia ou modalidade normal, admitindo-se, como formação mínima, a modalidade normal, em nível Médio.

8.2 Professores sem a formação mínima exigida por lei que exercem funções de professora ou professor de Educação Infantil, quer sejam titulares ou auxiliares, obterão a formação exigida com o apoio da instituição onde trabalham. Caso atuem na rede pública, contarão também com o apoio dos sistemas de ensino.

8.3 Professoras e professores de Educação Infantil das instituições públicas são selecionados (as) por meio de concurso público para o cargo de professor de Educação Infantil.

8.4 A substituição eventual ou no período de férias/afastamento de um professor ou professora de Educação Infantil só poderá ser feita por outro profissional que tenha a formação exigida para atuar na área.

8.5 O conhecimento de seus direitos e deveres, o compromisso com a ética profissional e a dedicação constante ao seu aperfeiçoamento pessoal e profissional são características a serem consideradas na seleção e na avaliação das professoras e dos professores de Educação Infantil.

9- Os Parâmetros ainda colocam: Tendo como função garantir o

bem-estar, assegurar o crescimento e promover o desenvolvimento e a aprendizagem das crianças da Educação Infantil sob sua responsabilidade,

as professoras e os professores de Educação Infantil:

9. 1 asseguram que bebês e crianças sejam atendidos em suas necessidades de saúde: nutrição, higiene, descanso e movimentação;

9.2 asseguram que bebês e crianças sejam atendidos em suas necessidades de proteção, dedicando atenção especial a elas durante o período de acolhimento inicial ("adaptação") e em momentos peculiares de sua vida;

9.3 encaminham a seus superiores, e estes aos serviços específicos, os casos de crianças vítimas de violência ou maus-tratos;

9.4 possibilitam que bebês e crianças possam exercer a autonomia permitida por seu estágio de desenvolvimento;

9.5 auxiliam bebês e crianças nas atividades que não podem realizar sozinhos;

9.6 alternam brincadeiras de livre escolha das crianças com aquelas propostas por elas ou eles, bem como intercalam momentos mais agitados com outros mais calmos, atividades ao ar livre com as desenvolvidas em salas e as desenvolvidas individualmente com as realizadas em grupos;

9.7 organizam atividades nas quais bebês e crianças desenvolvam a imaginação, a curiosidade e a capacidade de expressão em suas múltiplas linguagens (linguagem dos gestos, do corpo, plástica, verbal, musical, escrita, virtual);

9.8 possibilitam que bebês e crianças expressem com tranquilidade sentimentos e pensamentos;

9.9 realizam atividades nas quais bebês e crianças sejam desafiadas a ampliar seus conhecimentos a respeito do mundo da natureza e da cultura;

9.10 organizam situações nas quais seja possível que bebês e crianças diversifiquem atividades, escolhas e companheiros de interação;

9.11 criam condições favoráveis à construção do autoconceito e da identidade pela criança em um ambiente que expresse e valorize a diversidade estética e cultural própria da população brasileira;

9.12 intervêm para assegurar que bebês e crianças possam movimentar-se em espaços amplos diariamente;

9.13 intervêm para assegurar que bebês e crianças tenham opções de atividades e brincadeiras que correspondam aos interesses e às necessidades apropriadas às diferentes faixas etárias e que não esperem por longos períodos durante o tempo em que estiverem acordados;

9.14 garantem oportunidades iguais a meninos e meninas, sem discriminação de etnia, opção religiosa ou das crianças com necessidades educacionais especiais;

9.15 valorizam atitudes de cooperação, tolerância recíproca e respeito à diversidade e orienta contra discriminação de gênero, etnia, opção religiosa ou às crianças com necessidades educacionais especiais, permitindo às crianças aprender a viver em coletividade, compartilhando e competindo saudavelmente.

10- Sobre a Equipe de profissionais da instituição de Educação Infantil, composta por gestoras, gestores, professoras e professores, os parâmetros sugerem que pode ser acrescida de outros profissionais:

10.1 de apoio (cozinha, limpeza, secretaria), desde que tenham a formação necessária para o exercício de suas funções;

10.2 especialistas para assessorias ou para auxiliar a formação continuada de professoras e professores de Educação Infantil;

10.3 O conhecimento de seus direitos e deveres e sobre a temporalidade da infância, o compromisso com a ética profissional e a dedicação constante ao seu aperfeiçoamento pessoal e profissional são características a serem consideradas na seleção e na avaliação das professoras e dos professores de Educação Infantil.

III - VOTO DA RELATORA

Responda-se a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes e ao Conselho Municipal de Educação que diante do exposto sou favorável a implantação e regulamentação do Espaço para Primeira Infância anexa Escola Municipal São Francisco conforme proposta de Resolução em anexo.

Luzerna (SC), 05 de novembro de 2010.

Relatora: Elisabeth Bier,

IV - DECISÃO DA PLENÁRIA

A plenária acompanha o voto da relatora aprovando proposta de resolução por unanimidade dos presentes.

Luzerna (SC) 05 de novembro de 2011

Conselheira Ingrid Stobbe - presidente _____
 Conselheira Márcia Regina Dociatti Cendron - presidente _____
 Conselheira Adriana Elisabeth Bier _____
 Conselheira Maria Regina Falchetti _____
 Conselheira Eliane Noeli Spier _____
 Conselheira Andrea Dalla Lana Vieira _____
 Conselheira Elfrida Luiza Lenzi _____
 Conselheiro Marcus Vinícius Bueno Albach _____
 Conselheiro Guizela Cássia Piaia Milani _____
 Conselheira Ivete Favetti _____
 Conselheira Noeli Fiorin Ungerich _____
 Conselheira Vali Carolina Spier _____
 Conselheira Neides Turra _____
 Conselheiro Ricardo Anzolin _____
 Conselheira Roseli Terezinha Schneider Padilha _____
 Conselheira Rosângela Carminia Pascotto Andrioli _____

RESOLUÇÃO Nº 001 de 05 de novembro de 2010.

"DISPÕE SOBRE IMPLANTAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO DO ESPAÇO DA PRIMEIRA INFÂNCIA".

A Presidente do CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CME de Luzerna, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o Regimento Interno e o Parecer nº 001 e Legislação e Normas de 16 de dezembro de 2009,

RESOLVE:

Art. 1º - A presente Resolução institui as normas para regulamentação do Espaço da Primeira Infância (0 a 3 anos) anexo a Escola São Francisco do Município de Luzerna, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º - O Espaço para a Primeira Infância anexo à Escola São Francisco se caracteriza com um espaço não doméstico, um espaço educativo voltado ao atendimento às necessidades de criança que estão na faixa etária dos 6 meses à 3 anos de idade.

Art. 3º - O Ensino será ministrado considerando que a educação infantil é a primeira etapa da educação básica e tem por finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físicos, psicológicos, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade expressos na Seção II que trata da Educação Infantil, no Art. 29 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

Art. 4º - A proposta pedagógica do Espaço para a Primeira Infância estabelecida no Projeto Político Pedagógico da escola tem por finalidade primeira assegurar à criança atividades curriculares estimuladoras proporcionando condições adequadas para promover o bem-estar e o desenvolvimento da criança, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual, lingüístico, moral e social, mediante a ampliação de suas experiências e o estímulo ao interesse pelo conhecimento do ser humano, da natureza e da sociedade. Também

a proposta pedagógica deve estar calcada nos três pilares educar, cuidar e brincar respeitando os princípios éticos, políticos e estéticos, além dos previstos na Constituição da República Federativa do Brasil, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB, nº 9394/96, na Declaração Universal dos Direitos da Criança e no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Art. 5º As práticas pedagógicas ainda tem por finalidades:

I - Criar um ambiente favorável ao desenvolvimento e ao ajustamento social e afetivo;

II - Propiciar à criança o desenvolvimento da criatividade, especialmente como elemento de auto-preservação;

III - Proporcionar à criança seu desenvolvimento individual para que ela tenha capacidade de estabelecer novas relações entre situações já vivenciadas e as que serão apresentadas e nas quais deverá se integrar;

IV - Estimular a curiosidade, a iniciativa e a independência da criança;

V - Desenvolver a psicomotricidade que favoreça o desenvolvimento da personalidade e melhor preparar para o aprendizado da leitura e da escrita;

VI - Promover iniciação à matemática e ao pensamento científico;

VII - Propiciar o desenvolvimento de hábitos de asseio, ordem, economia e iniciativa;

VIII - Semear virtudes cívicas, sociais e morais que conduzam ao amor à Pátria, ao bem comum, bem como o respeito aos seus semelhantes e à natureza;

IX - promover o senso de auto-disciplina consciente;

X - propiciar o desenvolvimento de habilidades específicas para a eficiência da aprendizagem na escola de ensino fundamental;

XI - possibilitar o diagnóstico oportuno e preventivo das deficiências do desenvolvimento da criança, orientando e encaminhando a profissionais especializados.

Art. 6º - Quanto à demanda e organização dos grupos das crianças, será observado que as mesmas apresentam características e um desenvolvimento que permitem organizar as turmas segundo a idade. Tais marcos cronológicos não são rígidos, porém essas faixas etárias costumam apresentar comportamentos e habilidades que permitem sistematizar e realizar um programa próprio. Para melhor desenvolvimento das atividades planejadas a Educação Infantil da Escola Municipal São Francisco apresenta o seguinte segmento e classificação:

Nível	IDADE	Nº. Aluno	Nº. Turmas	Nº. Professores Regentes	Nº. Professor Auxiliar
Berçário	06 meses até 1 ano	08	02	01	01
Maternal	1 a 2 anos	15	02	01	01
Jardim	3 a 4 anos	13	02	01	01

Art. 7º - O Espaço da Primeira Infância que atende crianças em idade de creche obedecerá ao Calendário Escolar estipulado pela escola com um todo revisado anualmente e este segue o Projeto Pedagógico da mesma, baseado na legislação vigente e submetido à homologação do órgão competente, devendo conter:

I - No mínimo 200 (duzentos) dias e 800 horas de efetivo trabalho escolar;

II - Período de férias em janeiro;

III - Reuniões pedagógicas e de pais e mestres;

IV - Período de elaboração e/ou reformulação do Projeto da Escola;

V - Período de planejamento geral e avaliação institucional.

VI - Tempo programado para formação continuada dos profissionais que atuam junto aos alunos.

Art. 8º - A matrícula será efetuada mediante solicitação do pai ou responsável, este deve preencher os seguintes requisitos:

1. Serem moradores do município.

2. Apresentar carteira de trabalho do pai, da mãe ou responsáveis.

3. Apresentar indicação por meio da assistência social.

Art. 9º- No ato da matrícula o pai ou responsável pelo aluno deverá apresentar:

I - Certidão de nascimento ou RG da criança;

II - Comprovante de residência;

III - Atestado de saúde recente, expedido por médico pediatra ou Posto de Saúde.

IV - Foto 3X4.

V- Carteira de trabalho dos pais

Art. 10 - O Espaço para a Primeira Infância adota as normas de funcionamento:

1. Sistema de atendimento parcial ou integral

2. Entradas e Saídas Horários Flexíveis;

Matutino: Entrada- Das 7:00h às 8:00 horas e Saída: Das 11:00 às 12:00 horas.

Vespertino: Entrada- Das 13:15h às 13:30 horas e Saída: Das 17:15 às 18 horas.

3. Os materiais pedagógicos a maioria serão fornecidos pela escola devendo os pais providenciar: uma bolsa com uniforme, calçados e assessórios do bebê (leite, fralda, brinquedo, pomada, repelente, remédios)

4. Os medicamentos são administrados somente com receituário e autorização dos pais por escrito.

5. Todas as crianças devem usar o uniforme conforme os demais alunos matriculados na Educação Infantil da Escola Municipal São Francisco.

6. O calendário escolar será o mesmo dos demais alunos da escola, com janeiro de férias.

7. Todos os alunos vão ganhar agenda que deve vir todos os dias para a escola. A agenda é um meio de comunicação entre família e escola.

8. As refeições são preparadas seguindo cardápios estabelecidos pela nutricionista segundo as necessidades nutricionais de cada faixa etária.

9. Caso a criança apresente alguma alergia à algum componente alimentar ou intolerância à algum alimento os pais deverão providenciar a alimentação apropriada ao seu filho.

Parágrafo Único - Os pais que necessitam de horários diferenciados deverão procurar a direção e coordenação, nunca excedendo o primeiro e o último horário de atendimento.

Art. 17 - A transferência dos alunos entre estabelecimento de ensino se dará dentro da faixa etária que a criança está matriculada, devendo a nova instituição fazer a adaptação em sua estrutura de ensino.

Art. 18 - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário do Parecer CME 01/2006 e Parecer CME 01/2007.

Luzerna (SC), 05 de novembro de 2010.

INGRID STOBBE

Presidente do Conselho Municipal de Educação - CME

Parecer 002 do CME e Resolução 002

INTERESSADO: Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes/CME	UF: SC
ASSUNTO: Normatização do Ensino Fundamental Nove Anos	
RELATORAS: Adriana Elisabeth Bier,	
Membros da comissão, Elfrida Luiza Lenzi, Maria Regina Falchetti	
PROCESSO: 002	
APROVADO EM: 5/11/2010	

I – RELATÓRIO

O presente parecer é resultado de solicitação da Secretaria

Municipal de Educação e de interesse do Conselho Municipal de Educação, a fim de regulamentar o ensino fundamental 9 anos, o qual já foi implantado no ano de 2007 e necessita de normatização, também é necessário revisar parecer do CME nº 01/2006 e nº 01/2007. Para tal intento leva-se em consideração a LDB 9.394/96, a Constituição Federal, Lei 11.114/2005, Lei nº 11.274/2006 e pareceres do CNE: nº 24/2004, nº 6/2005, nº 3/2005, nº 18/2005, nº 39/2006, nº 41/2006, nº 45/2006, nº 5/2007, nº 4/2008, nº 7/2007, nº 19/2009, resolução CNE nº 2/1998, nº 03/2005, Parecer CEE nº 433/2006, resolução CEE nº 110/2006, documento do MEC 'Passo a passo do processo de implantação' ensino fundamental de nove anos, de acordo com as diretrizes nacionais para o ensino fundamental expostas no parecer da CEB nº 04/98 e resolução CEB nº 02/98.

A Comissão de Ensino Fundamental, de Legislação e Normas no uso de suas competências, de acordo com o regimento interno, manifesta-se sobre o ensino fundamental com duração de 9 anos.

II ANÁLISE

Considerações:

1 – Considerando a Constituição Federal de 1988, em seu art. 208, onde afirma:

"O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria;

IV - atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade"

2 – Considerando a Lei federal LDB nº 9.394/96 que:

a) No Art. 3º estabelece os princípios básicos para o ensino:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;

IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;

V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

VII - valorização do profissional da educação escolar;

VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;

IX - garantia de padrão de qualidade;

X - valorização da experiência extra-escolar;

XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

b) No inciso I e IV do art. 4º aponta como o dever do Estado com a educação escolar pública será efetivado:

I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;

IV - atendimento gratuito em creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos de idade.

c) Reforça o princípio do direito de todos de terem acesso ao ensino fundamental ao afirmar, no Artigo 5º, 'que o acesso ao ensino fundamental é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída, e, ainda, o Ministério Público, acionar o Poder Público para exigi-lo'.

d) No Art. 23 e 24 Expõe sobre a forma de organização da educação básica:

Art.23º. 'A educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos

de estudos, grupos não-seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar.

§ 1º. A escola poderá reclassificar os alunos, inclusive quando se tratar de transferências entre estabelecimentos situados no País e no exterior, tendo como base as normas curriculares gerais.

Art. 24º. A educação básica, nos níveis fundamental e médio, será organizada de acordo com as seguintes regras comuns:

I - a carga horária mínima anual será de oitocentas horas, distribuídas por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver;

II - a classificação em qualquer série ou etapa, exceto a primeira do ensino fundamental, pode ser feita:

a) por promoção, para alunos que cursaram, com aproveitamento, a série ou fase anterior, na própria escola;

b) por transferência, para candidatos procedentes de outras escolas;

c) independentemente de escolarização anterior, mediante avaliação feita pela escola, que defina o grau de desenvolvimento e experiência do candidato e permita sua inscrição na série ou etapa adequada, conforme regulamentação do respectivo sistema de ensino;

V - a verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios:

a) avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais;

b) possibilidade de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar;

c) possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado;

d) aproveitamento de estudos concluídos com êxito;

e) obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos;

e) No Art. 30 estabelece como poderá ser oferecida a educação infantil:

Art. 30º. A educação infantil será oferecida em:

I - creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade;

II - pré-escolas, para as crianças de quatro a seis anos de idade.

f) No art. 31 estabelece a forma como deverá ser a avaliação na educação infantil:

Art. 31º. Na educação infantil a avaliação far-se-á mediante acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental.

g) No art. 32 determina as bases para o ensino fundamental:

Art. 32º. O ensino fundamental, com duração mínima de oito anos (já modificado pela lei 11.114/2005 e 11.274/2006), obrigatório e gratuito na escola pública, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante:

I - o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;

II - a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;

III - o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;

IV - o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de

solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

§ 1º. É facultado aos sistemas de ensino desdobrar o ensino fundamental em ciclos.

§ 2º. Os estabelecimentos que utilizam progressão regular por série podem adotar no ensino fundamental o regime de progressão continuada, sem prejuízo da avaliação do processo de ensino-aprendizagem, observadas as normas do respectivo sistema de ensino.

§ 3º. O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.

§ 4º. O ensino fundamental será presencial, sendo o ensino a distância utilizado como complementação da aprendizagem ou em situações emergenciais.

h) No art. 34 determina sobre a jornada escolar mínima diária:

Art. 34º. A jornada escolar no ensino fundamental incluirá pelo menos quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola.

3 - A Lei federal nº 11.114, de 16 de maio de 2005, altera os artigos 6º, 32 e 87 da LDBEN que passaram a ter a seguinte redação:

Art. 6º. É dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula dos menores, a partir dos seis anos de idade, no ensino fundamental.

Art. 32. O ensino fundamental, com duração mínima de oito anos, obrigatório e gratuito na escola pública a partir dos seis anos, terá como objetivo a formação básica do cidadão mediante:

Art. 87. (...)

§3º - Cada Município e, supletivamente, o Estado e a União, deverão:

I - matricular todos os educandos, a partir dos seis anos de idade, no ensino fundamental, atendidas as seguintes condições no âmbito de cada sistema de ensino:

a) plena observância das condições de oferta fixadas por esta Lei, no caso de todas as redes escolares;

b) atingimento de taxa líquida de escolarização de pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) da faixa etária de sete a catorze anos, no caso das redes escolares públicas; e

c) não redução média de recursos por aluno do ensino fundamental na respectiva rede pública, resultante da incorporação dos alunos de seis anos de idade;

4 - O Plano Nacional de Educação, aprovado pela Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001, propõe ampliar para nove anos a duração do ensino fundamental obrigatório com o início aos seis anos de idade, à medida que for sendo universalizado o atendimento na faixa etária de 7 a 14 anos.

"Ressalta também que essa ação requer planejamento e diretrizes norteadoras para o atendimento integral da criança em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, (...), com garantia de qualidade."

5 - O Parecer CNE/CEB nº 06, de 08 de junho de 2005, do Conselho Nacional de Educação estabelece normas nacionais para a ampliação do ensino fundamental para nove anos de duração, em que determina:

"(...)

- nas redes públicas estaduais e municipais a implantação deve considerar o regime de colaboração e deverá ser regulamentada pelos sistemas de ensino estaduais e municipais (...) com o objetivo de se implementar o Ensino Fundamental de nove anos, a partir dos seis anos de idade assumindo-o como direito público subjetivo e estabelecendo, de forma conseqüente, se a primeira série aos seis anos de idade se destina ou não à alfabetização dos alunos;

- nas redes públicas municipais e estaduais é prioridade assegurar

a universalização no Ensino Fundamental da matrícula na faixa etária dos 7 (sete) aos 14 (quatorze) anos; da Educação Infantil, preservando-se sua identidade pedagógica;

- os sistemas de ensino e as escolas deverão compatibilizar a nova situação de oferta e duração do Ensino Fundamental a uma proposta pedagógica apropriada à faixa etária dos 06 (seis) anos, especialmente em termos de recursos humanos, organização do tempo e do espaço escolar, considerando, igualmente, materiais didáticos, mobiliário e equipamentos, (...);

- os sistemas de ensino deverão fixar as condições para a matrícula de crianças de 6 (seis) anos no Ensino Fundamental quanto à idade cronológica: que tenham 6 (seis anos) completos ou que venham a completar seis anos no início do ano letivo;

- transitoriamente, subsistirão dois modelos – Ensino Fundamental com a duração de 8 (oito anos) e com a duração de 9 (nove) anos, para o qual deverá ser adotada uma nova nomenclatura geral, sem prejuízo do que dispõe o Art. 23 da LDB, considerado o conseqüente impacto na Educação Infantil, (...)

- os princípios enumerados aplicam-se às escolas criadas e mantidas pela iniciativa privada, que são livres para organizar o Ensino Fundamental que oferecem, mas com obediência às normas fixadas pelo sistema de ensino a que pertencem. ("...").

6 – A Resolução CNE/CEB nº 03, de 03 de agosto de 2005, do Conselho Nacional de Educação define normas nacionais para a ampliação do ensino fundamental de nove anos de duração, determinando que a organização da Educação Infantil e do Ensino Fundamental de nove anos adotará a seguinte nomenclatura:

Etapa de ensino	Faixa etária prevista	Duração
Educação Infantil	até 5 anos de idade	
Creche	até 3 anos de idade	
Pré-escola	4 e 5 anos de idade	
Ensino Fundamental	até 14 anos de idade	9 anos
Anos iniciais	de 6 a 10 anos de idade	5 anos
Anos finais	de 11 a 14 anos de idade	4 anos

7 - O Parecer CNE/CEB nº 18, de 15 de setembro de 2005, onde o Conselho Nacional de Educação orienta para a matrícula das crianças de seis anos de idade no Ensino Fundamental obrigatório, em atendimento à Lei nº 11.114, de 16 de maio de 2005, que altera os artigos 6º, 32 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de março de 1996, estabelecendo:

"(...)

- Garantir às crianças que ingressam aos 6 (seis) anos no Ensino Fundamental pelo menos 9 (nove) anos de estudo, (...). Assim, os sistemas de ensino devem ampliar a duração do Ensino Fundamental para 9 (nove) anos, administrando a convivência dos planos curriculares de Ensino Fundamental de 8 (oito) anos, para as crianças de 7 (sete) anos que ingressarem em 2006 e as turmas ingressantes nos anos anteriores, e de 9 (nove) anos para as turmas de crianças de 6 anos de idade que ingressam a partir do ano letivo de 2006.

Considerar (...) o regime de colaboração (...), pelos sistemas de ensino estaduais e municipais, do Ensino Fundamental de nove anos, assumindo-o como direito público subjetivo (...); adotando a nova nomenclatura com respectivas faixas etárias, conforme estabelece a Resolução CNE/CEB nº 3/2005 (...); e fixando as condições para a matrícula de crianças de 6 (seis) anos nas redes públicas: que tenham 6 (seis) anos completos ou que venham a completar seis anos no início do ano letivo.

- No ano letivo de 2006, considerado como período de transição, os sistemas de ensino poderão adaptar os critérios usuais de matrícula, relativos à idade cronológica de admissão no Ensino Fundamental, considerando as faixas etárias adotadas na Educação Infantil até 2005.

- Assegurar a oferta e a qualidade da Educação Infantil, (...), preservando-se sua identidade pedagógica e observando a nova

nomenclatura com respectivas faixas etárias, conforme estabelece a Resolução CNE/CEB nº 3/2005 (...).

- Promover, (...) no âmbito de cada sistema de ensino, a adequação do projeto pedagógico escolar de modo a permitir a matrícula das crianças de 6 (seis) anos de idade na instituição e o seu desenvolvimento para alcançar os objetivos do Ensino Fundamental, em 9 (nove) anos; inclusive definindo se o primeiro ano ou os primeiros anos de estudo/série se destina(m) ou não à alfabetização dos alunos e estabelecendo a nova organização dos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos termos das possibilidades dos Art. 23 e 24 da LDB.

- Providenciar o atendimento das necessidades de recursos humanos (docentes e de apoio), em termos de capacitação e atualização, disponibilidade e organização do tempo, classificação e/ou promoção na carreira; bem como as de espaço, materiais didáticos, mobiliários e equipamentos (...).

- Estas orientações aplicam-se às escolas criadas e mantidas pela iniciativa privada, que são livres para organizar o Ensino Fundamental, sempre com obediência às normas fixadas pelo sistema de ensino a que pertencem".

O parecer CEB nº 18/2005 ainda salienta a importância dos sistemas organizarem a implantação:

... os sistemas de ensino devem ampliar a duração do Ensino Fundamental para 9 (nove) anos, administrando a convivência dos planos curriculares do Ensino Fundamental de 8 (oito) anos, para as crianças de 7 (sete) anos que ingressarem em 2006 e as turmas ingressantes nos anos anteriores, e de 9 (nove) anos para as turmas de crianças de 6 anos de idade que ingressam a partir do ano letivo de 2006.

8 - A Lei Federal nº 11.274, de 06 de fevereiro de 2006, altera a redação dos artigos: 29, 30, 32 e 87 de Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade.

Art. 32. O ensino fundamental obrigatório, com duração de 09 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão mediante:...

9 – O parecer CEB nº 7/2007 que expressa a necessidade de coexistência do ensino fundamental de oito anos (em processo de extinção) e o de nove anos:

1 – O artigo 24 da LDBEN é explícito quando diz que a Educação Básica, nos níveis fundamental e médio, será organizada de acordo com determinadas regras comuns. Portanto, o texto refere-se claramente aos níveis fundamental e médio, não se aplicando à etapa da Educação Básica que é a Educação Infantil. Aliás, o inciso II afirma textualmente: a classificação em qualquer série ou etapa é admitida com a exceção explícita à primeira série do Ensino Fundamental. Como, portanto, o aluno que está ingressando no Ensino Fundamental aos sete anos de idade pode ser matriculado no segundo ano por promoção e independentemente de escolarização anterior? Acrescente-se que quando se trata da educação infantil temos a sua divisão em creche e pré-escola, essa segunda agora destinada a alunos de quatro e cinco anos de idade (ver Voto do Relator), organizada em períodos, e não séries ou anos de estudo. A referência é clara ao falar de pré-escola e não de escola. Não há, portanto, como falar de escolarização anterior.

2 – Evidencia-se, assim, que nenhuma criança que está ingressando no Ensino Fundamental pode ser matriculada no segundo ano letivo, tenha ou não tenha frequentado a pré-escola.

3 – O inciso II do artigo 24 da LDBEN, tendo em vista as alterações introduzidas nessa Lei pelas Leis nº 11.114/2005 e nº 11.274/2006, não se aplica às crianças ingressantes no Ensino

Fundamental, tenham seis ou sete anos de idade.

4 – A consulta ainda incide em afirmativa imprópria ao caso quando fala da competência dos entes federados para a normatização da educação nos respectivos sistemas de ensino. Com efeito: a autonomia atribuída aos sistemas de ensino não pode ser confundida com soberania, autorizando o ente federado a descumprir a Lei, seja a Constituição Federal ou a LDBEN, com as alterações nela introduzidas pelas Leis nº 11.114/2005 e nº 11.274/2006, ou as normas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação em suas atribuições, a saber:

- art. 8º, § 1º, da LDB: Caberá à União a coordenação da Política Nacional de Educação, articulando os diferentes níveis e sistemas e exercendo função normativa, redistributiva e supletiva em relação às demais instâncias educacionais.

- art. 9º, § 1º, da LDB: A União incumbir-se-á de: [...] inciso I, § 1º: Na estrutura educacional, haverá um Conselho Nacional de Educação, com funções normativas e de supervisão e atividade permanente ... Este parecer ainda esclarece sobre a educação infantil e sobre a construção de novos projetos políticos pedagógicos:

1ª – Quando se define, como está na Resolução CNE/CEB nº 3/2005, que, na Educação Infantil – que deve ter assegurada sua própria identidade – a pré-escola se destina a crianças de quatro e cinco anos, enquanto a matrícula no Ensino Fundamental de nove anos só pode ocorrer quando a criança tiver seis anos completos, ou a completar até o início do ano letivo, deduz-se que haverá crianças que tendo feito dois anos de pré-escola não atenderão à idade cronológica para ingressar na etapa do Ensino Fundamental. Assim, é perfeitamente possível que os sistemas de ensino estabeleçam normas para que essas crianças que só vão completar seis anos depois de iniciar o ano letivo possam continuar frequentando a pré-escola para que não ocorra uma indesejável descontinuidade de atendimento e desenvolvimento: A pré-escola é o espaço apropriado para crianças com quatro e cinco anos de idade e também para aquelas que completarão seis anos posteriormente à idade cronológica fixada para matrícula no Ensino Fundamental. “... 3º- A implantação/implementação do Ensino Fundamental com a duração de nove anos, pela antecipação da matrícula de crianças de seis anos de idade nessa etapa da Educação Básica, em decorrência das Leis nº 11.114/2005 e nº 11.274/2006, vem suscitando grande quantidade de dúvidas e questionamentos. Parece-me, entretanto, que tais indagações ocorrem por falta de correta interpretação de alguns aspectos, entre os quais:

· o Ensino Fundamental de nove anos precisa ser pensado como uma oportunidade de se construir novo projeto político-pedagógico, com reflexos em assuntos como tempo e espaços escolares e tratamento, como prioridade, do sucesso escolar;

· a implantação do Ensino Fundamental de nove anos supõe um período de transição para a necessária adequação às novas regras, o que, por sinal, está implícito na Lei nº 11.274/2006, que estabelece o ano de 2010 como data máxima para que os sistemas de ensino concluam as medidas necessárias;

· os sistemas de ensino e as escolas, nos limites de sua autonomia, têm a possibilidade de proceder às adequações que melhor atendam a determinados fins e objetivos do processo educacional, tais como: a) a promoção da autoestima dos alunos no período inicial de sua escolarização; b) o respeito às diferenças e às diversidades no contexto do sistema nacional de educação, presentes em um País tão diversificado e complexo como o Brasil; c) a não aplicação de qualquer medida que possa ser interpretada como retrocesso, o que poderia contribuir para o indesejável fracasso escolar; d) os gestores devem ter sempre em mente regras de bom senso e de razoabilidade, bem como tratamento diferenciado sempre que a aprendizagem do aluno o exigir.

10 – O parecer CEE nº433/2006 que ao seu modo expõe o que anteriormente já está destacado no texto.

10 – A resolução CEE nº 110/2006 que estabelece as normas para a implantação do ensino fundamental nas instituições agregadas ao sistema estadual de Santa Catarina.

11 – O parecer CME nº01/2006 o qual propõe a implantação do ensino fundamental de 9 anos, mas que necessita ser revisto:

“Art. 1º. As duas primeiras etapas da Educação Básica de acordo com a legislação em vigor têm a seguinte organização:

I – Educação Infantil: atende a população de 0 (zero) a 5 (cinco) anos; de acordo com os arts. 29 e 30 da Lei nº 9394/96 e art. 208, inciso IV da Constituição Federal.

II – Ensino Fundamental: atende a população a partir dos 6 (seis) anos, sendo de 5 (cinco) anos a duração dos anos iniciais (primeiro segmento) e de 4 (quatro) anos a duração dos anos finais (segundo segmento).

Art. 2º. Todas as crianças que completarem 6 (seis) anos até o dia 31 do mês de dezembro do corrente ano, têm direito a matrícula no primeiro ano do Ensino Fundamental e tem sua permanência garantida nessa etapa pelo tempo mínimo de 9 (nove) anos (série de alfabetização).

Parágrafo Único - A avaliação dos educandos da alfabetização não terá caráter de reprovação.

Art. 3º. O 1º (primeiro) ano do Ensino Fundamental de nove anos destina-se a alfabetização e, como tal, deverá ser estruturado de forma lúdica, respeitando-se o desenvolvimento próprio da criança nesta faixa, sua unicidade e sua lógica.

§ 1º. A escola deverá oferecer condições (espaço apropriado, brinquedos, materiais didáticos e equipamentos) que configurem ambiente alfabetizado compatível com as teorias, métodos e técnicas adequadas.

§ 2º. As instituições escolares, ao elaborarem seu Projeto Pedagógico, usando a autonomia que lhe conferem as normas vigentes, devem elaborá-lo com criatividade e compromisso, de modo a atender a criança de 6 (seis) anos, prevendo seu desenvolvimento coerente os 9 (nove) anos do Ensino Fundamental.

§ 3º. A implantação da nova lei inicia-se no ano letivo de 2007, fazendo a correspondência adequada conforme o quadro abaixo:

2006	Pré I, II e III	1ª série	2ª série	3ª série	4ª série	5ª série	6ª série	7ª série	8ª série
2007		1º	2º	3º	4º	5º		7º	8º
Lei 11.274	Pré I, II e III	Ano	Ano	Ano	Ano	Ano	6º Ano	Ano	Ano

Art. 5º. As instituições de Educação Infantil estão qualificadas a prestar serviço educacional às crianças de 0 a 5 anos, de acordo com a Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

Parágrafo único: No ano de implantação (2007) as crianças que tenham concluído a Educação Infantil (Pré III 2006), deverão ser matriculas na 1ª série (08anos) e as crianças de 6 (seis) anos no 1º Ano (9 anos).”

12 – O parecer CME nº 01/2007 que estabelece data de corte para o ensino fundamental:

“Art. 1º - Fica definido o dia 01º de março de cada ano letivo como data base para o ingresso no Ensino Fundamental de 09 (nove) anos para os alunos com 06 (seis) anos completos. O aluno que completar 06 (seis) anos a partir do dia 01 de março frequentará a turma de Pré III da Educação Infantil.

Art. 2º - Considerar-se-á aluno de Pré III as crianças que completarem 05 (cinco) anos até 01º de março e os alunos que completaram 06 (seis) anos durante o ano em curso.

Art. 3º - Considerar-se-á aluno de Pré II as crianças que completarem 04 (quatro) anos até 1º de março e 05(cinco) anos durante o ano em curso.

Art. 4º - Considerar-se-á aluno de Pré I as crianças que completarem 03 (três) anos até 1º de março e 04(quatro) anos durante o ano em curso.

Parágrafo Único – As crianças com idade inferior serão atendidas em creches.”

13- O artigo 5º em seu inciso º da Resolução nº 05 do CNE/CEB de 17/12/2009 Fixa as diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação infantil e altera a data do corte para a matrícula com a seguinte redação:

§ 3º. As crianças que completam 06 anos após o dia 31 de março devem ser matriculadas na Educação Infantil.

14 - O parecer CNE nº 04/2008 que reafirma alguns princípios e normas para o ensino fundamental nove anos:

1 – O Ensino Fundamental ampliado para nove anos de duração é um novo Ensino Fundamental, que exige um projeto político-pedagógico próprio para ser desenvolvido em cada escola.

2 – O Ensino Fundamental de nove anos, de matrícula obrigatória para crianças a partir dos seis anos – completos ou a completar até o início do ano letivo – deverá ser adotado por todos os sistemas de ensino, até o ano letivo de 2010, o que significa dizer que deverá estar planejado e organizado até 2009, para que ocorra sua implementação no ano seguinte.

3 – A organização do Ensino Fundamental com nove anos de duração supõe, por sua vez, a reorganização da Educação Infantil, particularmente da Pré-Escola, destinada, agora, a crianças de 4 e 5 anos de idade, devendo ter assegurada a sua própria identidade.

4 – O antigo terceiro período da Pré-Escola não pode se confundir com o primeiro ano do Ensino Fundamental, pois esse primeiro ano é agora parte integrante de um ciclo de três anos de duração, que poderíamos denominar de “ciclo da infância”.

5 – Mesmo que o sistema de ensino ou a escola, desde que goze desta autonomia, faça a opção pelo sistema seriado, há necessidade de se considerar esses três anos iniciais como um bloco pedagógico ou ciclo sequencial de ensino.

6 – Admitir-se-á, entretanto, nos termos dos artigos 8º, 23 e 32 da Lei nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), o desdobramento do Ensino Fundamental em ciclos, no todo ou em parte.

7 – Os três anos iniciais são importantes para a qualidade da Educação Básica: voltados à alfabetização e ao letramento, é necessário que a ação pedagógica assegure, nesse período, o desenvolvimento das diversas expressões e o aprendizado das áreas de conhecimento estabelecidas nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental.

8 – Dessa forma, entende-se que a alfabetização dar-se-á nos três anos iniciais do Ensino Fundamental.

9 – A avaliação, tanto no primeiro ano do Ensino Fundamental, com as crianças de seis anos de idade, quanto no segundo e no terceiro anos, com as crianças de sete e oito anos de idade, tem de observar alguns princípios essenciais:

9.1 – A avaliação tem de assumir forma processual, participativa, formativa, cumulativa e diagnóstica e, portanto, redimensionadora da ação pedagógica;

9.2 – A avaliação nesses três anos iniciais não pode repetir a prática tradicional limitada a avaliar apenas os resultados finais traduzidos em notas ou conceitos;

9.3 – A avaliação, nesse bloco ou ciclo, não pode ser adotada como mera verificação de conhecimentos visando ao caráter classificatório;

9.4 – É indispensável a elaboração de instrumentos e procedimentos de observação, de acompanhamento contínuo, de registro e de reflexão permanente sobre o processo de ensino e de aprendizagem;

9.5 – A avaliação, nesse período, constituir-se-á, também, em um momento necessário à construção de conhecimentos pelas crianças no processo de alfabetização.

10 – Os professores de áreas específicas, especialmente no caso da Educação Física e de Artes, devem estar preparados para planejar adequadamente o trabalho com crianças de seis, sete e oito anos, tanto no que se refere ao desenvolvimento humano, cognitivo e corporal, como às habilidades e interesses demonstrados pelos alunos.

11 – Os professores desses três anos iniciais, com formação mínima em curso de nível médio na modalidade normal, mas, preferentemente, licenciados em Pedagogia ou Curso Normal Superior, devem trabalhar de forma inter e multidisciplinar, admitindo-se portadores de curso de licenciatura específica apenas para Educação Física, Artes e Língua Estrangeira Moderna, quando o sistema de ensino ou a escola incluírem essa última em seu projeto político-pedagógico.

12 – O agrupamento de crianças de seis, sete e oito anos deve respeitar, rigorosamente, a faixa etária, considerando as diferenças individuais e de desenvolvimento.

II VOTO DAS RELATORAS

Responda-se a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes e ao Conselho Municipal de Educação que diante do exposto somos favoráveis a implantação do ensino fundamental 09 anos conforme proposta de resolução em anexo.

Luzerna (SC), 05 de novembro de 2010

Relatora: Conselheira : Adriana Elisabeth Bier,

III – DECISÃO DA PLENÁRIA

A plenária acompanha o voto das relatorias aprovando proposta de resolução por unanimidade dos presentes.

Luzerna (SC) 05 de novembro de 2010.

Conselheira Ingrid Stobbe - presidente _____

Conselheira Márcia Regina Dociatti Cendron - presidente _____

Conselheira Adriana Elisabeth Bier _____

Conselheira Maria Regina Falchetti _____

Conselheira Eliane Noeli Spier _____

Conselheira Andrea Dalla Lana Vieira _____

Conselheira Elfrida Luiza Lenzi _____

Conselheiro Marcus Vinícius Bueno Albach _____

Conselheiro Guizela Cássia Piaia Milani _____

Conselheira Ivete Favetti _____

Conselheira Noeli Fiorini Ungerich _____

Conselheira Vali Carolina Spier _____

Conselheira Neides Turra _____

Conselheiro Ricardo Anzolin _____

Conselheira Roseli Terezinha Schneider Padilha _____

Conselheira Rosângela Carminia Pascotto Andrioli _____

RESOLUÇÃO Nº 002 de 05 de novembro de 2011

Dispõe sobre a implantação do ensino fundamental 09 (nove) anos.

A presidente do Conselho Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o regimento interno e o Parecer nº 002 da Comissão de Ensino Fundamental e Legislação e Normas de 16 de dezembro de 2009,

Resolve:

Art. 1º - A presente resolução institui as normas para regulamentação do ensino fundamental 9 (nove) anos no sistema de ensino

do Município de Luzerna, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º - O Ensino será ministrado com base nos princípios de igualdade, liberdade, pluralismo de idéias e concepções pedagógicas, gratuidade e outros expressos no art. 3º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

Art. 3º - O direito ao ensino fundamental não se refere apenas ao acesso à matrícula, mas à permanência e ao ensino de qualidade, com a criação de condições para a aprendizagem dessa faixa etária, com espaço, tempo e recursos didáticos e pedagógicos adequados, com políticas educacionais que garantam uma educação de qualidade para o desenvolvimento social.

Art. 4º - O ensino fundamental terá duração de nove anos com matrícula obrigatória a toda criança a partir dos seis anos de idade.

Art. 5º - O ensino Fundamental de nove anos será organizado de acordo com as seguintes regras comuns:

I - a carga horária mínima anual será de oitocentas horas, distribuídas por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver;
II - a classificação em qualquer série ou etapa, exceto a primeira do ensino fundamental, pode ser feita:

a) por promoção, para alunos que cursaram, com aproveitamento, a série ou fase anterior, na própria escola;
b) por transferência, para candidatos procedentes de outras escolas;
c) independentemente de escolarização anterior, mediante avaliação feita pela escola, que defina o grau de desenvolvimento e experiência do candidato e permita sua inscrição na série ou etapa adequada, conforme regulamentação do respectivo sistema de ensino;

III- a verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios:

a) avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais;
b) possibilidade de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar;
c) possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado;
d) aproveitamento de estudos concluídos com êxito;
e) obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos.

Parágrafo único: toda unidade escolar deverá elaborar instrumentos e procedimentos de observação, de acompanhamento contínuo, de registro e de reflexão permanente sobre o processo de ensino e de aprendizagem.

Art. 6º - Fica definido o dia 1º de março de cada ano letivo como data de corte para o ingresso no Ensino Fundamental de 09 (nove) anos.

Art. 7º - Toda criança que completar 6 anos de idade até dia 31 de março do ano letivo que inicia deverá ser matriculada no 1º ano do ensino fundamental.

Parágrafo único: O aluno que completar 06 (seis) anos a partir do dia 1º de abril freqüentará a turma de Pré III da Educação infantil.

Art. 8º - A organização do Ensino Fundamental de 09 (nove) anos e da Educação Infantil adotará a seguinte nomenclatura:

Tabela 01: Nomenclatura do Ensino

Etapa de ensino	Faixa etária prevista	Duração
		Creche até 3 anos de idade
Educação Infantil	até 6 anos de idade	Pré-Escola 3 a 6 anos de idade
Ensino Fundamental	até 14 anos de idade	9 anos
Anos iniciais	de 6 a 10 anos de idade	5 anos
Anos finais	de 11 a 14 anos de idade	4 anos

Art. 9º - Considerar-se-á aluno de Pré III as crianças que completarem 05(cinco) anos até 1º de março e os alunos que completaram 06(seis) anos durante o ano em curso.

Art. 10 - Considerar-se-á aluno de Pré II as crianças que completarem 04(quatro) anos até 1º de março e 05(cinco) anos durante o ano em curso.

Art. 11 - Considerar-se-á aluno de Pré I as crianças que completarem 03(três) anos até 1º de março e 04(quatro) anos durante o ano em curso.

Parágrafo Único – As crianças com idade inferior serão atendidas em creches.

Art. 12 - O ensino fundamental de nove anos organiza-se em cinco anos nas séries iniciais e de quatro anos nas séries finais, utilizando-se a nomenclatura de 1ª à 5ª série e de 6ª à 9ª série, respectivamente, para a organização em série anual.

Art. 13 - O ensino fundamental para nove anos de duração será efetivado de forma progressiva, devendo o estabelecimento de ensino desenvolver a Proposta Pedagógica do ensino fundamental de oito anos e a do ensino fundamental de nove anos, de forma concomitante, e administrar a convivência simultânea dessas duas ofertas, conforme a tabela:

Tabela 02: Correspondência Idade/Série:

EF de 9 anos	Correspondência Idade/ Ano/Série	EF de 8 anos
1º Ano	6 anos	1ª Série
2º Ano	7 anos	
3º Ano	8 anos	2ª Série
4º Ano	9 anos	3ª Série
5º Ano	10 anos	4ª Série
6º Ano	11 anos	5ª Série
7º Ano	12 anos	6ª Série
8º Ano	13 anos	7ª Série
9º Ano	14 anos	8ª Série

Art. 14 - O estabelecimento de ensino ao implantar o ensino fundamental de nove anos de duração, deve dar continuidade à oferta dos estudos do ensino fundamental de oito anos de duração mantendo a Proposta Pedagógica que está em vigência para o ensino fundamental de oito anos para os alunos que tem direito a terminar o ensino fundamental em oito anos.

Art. 15 - A proposta pedagógica do ensino fundamental de nove

anos poderá ser construída de forma progressiva, conforme o avanço da implantação.

Art. 16 – Em caso de transferência a escola de origem deverá fornecer declaração de correspondência da série que o aluno cursa em relação à escola de destino, utilizando tabela 02 em ocorrência de mudança de grade curricular.

Art. 17 - A transferência dos alunos entre estabelecimento de ensino se dará na série que está cursando, independente da idade e de plano curricular, seja de fundamental de oito anos ou de nove anos, podendo a escola que recebe o aluno valer-se das disposições expressas nos artigos 23 e 24 da Lei nº 9394/96.

Art. 18 – Os três primeiros anos do ensino fundamental serão considerados um ciclo de alfabetização, devendo primar-se pela não reprovação, exceto casos devidamente estudados e justificada esta reprovação.

Art. 19 - As Mantenedoras de estabelecimentos de ensino públicos e/ou privados que ofertam a educação infantil e o ensino fundamental, ao implantar o ensino fundamental de nove anos de duração, devem:

I. Garantir a oferta da educação infantil em creches e pré-escolas com qualidade, de acordo com a faixa etária, preservando sua identidade pedagógica;

II. Organizar, em creches e pré-escolas, a educação infantil e os anos iniciais e finais do ensino fundamental, adequando-os à faixa etária e à nomenclatura definida na Resolução CNE/CEB nº 03/2005 (tabela 01).

III. Disponibilizar espaços físicos, mobiliários adequados, equipamentos, materiais didáticos e pedagógicos específicos, compatíveis com a faixa etária da criança com seis anos de idade.

IV. Propiciar ambiente pedagógico necessário ao processo de alfabetização a partir da 1ª série do ensino fundamental;

V. Desenvolver o processo de aprendizagem de forma lúdica, com atividades múltiplas, respeitando a idade, a unicidade e a lógica da criança em seus aspectos físicos, psicológico e intelectual;

VI. Acompanhar a criança em seu processo de desenvolvimento de forma contínua e sistemática, com avaliação diagnóstica do processo ensino-aprendizagem;

VII. Atender às necessidades de recursos humanos, em termos de formação continuada e de capacitação dos docentes e de funcionários, de acordo com o novo paradigma;

VIII. Exigir que o docente tenha como formação mínima à graduação em Pedagogia ou Normal Superior e como última alternativa o Curso Normal de nível médio, para as séries iniciais, e curso de licenciatura específica de graduação, para as séries finais;

Parágrafo único: poderá ser permitida contratação de professores que estão cursando a formação mínima a partir da 7ª fase, somente em casos de comprovação de inexistência de pessoal habilitado que tenha participado de concurso público para contratação.

IX. Proceder à avaliação sistemática da qualidade da oferta do ensino fundamental de nove anos.

Art. 20 - Os estabelecimentos de ensino credenciados e autorizados para a oferta da educação infantil na faixa etária de zero a seis anos de idade serão considerados credenciados e autorizados para a faixa etária de zero a cinco anos de idade.

Art. 21 - Os estabelecimentos de ensino credenciados e autorizados para a oferta das séries iniciais ou séries iniciais e finais do ensino fundamental de oito anos de duração serão considerados credenciados e autorizados também para a oferta das séries iniciais ou séries iniciais e finais do ensino fundamental de nove anos de duração.

Art. 22 - A partir da aprovação desta Resolução, a solicitação de credenciamento de novo estabelecimento de ensino e de autorização para o funcionamento de curso do ensino fundamental deverá ser para o ensino fundamental de nove anos de duração.

Art. 23 - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, parecer CME 05 de novembro de dois mil e dez.

Luzerna (SC), 05 de novembro de 2010.

INGRID STOBBE

Presidente do Conselho Municipal de Educação

Errata do 1 Termo de Aditamento da ARP pml.003.10

ERRATA AO 1º TERMO DE ADITAMENTO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº PML.0003/2010 de 04/02/2010

No 1º TERMO DE ADITAMENTO à ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº PML.0003/2010 de 04/02/2010, proveniente do Processo Licitatório nº pml.0003/2010, Pregão nº pml.0003/2010, celebrada entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA(SC), e as empresas RÁDIO SOCIEDADE CATARINENSE LTDA, RÁDIO LÍDER DO VALE LTDA e ASSOCIAÇÃO DE DIFUSÃO COMUNITÁRIA DA CIDADE DE LUZERNA SC onde constou a data 31 de janeiro de 2010 leia-se 31 de janeiro de 2011.

Massaranduba

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº 2145/2011

DECRETO Nº 2145/2011

MARIO FERNANDO REINKE, Prefeito Municipal de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, RESOLVE:

HOMOLOGAR O RESULTADO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2010

Art. 1º - Fica homologado o resultado do Concurso Público Nº 001/2010, com a aprovação dos candidatos abaixo relacionados na classificação constante deste Decreto:

CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR

CARGO: ASSISTENTE SOCIAL

CLAS.	INSC	NOME
1º	Nº 458	PATRICIA MACCARINI MORAES
2º	Nº 629	ANDREA FRANCISCO SILVEIRA
3º	Nº 153	MARIANI ALFLEN
4º	Nº 402	ELIANE MEDEIROS CORREA LUDEWIG
5º	Nº 678	MARIA MERCEDES FARIAS LUTTKE
6º	Nº 335	JUSSARA A. VENTURA DE VASCONCELOS SARTORI
7º	Nº 445	ADEMILDE PANNACE
8º	Nº 794	VIVIANE DOMINGOS
9º	Nº 686	ANA JANAINA MEDEIROS
10º	Nº 662	KARIN CRISTIANE FREITAG
11º	Nº 797	BRUNA NAGEL
12º	Nº 813	CAROLINE KISTENMACHER VIEIRA
13º	Nº 137	ROSEMERE BELZ
14º	Nº 644	LUCIMARA Berci
15º	Nº 780	JANETE ARAUJO CEZAROTTO
16º	Nº 199	ANGELA CLAUDINO JUNCES
17º	Nº 725	JULIANA MARANGONI

CARGO: ENGENHEIRO FLORESTAL

CLAS.	INSCR	NOME
1º	Nº 742	WENER BRAUNINGER
2º	Nº 219	ROMULO SEDLACEK
3º	Nº 145	LEANDRO WEINGARTNER
4º	Nº 759	FERNANDA FRANZOI SPERZEL
5º	Nº 819	VOLNEI RODRIGO PASQUALLI
6º	Nº 785	DENIS GLEICH
7º	Nº 274	MURILO SCHRAMM DA SILVA
8º	Nº 502	DANIELA LETICIA NONES
9º	Nº 809	JEAN PAULO BAZZANI
10º	Nº 766	GLAUCIA GEBIEN
11º	Nº 670	ETEL ESTEFANIA WACHHOLZ

CARGO: ENFERMEIRO

CLAS.	INSCR	NOME
1º	Nº 10	FABIANA MARIA DOS SANTOS REIS
2º	Nº 633	ELIZANDRA FERNANDES
3º	Nº 375	SAMUEL SOUZA DA SILVA
4º	Nº 694	CRISTIANA FICK
5º	Nº 93	LUCIANI STRINGARI ZUELOW
6º	Nº 131	DANIELA CRISTINA BOGO
7º	Nº 464	LAIS MAYER
8º	Nº 564	SIMONE APARECIDA DE SOUZA
9º	Nº 361	LIDIANE JANGUITTO GONÇALVES
10º	Nº 775	GIULIANA CALDEIRINI ARUTO
11º	Nº 349	ROBSON JOAO ROSA
12º	Nº 494	ABMAEL SILVA CABRAL
13º	Nº 576	FABIO MELLER DA MOTTA
14º	Nº 166	DARIANE MARLA KLEGIEN
15º	Nº 363	MARCIO FABIO DA SILVA
16º	Nº 193	DANIELLE DA ROSA MELO
17º	Nº 837	GABRIELA PAIM
18º	Nº 501	FERNANDA ERBESDOBLER
19º	Nº 552	CHEILA MAGALI LOTTERMANN DA SILVA
20º	Nº 756	CHARLENE DEITOS DE BORBA
21º	Nº 545	LUISA HELENA TORRES
22º	Nº 181	CAMILA MARSSARO
23º	Nº 847	ROSANE APARECIDA CORREIA
24º	Nº 754	LEILANE QUINTAS VIEIRA
25º	Nº 635	JEISE CRISTINA CAPELARI
26º	Nº 720	MARINALVA FERREIRA DUARTE COSTA
27º	Nº 649	CRISTIANO DO NASCIMENTO
28º	Nº 376	SANDRA REGINA DE ABREU DA SILVA
29º	Nº 524	SIMÃO SCARAVELLI
30º	Nº 769	EDILEIA PETRY PAULI
31º	Nº 451	JOICE DOS SANTOS
32º	Nº 283	SUEMI MENEGHELLI MENCACCI MEURER
33º	Nº 352	KATIUSCIA SCHVAMBACH
34º	Nº 748	PAULO ROBERTO GOLEMBIEWSKI JUNIOR
35º	Nº 189	GERALDO CANDIDO FILHO
36º	Nº 718	RITA DE CASSIA VEIGA
37º	Nº 423	SIMONE ALEXANDRA SCHWARTZ
38º	Nº 773	FABIANA REGINA BEDENDO
39º	Nº 302	CAMILA BAHR
40º	Nº 665	MILENI RODRIGUES DEMESSIANO
41º	Nº 498	ELISANDRA DALL'AGNOLL
42º	Nº 306	BEATRIZ ALVES GARCIA
43º	Nº 558	ADELAIDE LUIZA PERSIKE
44º	Nº 623	CASSIA TOMADON
45º	Nº 842	VINICIUS NOGARA
46º	Nº 500	JOELSON DOS SANTOS CORTEZE
47º	Nº 859	AMANDA ROSA VAILATTI

48º	Nº 654	CRISTIANE DE LIMA P. DE MIRANDA LIMA
49º	Nº 350	JACKELINE SILOCCHI REDANTE
50º	Nº 301	EMILY LOUISE MORAES

CARGO: NUTRICIONISTA

CLAS.	INSCR	NOME
1º	Nº 709	AMANDA DELLA GIUSTINA
2º	Nº 05	BRUNA RAFELA UTECH
3º	Nº 261	TATIANE DA ROSA NESI
4º	Nº 806	VANESSA CHIODINI
5º	Nº 841	GRAZIELA CARVALHO LANA
6º	Nº 441	ANA PAULA SOARES GALDINO
7º	Nº 471	SUEMI SHIMIZU
8º	Nº 80	CARLA DANIELA MADER
9º	Nº 240	MONIQUE NEIS
10º	Nº 595	DEBORA MELCHIORETTO
11º	Nº 689	KAMILA MARIANA DUARTE
12º	Nº 493	DANIELA HAUBERT CHINELLO
13º	Nº 292	MILTO JOSE DA ROCHA
14º	Nº 817	JULIANA PERESSONI TESKE
15º	Nº 803	CHEILA ADRIANE KLITZKE
16º	Nº 853	SANDRA MARIA PEREIRA
17º	Nº 223	GISELA CATHERIN CHRISTEN
18º	Nº 443	ANGELICA FAORO
19º	Nº 653	DANISA VIRMOND
20º	Nº 282	RAQUEL N. TELLES DE MORAES
21º	Nº 473	JANICE BEATRIZ STURMER VEIT
22º	Nº 389	FLAVIA MARQUES FIRMO WEIGMANN

CARGO: MÉDICO

CLAS.	INSCR	NOME
1º	Nº 650	FERNANDO PAPP
2º	Nº 540	ROBERTO GOMES FERACIN
3º	Nº 714	LUIZ AFONSO SIMOES PIRES PICARELLI
4º	Nº 462	SONIA REGINA DE CARVALHO CAVALHEIRO
5º	Nº 132	JONAS CLAIR VAVASSORI
6º	Nº 157	NADIA ROSIANE PASQUALI DE SOUZA

CARGO: CIRURGIÃO DENTISTA

CLAS.	INSCR	NOME
1º	Nº 546	DAIANA DOS SANTOS
2º	Nº 704	GIANE COLOMBO
3º	Nº 547	MARCOS FAVERO POLATI
4º	Nº 450	JACKELINE DELITSCH
5º	Nº 374	ALEXANDER HUBERT FECHT
6º	Nº 129	LUCIANA REIS
7º	Nº 703	DJULLY ANNY DE SOUZA FORTKAMP
8º	Nº 696	LARISSA WEBSTER CECHINEL
9º	Nº 863	ANDRE LUIZ REYES DA SILVA ALVES
10º	Nº 267	CHRISTINE HERTEL BAUMGARTEN
11º	Nº 531	LUIZ FERNANDO TURINO
12º	Nº 651	JANICE MENGARDA
13º	Nº 413	NARA BAY COMPAGNONI
14º	Nº 247	FABRICIO RUTZ DA SILVA
15º	Nº 857	EDUARDO FERNANDES WALTER
16º	Nº 563	LEONARDO VOELZ
17º	Nº 329	LUCIANE PRISCILA KARSTEN
18º	Nº 503	HELOISA GODOI
19º	Nº 483	JANAINA GONÇALVES DE JESUS
20º	Nº 484	ANA PAULA JACOB
21º	Nº 56	JOSE LUIS LEONI
22º	Nº 761	CAMILA COSTA NETTO MUNIZ

23°	Nº 666	CARLA HORST
24°	Nº 611	ANA LUCIA CARRION
25°	Nº 225	FERNANDA CARINE B. SCHAFER
26°	Nº 425	FERNANDA BERTOLDI
27°	Nº 384	MARCELO GALINA BOLZAN
28°	Nº 249	GABRIELA GONÇALVES INNOCENTE
29°	Nº 293	LUZIA NALU WEBER PIRES
30°	Nº 72	LEONARDO CAVALCANTI L. DOYLE
31°	Nº 810	THIAGO BASTIAN
32°	Nº 641	RAFAEL SALVADOR DE BEM
33°	Nº 414	CARLOS ALBERTO MARCONDES
34°	Nº 245	JOSE KONECKI NETO JASPER
35°	Nº 364	CELIO MACHADO BORBA COELHO JUNIOR
36°	Nº 125	TIAGO DERETTI
37°	Nº 177	BEATRIZ JUÇABA HOFFMANN
38°	Nº 337	RAFAEL SOUSA REZENDE
39°	Nº 19	TIAGO BORGES GONÇALVES
40°	Nº 805	KELLY MAYUMI ALVES CAMARGO
41°	Nº 289	JULIO HENRIQUE HOFFMANN
42°	Nº 826	MILTON ROGERIO GRUTZMACHER
43°	Nº 248	VITOR BAZZANELLA JUNIOR
44°	Nº 442	GABRIELE CRISTIANE TREML
45°	Nº 579	DILVANE REGINA BIANCHI
46°	Nº 128	CIDALIA ABE MIYAHIRA
47°	Nº 542	MONIQUE ZONTA HENSCHER
48°	Nº 749	MARIANA SOUZA SILVA
49°	Nº 723	LIANNA VIEIRA KULKAMP
50°	Nº 182	ANDRE MARTINI MARTINA
51°	Nº 296	LARISSA RUDOLF HAVERROTH
52°	Nº 288	MAIARA CRISTINA TOMCZAK

CARGO: PSICÓLOGO

CLAS.	INSCR	NOME
1°	Nº 521	LUCIO DE OLIVEIRA MELLO
2°	Nº 357	FRANCISCO HERTEL MAIOCHI
3°	Nº 613	ADRIANA DOS SANTOS DE MATOS
4°	Nº 271	KARINA KALTENBACH ULLRICH
5°	Nº 587	SIMONE ALBINO
6°	Nº 322	ALEXANDRE MEDEIROS
7°	Nº 368	ROSECLEIDE LILIANE SANTIAGO
8°	Nº 607	TATIANE MARIA DESCHAMPS
9°	Nº 61	MARCIA KASMIRSKI
10°	Nº 628	FABIANA DE SOUZA
11°	Nº 141	CHARLENE PAULA FELDMANN
12°	Nº 111	LILIAN WINTER PETRY
13°	Nº 674	GABRIELA JARK TRAVI
14°	Nº 560	JULIANA ROEPCKE
15°	Nº 467	THAIS MARCELINO DA SILVA
16°	Nº 198	ANAY STELA DE OLIVEIRA
17°	Nº 280	CHARLEINE MAXIMIANO DE JESUS
18°	Nº 538	ROBERVAL JONATAM SISMANDO SAADE
19°	Nº 614	ADRIANA CARAM LIMA GALVAO LOPES
20°	Nº 763	LUCIANE MANKE HAFEMANN
21°	Nº 347	SILVIA DA SILVA CUCCO
22°	Nº 799	CRISTIANE ELISA RIBAS BATISTA

CARGO: FISIOTERAPEUTA

CLAS.	INSCR	NOME
1°	Nº 160	LUIZA GIOVANELLA BERRI
2°	Nº 340	DANIELE TATIANA BLAFFERT E SANTOS
3°	Nº 505	MARIANA ROCHA FURTADO
4°	Nº 362	CHRISTIANY SCHRAMM PEREIRA
5°	Nº 200	ADRIANO BATISTA TIBES
6°	Nº 224	RAFAEL FELIPE VINOTTI DA SILVA
7°	Nº 321	FERNANDA HACK ZAMBERLAN
8°	Nº 422	EDUARDO ZUMACH
9°	Nº 411	ALESSA MARIA MAIOCHI
10°	Nº 509	CARLA ROBERTA UTECH ALVES
11°	Nº 444	CAMILA GABRIELA VAVASSORI
12°	Nº 316	JACKSON NAKATSUKASA VENANCIO
13°	Nº 606	CHEILA KORNDORFER
14°	Nº 215	FLAVIO IGNES TRISTÃO
15°	Nº 598	ELAINE CRISTINA TASSI
16°	Nº 309	JACKSON WARMLING ARIAS
17°	Nº 643	ADRIANA MARIA PINTER DA SILVA
18°	Nº 366	GRAZIELA VIEIRA DE TOLEDO
19°	Nº 856	CAROLINA RAMOS DE SIQUEIRA MANHAES
20°	Nº 790	WILSON GOMES JUNIOR
21°	Nº 647	NAYARA DANIELLE OLIVEIRA
22°	Nº 452	FELIPE POHL SANTANGELO
23°	Nº 325	ANNA PAULA SILVA PEDRO
24°	Nº 528	BRUNO MACHADO REMOR
25°	Nº 645	JESIELE DE MARCO
26°	Nº 485	FABIANE OECHSLER
27°	Nº 652	CAROLINE HARTMANN

CARGO: FARMACÊUTICO

CLAS.	INSCR	NOME
1°	Nº 241	ADRIANA VASEL
2°	Nº 831	LUIS ROGERIO MULLER
3°	Nº 217	DIANA FLAVIA HARMEL
4°	Nº 127	GISELI ECCEL RONCHI
5°	Nº 612	PEDRO HENRIQUE DA SILVA RODRIGUES
6°	Nº 624	LARISSA KLUG
7°	Nº 828	JULIA DE AZEVEDO SUBTIL SEGUINEL
8°	Nº 724	CAROLINE REGINA FERREIRA
9°	Nº 428	ADRIANA CRISTINA TELLES
10°	Nº 752	ALINE ANDREA SACHET
11°	Nº 728	CARLOS ALBERTO SOARES RIGHI
12°	Nº 786	LIANA RUMER AMARAL
13°	Nº 777	CRISTINE MACIEL
14°	Nº 733	RAFAEL ANTOLINI MACHADO
15°	Nº 827	THIAGO DE AZEVEDO SUBTIL
16°	Nº 332	GISELI MONTIBELLER
17°	Nº 327	KAROLINE BOSSE

CARGO: FONOAUDIÓLOGO

CLAS.	INSCR	NOME
1°	Nº 246	EDNA ZAKRZERSKI PADILHA
2°	Nº 382	FRANCIELLE CHIQUETTI
3°	Nº 685	FERNANDA SCHEFFER FROSI
4°	Nº 231	QUEZIA REGINA BREVE DA SILVA
5°	Nº 475	ANDREIA BIHUNA
6°	Nº 603	ANGELA MARIA FONTANA ZOCOLI
7°	Nº 346	THAISE BILK

CARGO: ENGENHEIRO CIVIL

CLAS.	INSCR	NOME
1º	Nº 543	ALDO BORGES
2º	Nº 418	LEANDRO RECH
3º	Nº 675	EDUARDO HENDGES DO NASCIMENTO

CARGO: TERAPEUTA

CLAS.	INSCR	NOME
1º	Nº 188	DIBA FATIMA VEGINI
2º	Nº 815	LAIS REBECA ALCHINI
3º	Nº 622	ANA CAROLINA RABELO TOMASELLI
4º	Nº 583	JUSSANA BEATRIZ LUNELLI
5º	Nº 776	RAFAELA DUARTE DA SILVA
6º	Nº 736	STELA MICHALAK FLORIANI
7º	Nº 764	MARESSA AGUIAR DE ALMEIDA
8º	Nº 257	DAIANE HELENA MARQUARDT DEMARCHI

CARGO: EDUCADOR

CLAS.	INSCR	NOME
1º	Nº 401	LEIDIMARA BERCI
2º	Nº 229	KARINE ZAPELLINI
3º	Nº 818	DENISE PONTES MUNIZ
4º	Nº 600	LIANA MARIA ZAPELINI RANGHETTI
5º	Nº 89	DENISE MEDINA
6º	Nº 118	JOANA MARIA HAFEMANN

CARGOS DE NÍVEL MÉDIO**CARGO: AGENTE ADMINISTRATIVO**

CLAS.	INSCR	NOME
1º	Nº 04	CIBELI PAWLAK
2º	Nº 136	CHEILA PATRICIA ROHWEDER
3º	Nº 338	GILIAN GUAREZI DA SILVA
4º	Nº 408	ICARO DANIEL PETTER
5º	Nº 554	JAQUES PINHEIRO MENDES
6º	Nº 479	PAULO GUILHERME FUCHS
7º	Nº 744	TIAGO PARISI
8º	Nº 765	DIOGO BRUSCH
9º	Nº 383	JAIR MOREIRA BRANCO
10º	Nº 792	IVAN BARTHEL
11º	Nº 298	ROBERTA RODRIGUES IURCK HENDEN
12º	Nº 106	IVO MACHADO PEIXOTO
13º	Nº 216	SANDRA PATRICIA MORSCH
14º	Nº 518	HELENA SOUZA CABRAL
15º	Nº 691	ELIS DE SISTI BERNARDES
16º	Nº 481	LUIZ ROBERTO LIBERATO
17º	Nº 739	ALCEU BISEWSKI
18º	Nº 429	SIMONE FORCELLINI NESI
19º	Nº 584	NATALICE FATIMA BASILIO
20º	Nº 608	JULIO CESAR SCHVAMBACH
21º	Nº 457	VIVIANE HAFEMANN
22º	Nº 29	ANDREY RICARDO KRISCHANSKI
23º	Nº 823	MAGNOS FABIANO DANIEL
24º	Nº 290	MARISTELA DUWE
25º	Nº 637	LONGIN JANZEN
26º	Nº 497	TAINAN ALICE FRANZENER
27º	Nº 693	EDICLEIA CORREA DE MELLO MARTINS
28º	Nº 196	MONIELI WIETOZYKOSKI BRAGA
29º	Nº 324	CLEISON DANIEL NOVAK

CARGO: AUXILIAR ADMINISTRATIVO

CLAS.	INSCR	NOME
1º	Nº 399	CARINA RUTH FRIEDEMANN STOLF
2º	Nº 86	FABRICIO KUNTZE
3º	Nº 701	GABRIEL HAFEMANN
4º	Nº 259	CAMILA ROSSI
5º	Nº 206	SUSANA PRISCILA SCHNEIDER
6º	Nº 446	ELISABETE CRISTINA DE SOUZA

CARGO: TECNICO DE ENFERMAGEM

CLAS.	INSCR	NOME
1º	Nº 175	SERGIO ROHDEN
2º	Nº 17	MARILENE OTTO
3º	Nº 659	VALDEMIR PEREIRA
4º	Nº 95	ARIANA APARECIDA LANA
5º	Nº 440	TEREZINHA BORBA MACHADO TENUTTI
6º	Nº 391	RHUBIA APARECIDA LIVRAMENTO
7º	Nº 242	JOICE PATRICIA ROSA
8º	Nº 06	IRIANE MARIA ZECH
9º	Nº 314	MICHELLE BALDEZ DE ALMEIDA VALCANAGLIA
10º	Nº 272	VALQUIRIA MARILI STEILEIN
11º	Nº 220	DEAIR PINHEIRO
12º	Nº 312	SOLANGE APARECIDA DIAS SIDOR
13º	Nº 204	ADRIANA ESCANHOLA
14º	Nº 210	INAIA SCHORCK GONÇALVES
15º	Nº 639	ANDRE LINDNER MACIEL
16º	Nº 94	PAMELA SPEZIA

CARGO: RECEPCIONISTA

CLAS.	INSCR	NOME
1º	Nº 474	IVONE MOHR CRISTOFOLINI
2º	Nº 178	CLAUDIA BARBOSA HAFEMANN
3º	Nº 88	FABIANI VEGINI
4º	Nº 798	MONICA HINSCHING

CARGO: TÉCNICO EM RADIOLOGIA

CLAS.	INSCR	NOME
1º	Nº 676	MARCOS EDUARDO FLORIANO
2º	Nº 369	MANASSES CARVALHO FERNANDES
3º	Nº 168	CRISTIANO ABELARDO GOMES
4º	Nº 345	LUCIANO DE OLIVEIRA
5º	Nº 657	CICCIOLINI ANTOCHEVES MACHADO
6º	Nº 453	IVETE APARECIDA ALVES REI PRUSSE
7º	Nº 779	MARIO SERAFIM JUNIOR
8º	Nº 757	MARCOS EDUARDO DA CUNHA
9º	Nº 588	ALCIONE HAFEMANN DE SOUZA
10º	Nº 832	MAICON ELSON FLORIANO

CARGO DE SÉRIES INICIAIS**CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS**

CLAS.	INSC	NOME
1º	Nº 456	ALAN GIOVANI ALEXANDRE
2º	Nº 39	PEDRO GALVÃO
3º	Nº 27	MARIO JOÃO EZEQUIEL
4º	Nº 36	PEDRO PLUCENIO
5º	Nº 01	ALEXANDRE LEANDRO SALINA
6º	Nº 155	GILMAR ULLER
7º	Nº 636	PAULINO MANCHEN
8º	Nº 286	STEFANO KIMPINSKI
9º	Nº 801	MARCELO RONCHI
10º	Nº 38	ERONDI CORDEIRO DE LIMA

11º	Nº 275	JOSE WALDECIR DE LIMA
12º	Nº 142	NATALINA CISZEWSKI NEUMANN
13º	Nº 121	AVELINO ALVES GALVÃO

CARGO: AUXILIAR DE MANUTENÇÃO

CLAS.	INSCR	NOME
1º	Nº 69	OSMAR BUDAL ARINS

CARGO: MOTORISTA

CLAS.	INSCR	NOME
1º	Nº 789	HORST RECK
2º	Nº 381	VILMAR ALFLEN
3º	Nº 20	VALDIR ZAPPELLINI JUNIOR
4º	Nº 67	RODINHO PAULO MAIDA
5º	Nº 40	IDALINO PEREIRA
6º	Nº 755	LUIZ ANTONIO ANDRE
7º	Nº 700	CILDO VICENTE WENK
8º	Nº 513	DELVAIR JOSE MENGARDA
9º	Nº 105	GERHARD ROWEDER
10º	Nº 511	JEFFERSON ALESSANDRE DOS SANTOS
11º	Nº 715	VALDECIR PEREIRA DA SILVA
12º	Nº 849	LEO SCHULTZ ALFLEN
13º	Nº 551	JOEL WAGNER DA SILVA
14º	Nº 743	LEOLINO DA SILVA BORGES
15º	Nº 144	GILMAR CRISTOFOLINI
16º	Nº 567	RICARDO MARTINS SOUSA
17º	Nº 421	RICHARD ZWICKER

CARGO: OPERADOR GERAL

CLAS.	INSCR	NOME
1º	Nº 102	ELSO VITO MICHELUZZI
2º	Nº 378	LORI RAMALHO

CARGO: MOTORISTA DE ONIBUS

CLAS.	INSCR	NOME
1º	Nº 52	PEDRO JAIME DA ROCHA
2º	Nº 08	DOUGLAS SIDNEI BRYCH FONTANIVE
3º	Nº 392	JOÃO ALCIVIR DO LIVRAMENTO
4º	Nº 156	ROGERIO BELING
5º	Nº 34	ARCENIO FORLIN
6º	Nº 22	LIRIO PETRY
7º	Nº 573	MARCELO GRANDES
8º	Nº 601	ADELAR BARTZ
9º	Nº 03	PEDRO ROSA
10º	Nº 25	NILTON SIMON
11º	Nº 51	EDNEI COSTA

CARGO: OPERADOR DE RETRO ESCAVADEIRA

CLAS.	INSCR	NOME
1º	Nº 124	JOEL TOMIO
2º	Nº 103	AMBROSIO LUBAWASKI
3º	Nº 655	ORLANDO RODRIGO DE ARAUJO

CARGO: OPERADOR DE PÁ CARREGADEIRA

CLAS.	INSCR	NOME
1º	18	ERHARD KREIS
2º	101	JOACIR DERETTI

CARGO: OPERADOR DE MOTO NIVELADORA

CLAS.	INSCR	NOME
1º	Nº 37	CLAUDIO PARISI

CARGO: OPERADOR DE TRATOR DE ESTEIRA

INSCR	NOME
-------	------

CARGO: OPERADOR DE MAQUINA HIDRÁULICA

CLAS.	INSCR	NOME
1º	Nº 205	HEINZI EWALD
2º	Nº 640	MARCIO PALHANO
3º	Nº 276	MAERCIO GUESSER

CARGO: MECÂNICO

CLAS.	INSCR	NOME
1º	Nº 514	VANDERLEI GRANDES
2º	Nº 195	VILMAR LUIZ LAZZARIS SOBRINHO
3º	Nº 62	MURICI LEOMIR STEDILE
4º	Nº 658	CLAUS ANTONIO SCHURMANN

CARGO: VIGIA NOTURNO

CLAS.	INSCR	NOME
-------	-------	------

CARGO: SERVENTE

CLAS.	INSCR	NOME
1º	Nº 41	ROSELIA VEGINI
2º	Nº 47	JULIANA BRYCH
3º	Nº 170	IRENE CECILIA HANUS
4º	Nº 32	EVA APARECIDA DE MORAIS
5º	Nº 260	ESTER ALINE DE SOUZA MEDEIROS

Art. 2º - O Presente Decreto produzirá seus efeitos a partir de 31 de JANEIRO de 2011.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Massaranduba, Em 31 de Janeiro de 2011.

Publicado no expediente na data supra.

MARIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

MAURICIO PRAWUTZKI
Secretário de Administração e Finanças

Edital Nº. 01/2011 - Dispensa de Licitação

FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTENCIA SOCIAL
DE MASSARANDUBA
Estado de Santa Catarina
EDITAL Nº. 01/2011 - DISPENSA DE LICITAÇÃO

OBJETIVO: Locação de imóvel para instalação e funcionamento do Centro de referencia de Assistência Social - CRAS.

FORNECEDOR: SÉRGIO LUIZ PACHECO

VALOR: R\$ 9.050,00 (Nove mil e cinqüenta reais)

JUSTIFICATIVA: Trata-se de imóvel localizado na Rua 11 de Novembro, Centro, destinado para atendimento das atividades do CRAS, e por sua localização ser apropriada e as salas com áreas amplas e arejadas que vem atender as necessidades, e o preço ajustado é vantajoso e conveniente a Administração Municipal, condições estas que dispensam a licitação nos termos do Art. 24,

inciso X, da Lei nº. 8.666/93.

Massaranduba, 03 de Março de 2011.

SUZANE ELISA F. REINKE

Gestora dos Fundos Municipais

Meleiro

PREFEITURA MUNICIPAL

Justificativa de Dispensa de Licitação n.º 004/2011

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO n.º 004/2011

CREDOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CIS/AMESC
ENDEREÇO: Av. Sete de Setembro, 653 - Cidade Alta - Araranguá/SC

CNPJ: 01.356.308/0001/37

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA MANUTENÇÃO DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MELEIRO ATRAVÉS DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA AMESC - CIS/AMESC, COM ENTREGAS FUTURAS E DE FORMA PARCELADA ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2011.

VALOR: O valor total dos medicamentos será de aproximadamente de R\$ 137.171,52 (cento e trinta e sete mil cento e setenta e um reais e cinquenta e dois centavos).

BASE LEGAL: Artigo 24, Inciso VIII, da Lei n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e parecer da Consultoria Geral do Tribunal de Contas n.º COG/683/00 de 16/11/00, no processo de consulta n.º COM-00/06009549, que resultou no prejulgado n.º 0944.

JUSTIFICATIVA: Por ser o Consórcio Intermunicipal de Saúde, uma entidade constituída sem fins lucrativos, entre os municípios que compõe a região da AMESC, com o fim de fornecer serviços e produtos (medicamentos) da área da saúde aos municípios consorciados. E, por estar os preços praticados pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde, notoriamente, abaixo dos preços praticados no mercado.

Meleiro, 28 de fevereiro de 2011.

JAQUELINE MARTINS WALNIER

Presidente da comissão de Licitações

Fica homologado o presente processo licitatório.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Justificativa de Dispensa de Licitação n.º 005/2011

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO n.º 005/2011

CREDOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CIS/AMESC
ENDEREÇO: Av. Sete de Setembro, 653 - Cidade Alta - Araranguá/SC

CNPJ: 01.356.308/0001/37

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS FARMÁCIA BÁSICA PARA MANUTENÇÃO DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MELEIRO ATRAVÉS DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA AMESC - CIS/AMESC, COM ENTREGAS FUTURAS E DE FORMA PARCELADA ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2011, CONFORME RELAÇÃO EM ANEXO.

VALOR: O valor total dos medicamentos será de aproximadamente de R\$ 143.695,53 (cento e quarenta e três mil seiscentos e noventa e cinco reais e cinquenta e três centavos).

BASE LEGAL: Artigo 24, Inciso VIII, da Lei n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e parecer da Consultoria Geral do Tribunal de Contas n.º COG/683/00 de 16/11/00, no processo de consulta n.º COM-00/06009549, que resultou no prejulgado n.º 0944.

JUSTIFICATIVA: Por ser o Consórcio Intermunicipal de Saúde, uma entidade constituída sem fins lucrativos, entre os municípios que compõe a região da AMESC, com o fim de fornecer serviços e produtos (medicamentos) da área da saúde aos municípios consorciados. E, por estar os preços praticados pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde, notoriamente, abaixo dos preços praticados no mercado.

Meleiro, 28 de fevereiro de 2011.

JAQUELINE MARTINS WALNIER

Presidente da comissão de Licitações

Fica homologado o presente processo licitatório.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Contrato Nº. 012/2010

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 012/2010

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MELEIRO

Contratado: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE-CIS/AMESC.

Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA MANUTENÇÃO DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MELEIRO ATRAVÉS DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA AMESC - CIS/AMESC, COM ENTREGAS FUTURAS E DE FORMA PARCELADA ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2011, CONFORME RELAÇÃO EM ANEXO.

Valor: R\$ 137.171,52

Vigência: Início: 01/03/2011 Término: 31/12/2011.

Data da assinatura: 01 de março de 2011.

Contrato Nº. 013/2010

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 013/2010

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MELEIRO

Contratado: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE-CIS/AMESC.

Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS FARMÁCIA BÁSICA PARA MANUTENÇÃO DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MELEIRO ATRAVÉS DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA AMESC - CIS/AMESC, COM ENTREGAS FUTURAS E DE FORMA PARCELADA ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2011, CONFORME RELAÇÃO EM ANEXO.

Valor: R\$ 143.695,53

Vigência: Início: 01/03/2011 Término: 31/12/2011.

Data da assinatura: 01 de março de 2011.

Notificação

NOTIFICAÇÃO

Administração Municipal de Meleiro, atendendo à determinação contida na Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, NOTIFICA, a Câmara Municipal, aos Partidos Políticos, o Sindicato de Trabalhadores e Produtores e Entidades Empresariais com sede no Município, que recebeu no mês Janeiro de 2011 recursos Federais e Estaduais relativos aos seguintes convênios e destinados aos seguintes Programas:

Data	Origem	Objeto	Valor (R\$)
01.2011	Federal	Fundo Especial do Petróleo - PEP	4.245,93
01.2011	Federal	DNPM - CEFEM	2.205,72
01.2011	Federal	SE - Salário Educação	13.790,30
01.2011	Federal	PETI - Manutenção	3.000,00
01.2011	Federal	PAC - Programa de Apoio a Criança	1.000,00
01.2011	Federal	PADF - Programa Apoio Deficiências Físicas	1.216,00
01.2011	Federal	PBF - Programa Bolsa Família	820,75
01.2011	Federal	PAB - Fixo - Programa Atenção Básica	10.594,50
01.2011	Federal	PSF - Programa Saúde da Família	19.200,00
01.2011	Federal	PACS - (Programa de Agente Comunitário de Saúde)	27.846,00
01.2011	Federal	P.V.G (Programa de Vigilância Sanitária)	2.882,64
01.2011	Federal	PAFB (Assistência Farmacêutica)	6.003,56
01.2011	Federal	PSB - Programa Saúde Bucal	2.000,00
01.2011	Estadual	CIDE - Contribuição Intervenção Econômica	6.557,26
01.2011	Federal	Receita de Capital (Convênio nº 710.253/2008)	238.848,34
Total			340.211,00

JONNEI ZANETTE ADAIR PASINI
Prefeito Municipal Cont. CRC/SC 0022984/0-3

Nova Trento

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei 2.413/2011

Lei nº 2.413 / 2011

Altera Dispositivos da Lei nº 2.403, de 20 de janeiro de 2011, que Concede Abono aos Servidores Públicos Municipais Ativos, Inativos do Município, inclusive, aos servidores do SAMAE, SAMU, PSF e Fixa o Piso Salarial do Município e dá outras Providências.

O Senhor Orivan Jarbas Orsi, Prefeito Municipal de Nova Trento, no uso das atribuições que lhe confere, Faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Altera o Art. 1º da Lei nº 2.403, de 20/01/2011, passando a ter a seguinte redação:

Art. 1º - Fica fixado em R\$ 545,00 (quinhentos e quarenta e cinco reais) o menor vencimento do Município, dos servidores públicos municipais, para a jornada de 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 01 de fevereiro de 2011, excluídos os profissionais do magistério.

Art. 2º - Altera o Anexo I, que é parte integrante desta Lei e que

determina o valor do abono, de acordo com os diferentes níveis salariais.

Art. 3º - A despesa desta Lei, corre por conta de recursos consignados no orçamento fiscal do município para o exercício de 2011.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 01 de fevereiro de 2011, devendo vigor até a implantação da Reforma Administrativa, de cargos e salários desta Prefeitura.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 04 de março de 2011.
ORIVAN JARBAS ORSI
Prefeito Municipal

Registrada em Livro próprio e publicada no DOM - Diário Oficial dos Municípios, nos termos do Art.1º, parágrafo único, do Decreto nº 039/2009.

MOISÉS CIPRIANI
Secretário M. Administração e Finanças

ANEXO I
Planilha de Abono de acordo com os Níveis Salariais
Lei nº 2.413/2011

Servidores Ativos, Inativos, Pensionistas do Município, SAMU, PSF e SAMAE	
Faixa Salarial (R\$)	Valor do Abono (R\$)
Piso de R\$ 545,00	R\$ 105,00
De R\$ 541,00 à R\$ 614,80	R\$ 120,00
Acima de R\$ 614,81	R\$ 100,00

Nova Trento, em 04 de março de 2011.
ORIVAN JARBAS ORSI
Prefeito Municipal

Lei 2.414/2011

Lei nº 2.414 / 2011

Concede Subvenção ao Circolo Trentino di Nova Trento e dá outras Providências.

Orivan Jarbas Orsi, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o Art. 30, inciso V, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, Faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e Eu sanciono e promulgo a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a conceder subvenção no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) ao Circolo Trentino di Nova Trento, entidade devidamente cadastrada no CNPJ sob o nº 78.540.796/0001-62, estabelecida à Rua Melvin Jones, nº 40, Loteamento Tiago Frederico, nesta cidade.

Parágrafo Primeiro: O valor da subvenção será repassado ao Grupo Folk Nea Tridentum, para cobrir despesas com o transporte do referido grupo, até a cidade de Capinzal no dia 19 de março, oportunidade em que se apresentará no Festival de Artes "Babados em Artes" - edição 2011, representando a cultura neotrentina, em comemoração dos vinte anos de fundação da Sociedade Cultural, Esportiva e Recreativa Babados das cidades de Capinzal e Ouro.

Art. 2º - As despesas decorrentes com a execução da presente Lei, correrão à conta de recursos consignados dentro do orçamento

fiscal vigente, desta Prefeitura.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 04 de março de 2.011.
ORIVAN JARBAS ORSI
Prefeito Municipal

Registrada em Livro próprio e publicada no DOM - Diário Oficial dos Municípios, nos termos do Art.1º, parágrafo único, do Decreto nº 039/2009.

MOISÉS CIPRIANI
Secretário M. Administração e Finanças

Lei 2.415/2011

Lei nº 2.415 / 2011

Concede Auxílio Financeiro ao Instituto Terapêutico Desafio Jovem de Nova Trento dá outras Providências.

O Senhor Orivan Jarbas Orsi, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere a Lei,

Faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e Eu sanciono e promulgo a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a conceder auxílio financeiro no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), ao Instituto Terapêutico Desafio Jovem de Nova Trento, entidade estabelecida à Rua Tijucas, s/nº, no Bairro Mato Queimado, nesta cidade, cadastrada no CNPJ sob o nº 10.483.007/0001-65.

Parágrafo Único - Os recursos serão aplicados para cobrir despesas advindas com o treinamento terapêutico de professores e voluntários, ocorrido nos dias 19 e 20 de fevereiro de 2011, nas dependências da Cantina Italiana (Museu), objetivando melhor atendimento e prestação de serviços sociais desenvolvidos pela instituição.

Art. 2º - As despesas decorrentes com a execução da presente Lei, correrão à conta de recursos consignados dentro do orçamento fiscal vigente, desta Prefeitura.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 04 de março de 2.011.
ORIVAN JARBAS ORSI
Prefeito Municipal

Registrada em Livro próprio e publicada no DOM - Diário Oficial dos Municípios, nos termos do Art.1º, parágrafo único, do Decreto nº 039/2009.

MOISÉS CIPRIANI
Secretário M. Administração e Finanças

Lei 2.416/2011

Lei nº 2.416 / 2011

Concede Subvenção à Sociedade Recreativa Primavera Nova Trento e dá outras Providências.

Orivan Jarbas Orsi, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o Art. 30, inciso V, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90,
Faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara

de Vereadores aprovou e Eu sanciono e promulgo a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a conceder subvenção no valor de R\$ 400,00 (quatrocentos reais), mês à Sociedade Recreativa Primavera, estabelecida à Rua Alferes, s/nº, Bairro Trinta Réis, nesta cidade e devidamente cadastrada no CNPJ sob o nº 76.357169/0001-65.

Parágrafo Primeiro: O valor da subvenção será repassado, a partir da data da publicação da presente lei, até dezembro de 2011, ao Grupo de dança denominado "Balé Le Bambini", para manutenção deste projeto e custear parcialmente o aluguel, onde o projeto é desenvolvido por voluntários, com a participação de mais de 100 crianças.

Art. 2º - As despesas decorrentes com a execução da presente Lei, correrão à conta de recursos consignados dentro do orçamento fiscal vigente, desta Prefeitura.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, com efeito retroativo a partir de revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 04 de março de 2.011.
ORIVAN JARBAS ORSI
Prefeito Municipal

Registrada em Livro próprio e publicada no DOM - Diário Oficial dos Municípios, nos termos do Art.1º, parágrafo único, do Decreto nº 039/2009.

MOISÉS CIPRIANI
Secretário M. Administração e Finanças

Lei 2.417/2011

Lei nº 2.417 / 2011

Dá Denominação a nova Unidade de Saúde do Distrito de Claraíba, Município de Nova Trento e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Nova Trento/SC., usando das atribuições que lhe confere a Lei, Faz saber a todos os habitantes deste município que Câmara Municipal Vereadores de Nova Trento/SC, aprovou e Eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica denominada "Vereador Dorvalino Pereira", a nova Unidade de Saúde do Distrito de Claraíba, Município de Nova Trento, localizada na estrada Geral do referido distrito, próxima à Escola de Ensino Fundamental João Bayer Sobrinho.

Art. 2º - Após a sanção deste projeto de lei pelo Prefeito Municipal, cópia da Lei será encaminhada à família do homenageado e à Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 04 de março de 2011.
ORIVAN JARBAS ORSI
Prefeito Municipal

Registrada em Livro próprio e publicada no DOM - Diário Oficial dos Municípios, nos termos do Art.1º, parágrafo único, do Decreto nº 039/2009.

MOISÉS CIPRIANI
Secretário M. Administração e Finanças

Lei Complementar Nº 497/2011

Lei Complementar nº 497 / 2011

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA CRIAR ELEMENTOS E ABRIR CRÉDITO ESPECIAL DENTRO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA TRENTO, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal Senhor Orivan Jarbas Orsi, de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,
Faz Saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a criar elementos e abrir crédito especial, no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), para reforço de dotação, dentro do Orçamento do Município - Fundo Municipal de Saúde, conforme identificação a seguir:

Órgão: 12 - Fundo Municipal de Saúde
Unidade: 01 - Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 - Saúde
Sub-Função: 301 - Atenção Básica
Programa: 14 - Saúde Para Todos
Projeto/Ativ.: 2.017 - Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
Elemento: 4.4.90.00.00.00.0.1.0064- Aplicações Diretas - Atenção Básica R\$ 5.000,00
Elemento: 4.4.90.00.00.00.0.1.0065 - Aplicações Diretas - Atenção de Média e Alta Complexidade R\$ 5.000,00
Elemento: 4.4.90.00.00.00.0.1.0066 - Vigilância em Saúde R\$ 5.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários à suplementação dos elementos de despesa de que trata o Art. 1º desta Lei, decorre da anulação parcial dos elementos de despesa, conforme identificação a seguir:

Órgão: 12 - Fundo Municipal de Saúde
Unidade: 01 - Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 - Saúde
Sub-Função: 301 - Atenção Básica
Programa: 14 - Saúde Para Todos
Elemento: 3.3.90.00.00.00.0.1.0064- Aplicações Diretas - Atenção Básica R\$ 5.000,00
Elemento: 3.3.90.00.00.00.0.1.0065 - Aplicações Diretas - Atenção de Média e Alta Complexidade R\$ 5.000,00
Elemento: 3.3.90.00.00.00.0.1.0066 - Vigilância em Saúde R\$ 5.000,00

Art. 3º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 04 de março de 2011.
ORIVAN JARBAS ORSI
Prefeito Municipal

Registrada em Livro próprio e publicada no DOM - Diário Oficial dos Municípios, nos termos do Art.1º, parágrafo único, do Decreto nº 039/2009.

MOISÉS CIPRIANI
Secretário M. Administração e Finanças

Lei Complementar Nº 498/2011

Lei Complementar Nº 498 / 2.011

Altera Planilha de Metas do Plano Plurianual - PPA 2010/2013 e Planilha de Prioridades e Metas da Lei de Diretrizes Orçamentárias - L.D.O. para 2011.

O Prefeito Municipal Orivan Jarbas Orsi, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, Faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e Eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - A Planilha de Metas do PPA 2010/2013, aprovado pela Lei Municipal nº 306, de 26/08/2009, referente ao Programa 14 - Saúde Para Todos, fica acrescido dentro da Ação: 2.017 - Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde, os elementos de despesa abaixo elencados:

Elemento: 4.4.90.00.00.00.0.1.0064- Aplicações Diretas - Atenção Básica
Elemento: 4.4.90.00.00.00.0.1.0065 - Aplic.Diretas - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial
Elemento: 4.4.90.00.00.00.0.1.0066 - Vigilância em Saúde

Art. 2º - A Planilha de Prioridades e Metas da L.D.O. para 2011, aprovado pela Lei Municipal nº 440 de 03/11/2010, referente ao Programa 14 - Saúde Para Todos, fica acrescido dentro da Ação: 2.017 - Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde, os elementos de despesa abaixo elencados:
Elemento: 4.4.90.00.00.00.0.1.0064 - Aplicações Diretas - Atenção Básica
Elemento: 4.4.90.00.00.00.0.1.0065 - Aplic.Diretas - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial
Elemento: 4.4.90.00.00.00.0.1.0066 - Vigilância em Saúde

Art. 3º - Os novos elementos de despesa incluídos na L.D.O. para 2011, serão suplementados com recursos provenientes do próprio orçamento, conforme identificação a seguir:

Órgão: 12 - Fundo Municipal de Saúde
Unidade: 01 - Fundo Municipal de Saúde
Elemento: 3.3.90.00.00.00.0.1.0064- Aplicações Diretas - Atenção Básica R\$ 5.000,00
Elemento: 3.3.90.00.00.00.0.1.0065 - Aplicações Diretas - Atenção de Média e Alta Complexidade R\$ 5.000,00
Elemento: 3.3.90.00.00.00.0.1.0066 - Vigilância em Saúde R\$ 5.000,00

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam -se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 04 de março de 2011.
ORIVAN JARBAS ORSI
Prefeito Municipal

Registrada em Livro próprio e publicada no DOM - Diário Oficial dos Municípios, nos termos do Art.1º, parágrafo único, do Decreto nº 039/2009.

MOISÉS CIPRIANI
Secretário M. Administração e Finanças

Lei Complementar Nº 499/2011

Lei Complementar nº 499 / 2011

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA CRIAR ELEMENTO, PROJETO/ATIVIDADE E ABRIR CRÉDITO ESPECIAL DENTRO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA TRENTO, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Senhor Orivan Jarbas Orsi, Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, Faz Saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a criar elemento, projeto/atividade e abrir crédito especial dentro do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 37.768,40 (trinta e sete mil, setecentos e sessenta e oito reais e quarenta centavos), para aquisição de veículos (saúde), conforme identificação a seguir discriminada:

Órgão: 12 - Fundo Municipal de Saúde - Nova Trento
Unidade: 01 - Fundo Municipal de Saúde - Nova Trento
Função: 10 - Saúde
Sub-Função: 301 - Atenção Básica
Programa: 14 - Saúde para Todos
Projeto/Ativ. 1.052 - Aquisição de Veículos - Saúde
Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.0.1.0002 - Aplicações Diretas - Receita de Impostos e Transferência de Impostos - Saúde
R\$ 37.768,40

Art. 2º. Os recursos necessários à suplementação do disposto no Art. 1º desta Lei, decorre de Superávit Financeiro do exercício anterior, proveniente da Alienação de veículos da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

Art. 3º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 04 de março de 2011.
ORIVAN JARBAS ORSI
Prefeito Municipal

Registrada em Livro próprio e publicada no DOM - Diário Oficial dos Municípios, nos termos do Art.1º, parágrafo único, do Decreto nº 039/2009.

MOISÉS CIPRIANI
Secretário M. Administração e Finanças

Lei Complementar Nº 500/2011

Lei Complementar Nº 500 / 2.011

Altera Planilha de Metas do Plano Plurianual - PPA 2010/2013 e Planilha de Prioridades e Metas da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO para 2011.

O Prefeito Municipal de Nova Trento, Sr. Orivan Jarbas Orsi, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, Faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e Eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - A Planilha de Metas do PPA 2010/2013, aprovado pela Lei Municipal nº 306, de 26/08/2009, referente ao Programa 14 - Saúde Para Todos, fica acrescido da Ação: 1.052 - Aquisição de Veículos - Saúde, no valor de R\$ 37.768,40 (trinta e sete mil, setecentos e sessenta e oito reais e quarenta centavos), conforme planilha anexa.

Art. 2º - A Planilha de Prioridades e Metas da L.D.O. para 2011, aprovado pela Lei Municipal nº 440 de 03/11/2010, referente ao Programa 14 - Saúde Para Todos, fica acrescido da Ação: 1.052 - Aquisição de Veículos - Saúde, no valor de R\$ 37.768,40 (trinta e sete mil, setecentos e sessenta e oito reais e quarenta centavos), conforme planilha anexa.

Art. 3º - A nova ação incluída no P.P.A 2010/2013 e na LDO para 2011, do Superávit Financeiro do exercício anterior, proveniente da Alienação de veículos da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam -se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 04 de março de 2.011.
ORIVAN JARBAS ORSI
Prefeito Municipal

Registrada em Livro próprio e publicada no DOM - Diário Oficial dos Municípios, nos termos do Art.1º, parágrafo único, do Decreto nº 039/2009.

MOISÉS CIPRIANI
Secretário M. Administração e Finanças

Lei Complementar Nº 501/2011

Lei Complementar nº 501 / 2011

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA CRIAR ELEMENTOS, PROJETO ATIVIDADE E ABRIR CREDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Senhor Orivan Jarbas Orsi, Prefeito Municipal de Nova Trento, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, Faz Saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a criar elementos e abrir crédito especial no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), não constante no orçamento vigente, para execução do Projeto de Pavimentação, Infra-Estrutura e Sinalização de Vias Urbanas no município, conforme identificação a seguir:

Órgão: 09 - Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento
Unidade: 01 - Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento
Função: 15 - Urbanismo
Sub-Função: 452 - Serviços Urbanos
Programa : 26 - Pavimentação de Vias Urbanas
Proj/Ativ.: 1.053 - Pavimentação, Infra-Estrutura e Sinalização de Vias Urbanas .

Elemento: 4.4.90.00.00.0.1.0000 - Aplicações Diretas -Recursos Ordinários R\$ 3.050,00
Elemento: 4.4.90.00.00.0.1.0198 - Transf.Conv.da União-Ministério das Cidades R\$ 145.950,00

Art. 2º. Os recursos necessários a execução do disposto no Art. 1º, decorre da transferência de recursos provenientes do convênio firmado com o Ministério das Cidades, no valor de R\$ 146.950,00 (cento e quarenta e seis mil, novecentos e cinquenta reais), mais o valor da contrapartida de R\$ 3.050,00 (três mil e cinquenta) reais, por conta do provável excesso de arrecadação apurado no corrente exercício.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 04 de março de 2011.

ORIVAN JARBAS ORSI

Prefeito Municipal

Registrada em Livro próprio e publicada no DOM - Diário Oficial dos Municípios, nos termos do Art.1º, parágrafo único, do Decreto nº 039/2009.

MOISÉS CIPRIANI

Secretário M. Administração e Finanças

Lei Complementar Nº 502/2011

Lei Complementar Nº 502 / 2.011

Altera Planilha de Metas do Plano Plurianual - PPA 2010/2013 e Planilha de Prioridades e Metas da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO para 2011.

O Excelentíssimo Senhor Orivan Jarbas Orsi, Prefeito Municipal de Nova Trento, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, Faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e Eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - A Planilha de Metas do PPA 2010/2013, aprovado pela Lei Complementar nº 306, de 26/08/2009, referente ao Programa 26 - Pavimentação de Vias Urbanas, fica acrescido da Ação nº 1.053 - Pavimentação, Infra Estrutura e Sinalização das Vias Urbanas no Município, no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), conforme Planilha anexa a esta Lei.

Art. 2º - A Planilha de Prioridades e Metas da LDO para 2011, aprovado pela Lei Complementar nº 440, de 03/11/2010, referente ao Programa 26 - Pavimentação de Vias Urbanas, fica acrescido da Ação nº 1.053 - Pavimentação, Infra Estrutura e Sinalização das Vias Urbanas no Município, no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), conforme Planilha anexa a esta Lei.

Art. 3º - A nova Ação incluída no PPA 2010/2013 e na LDO para 2011, decorre do convênio firmado com o Ministério das Cidades, no valor de R\$ 146.950,00 (cento e quarenta e seis mil, novecentos e cinquenta reais), mais o valor da contrapartida do município de R\$ 3.050,00 (três mil e cinquenta reais), por conta do excesso de arrecadação previsto para o exercício corrente.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam -se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 04 de março de 2011.

ORIVAN JARBAS ORSI

Prefeito Municipal

Registrada em Livro próprio e publicada no DOM - Diário Oficial dos Municípios, nos termos do Art.1º, parágrafo único, do Decreto nº 039/2009.

MOISÉS CIPRIANI

Secretário M. Administração e Finanças

Decreto Nº 025/2011

DECRETO Nº 025 / 2011

ABRE CRÉDITO ESPECIAL DENTRO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA TRENTO, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito Municipal Senhor Orivan Jarbas Orsi, de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 94, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e na forma autorizada pela Lei Complementar nº 497, de 04/03/2011, DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto crédito especial, no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), para reforço de dotação, dentro do Orçamento do Município - Fundo Municipal de Saúde, conforme identificação a seguir:

Órgão: 12 - Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 01 - Fundo Municipal de Saúde

Função: 10 - Saúde

Sub-Função: 301 - Atenção Básica

Programa: 14 - Saúde Para Todos

Projeto/Ativ.: 2.017 - Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Elemento: 4.4.90.00.00.00.0.1.0064- Aplicações Diretas - Atenção Básica R\$ 5.000,00

Elemento: 4.4.90.00.00.00.0.1.0065 - Aplicações Diretas - Atenção de Média e Alta Complexidade R\$ 5.000,00

Elemento: 4.4.90.00.00.00.0.1.0066 - Vigilância em Saúde R\$ 5.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários à suplementação dos elementos de despesa de que trata o Art. 1º deste decreto, decorre da anulação parcial dos elementos de despesa, conforme identificação a seguir:

Órgão: 12 - Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 01 - Fundo Municipal de Saúde

Função: 10 - Saúde

Sub-Função: 301 - Atenção Básica

Programa: 14 - Saúde Para Todos

Elemento: 3.3.90.00.00.00.0.1.0064- Aplicações Diretas - Atenção Básica R\$ 5.000,00

Elemento: 3.3.90.00.00.00.0.1.0065 - Aplicações Diretas - Atenção de Média e Alta Complexidade R\$ 5.000,00

Elemento: 3.3.90.00.00.00.0.1.0066 - Vigilância em Saúde R\$ 5.000,00

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 04 de março de 2011.

ORIVAN JARBAS ORSI

Prefeito Municipal

Registrado em Livro próprio e publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios, nos termos do Art.1º, parágrafo único, do Decreto nº 039/2009.

MOISÉS CIPRIANI

Secretário M. Administração e Finanças

Decreto Nº 026/2011

DECRETO Nº 026 / 2011

ABRE CRÉDITO ESPECIAL DENTRO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA TRENTO, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Senhor Orivan Jarbas Orsi, Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 94, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e na forma autorizada pela Lei Complementar nº 499, de 04/03/2011, DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto crédito especial dentro do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 37.768,40 (trinta e sete mil, setecentos e sessenta e oito reais e quarenta centavos), para aquisição de veículos (saúde), conforme identificação a seguir discriminada:

Órgão: 12 - Fundo Municipal de Saúde - Nova Trento
Unidade: 01 - Fundo Municipal de Saúde - Nova Trento
Função: 10 - Saúde
Sub-Função: 301 - Atenção Básica
Programa: 14 - Saúde para Todos
Projeto/Ativ. 1.052 - Aquisição de Veículos - Saúde
Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.0.1.0002 - Aplicações Diretas - Receita de Impostos e Transferência de Impostos - Saúde
R\$ 37.768,40

Art. 2º. Os recursos necessários à suplementação do disposto no Art. 1º deste decreto, decorre de Superávit Financeiro do exercício anterior, proveniente da Alienação de veículos da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 04 de março de 2011.
ORIVAN JARBAS ORSI
Prefeito Municipal

Registrado em Livro próprio e publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios, nos termos do Art.1º, parágrafo único, do Decreto nº 039/2009.

MOISÉS CIPRIANI
Secretário M. Administração e Finanças

Novo Horizonte

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto 1861/2011

DECRETO Nº 1.861, de 02 de Março de 2011.

Abre crédito adicional suplementar por superávit financeiro do exercício anterior e dá outras providências.

SANTOS ZILLI, Prefeito Municipal de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o disposto nos arts. 41- I, 42 e 43 - I, da Lei Federal 4.320, e amparado pela Lei 430/2010;

Considerando a ocorrência de Superávit financeiro do exercício anterior pela alienação de bens;

DECRETA:

Art. 1o - Fica aberto crédito adicional suplementar por Superávit

Financeiro do Exercício anterior no orçamento vigente, no valor de R\$ 9.800,00 (nove mil e oitocentos reais), relativos a recursos ordinários, assim consignados:

60.00 - SECRETARIA DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL.

60.02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

Atividade 2.031 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde.
Elemento de Despesa 4.4.90.03.0071.000000 Aplicações Diretas
R\$ 9.800,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 9.800,00

Art. 2o - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3o - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte - SC Em 02 de Março de 2011.
SANTOS ZILLI
Prefeito Municipal.

Extrato de Homologação Ao PL FMS Nº 004/2011

PREGÃO PRESENCIAL Nº 1/11

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 4/11

HOMOLOGAÇÃO: 03/03/11

CONTRATADO: CLAIRTO RICARDI ME

CONTRATANTE: FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios, materiais de higiene e limpeza para uso na Unidade Sanitária de Saúde, conforme quantitativos e especificações constantes do edital e seus anexos.
VALOR DA DESPESA: R\$ 1.508,40 (um mil quinhentos e oito reais e quarenta centavos)
DATA: 03/03/11 - ROGERIO ACACIO MASCARELLO - Secretario De Saude E Promoção Social/gestor Fms.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 1/11

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 4/11

HOMOLOGAÇÃO: 03/03/11

CONTRATADO: COMERCIAL ALVORADA LTDA

CONTRATANTE: FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios, materiais de higiene e limpeza para uso na Unidade Sanitária de Saúde, conforme quantitativos e especificações constantes do edital e seus anexos.
VALOR DA DESPESA: R\$ 1.455,82 (um mil quatrocentos e cinquenta e cinco reais e oitenta e dois centavos)
DATA: 03/03/11 - ROGERIO ACACIO MASCARELLO - Secretario De Saude E Promoção Social/gestor Fms.

Extrato TA Nº 002 Ao CT 06/2010

EXTRATO CONTRATUAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE

Contrato Nº.: 06/2010 TA 002

Contratante.: FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE

Contratada : GRUTTA CONSTRUÇÃO E INCORPORAÇÃO LTDA

Valor : 24.289,80 (vinte e quatro mil duzentos e oitenta e nove reais e oitenta centavos)

Vigência : Início: 02/03/2011 Término: 31/03/2011

Licitação : Convite p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 3/2010

Recursos: Dotação: 2.031.4.4.90.00.00.00.00.00 (163),

2.031.4.4.90.00.00.00.00.00 (166)

Objeto : O Objeto do presente Termo Aditivo consiste no aumento do valor do contrato em R\$ 24.289,80 (vinte e quatro mil duzentos e oitenta e nove reais com oitenta centavos).

Novo Horizonte, 2 de Março de 2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

Extrato Ata de Registro de Preços Nº 002/2011

Página: 1/2

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2011

Número do Registro de Preços: 2/2011

Data do Registro: 03/03/2011

Válido até: 03/03/2012

Objeto da Compra: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para contratação de empresa prestadora dos serviços para manutenção corretiva em equipamentos de informática, com fornecimento de peças, recarga de toner e cartucho de tinta e fornecimento de suprimentos de informática para os vários Departamen

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA POR EQUIPAMENTO ASSITIDO NA SEDE DO MUNICÍPIO.	SV	D.G. LAZARIN - EPP/HELP INFORMATICA (1134)		0	50,0000	1
2	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA POR EQUIPAMENTO ASSISTIDO FORA DA SEDE DO MUNICÍPIO ATÉ NO MAXIMO 50 KM DA SEDE DO MUNICÍPIO.	SV	D.G. LAZARIN - EPP/HELP INFORMATICA (1134)		0	80,0000	1
3	SERVIÇO DE RECARGA DE TONER	SV	D.G. LAZARIN - EPP/HELP INFORMATICA (1134)		0	27,0000	1
			GEFERSON LUIZ DA SILVEIRA ME (1830)		0	28,0000	2
4	SERVIÇO DE RECARGA DE CARTUCHO DE TINTA HP 27 PRETO	SV	GEFERSON LUIZ DA SILVEIRA ME (1830)		0	15,0000	1
			D.G. LAZARIN - EPP/HELP INFORMATICA (1134)		0	20,0000	2
5	SERVIÇO DE RECARGA DE CARTUCHO DE TINTA HP 28 COLORIDO	SV	GEFERSON LUIZ DA SILVEIRA ME (1830)		0	15,0000	1
			D.G. LAZARIN - EPP/HELP INFORMATICA (1134)		0	20,0000	2
6	SERVIÇO DE RECARGA DE CARTUCHO DE TINTA HP 57 COLORIDO	SV	GEFERSON LUIZ DA SILVEIRA ME (1830)		0	15,0000	1
			D.G. LAZARIN - EPP/HELP INFORMATICA (1134)		0	20,0000	2
7	SERVIÇO DE RECARGA DE CARTUCHO DE TINTA HP 56 PRETO	SV	GEFERSON LUIZ DA SILVEIRA ME (1830)		0	15,0000	1
			D.G. LAZARIN - EPP/HELP INFORMATICA (1134)		0	20,0000	2
8	SERVIÇO DE RECARGA DE CARTUCHO DE TINTA HP 60B	SV	GEFERSON LUIZ DA SILVEIRA ME (1830)		0	15,0000	1
			D.G. LAZARIN - EPP/HELP INFORMATICA (1134)		0	20,0000	2
9	SERVIÇO DE RECARGA DE CARTUCHO DE TINTA HP 60C	SV	GEFERSON LUIZ DA SILVEIRA ME (1830)		0	15,0000	1
			D.G. LAZARIN - EPP/HELP INFORMATICA (1134)		0	20,0000	2
10	SERVIÇO DE RECARGA DE CARTUCHO TINTA HP 22	SV	GEFERSON LUIZ DA SILVEIRA ME (1830)		0	15,0000	1
			D.G. LAZARIN - EPP/HELP INFORMATICA (1134)		0	20,0000	2
11	SERVIÇO DE RECARGA DE CARTUCHO DE TINTA HP 21	SV	GEFERSON LUIZ DA SILVEIRA ME (1830)		0	15,0000	1
			D.G. LAZARIN - EPP/HELP INFORMATICA (1134)		0	20,0000	2
12	SERVIÇO DE RECARGA DE CARTUCHO DE TINTA HP 78	SV	GEFERSON LUIZ DA SILVEIRA ME (1830)		0	15,0000	1
			D.G. LAZARIN - EPP/HELP INFORMATICA (1134)		0	50,0000	2
13	SERVIÇO DE RECARGA DE CARTUCHO DE TINTA HP 15	SV	GEFERSON LUIZ DA SILVEIRA ME (1830)		0	15,0000	1
			D.G. LAZARIN - EPP/HELP INFORMATICA (1134)		0	40,0000	2
14	CARTUCHO DE TINTA ORIGINAL (NOVO) HP 27 PRETO	UN	GEFERSON LUIZ DA SILVEIRA ME (1830)		0	32,0000	1
			D.G. LAZARIN - EPP/HELP INFORMATICA (1134)		0	45,0000	2
15	CARTUCHO DE TINTA ORIGINAL (NOVO) HP 28 COLORIDO	UN	GEFERSON LUIZ DA SILVEIRA ME (1830)		0	55,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

Página: 2/2

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2011

Número do Registro de Preços: 2/2011

Data do Registro: 03/03/2011

Válido até: 03/03/2012

Objeto da Compra: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para contratação de empresa prestadora dos serviços para manutenção corretiva em equipamentos de informática, com fornecimento de peças, recarga de toner e cartucho de tinta e fornecimento de suprimentos de informática para os vários Departamen

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			D.G. LAZARIN - EPP/HELP INFORMATICA (1134)		0	60,0000	2
16	CARTUCHO DE TINTA ORIGINAL (NOVO) HP 60B	UN	GEFERSON LUIZ DA SILVEIRA ME (1830)		0	35,0000	1
			D.G. LAZARIN - EPP/HELP INFORMATICA (1134)		0	50,0000	2
17	CARTUCHO DE TINTA ORIGINAL (NOVO) HP 60C	UN	GEFERSON LUIZ DA SILVEIRA ME (1830)		0	42,0000	1
			D.G. LAZARIN - EPP/HELP INFORMATICA (1134)		0	45,0000	2
18	CARTUCHO DE TINTA ORIGINAL (NOVO) HP 22	UN	GEFERSON LUIZ DA SILVEIRA ME (1830)		0	45,0000	1
			D.G. LAZARIN - EPP/HELP INFORMATICA (1134)		0	60,0000	2
19	CARTUCHO DE TINTA ORIGINAL (NOVO) HP 21	UN	GEFERSON LUIZ DA SILVEIRA ME (1830)		0	35,0000	1
			D.G. LAZARIN - EPP/HELP INFORMATICA (1134)		0	45,0000	2
20	CARTUCHO DE TINTA ORIGINAL (NOVO) HP 78	UN	GEFERSON LUIZ DA SILVEIRA ME (1830)		0	68,0000	1
			D.G. LAZARIN - EPP/HELP INFORMATICA (1134)		0	75,0000	2
21	CARTUCHO DE TINTA ORIGINAL (NOVO) HP 15	UN	GEFERSON LUIZ DA SILVEIRA ME (1830)		0	35,0000	1
			D.G. LAZARIN - EPP/HELP INFORMATICA (1134)		0	55,0000	2
22	CARTUCHO DE TINTA REMANUFATURADO 649 COLORIDO	UN	GEFERSON LUIZ DA SILVEIRA ME (1830)		0	30,0000	1
			D.G. LAZARIN - EPP/HELP INFORMATICA (1134)		0	50,0000	2
23	CARTUCHO DE TINTA REMANUFATURADO 614 PRETO	UN	GEFERSON LUIZ DA SILVEIRA ME (1830)		0	30,0000	1
			D.G. LAZARIN - EPP/HELP INFORMATICA (1134)		0	55,0000	2

NOVO HORIZONTE, 3 de Março de 2011.

Paial

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria Nº 100/2011, de 01 de março de 2011.

Concede adicional por tempo de serviço a servidor público municipal e dá outras providências:

Aldair Antonio Rigo, Prefeito Municipal de Paial, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente nos termos do art. 69, VII e IX da Lei Orgânica do Município e Art. 61 da Lei Complementar 20/2010;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder adicional por tempo de serviço correspondente a 9% (nove por cento) sobre seu vencimento ao Servidor VALDECIR LIDIO KLEIN, ocupante do cargo de Operador de Máquinas Pesadas, por haver completado 3 (três) quinquênios no serviço público municipal,

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paial 01 de março de 2011.

ALDAIR ANTONIO RIGO
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se.

ANTONIO SOSTER

Secretário de Admin. e Finanças.

Portaria Nº 101/2011, de 01 de março de 2011.

Concede adicional por tempo de serviço a servidor público municipal e dá outras providências:

Aldair Antonio Rigo, Prefeito Municipal de Paial, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente nos termos do art. 69, VII e IX da Lei Orgânica do Município e Art. 61 da Lei Complementar 20/2010;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder adicional por tempo de serviço correspondente a 9% (nove por cento) sobre seu vencimento ao Servidor MARLI ORSO SICHELERO, ocupante do cargo de Professor I, por haver completado 3 (três) quinquênios no serviço público municipal,

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paial 01 de março de 2011.

ALDAIR ANTONIO RIGO
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se.

ANTONIO SOSTER

Secretário de Admin. e Finanças.

Portaria Nº 102/2011, de 01 de março de 2011.

Concede função gratificada a servidor público municipal e dá outras providências:

Aldair Antonio Rigo, Prefeito Municipal de Paial, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente nos termos do art. 69, VII e IX da Lei Orgânica do Município e Art. 62 da Lei Complementar 20/2010 anexo I;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder ao servidor Amauri Auziliero, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo, função gratificada de Encarregado pela ornamentação e paisagismo, correspondente a 20% sobre seu vencimento, nos meses de março e abril do corrente ano.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paial 01 de março de 2011.

ALDAIR ANTONIO RIGO
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se.

ANTONIO SOSTER

Secretário de Admin. e Finanças.

Portaria Nº 103/2011 de 01 de março de 2011

ADMITE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS;

Aldair Antonio Rigo, Prefeito Municipal de Paial, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente nos termos do art. 69, VII e IX da Lei Orgânica do Município, e Lei Complementar 23/2010;

RESOLVE:

Art. 1º. Admitir Soeli Vanda Braatz, matrícula 584, brasileira, solteira, residente na Rua Santa Catarina, Paial-SC, portadora do CPF nº 022.832.829-26 RG nº 3.815.660, para o cargo em comissão de Coordenador de Administração e Planejamento, junto a Secretaria de Administração e Finanças.

Art. 2º. A mesma será responsável pelo atendimento ao posto do correio.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal, 01 de março de 2011

ALDAIR ANTONIO RIGO
Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se.

ANTONIO SOSTER

Sec. Mun. de Administração e Finanças.

Portaria Nº 104/2011, de 01 de março de 2011

Aldair Antonio Rigo, Prefeito Municipal de Paial, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente nos termos do art. 69, VII e IX da Lei Orgânica do Município e art. 63 do Estatuto do Servidor;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias regulamentares a Servidora GIZELI BENDER FERNANDES, CPF nº 042.548.829-20 RG nº 3.857.392 ocupante do cargo de TESOUREIRO referente ao período aquisitivo de 02/01/2010 a 01/01/2011.

Art. 2º. O período de gozo das férias será de 01 a 30 de março do corrente ano.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paial ,01 de março de 2011.
ALDAIR ANTONIO RIGO
Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se.

ANTONIO SOSTERr
Sec. Mun. de Administração e Finanças.

Portaria Nº 105/2011, de 02 de março de 2011.

ADMITE SERVIDOR, POR PRAZO DETERMINADO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Aldair Antonio Rigo, Prefeito Municipal de Paial, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente nos termos do art. 69, VII da Lei Orgânica do Município; e de acordo com a Lei Complementar 24/2010 IX e conforme classificação obtida no Processo Seletivo 01/2011;

RESOLVE:

Art. 1º. Admitir por Prazo Determinado, a Senhora Roselene Salete Bösing Lopes, matrícula 586, brasileira, casada, pedagoga, residente e domiciliada na Av. Júlio Bender, 709, centro, Paial/SC, inscrita no CPF nº 863.821.529-00, portadora da Cédula de Identidade nº 3.181.034-9- SP/SC, para exercer as atribuições do cargo de Professor para alunos portadores de Necessidades especiais junto ao CRAS (Centro de Referência da Assistência Social) no período matutino, com carga horária de 20 horas semanais. O período de contratação será para o ano letivo de 2011.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Paial, 02 de março de 2011.
ALDAIR ANTONIO RIGO
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

ANTONIO SOSTER
Sec. De Admin. e Finanças.

Portaria Nº 72/2011, de 14 de fevereiro 2001

DEMITE SERVIDOR PARA DO CARGO DE EM COMISSÃO DE DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DA FAMÍLIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS;

ALDAIR ANTONIO RIGO, Prefeito Municipal de Paial, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente nos termos do art. 69, V da Lei Orgânica do Município ;

RESOLVE:

Art. 1º. Demitir a Sra. Clarice Auler Plaut, brasileira, casada, residente na Linha Auler, CPF nº 033.664.329-26 RG nº 4.065.812, do cargo em Comissão de Diretora de Desenvolvimento Social e da Família, nomeada pela portaria nº 03/2009.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Paial, 14 de fevereiro de 2011.
ALDAIR ANTONIO RIGO
Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se.

ANTONIO SOSTERr
Sec. De Admin. e Finanças
Portaria nº 72/2011, de 14 de fevereiro 2001

Portaria Nº 73/11, de 14 de fevereiro de 2011

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE ADICIONAL DE INSALUBRIIDADE DE A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS;

Aldair Antonio Rigo, Prefeito Municipal de Paial, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente nos termos do art. 69, VII e IX da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO , a Lei 6.514/97, as NR e seus anexos;

CONSIDERANDO, a realização do Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho, pelos profissionais da medicina da segurança e saúde do trabalhador;

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder a servidora Ana Paula Cavalli , matrícula 574, ocupante do cargo de Farmacêutica, adicional de insalubridade correspondente ao grau médio de 20% sobre o menor vencimento do município, de acordo com o Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho, homologado pela medicina de segurança e saúde do trabalhador e conforme preconiza a Norma Regulamentadora NR 15, anexo 14.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paial , 14 de fevereiro de 2011.
ALDAIR ANTONIO RIGO
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se.

ANTONIO SOSTERr
Sec. Mun. de Administração e Finanças

Portaria Nº 74/11, de 21 de fevereiro de 2011

ADMITE SERVIDOR PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Aldair Antonio Rigo, Prefeito Municipal de Paial, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente nos termos do art. 69, VII da Lei Orgânica do Município; e Lei Complementar 21/2010;

RESOLVE:

Art. 1º. Admitir a Sra. Dejanira da Silva, matrícula 576, brasileira , residente na Rua Pernambuco nº 280, Paial-SC, portadora do CPF nº 035.309.589-30 e RG nº 3.995.149 SSP-SC, para exercer as atribuições do cargo de Agente de Higienização Copa e Cozinha, nível 115 A , conforme anexo III da Lei Complementar nº 21/2010 do Plano de Carreira do Quadro Pessoal da Prefeitura Municipal de Paial, por ter sido aprovado no Concurso Público nº 01/2010 , com carga horária de 40 horas semanais junto a Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º. Conceder adicional de insalubridade correspondente ao grau médio de 20% sobre o menor vencimento do município, de acordo com o Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho, homologado pela medicina de segurança e saúde do trabalhador e conforme preconiza a Norma Regulamentadora NR 15, anexo 14.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação..

Gabinete do Prefeito Municipal de Paial , em 21 de fevereiro de 2011.

ALDAIR ANTONIO RIGO

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

ANTONIO SOSTER

Sec. De Admin e Finanças.

Portaria Nº 75/2011, de 21 de fevereiro 2011.

ADMITE SERVIDOR PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS;

Aldair Antonio Rigo, Prefeito Municipal de Paial, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente nos termos do art. 69, VII da Lei Orgânica do Município, e lei Complementar 21/2010, e art. 56 do estatuto do Servidor;

RESOLVE:

Art. 1º- Admitir BRUNO RIVALDO RYBU, matrícula 577, brasileiro, residente em Paial/SC, inscrito no CPF sob o n.º 002.085.080-82, portador da Cédula de Identidade n.º 907.389.999-91-SSP/RS, para exercer as atribuições do cargo de Odontólogo, CRO/SC nº 10599, com carga horária de 40 horas semanais, junto a Secretaria de Saúde, por ter sido aprovado no concurso público nº 01/2010.

Art. 2º. Conceder, adicional de periculosidade correspondente 30% sobre o o menor vencimento do município de acordo com o Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho, homologado pela medicina de segurança e saúde do trabalhador e conforme preconiza a Norma Regulamentadora NR 16.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paial, 21 de fevereiro 2011.

ALDAIR ANTONIO RIGO

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se.

ANTONIO SOSTER

Sec. Mun. de Administração e Finanças

Portaria Nº 76/2011, de 21 de fevereiro de 2011

Concede adicional por tempo de serviço a servidora pública municipal e dá outras providências:

Aldair Antonio Rigo, Prefeito Municipal de Paial, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente nos termos do art. 69, VII e IX da Lei Orgânica do Município e Art. 61 da Lei Complementar 20/2010;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder adicional por tempo de serviço correspondente a 6% (seis por cento) sobre seu vencimento a Servidora LURDES PLAUT AULER, CPF nº 923.758.809-78 RG nº 3.185.027 ocupante do cargo de AGENTE DE HIGIENIZAÇÃO COPA E COZINHA, por haver completado 2 (dois) quinquênios no serviço público municipal.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paial , 21 de fevereiro de 2011.

ALDAIR ANTONIO RIGO

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se.

ANTONIO SOSTER

Secretário de Admin. E Finanças.

Portaria Nº 77/2011, de 21 de fevereiro de 2011

Concede adicional por tempo de serviço a servidora pública municipal e dá outras providências:

Aldair Antonio Rigo, Prefeito Municipal de Paial, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente nos termos do art. 69, VII e IX da Lei Orgânica do Município e Art. 61 da Lei Complementar 20/2010;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder adicional por tempo de serviço correspondente a 6% (seis por cento) sobre seu vencimento a Servidora Carmelinda Teresinha Mascarello CPF nº 915.016.019-20 RG nº 2.327.787 SSP-SC ocupante do cargo de AGENTE DE HIGIENIZAÇÃO COPA E COZINHA, por haver completado 2 (dois) quinquênios no serviço público municipal,

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paial , 21 de fevereiro de 2011.

ALDAIR ANTONIO RIGO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

ANTONIO SOSTER

Secretário de Admin e Finanças..

Portaria Nº 78/2011, de 21 de fevereiro de 2011.

Concede adicional por tempo de serviço a servidora pública municipal e dá outras providências:

Aldair Antonio Rigo, Prefeito Municipal de Paial, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente nos termos do art. 69, VII e IX da Lei Orgânica do Município e Art. 61 da Lei Complementar 20/2010:

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder adicional por tempo de serviço correspondente a 9% (nove por cento) sobre seu vencimento a Servidora ORFILA ANDRIGUE, CPF nº 612.699.999-15 RG nº 2.465.422 ocupante do cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO, por haver completado 3 (três) quinquênios no serviço público municipal.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paial , em 21 de fevereiro de 2011..

ALDAIR ANTONIO RIGO

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se.

ANTONIO SOSTER

Secretário de Admin. E Finanças.

Portaria Nº 79/2011, de 21 de fevereiro de 2011.

Concede adicional por tempo de serviço a servidora pública municipal e dá outras providências:

Aldair Antonio Rigo, Prefeito Municipal de Paial, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente nos termos do art. 69, VII e IX da Lei Orgânica do Município e Art. 61 da Lei Complementar 20/2010;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder adicional por tempo de serviço correspondente a 9% (nove por cento) sobre seu vencimento a Servidora MARILENE FREITAS SICHELERO, CPF nº 560.195.649-91 RG nº 2.135.429 ocupante do cargo de PROFESSOR II, por haver completado 3 (três) quinquênios no serviço público municipal.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paial, em 21 de fevereiro de 2011.

ALDAIR ANTONIO RIGO
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se.

ANTONIO SOSTER
Secretário de Admin

Portaria Nº 80/2011, de 21 de fevereiro de 2011

Concede adicional por tempo de serviço a servidor pública municipal e dá outras providências:

Aldair Antonio Rigo, Prefeito Municipal de Paial, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente nos termos do art. 69, VII e IX da Lei Orgânica do Município e Art. 61 da Lei Complementar 20/2010;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder adicional por tempo de serviço correspondente a 9% (nove por cento) sobre seu vencimento ao Servidor ARNILDO HILSON VAISS, CPF nº 923.750.659-72 RG nº 2.138.053, ocupante do cargo de PROFESSOR II, por haver completado 3 (três) quinquênios no serviço público municipal,

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paial em 21 de fevereiro de 2011

ALDAIR ANTONIO RIGO
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se.

ANTONIO SOSTER
Secretário de Admin. e Finanças.

Portaria Nº 81/11, de 22 de fevereiro de 2011

ADMITE SERVIDOR PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Aldair Antonio Rigo, Prefeito Municipal de Paial, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente nos termos do art. 69, VII da Lei Orgânica do Município; e Lei Complementar 21/2010;

RESOLVE:

Art. 1º. Admitir o Sr. Luis Carlos Capelesso, matrícula 578, brasileiro, residente na Rua Mato Grosso nº 590, Paial-SC, portador do CPF nº 059.098.789-56 e RG nº 4.065.665 SSP-SC, para exercer as atribuições do cargo de Motorista, nível 145 A, conforme anexo III da Lei Complementar nº 21/2010 do Plano de Carreira do Quadro Pessoal da Prefeitura Municipal de Paial, por ter sido aprovado no Concurso Público nº 01/2010, com carga horária de 40 horas semanais junto a Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º. Conceder adicional de insalubridade correspondente ao grau médio de 20% sobre o o menor vencimento do município, de acordo com o Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho, homologado pela medicina de segurança e saúde do trabalhador e conforme preconiza a Norma Regulamentadora NR 15, anexo 14.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação..

Gabinete do Prefeito Municipal de Paial, em 22 de fevereiro de 2011.

ALDAIR ANTONIO RIGO
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

ANTONIO SOSTER
Sec. De Admin e Finanças.

Portaria Nº 82/11 de 22 de fevereiro de 2011

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE ADICIONAL DE PERICULOSIDADE A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS;

Aldair Antonio Rigo, Prefeito Municipal de Paial, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente nos termos do art. 69, VII e IX da Lei Orgânica do Município e art. 56 do Estatuto do servidor

CONSIDERANDO, a realização do Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho, pelos profissionais da medicina da segurança e saúde do trabalhador;

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder a servidora Marli Lorscheitter, matrícula 367, ocupante do cargo de Auxiliar de Consultório Dentário, adicional de periculosidade correspondente 30% sobre o o menor vencimento do município de acordo com o Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho, homologado pela medicina de segurança e saúde do trabalhador e conforme preconiza a Norma Regulamentadora NR 16.

Art. 2º. Fica revogada a portaria nº 137/2010.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paial, 22 de fevereiro de 2011.
ALDAIR ANTONIO RIGO
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se.

ANTONIO SOSTER
Sec. Mun. de Administração e Finanças

Portaria Nº 83/11, de 22 de fevereiro de 2011.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE ADICIONAL DE PERICULOSIDADE A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS;

Aldair Antonio Rigo, Prefeito Municipal de Paial, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente nos termos do art. 69, VII e da Lei Orgânica do Município e art. 56 do Estatuto do Servidor;

CONSIDERANDO, a realização do Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho, pelos profissionais da medicina da segurança e saúde do trabalhador;

RESOLVE:

Art. 1º- Designar o servidor Jaime Luterek, matrícula 4, ocupante do cargo de Mecânico, para ser responsável pelo abastecimento de veículos movidos a óleo diesel pertencentes a Administração Municipal.

Art. 2º. Conceder adicional de periculosidade correspondente 30% sobre o menor vencimento do município de acordo com o Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho, homologado pela medicina de segurança e saúde do trabalhador e conforme preconiza a Norma Regulamentadora NR 16.

Art. 3º. Fica revogada a portaria nº 139/2010.

Art. 4ºEsta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paial, em 22 de fevereiro de 2011.

ALDAIR ANTONIO RIGO
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se.

ANTONIO SOSTER
Sec. Mun. de Administração e Finanças

Portaria Nº 84/11, de 28 de fevereiro de 2011

EXONERA SERVIDOR PARA DO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS;

ALDAIR ANTONIO RIGO, Prefeito Municipal de Paial, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente nos termos do art. 69, V da Lei Orgânica do Município ;

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar o Sr. Leandro Friedrich, matrícula 552, brasileiro, união estável, residente na localidade de Linha Salete, interior, Paial-SC, inscrito no CPF nº 044.359.119-90 e RG nº 4.065.788, do cargo em Comissão de Coordenador de Agropecuária, nomeado pela portaria 87/2010 .

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Paial, 28 de fevereiro de 2011.
ALDAIR ANTONIO RIGO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

ANTONIO SOSTER
Sec. De Admin. e Finanças

Portaria Nº 85/11, de 01 de março de 2011.

ADMINTE SERVIDOR PARA DO CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS;

Aldair Antonio Rigo, Prefeito Municipal de Paial, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente nos termos do art. 69, V da Lei Orgânica do Município e lei municipal 21/2010;

RESOLVE:

Art. 1º. Admitir o Sr. Leandro Friedrich, matrícula 580, brasileiro, união estável, residente na localidade de Linha Salete, interior, Paial-SC, inscrito no CPF nº 044.359.119-90 e RG nº 4.065.788, para o cargo efetivo de Operador de máquinas Pesadas, nível 150-A, anexo III da Lei complementar 21/2010 do quadro de provimento efetivo do município, por ter sido aprovado no concurso público 01/2010, junto a Diretoria de Desenvolvimento Rural e da Agricultura .

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Paial, 01 de março de 2011.
ALDAIR ANTONIO RIGO
Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se..

ANTONIO SOSTER
Sec. de Admin. e Finanças

Portaria Nº 86/11, de 01 de março de 2011

ADMITE SERVIDOR PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Aldair Antonio Rigo, Prefeito Municipal de Paial, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente nos termos do art. 69, VII da Lei Orgânica do Município, e Lei Complementar 22/2010;

RESOLVE:

Art. 1º. Admitir, a Senhora Darlei Fátima Castilhos Soster, matrícula 581 brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Santa Catarina, centro, Paial/SC, inscrita no CIC/CPF sob o nº 898.331.479-68, portadora da Cédula de Identidade nº 3.180.440-3 SP/SC, para exercer o cargo de Professor de Educação Física, nível 3- A, da Lei complementar 22/2010 do quadro pessoal do magistério, por ter sido aprovada no concurso público 01/2010, com carga horária de 20 horas semanais.

Art. 2º. . Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paial , 01 de março de 2011.
ALDAIR ANTONIO RIGO
Prefeito Municipal

Registra-se e Publique-se.

ANTONIO SOSTER
Secretário de Adm. e Finanças

Portaria Nº 86/11, de 01 de março de 2011

ADMINTE SERVIDOR PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Aldair Antonio Rigo, Prefeito Municipal de Paial, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente nos termos do art. 69, VII da Lei Orgânica do

Município e lei complementar 22/2010;

RESOLVE:

Art. 1º. Admitir a senhora Nelsinda Romilda Steindorf Rommel, matrícula 582, brasileira casada, residente e domiciliada na Rua Paraná, centro- Paial-SC, portadora do CPF nº 945.158.409-91 e RG nº 2.329.700 SSP/SC, para o cargo de Professor de Artes nível 2-A, do anexo III da lei complementar 22/2010 do quadro do magistério municipal, por ter sido aprovada no concurso público 01/2010 com carga horária de 10 horas semanais.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paial 01 de março de 2011.

ALDAIR ANTONIO RIGO

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se.

ANTONIO SOSTER

Séc. Admin e Finanças.

Portaria Nº 88/11, de 01 de março de 2011.

CONTRATA SERVIDOR PARA CARGO EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS;

Aldair Antonio Rigo, Prefeito Municipal de Paial, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente nos termos do art. 69, VII da Lei Orgânica e de acordo com a lei complementar nº 21/2010;

RESOLVE:

Art. 1º. Admitir o Sr. Ivandro Zuchi, brasileiro, casado, residente a Rua Pomerode, 780, Bairro Cristo Rei, Chapecó-SC, portador do CPF nº 963.050.960-15 e RG nº 6075741691, para exercer o cargo de TÉCNICO AGRÍCOLA, nível 170 A, Anexo III da Lei Complementar 21/2010 do Plano de Carreira do Quadro Pessoal da Prefeitura Municipal, por ter sido aprovado no Concurso Público 01/2010, com carga horária de 40 horas semanais junto a Diretoria de Agricultura.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paial 01 de março de 2011.

ALDAIR ANTONIO RIGO

Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se.

ANTONIO SOSTER

Secretário de Adm. e Finanças

Portaria Nº 89/11, de 01 de março de 2011

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR POR PRAZO DETERMINADO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Aldair Antonio Rigo, Prefeito Municipal de Paial Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente nos termos do art. 69, VII da Lei Orgânica do Município, bem como LC 05/2002, Lei Complementar 11/2003;

Considerando a necessidade permanente das atividades dos Agentes Comunitários de Saúde;

Considerando que a interrupção das atividades acarreta suspensão

de repasse de recursos pelo Governo Federal ao Programa da Saúde da Família;

Considerando que não houve aprovados no processo seletivo 03/2010;

Considerando a necessidade de prazo para realização do novo processo seletivo para contratação;

RESOLVE:

Art. 1º Admitir, pelo prazo de 120 dias, a Sra. CLAUDETE LIBINO LORSCHETTER, brasileira, casada, portadora do RG 4.065.634 SSP/SC, CPF nº 025.233.049-88, residente na Rua Alagoas, Centro, Paial-SC, para exercer as atribuições do cargo de Agente Comunitária de Saúde micro-área01, com carga horária de 40 horas semanais.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º- Ficam revogadas às disposições em contrário

Prefeitura Municipal de Paial, 01 de março de 2011

ALDAIR ANTONIO RIGO

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se.

ANTONIO SOSTERr

Sec. Mun. de Administração e Finanças

Portaria Nº 90/11, de 01 de março de 2011

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR POR PRAZO DETERMINADO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Aldair Antonio Rigo, Prefeito Municipal de Paial Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente nos termos do art. 69, VII da Lei Orgânica do Município, bem como LC 05/2002, Lei Complementar 11/2003;

Considerando a necessidade permanente das atividades dos Agentes Comunitários de Saúde;

Considerando que a interrupção das atividades acarreta suspensão de repasse de recursos pelo Governo Federal ao Programa da Saúde da Família;

Considerando que não houve aprovados no processo seletivo 03/2010;

Considerando a necessidade de prazo para realização do novo processo seletivo para contratação;

Art. 1º Admitir pelo prazo de 120 dias, a Sra. Luiza Roseli Machado Andriolli, brasileira, casada, portadora do RG 14/R 2.696.068-0 SSP/SC, CPF nº 782.270.549-00, residente na comunidade de Linha Verde, interior, Paial-SC, para exercer as atribuições do cargo de Agente Comunitária de Saúde micro-área 07, com carga horária de 40 horas semanais.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Paial, 01 de março de 2011

ALDAIR ANTONIO RIGO

Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se.

ANTONIO SOSTERr

Sec. Mun. de Administração e Finanças

Portaria Nº 91/11, de 01 de março de 2011

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR POR PRAZO DETERMINADO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Aldair Antonio Rigo, Prefeito Municipal de Paial Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente nos termos do art. 69, VII da Lei Orgânica do Município, bem como LC 05/2002, Lei Complementar 11/2003;

Considerando a necessidade permanente das atividades dos Agentes Comunitários de Saúde;

Considerando que a interrupção das atividades acarreta suspensão de repasse de recursos pelo Governo Federal ao Programa da Saúde da Família;

Considerando que não houve aprovados no processo seletivo 03/2010;

Considerando a necessidade de prazo para realização do novo processo seletivo para contratação;

RESOLVE:

Art. 1º Admitir pelo prazo de 120 dias a Sra. Nair Pommerening Plaut, brasileira, casada, portadora do RG 2.464.515 SSP/SC, CPF nº 025.413.059-31, residente na comunidade de Linha Aparecida, interior, Paial-SC, para exercer as atribuições do cargo de Agente Comunitária de Saúde micro-área 04 com carga horária de 40 horas semanais.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º- Ficam revogadas às disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Paial, 01 de março de 2011.
ALDAIR ANTONIO RIGO
Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se.

ANTONIO SOSTERr
Sec. Mun. de Administração e Finanças

Portaria Nº 92/11 de 01 de março de 2011..

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR POR PRAZO DETERMINADO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Aldair Antonio Rigo, Prefeito Municipal de Paial Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente nos termos do art. 69, VII da Lei Orgânica do Município, bem como LC 05/2002, Lei Complementar 11/2003;

Considerando a necessidade permanente das atividades dos Agentes Comunitários de Saúde;

Considerando que a interrupção das atividades acarreta suspensão de repasse de recursos pelo Governo Federal ao Programa da Saúde da Família;

Considerando que não houve aprovados no processo seletivo 03/2010;

Considerando a necessidade de prazo para realização do novo processo seletivo para contratação;

RESOLVE:

Art. 1º Admitir pelo prazo de 120 dias a Sra. Náides Noll portadora do CPF 084.000.069-33 e RG nº 5.962.230 SSP/SC, , residente na

comunidade de Linha São José, interior, Paial-SC, para exercer as atribuições do cargo de Agente Comunitária de Saúde micro-área 10, com carga horária de 40 horas semanais.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação

Art.4º- Ficam revogadas às disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Paial, 01 de março de 2011
ALDAIR ANTONIO RIGO
Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se.

ANTONIO SOSTERr
Sec. Mun. de Administração e Finanças

Portaria Nº 93/11 de 01 de março de 2011.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR POR PRAZO DETERMINADO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Aldair Antonio Rigo, Prefeito Municipal de Paial Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente nos termos do art. 69, VII da Lei Orgânica do Município, bem como LC 05/2002, Lei Complementar 11/2003;

Considerando a necessidade permanente das atividades dos Agentes Comunitários de Saúde;

Considerando que a interrupção das atividades acarreta suspensão de repasse de recursos pelo Governo Federal ao Programa da Saúde da Família;

Considerando que não houve aprovados no processo seletivo 03/2010;

Considerando a necessidade de prazo para realização do novo processo seletivo para contratação;

RESOLVE:

Art. 1º Admitir pelo prazo de 120 dias, a Sra. Cleusa Corrêa Tabor da portadora do CPF 021.130.939-79 e RG nº 3.839.145 SSP/SC, , residente na comunidade de Linha Pinheirinho, interior, Paial-SC, para exercer as atribuições do cargo de Agente Comunitária de Saúde, micro-área 03, com carga horária de 40 horas semanais.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. revogadas as disposições em contrário.

Art.4º- Ficam revogadas às disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Paial, 01 de março de 2011.
ALDAIR ANTONIO RIGO
Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se.

ANTONIO SOSTERr
Sec. Mun. de Administração e Finanças

Portaria Nº 94/11 de 03 de março 2011

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR POR PRAZO DETERMINADO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Aldair Antonio Rigo, Prefeito Municipal de Paial Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente nos termos do art. 69, VII da Lei Orgânica do

Município, bem como LC 05/2002, Lei Complementar 11/2003;

Considerando a necessidade permanente das atividades dos Agentes Comunitários de Saúde;

Considerando que a interrupção das atividades acarreta suspensão de repasse de recursos pelo Governo Federal ao Programa da Saúde da Família;

Considerando que não houve aprovados no processo seletivo 03/2010;

Considerando a necessidade de prazo para realização do novo processo seletivo para contratação;

RESOLVE:

Art. 1º Admitir pelo prazo de 120 dias a Sra. Sirlei Lorscheitter, brasileira, solteira, portadora do CPF 027.744.909-01 e RG nº 3.815.264 SSP/SC, residente na comunidade de Barra do Ariranhazinha, interior, Paial-SC, para exercer as atribuições do cargo de Agente Comunitária de Saúde micro-área 09, com carga horária de 40 horas semanais.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º- Ficam revogadas às disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Paial, 01 de março de 2011.
ALDAIR ANTONIO RIGO
Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se.

ANTONIO SOSTERr
Sec. Mun. de Administração e Finanças

Portaria Nº 95/11 de 01 de março de 2011.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR POR PRAZO DETERMINADO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Aldair Antonio Rigo, Prefeito Municipal de Paial Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente nos termos do art. 69, VII da Lei Orgânica do Município, bem como LC 05/2002, Lei Complementar 11/2003;

Considerando a necessidade permanente das atividades dos Agentes Comunitários de Saúde;

Considerando que a interrupção das atividades acarreta suspensão de repasse de recursos pelo Governo Federal ao Programa da Saúde da Família;

Considerando que não houve aprovados no processo seletivo 03/2010;

Considerando a necessidade de prazo para realização do novo processo seletivo para contratação;

RESOLVE:

Art. 1º Admitir pelo prazo de 120 dias a Sra. Jucéli Rommel Weirich, brasileira, casada, portadora do CPF 058.692.839-14 e RG nº 4.450.145 SSP/SC, residente na comunidade de Linha Beira Rio, interior, Paial-SC, para exercer as atribuições do cargo de Agente Comunitária de Saúde micro-área 02, com carga horária de 40 horas semanais.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º- Ficam revogadas às disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Paial, 01 de março de 2011.
ALDAIR ANTONIO RIGO
Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se.

ANTONIO SOSTERr
Sec. Mun. de Administração e Finanças

Portaria Nº 96/11, de 01 de março de 2011.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR POR PRAZO DETERMINADO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Aldair Antonio Rigo, Prefeito Municipal de Paial Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente nos termos do art. 69, VII da Lei Orgânica do Município, bem como LC 05/2002, Lei Complementar 11/2003;

Considerando a necessidade permanente das atividades dos Agentes Comunitários de Saúde;

Considerando que a interrupção das atividades acarreta suspensão de repasse de recursos pelo Governo Federal ao Programa da Saúde da Família;

Considerando que não houve aprovados no processo seletivo 03/2010;

Considerando a necessidade de prazo para realização do novo processo seletivo para contratação;

RESOLVE:

Art. 1º Admitir pelo prazo de 120 dias a Sra. Alice Mews Santana, brasileira, casada, portadora do CPF 018.341.039-40 e RG nº 2.691.483 SSP/SC, residente na comunidade de Linha Pavão, interior, Paial-SC, para exercer a função de Agente Comunitária de Saúde, micro-área 08 ,com carga horária de 40 horas semanais.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º- Ficam revogadas às disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Paial, 01 de março de 2011.
ALDAIR ANTONIO RIGO
Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se.

ANTONIO SOSTERr
Sec. Mun. de Administração e Finanças

Portaria Nº 97/11, de 01 de março de 2011.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR POR PRAZO DETERMINADO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Aldair Antonio Rigo, Prefeito Municipal de Paial Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente nos termos do art. 69, VII da Lei Orgânica do Município, bem como LC 05/2002, Lei Complementar 11/2003;

Considerando a necessidade permanente das atividades dos Agentes Comunitários de Saúde;

Considerando que a interrupção das atividades acarreta suspensão de repasse de recursos pelo Governo Federal ao Programa da

Saúde da Família;

Considerando que não houve aprovados no processo seletivo 03/2010;

Considerando a necessidade de prazo para realização do novo processo seletivo para contratação;

RESOLVE:

Art. 1º Admitir pelo prazo de 120 dias a Sra. Vanda Debortoli, brasileira, casada, portadora do CPF 898.331.989-53 e RG nº 703.744 SSP/SC, residente na comunidade de Linha Saleté, interior, Paial-SC, para exercer a função de Agente Comunitária de Saúde micro-área 05, com carga horária de 40 horas semanais.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º- Ficam revogadas às disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Paial, 01 de março de 2011.

ALDAIR ANTONIO RIGO

Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se.

ANTONIO SOSTER

Sec. Mun. de Administração e Finanças

Portaria Nº 98/11, de 01 de março de 2011

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR POR PRAZO DETERMINADO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Aldair Antonio Rigo, Prefeito Municipal do Município de Paial, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente nos termos do art. 69, VII da Lei Orgânica do Município, bem como LC 05/2002, e Lei Complementar 11/2003;

Considerando o resultado do Processo Seletivo 03/2010 ;

Considerando A existência dos cargos de Agentes Comunitárias de saúde, conforme LC 05/2002 ;

RESOLVE:

Art. 1º Admitir, por prazo determinado, a Sra. Edite Fátima Martins da Silva, brasileira, casada, portadora do RG 14/4.450.615 SSP/SC, CPF nº 034.659.229-13, residente na comunidade de Linha Sede Irani, interior, Paial-SC, para exercer as atribuições do cargo de Agente Comunitária de Saúde, com carga horária de 40 horas semanais.

Art. 2º. O período de contratação será durante a validade do Processo seletivo.

Art. 3º. Conceder afastamento para tratamento de Saúde pelo período de 90 dias conforme atestado médico ou enquanto perdurar o atestado.

Art.4º- Ficam revogadas às disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Paial, 01 de março de 2011

ALDAIR ANTONIO RIGO

Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se.

Portaria Nº 99/2011, de 01 de março de 2011.

Concede adicional por tempo de serviço a servidor público municipal e dá outras providências:

Aldair Antonio Rigo, Prefeito Municipal de Paial, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente nos termos do art. 69, VII e IX da Lei Orgânica do Município e Art. 61 da Lei Complementar 20/2010;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder adicional por tempo de serviço correspondente a 9% (nove por cento) sobre seu vencimento ao Servidor ALMIR ROMMEL , ocupante do cargo de PROFESSOR III, por haver completado 3 (três) quinquênios no serviço público municipal,

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paial 01 de março de 2011.

ALDAIR ANTONIO RIGO

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se.

ANTONIO SOSTER

Secretário de Admin. e Finanças.

Paulo Lopes

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei 1433-2011

LEI Nº. 1433 DE 03 DE MARÇO DE 2011

Dispõe sobre a identificação de veículos oficiais do Município de Paulo Lopes, e dá outras providências.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou o projeto de lei e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Todos os veículos de propriedade da municipalidade, poder executivo, legislativo, autarquias, empresas ou fundações públicas municipais ou de qualquer outra natureza adquiridos ou locados pelo poder público municipal, deverão trazer, de forma visível e em local adequado, inscritos:

I - a expressão "PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES" ou "CÂMARA MUNICIPAL DE PAULO LOPES" conforme o caso;

II - a identificação do órgão ou Secretaria Municipal a que esteja vinculado;

III - a expressão "USO EXCLUSIVO EM SERVIÇO";

IV - o brasão do Município.

§ 1º - as inscrições de que trata este artigo deverão ser inseridas, preferencialmente, nas laterais dos referidos veículos, e no tamanho mínimo de 0,40 X 0,25 m.

§ 2º - Excluem-se da exigência desta Lei os veículos oficiais de uso do Sr. Prefeito e do Sr. Presidente da Câmara Municipal.

Art. 2º - Os veículos oficiais das Autarquias, Fundações ou Empresas Públicas Municipais deverão, igualmente, trazer inseridas as inscrições de que trata esta Lei, com as necessárias adaptações.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de verbas próprias consignadas no orçamento, suplementadas se necessário.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor no prazo de noventa dias, contados a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paulo Lopes, 03 de março de 2011.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei no Diário Oficial dos Municípios em 09 de março de 2011

ZENITA FELICIANO DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Lei 1434-2011

LEI Nº. 1434 DE 03 DE MARÇO DE 2011

Atualiza a remuneração dos cargos "Auxiliar de Serviços Gerais" e "Agente Legislativo", para adequação ao artigo 7º, IV, da Constituição Federal.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara aprovou o projeto de Lei nº 08-2010 e ele sanciona a seguinte lei:

Artigo 1º - O vencimento inicial do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, Letra A, passará para o valor R\$ 540,00 (quinhentos e quarenta reais), em adequação ao ditame constitucional.

Artigo 2º - O vencimento inicial do cargo de Agente Legislativo passará para o valor R\$ 540,00 (quinhentos e quarenta reais), em adequação ao ditame constitucional.

Artigo 3º - Os recursos e impacto financeiro desta lei serão absorvidos pelo orçamento da Câmara Municipal, conforme anexo, parte integrante desta lei.

Artigo 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paulo Lopes, 03 de março de 2011.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei no Diário Oficial dos Municípios em 09 de março de 2011

ZENITA FELICIANO DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 025/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 025/2011

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na legislação vigente, RESOLVE, AMPLIAR LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, à servidora Pública Municipal, efetiva e estável, Rose Inacia Pereira, matrícula nº 016, ocupante do cargo de Professora, até 31/03/2011, conforme número do benefício 5444493043.

Município de Paulo Lopes-SC, em 01 de Fevereiro de 2011.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada

sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do artigo 4º do decreto 017/2009.

ZENITA FELICIANO DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 033/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 033/2011

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade de disposto na legislação da Lei nº 649/94, item IX, Resolve;

CONTRATAR POR PRAZO TEMPORÁRIO Carlos Rangel brasileiro, portador do CPF nº 039.468.639-06, matrícula nº 10594, classificado em 3º lugar no processo seletivo nº 004/2010, para atuar no cargo de Motorista, a disposição da Secretaria Municipal de Educação, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS. A partir de 03/02/2011 à 03/05/2011.

Município de Paulo Lopes-SC, em 03 de Fevereiro de 2011.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do artigo 4º do decreto 017/2009.

ZENITA FELICIANO DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 034/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 034/2011

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições e de conformidade do disposto na Lei 497/91 art. 104, RESOLVE, CONCEDER LICENÇA PRÊMIO, ao servidor público municipal, efetivo e estável Carlos Correia, brasileiro, portador do CPF nº 625.685.829-87, matrícula nº 762, ocupante do cargo de Motorista, com vínculo junto a Secretaria Municipal de Educação. A partir de 03/02/2011 à 03/05/2011 referente ao quinquênio 01/03/2004 à 01/03/2009.

Município de Paulo Lopes-SC, em 03 de Fevereiro de 2011.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do artigo 4º do decreto 017/2009.

ZENITA FELICIANO DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 039/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 039/2011

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes,

no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Legislação vigente, **RESOLVE:**
COLOCAR A DISPOSIÇÃO, a servidora Pública Municipal Alessandra Rodrigues Sebastião, brasileira, portadora do CPF nº 036.673.279-00, matrícula nº 10257, ocupante do Cargo de Técnica de Enfermagem, para exercer suas funções no Programa Saúde da Família (PSF) na área 03, com vínculo junto a Secretária Municipal de Saúde e Assistência Social, a partir de 07/02/2011, recebendo gratificação prevista na Lei nº 1259 de dezembro 2007, Artigo 8º. Conforme exposições de motivo 007 /2011.

Município de Paulo Lopes-SC, em 07 de Fevereiro de 2011.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

ZENITA FELICIANO DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 040/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 040/2011

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Lei nº 1269 de 25 março de 2008, e decreto nº 37/2008, **RESOLVE**, **CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL HORIZONTAL** de C para D, aos servidores efetivos e estáveis: Marli Maria Cardoso, matrícula nº 663, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais; Luciane Cardoso, matrícula nº 666 , ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais; Marlene Rosa Leal, matrícula nº 667 , ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais; Grasiela Martins Antunes, matrícula nº 643, ocupante do cargo de Auxiliar Contábil Financeiro II; José Carlos Schutz, matrícula nº 641, ocupante do cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação.

Município de Paulo Lopes-SC, em 08 de Fevereiro de 2011.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do artigo 4º do decreto 017/2009.

ZENITA FELICIANO DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 041/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 041/2011

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Lei nº 1269 de 25 março de 2008, e decreto nº 37/2008, **RESOLVE**, **CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL HORIZONTAL** de C para D, aos servidores efetivos e estáveis: Maria Cristina Matoso, matrícula nº 645, ocupante do cargo de Técnica em Enfermagem; Rodrigo Dias Nunes, matrícula nº 656 , ocupante do cargo de Médico Ginecologista; Adriani Luíza Costa, matrícula nº 658 , ocupante do cargo de Agente Administrativa Auxiliar; Ronaldo Pereira, matrícula nº 660, ocupante do cargo de Motorista.

Município de Paulo Lopes-SC, em 08 de Fevereiro de 2011.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do artigo 4º do decreto 017/2009.

ZENITA FELICIANO DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 044/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 044/2011

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Legislação vigente, **RESOLVE:**
CONTRATAR POR PRAZO TEMPORARIO, Janaina Sonia Marcos, brasileira, portadora do CPF nº 059.811.489-00, matrícula nº 10596, para atuar na função de Agente Comunitária de Saúde na área 02 - micro área 12, a disposição da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, em substituição a titular Ana Cristina de Jesus Gonçalves, no período de 08/02/2011 a 29/07/2011, conforme justificativa nº 009/11.

Município de Paulo Lopes-SC, em 08 de Fevereiro de 2011.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do artigo 4º do decreto 017/2009.

ZENITA FELICIANO DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 028/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 028/2011

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal em de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições e de conformidade do disposição na L.C. nº 028/2010, **RESOLVE**, **CONCEDER LICENÇA GESTAÇÃO** DE 180 dias, a Servidora Pública Municipal, efetiva, Ana Cristina de Jesus Gonçalves, matrícula nº 10270, ocupante do cargo de Agente Comunitária de Saúde, no período de 31/01/2011 à 29/07/2011 conforme atestado médico.

Município de Paulo Lopes SC em 01 de Fevereiro de 2011.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

ZENITA FELICIANO DA SILVA
Secretaria Municipal de Administração

Portaria Nº 022/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 022/2011

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade de disposto na legislação da Lei nº 649/94, item IX, Resolve;

CONTRATAR POR PRAZO TEMPORARIO José Lourenço de Jesus, brasileiro, classificado em 1º lugar do Processo Seletivo nº 004/2010, matrícula nº 10589, para atuar no cargo de Motorista, a disposição da Secretária Municipal de Educação, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS. A partir de 25/01/2011 á 30/06/2011, conforme justificativa nº 002/2011.

Município de Paulo Lopes-SC, em 01 de Fevereiro de 2011.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

ZENITA FELICIANO DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 023/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 023/2011

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade de disposto na legislação da Lei nº 649/94, item IX, Resolve;

CONTRATAR POR PRAZO TEMPORARIO Tiago Manoel Silvano, brasileiro, matrícula nº 10590, classificado em 2º lugar do Processo Seletivo nº 004/2010, para atuar no cargo de Motorista a disposição da Secretaria Municipal de Saúde, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS. A partir de 01/02/2011 á 31/05/2011, conforme justificativa nº 006/2011.

Município de Paulo Lopes-SC, em 01 de Fevereiro de 2011.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

ZENITA FELICIANO DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 024/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 024/2011

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Lei Municipal nº 649/1994 inciso IX, conforme justificativa em anexo RESOLVE,

CONTRATAR POR PRAZO TEMPORÁRIO Haylor Fraga Cargnin, brasileiro, matrícula nº 10591, em razão do processo seletivo nº 004/2010 para o cargo de OPERADOR DE MÁQUINA ter resultado deserto, havendo necessidade do profissional à disposição da Secretaria Municipal de Obras, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS. A partir 01/02/2011 á 31/03/2011, conforme justificativa nº 02/2011.

Município de Paulo Lopes-SC, em 01 de Fevereiro de 2011.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

ZENITA FELICIANO DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 026/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 026/2011

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na legislação vigente, resolve.

EXONERAR, a partir de 27/01/2011, Nivaldo Pedro Cardoso, brasileiro, ocupante do Cargo em Comissão de Diretor de Departamento de Vigilância Epidemiológica e Ambiental, matrícula nº 10518, nomeado pela portaria nº 076/2010.

Município de Paulo Lopes - SC, 01 de Fevereiro de 2011.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009

ZENITA FELICIANO DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 027/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 027/2011

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na legislação vigente, resolve.

NOMEAR EM COMISSÃO, Daniela Nelza Cizino, brasileira, casada, portadora do CPF nº 031.566.229-82, para ocupar o cargo em Comissão de Secretária Unidade Escolar , matrícula nº 10592, a disposição da Secretaria Municipal de Educação com vínculo contributivo ao Regime Geral da Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes - SC, 01 de Fevereiro de 2011.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009

ZENITA FELICIANO DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 029/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 029/2011

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na legislação vigente, RESOLVE,
AMPLIAR LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, ao servidor João Borges Filho, brasileiro, portador do CPF 455.239.089-91, servidor público municipal, efetivo e estável, matrícula nº 316, ocupante do Cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, até 10/03/2011, conforme número do benefício 12109076757.

Município de Paulo Lopes - SC, 01 de Fevereiro de 2010.

Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

ZENITA FELICIANO DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 030/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 030/2011

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na legislação vigente, RESOLVE,
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, à servidora, Cristiane Macuglia, brasileira, portadora do CPF nº 730.286.220-68, servidora pública municipal, efetiva e não - estável, matrícula nº 10467, ocupante do Cargo de Enfermeira do PSF, a partir de 24/01/2011 à 07/02/2011, encaminhando para a perícia no décimo sexto dia.

Município de Paulo Lopes - SC, 01 de fevereiro de 2011.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

ZENITA FELICIANO DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 031/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 031/2011

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na legislação vigente, RESOLVE,
TORNAR SEM EFEITO, a portaria nº 285/2010, que concedeu Licença sem Vencimento a partir de 01/10/2010 ao Servidor Público Municipal Julmar de Abreu, matrícula nº 717, ocupante do cargo Professor de Educação Física, vinculado a Secretaria Municipal de Educação.

Município de Paulo Lopes - SC, 01 de Fevereiro de 2011.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

ZENITA FELICIANO DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 032/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 032/2011

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Legislação vigente, RESOLVE,
CONTRATAR POR PRAZO TEMPORÁRIO o Servidor Público Municipal Paulo Roberto Távora Neves, portador do CPF nº 366.751.480-87, matrícula nº 10593, para atuar no cargo de MÉDICO no Programa da Saúde da Família (PSF), na área 01, com vínculo junto a Secretaria Municipal da Saúde e Assistência Social, de 01/02/2011 a 30/04/2011.

Município de Paulo Lopes-SC em 01 de Fevereiro de 2011.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do artigo 4º do decreto 017/2009.

ZENITA FELICIANO DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 035/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 035/2011

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade de disposto na Legislação vigente, RESOLVE,
EXONERAR A PEDIDO, Tiago Manoel Silvano, brasileiro, portador do CPF nº 008.596.609-66, matrícula nº 10590, nomeado pela portaria nº 023/2011 para ocupar o cargo de Motorista a disposição da Secretaria Municipal de Saúde, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, por não haver mais interesse em exercer atividades a este município.

Município de Paulo Lopes-SC, em 04 de Fevereiro de 2011.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

ZENITA FELICIANO DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 036/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 036/2011

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o disposto na legislação vigente conforme requerimento em anexo. RESOLVE, EXONERAR, a Servidora Pública Municipal, efetiva e estável, Maria de Lurdes Dutra, brasileira, portadora do CPF nº 403.996.999-53, matrícula nº 668, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com vínculo junto a Secretaria Municipal de Educação, por motivo de aposentadoria junto ao Regime Geral de Previdência Social, por tempo de contribuição, número do benefício: 1486082430.

Município de Paulo Lopes - SC, em 07 de Fevereiro de 2011.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

ZENITA FELICIANO DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 037/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 037/2011

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na legislação vigente, RESOLVE, CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, a servidora Pública Municipal Rosimere Cabral Leite, brasileira, portadora do CPF nº 024.453.419-57, matrícula nº 10399, ocupante do cargo em comissão de Assessora Educacional, com vínculo junto a Secretaria Municipal de Educação; a partir de 02/02/2011 a 16/02/2011, encaminhando para a perícia no décimo sexto dia.

Município de Paulo Lopes - SC, 07 de Fevereiro de 2011.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

ZENITA FELICIANO DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 038/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 038/2011

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade de disposto na Lei nº 649/94, item IX, Resolve;

CONTRATAR POR PRAZO TEMPORARIO Adriano José Vieira, brasileiro, portador do CPF nº 000.175.739-39, matrícula nº 10595, classificado em 4º lugar do Processo Seletivo nº 004/2010, para atuar no cargo de Motorista, a disposição da Secretária Municipal de Saúde e Assistência Social, com vínculo contributivo ao Regime

Geral de Previdência Social - RGPS. A partir de 07/02/2011 à 28/02/2011, conforme justificativa nº 008/2011.

Município de Paulo Lopes-SC, em 07 de Fevereiro de 2011.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

ZENITA FELICIANO DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 042/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 042/2011

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Legislação vigente e exposições de motivos C.I. nº 005/2011, RESOLVE, CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA de Chefe Técnico Científico de Medicina, ao Servidor Público Municipal Paulo Roberto Távora Neves, matrícula nº 10593, nomeado pela portaria nº 032/2011, ocupante do cargo de MÉDICO no Programa da Saúde da Família (PSF), na área 01, com vínculo junto a Secretaria Municipal da Saúde e Assistência Social, a partir de 08/02/2011.

Município de Paulo Lopes-SC em 08 de Fevereiro de 2011.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do artigo 4º do decreto 017/2009.

ZENITA FELICIANO DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 043/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 043/2011

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na legislação vigente, RESOLVE, AMPLIAR LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, ao servidor Manoel Antonio, brasileiro, portador do CPF nº 030.801.699-80, servidor público municipal, efetivo e estável, matrícula nº 642, ocupante do Cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, até 26/04/2011, conforme número do benefício 544.560.410.8.

Município de Paulo Lopes - SC, 08 de Fevereiro de 2011.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

ZENITA FELICIANO DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 045/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 045/2011

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Legislação vigente e exposição de motivo nº 001/2011, RESOLVE, AMPLIAR PRAZO DE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA do servidor Público Municipal Nilton Batista Raupp, portador do CPF nº 594.479.409-78, matrícula nº 10536, residente e domiciliado no município de Garopaba/SC, para ocupar o cargo de Contador, com lotação na Secretaria Municipal Finanças, carga horária 220 horas, no prazo de 08/02/2011 à 08/04/2011.

Município de Paulo Lopes-SC em 08 de Fevereiro de 2011.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do artigo 4º do decreto 017/2009.

ZENITA FELICIANO DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 046/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 046/2011

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Lei Municipal nº497/91, artigo 17 item II RESOLVE, NOMEAR EM COMISSÃO Roseli Goteira Marciano, brasileira, residente e domiciliada em Paulo Lopes/SC, portadora do CPF nº 767.892.929-34, matrícula nº 10597, para ocupar o cargo de Diretora de Departamento de Vigilância Epidemiológica e Ambiental, a disposição da Secretária Municipal de Saúde e Assistência Social, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 08 de Fevereiro de 2011.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

ZENITA FELICIANO DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 047/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 047/2011

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na legislação vigente, RESOLVE, CONCEDER LICENÇA PRÊMIO, a servidora Pública Municipal, efetiva e estável, Marinez de Souza, brasileira, portadora do CPF nº 888.396.309-10, matrícula nº 430, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem; no período de 17/02/2011 à 18/03/2011, referente ao quinquênio 24/04/2000 à 23/04/2005.

Município de Paulo Lopes - SC, 17 de Fevereiro de 2011.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

ZENITA FELICIANO DA SILVA
Secretária Mun. Administração

Portaria Nº 048/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 048/2011

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Lei Municipal nº 819/1998 e exposições de motivo nº 005/2011, RESOLVE, CONTRATAR POR PRAZO TEMPORÁRIO Valdirene Maria da Silva Righo, brasileira, portadora do CPF nº 665.467.709/97, pós-graduada, matrícula nº 10598, classificada no Processo seletivo nº 002/2010, para atuar na Educação Infantil no cargo de Professora, à disposição da Secretaria Municipal de Educação, a partir de 08/02/2011 até 16/12/2011, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 08 de Fevereiro de 2011.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

ZENITA FELICIANO DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Extrato 1º TA Contrato 081-2010

Extrato do 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 081/2010, de 02/06/2010 conforme Carta Convite 038/2010
Tendo como contratante a Prefeitura Municipal de Paulo Lopes e contratado Gestão Pública Consultores Associados - Sociedade Simples, CNPJ sob o nº 07.756.872/0001-23, Objeto: Prestação de Serviços de Assessoria e Consultoria nas Áreas de Contabilidade Pública, Planejamento Governamental e Controle Interno. Finalidade: Prorrogação do Contrato até 31/12/2011.
03 de março de 2011

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Pinheiro Preto

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº 3.362, de 01 de Março de 2.011

DECRETO Nº 3.362, DE 01 DE MARÇO DE 2.011
APROVA CONCESSÃO DE ISENÇÃO DE IPTU E TAXAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro

Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 171, de 14 de dezembro de 2010, e

Art. 1º Fica aprovado e concedido, nos termos da Lei Complementar nº 171/2010, isenção do pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU e Taxas de Serviços Públicos às contribuintes MARIA ZÉLIA RIGO E MARIA RIGO, brasileiras, aposentadas, inscritas no CPF sob nº 065.712.719-15 e 065.712.809-06, respectivamente, residente na Rua Senador Antonio Carlos Konder Reis, Centro, para o exercício fiscal de 2.011. Considerando o Processo Administrativo nº 018/2.011, do Livro 18 folhas 08.

Parágrafo único. A isenção de que trata este artigo deverá ser requerida anualmente, para que possa ser analisado e decidido pela autoridade competente também de forma anual, a fim de propiciar melhor controle administrativo.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC, 01 de Março de 2.011.

EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Decreto Nº 3.363, de 01 de Março de 2.011

DECRETO Nº 3.363, DE 01 DE MARÇO DE 2.011
APROVA CONCESSÃO DE ISENÇÃO DE IPTU E TAXAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 171, de 14 de dezembro de 2.010, e

Art. 1º Fica aprovado e concedido, nos termos da Lei Complementar nº 171/2.010, isenção do pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU e Taxas de Serviços Públicos à contribuinte JOÃO DOMINGUES, brasileiro, aposentado, inscrito no CPF sob nº 065.711.669-68, residente na Rua Luiz Vieceli, 76, São José, para o exercício fiscal de 2.010. Considerando o Processo Administrativo nº 015/2.010, do Livro 18 folhas 05.

Parágrafo único. A isenção de que trata este artigo deverá ser requerida anualmente, para que possa ser analisado e decidido pela autoridade competente também de forma anual, a fim de propiciar melhor controle administrativo.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC, 01 de Março de 2.011.

EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Decreto Nº 3.364, de 01 de Março de 2.011

DECRETO Nº 3.364, DE 01 DE MARÇO DE 2.011
APROVA CONCESSÃO DE ISENÇÃO DE IPTU E TAXAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 171, de 14 de dezembro de 2.010, e

Art. 1º Fica aprovado e concedido, nos termos da Lei Complementar nº 171/2.010, isenção do pagamento do Imposto Predial

e Territorial Urbano - IPTU e Taxas de Serviços Públicos à contribuinte JOÃO DOMINGUES, brasileiro, aposentado, inscrito no CPF sob nº 065.711.669-68, residente na Rua Luiz Vieceli, 76, São José, para o exercício fiscal de 2.011. Considerando o Processo Administrativo nº 016/2.011, do Livro 18 folhas 08.

Parágrafo único. A isenção de que trata este artigo deverá ser requerida anualmente, para que possa ser analisado e decidido pela autoridade competente também de forma anual, a fim de propiciar melhor controle administrativo.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC, 01 de Março de 2.011.

EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 073, de 02 de Março de 2011

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA Nº 073, DE 02 DE MARÇO DE 2011
HOMOLOGA O RESULTADO DO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2011

Portaria Nº 074, de 02 de Março de 2011

PORTARIA Nº 074, DE 02 DE MARÇO DE 2011
HOMOLOGA A CLASSIFICAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2011

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o item 6.4 do edital de processo seletivo n.º 001/2011, RESOLVE:

Art. 1º. Homologar o resultado do processo seletivo para provimento em caráter temporário, sob regime especial, edital de processo seletivo n.º 001/2011, na forma do quadro abaixo:

ATENDENTE DE BIBLIOTECA	
CLASSIFICAÇÃO	NOME
1º	Jéssica Bado
2º	Alexandra Zanella
3º	Patrícia Hack da Silva
4º	Fabiana Kopp Benque
5º	Monalisa Nordt

PROFESSOR	
CLASSIFICAÇÃO	NOME
1º	Leandro da Silva
2º	Evandro Rabuske

MOTORISTA	
CLASSIFICAÇÃO	NOME
1º	Antonio Carlos Alves de Oliveira
2º	Enori Friebe

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto, 02 de Março de 2011
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Porto Belo

PREFEITURA MUNICIPAL

Extrato do Contrato Nº 014/2011 - Educação

Extrato de Contrato Nº 014/2011 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Estado de Santa Catarina

Município de Porto Belo

Processo Licitatório Modalidade Carta Convite nº 023/2011

Objeto: SERVIÇOS DE RECAPAGEM E CONserto DE PNEUS USADOS PARA MANUTENÇÃO DA FROTA ESCOLAR DO MUNICÍPIO.

Contratado: MEGANOPEÇAS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA

Prazo de vigência: O presente contrato terá vigência, ATÉ 15 DIAS a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado conforme a Lei nº 8.666/93.

O valor global: O valor global do presente contrato será de R\$ 79.384,00 (setenta e nove mil e trezentos e oitenta e quatro reais).

Data e assinatura do contrato: 17 de fevereiro de 2011.

ALBERT STADLER

Prefeito

Extrato do Contrato Nº 015/2011 - Educação

Extrato de Contrato Nº 015/2011 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Estado de Santa Catarina

Município de Porto Belo

Processo Licitatório Modalidade Carta Convite nº 024/2011

Objeto: SERVIÇOS MECANICOS PARA CONVERSAO DIVERSAS, MONTAGEM E DESMONTAGEM, RETÍFICAS DE MOTOR, BOMBA, BICO E SOLDA PARA MANUTENÇÃO DA FROTA ESCOLAR DO MUNICÍPIO.

Contratado: MEGANOPEÇAS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA

Prazo de vigência: O presente contrato terá vigência, até 31/12/2011 a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado conforme a Lei nº 8.666/93.

O valor global: O valor global do presente contrato será de R\$ 78.500,00 (setenta e oito mil e quinhentos reais).

Data e assinatura do contrato: 17 de fevereiro de 2011.

ALBERT STADLER

Prefeito

Extrato do Contrato Nº 016/2011 - Educação

Extrato de Contrato Nº 016/2011 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Estado de Santa Catarina

Município de Porto Belo

Processo Licitatório Modalidade Carta Convite nº 025/2011

Objeto: AQUISICAO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA DA FROTA ESCOLAR DO MUNICÍPIO PLACAS KPB3353-LJG7094-LJF3734-KNG4616-MEH7726.

Contratado: MEGANOPEÇAS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA

Prazo de vigência: O presente contrato terá vigência, ATÉ 15 DIAS a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado conforme a Lei nº 8.666/93.

O valor global: O valor global do presente contrato será de R\$ 79.050,00 (setenta e nove mil e cinquenta reais).

Data e assinatura do contrato: 17 de fevereiro de 2011.

ALBERT STADLER

Prefeito

Extrato do Contrato Nº 017/2011 - Educação

Extrato de Contrato Nº 017/2011 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Estado de Santa Catarina

Município de Porto Belo

Processo Licitatório Modalidade Chamamento Público nº 001/2011

Objeto: 2. É objeto desta contratação a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA COMPOSIÇÃO DA MERENDA ESCOLAR destinada aos alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, os quais se encontram descritos no edital de CHAMAMENTO PÚBLICO nº 001/2011 e seus anexos integrantes, os quais ficam fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

2.1 O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE, conforme descrito no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar parte integrante deste Instrumento, e desde que alguma demanda não conflite com esse ajuste.

Contratado: JOAO AMARO FRANCISCO

Prazo de vigência: O presente contrato terá até 31/12/2011, a contar da data de sua assinatura.

O valor global: O valor global do presente contrato será de R\$ 8.977,60 (Oito mil, novecentos e setenta e sete reais e sessenta centavos).

Data e assinatura do contrato: 18 de fevereiro de 2011.

ALBERT STADLER

Prefeito

Extrato do Contrato Nº 018/2011 - Educação

Extrato de Contrato Nº 018/2011 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Estado de Santa Catarina

Município de Porto Belo

Processo Licitatório Modalidade Chamamento Público nº 001/2011

Objeto: 2. É objeto desta contratação a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA COMPOSIÇÃO DA MERENDA ESCOLAR destinada aos alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, os quais se encontram descritos no edital de CHAMAMENTO PÚBLICO nº 001/2011 e seus anexos integrantes, os quais ficam fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

2.1 O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE, conforme descrito no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar parte integrante deste Instrumento, e desde que alguma demanda não conflite com esse ajuste.

Contratado: JOSÉ AMARO FRANCISCO

Prazo de vigência: O presente contrato terá até 31/12/2011, a contar da data de sua assinatura.

O valor global: O valor global do presente contrato será de R\$ 8.998,50 (Oito mil, novecentos e noventa e oito reais e cinquenta centavos).

Data e assinatura do contrato: 18 de fevereiro de 2011.

ALBERT STADLER

Prefeito

Extrato do Contrato Nº 019/2011 - Educação

Extrato de Contrato Nº 019/2011 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Estado de Santa Catarina

Município de Porto Belo

Processo Licitatório Modalidade Chamamento Público nº 001/2011

Objeto: 2. É objeto desta contratação a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA COMPOSIÇÃO DA MERENDA ESCOLAR destinada aos alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, os quais se encontram descritos no edital de CHAMAMENTO PÚBLICO nº 001/2011 e seus anexos integrantes, os quais ficam fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

2.1 O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE, conforme descrito no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar parte integrante deste Instrumento, e desde que alguma demanda não conflite com esse ajuste.

Contratado: MARCOS ANTONIO WYSOCKI

Prazo de vigência: O presente contrato terá até 31/12/2011, a contar da data de sua assinatura.

O valor global: O valor global do presente contrato será de R\$ 8.986,00 (Oito mil, novecentos e oitenta e seis reais).

Data e assinatura do contrato: 18 de fevereiro de 2011.

ALBERT STADLER

Prefeito

Extrato do Contrato Nº 020/2011 - Educação

Extrato de Contrato Nº 020/2011 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Estado de Santa Catarina

Município de Porto Belo

Processo Licitatório Modalidade Chamamento Público nº 001/2011

Objeto: 2. É objeto desta contratação a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA COMPOSIÇÃO DA MERENDA ESCOLAR destinada aos alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, os quais se encontram descritos no edital de CHAMAMENTO PÚBLICO nº 001/2011 e seus anexos integrantes, os quais ficam fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

2.1 O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE, conforme descrito no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar parte integrante deste Instrumento, e desde que alguma demanda não conflite com esse ajuste.

Contratado: MOACIR CAETANO

Prazo de vigência: O presente contrato terá até 31/12/2011, a contar da data de sua assinatura.

O valor global: O valor global do presente contrato será de R\$ 8.997,50 (Oito mil, novecentos e noventa e sete reais e cinquenta centavos).

Data e assinatura do contrato: 18 de fevereiro de 2011.

ALBERT STADLER

Prefeito

Extrato do Contrato Nº 021/2011 - Educação

Extrato de Contrato Nº 021/2011 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Estado de Santa Catarina

Município de Porto Belo

Processo Licitatório Modalidade Chamamento Público nº 001/2011

Objeto: 2. É objeto desta contratação a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA COMPOSIÇÃO DA MERENDA ESCOLAR destinada aos alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, os quais se encontram descritos no edital de CHAMAMENTO PÚBLICO nº 001/2011 e seus anexos integrantes, os quais ficam fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

2.1 O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE, conforme descrito no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar parte integrante deste Instrumento, e desde que alguma demanda não conflite com esse ajuste.

Contratado: GILBERTO SCHMITZ

Prazo de vigência: O presente contrato terá até 31/12/2011, a contar da data de sua assinatura.

O valor global: O valor global do presente contrato será de R\$ 8.984,60 (Oito mil, novecentos e oitenta e quatro reais e sessenta centavos).

Data e assinatura do contrato: 18 de fevereiro de 2011.

ALBERT STADLER

Prefeito

Extrato do Contrato Nº 022/2011 - Educação

Extrato de Contrato Nº 022/2011 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Estado de Santa Catarina

Município de Porto Belo

Processo Licitatório Modalidade Chamamento Público nº 001/2011

Objeto: 2. É objeto desta contratação a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA COMPOSIÇÃO DA MERENDA ESCOLAR destinada aos alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, os quais se encontram descritos no edital de CHAMAMENTO PÚBLICO nº 001/2011 e seus anexos integrantes, os quais ficam fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

2.1 O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE, conforme descrito no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar parte integrante deste Instrumento, e desde que alguma demanda não conflite com esse ajuste.

Contratado: GILBERTO C. S. WALTRICK

Prazo de vigência: O presente contrato terá até 31/12/2011, a contar da data de sua assinatura.

O valor global: O valor global do presente contrato será de R\$ 4.858,40 (quatro mil, oitocentos e cinquenta e oito reais e quarenta centavos).

Data e assinatura do contrato: 18 de fevereiro de 2011.

ALBERT STADLER

Prefeito

Extrato do Contrato Nº 023/2011 - Educação

Extrato de Contrato Nº 023/2011 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Estado de Santa Catarina

Município de Porto Belo

Processo Licitatório Modalidade Chamamento Público nº 001/2011

Objeto: 2. É objeto desta contratação a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA COMPOSIÇÃO DA MERENDA ESCOLAR destinada aos alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, os quais se encontram descritos no edital de CHAMAMENTO PÚBLICO nº 001/2011 e seus anexos integrantes, os quais ficam fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

2.1 O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE, conforme descrito no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar parte integrante deste Instrumento, e desde que alguma demanda não conflite com esse ajuste.

Contratado: ELI ELIAS DA COSTA

Prazo de vigência: O presente contrato terá até 31/12/2011, a contar da data de sua assinatura.

O valor global: O valor global do presente contrato será de R\$ 8.990,00 (oito mil, novecentos e noventa reais).

Data e assinatura do contrato: 18 de fevereiro de 2011.

ALBERT STADLER

Prefeito

Extrato do Contrato Nº 024/2011 - Educação

Extrato de Contrato Nº 024/2011 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Estado de Santa Catarina

Município de Porto Belo

Processo Licitatório Modalidade Chamamento Público nº 001/2011

Objeto: 2. É objeto desta contratação a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA COMPOSIÇÃO DA MERENDA ESCOLAR destinada aos alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, os quais se encontram descritos no edital de CHAMAMENTO PÚBLICO nº 001/2011 e seus anexos integrantes, os quais ficam fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

2.1 O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE, conforme descrito no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar parte integrante deste Instrumento, e desde que alguma demanda não conflite com esse ajuste.

Contratado: EDSON JOSE WYSOCKI

Prazo de vigência: O presente contrato terá até 31/12/2011, a contar da data de sua assinatura.

O valor global: O valor global do presente contrato será de R\$ 8.970,00 (oito mil, novecentos e setenta reais).

Data e assinatura do contrato: 18 de fevereiro de 2011.

ALBERT STADLER

Prefeito

Extrato do Contrato Nº 025/2011 - Educação

Extrato de Contrato Nº 025/2011 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Estado de Santa Catarina

Município de Porto Belo

Processo Licitatório Modalidade Chamamento Público nº 001/2011

Objeto: 2. É objeto desta contratação a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA COMPOSIÇÃO DA MERENDA ESCOLAR destinada aos alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, os quais se encontram descritos no edital de CHAMAMENTO PÚBLICO nº 001/2011 e seus anexos integrantes, os quais ficam fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

2.1 O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE, conforme descrito no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar parte integrante deste Instrumento, e desde que alguma demanda não conflite com esse ajuste.

Contratado: EDEMIR CELIO MARTINHAGO

Prazo de vigência: O presente contrato terá até 31/12/2011, a contar da data de sua assinatura.

O valor global: O valor global do presente contrato será de R\$

8.970,50 (oito mil, novecentos e setenta reais e cinquenta centavos).

Data e assinatura do contrato: 18 de fevereiro de 2011.

ALBERT STADLER

Prefeito

Extrato do Contrato Nº 026/2011 - Educação

Extrato de Contrato Nº 026/2011 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Estado de Santa Catarina

Município de Porto Belo

Processo Licitatório Modalidade Chamamento Público nº 001/2011

Objeto: 2. É objeto desta contratação a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA COMPOSIÇÃO DA MERENDA ESCOLAR destinada aos alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, os quais se encontram descritos no edital de CHAMAMENTO PÚBLICO nº 001/2011 e seus anexos integrantes, os quais ficam fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

2.1 O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE, conforme descrito no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar parte integrante deste Instrumento, e desde que alguma demanda não conflite com esse ajuste.

Contratado: AMARO JOÃO FRANCISCO

Prazo de vigência: O presente contrato terá até 31/12/2011, a contar da data de sua assinatura.

O valor global: O valor global do presente contrato será de R\$ 8.999,00 (oito mil, novecentos e noventa e nove reais).

Data e assinatura do contrato: 18 de fevereiro de 2011.

ALBERT STADLER

Prefeito

Extrato do Contrato Nº 027/2011 - Educação

Extrato de Contrato Nº 027/2011 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Estado de Santa Catarina

Município de Porto Belo

Processo Licitatório Modalidade Chamamento Público nº 001/2011

Objeto: 2. É objeto desta contratação a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA COMPOSIÇÃO DA MERENDA ESCOLAR destinada aos alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, os quais se encontram descritos no edital de CHAMAMENTO PÚBLICO nº 001/2011 e seus anexos integrantes, os quais ficam fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

2.1 O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE, conforme descrito no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar parte integrante deste Instrumento, e desde que alguma demanda não conflite com esse ajuste.

Contratado: ALEXANDRE WARMLING

Prazo de vigência: O presente contrato terá até 31/12/2011, a contar da data de sua assinatura.

O valor global: O valor global do presente contrato será de R\$ 8.966,20 (oito mil, novecentos e noventa e nove reais).

Data e assinatura do contrato: 18 de fevereiro de 2011.

ALBERT STADLER

Prefeito

Extrato do Contrato Nº 028/2011 - Educação

Extrato de Contrato Nº 028/2011 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Estado de Santa Catarina

Município de Porto Belo

Processo Licitatório Modalidade Carta Convite nº 027/2011

Objeto: AQUISICAO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE DIVERSOS PARA USO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, ESCOLAS E CRECHES MUNICIPAIS, CONFORME ESPECIFICADOS NAS AUTORIZAÇÕES DE FORNECIMENTO Nº 108/2011, 112/2011, 113/2011, 114/2011 E 116/2011, DOCUMENTO EM ANEXO, PARTE INTEGRANTE DESTA CONTRATO.

Contratado: COMERCIAL STORINNY LTDA-ME

Prazo de vigência: O presente contato terá vigência a partir de sua assinatura até 20 dias.

O valor global: O valor global do presente contrato será de R\$ 29.471,37 (vinte e nove mil e quatrocentos e setenta e um reais e trinta e sete centavos).

Data e assinatura do contrato: 21 de fevereiro de 2011.

ALBERT STADLER

Prefeito

Porto União

PREFEITURA MUNICIPAL

Extrato de Edital de Carta Convite 001/2011 FAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 002/2011 FAS

Extrato de Edital de Convite 001/2011 FAS

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições, torna publico que fará realizar processo licitatorio, na modalidade de convite, tipo menor preço por item, para aquisição de gêneros alimentícios, materiais de higiene e limpeza para manutenção do abrigo da criança e do adolescente - FAS. Recebimento e abertura dos envelopes será no dia 18 de março de 2011, as 14:00 horas, na Prefeitura Municipal. Maiores informações e copio do edital podem ser retiradas a Rua Padre Anchieta, 126, fone (042)3523 1155, e mail liciteportouniao@yahoo.com.br e licitacao@portouniao.sc.gov.br

Porto União SC, 04 de março de 2011.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

Rio do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL

Pregão Presencial 001/2011 - F.CULTURAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL/FUNDAÇÃO CULTURAL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2011

OBJETO: Contratação de serviços para confecção de revista "Rio do Sul Nossa história em revista" para a Fundação Cultural de Rio do Sul.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 25 de maio de 2006.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até o dia 22/03/2011, às 08:30h. no endereço abaixo, na Sala de Reuniões.

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 09:00h do dia 22/03/2011, no endereço abaixo, na Sala de Reuniões.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, Divisão de Suprimentos.

Rio do Sul (SC), 09 de março de 2011

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

MARIA CIRICO RAIZER

Superintendente Fundação Cultural

Pregão Presencial 022/2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2011

OBJETO: Aquisição de materiais de construção, hidráulicos e de segurança para uso no cotidiano da Secretaria Municipal de Obras.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 25 de maio de 2006.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até o dia 23/03/2011, às 08:00h. no endereço abaixo, na sala de licitações.

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 10:00h do dia 23/03/2011, no endereço abaixo, na sala de licitações.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, Divisão de Suprimentos.

Rio do Sul (SC), 03 de março de 2011.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

Retificação Edital 006/2011

PRIMEIRO TERMO DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL Nº 006/2011

O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL - SC, neste ato representado pelos Srs. Milton Hobus, Prefeito Municipal, Vanderlei Petri, Secretário Municipal de Administração e Janara Aparecida Mafra, Secretária Municipal de Educação - SC, no uso de suas atribuições legais comunicam a Retificação no Edital de Processo Seletivo nº 006/2011:

ONDE SE LÊ:

O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL - SC, neste ato representado pelos Srs. Milton Hobus, Prefeito Municipal, Vanderlei Petri, Secretário Municipal de Administração e Janara Aparecida Mafra, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais e na forma prevista no inciso IX do Art. 37 da Constituição Federal, Art. 73 da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul, Lei Complementar 207/2010, 217/2010, Lei Complementar 208/2010, 215/2010 e Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002 e suas alterações posteriores, mediante as condições estipuladas neste Edital e demais disposições legais aplicáveis, TORNAM PÚBLICO a realização de PROCESSO SELETIVO, destinado ao preenchimento de vagas de Professor e Pedagogo, em caráter temporário, do Quadro de Pessoal da

Secretaria Municipal de Educação de Rio do Sul - SC.

LEIA-SE:

O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL - SC, neste ato representado pelos Srs. Milton Hobus, Prefeito Municipal, Vanderlei Petri, Secretário Municipal de Administração e Janara Aparecida Mafra, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais e na forma prevista no inciso IX do Art. 37 da Constituição Federal, Art. 73 da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul, Lei Complementar 207/2010, 217/2010, Lei Complementar 208/2010, 215/2010 e Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002 e suas alterações posteriores, mediante as condições estipuladas neste Edital e demais disposições legais aplicáveis, TORNAM PÚBLICO a realização de PROCESSO SELETIVO, destinado ao preenchimento de vagas de Professor, em caráter temporário, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação de Rio do Sul - SC.

Rio do Sul (SC), 04 março de 2011.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

JANARA APARECIDA MAFRA

Secretária Municipal de Educação

Edital de Convocação de Audiência Pública Santa Rita

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, no uso de suas atribuições legais, faz saber a quem interessar possa, que fará realizar Audiência Pública para apresentação e discussão da versão preliminar do Plano Municipal de Saneamento Básico do Município de Rio do Sul, no seguinte local, endereço, data e horário:

Local: Salão da Capela Santa Rita de Cássia.

Endereço: Rua Eugênio Marchi, s/nº, Santa Rita, Rio do Sul.

Data: 15 de março de 2011.

Horário: Início previsto às 19h e término previsto às 22h.

Assim, todos ficam devidamente convocados para, querendo, participem desta Audiência Pública.

Rio do Sul, 2 de março de 2011.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

Regimento Interno da Audiência Pública Saneamento

REGIMENTO INTERNO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º A Audiência Pública realizar-se-á tendo por finalidade a apresentação e a deliberação da versão preliminar do Plano de Saneamento Básico do Município de Rio do Sul, instrumento base para implementação de políticas públicas visando a universalização do atendimento e a eficácia das metas e ações na área de saneamento com foco no alcance de níveis crescentes de salubridade ambiental.

Art. 2º A Audiência Pública terá o objetivo específico de obter dados, subsídios, informações, sugestões, críticas ou propostas sobre o objeto do Edital de Convocação, que é parte integrante deste Regimento, com vistas a democratizar, conferir transparência e

assegurar a participação popular na elaboração do Plano de Saneamento Básico do Município de Rio do Sul.

Parágrafo único. A sessão terá acesso livre a qualquer pessoa, bem como aos meios de comunicação, respeitados os limites impostos pelas instalações físicas do local.

Art. 3º O público presente deverá assinar lista de presença, que conterá:

I - nome legível, profissão e endereço;

II - número do documento de identificação (RG);

III - se pertence a alguma entidade pública ou privada;

IV - assinatura.

Parágrafo único. A lista de presença ficará disponível durante toda a sessão em local acessível.

CAPÍTULO II

DA CONDUÇÃO DA AUDIÊNCIA

Art. 4º A Audiência Pública será conduzida pelo Presidente, nos termos definidos neste Regimento, com a participação da empresa especializada encarregada de elaborar o Plano de Saneamento Básico do Município de Rio do Sul e com o apoio do Grupo Técnico Executivo (GTE), criado por meio do Decreto Municipal nº 825, de 17 julho de 2009.

Art. 5º São prerrogativas do Presidente da Sessão:

I - designar um ou mais secretários para assisti-lo;

II - realizar a apresentação de objetivos e regras de funcionamento da audiência, ordenando o curso das manifestações;

III - decidir sobre a pertinência das intervenções orais;

IV - decidir sobre a pertinência das questões formuladas;

V - dispor sobre a interrupção, suspensão, prorrogação ou postergação da sessão, bem como sua reabertura ou continuação, quando o reputar conveniente, de ofício ou a pedido de algum participante;

VI - Alongar o tempo das elocuições, quando considere necessário e útil.

Art. 6º São atribuições do Secretário:

I - inscrever os participantes, de acordo com a ordem das solicitações;

II - controlar o tempo das intervenções orais;

III - a guarda da documentação produzida na audiência.

Art. 7º São atribuições da empresa especializada encarregada de elaborar o Plano de Saneamento Básico do Município de Rio do Sul:

I - apresentar a versão preliminar do Plano de Saneamento Básico do Município de Rio do Sul;

II - responder aos questionamentos relativos ao Plano de Saneamento Básico do Município de Rio do Sul;

III - registrar o conteúdo das intervenções;

IV - sistematizar as informações;

V - elaborar a ata da Sessão.

CAPÍTULO III

DOS PARTICIPANTES

Art. 8º Será considerado participante da Audiência Pública qualquer cidadão ou cidadã residente no município de Rio do Sul, sem distinção de qualquer natureza, interessado em contribuir com o processo de discussão mencionado no Edital de Convocação.

Art. 9º São direitos dos participantes:

I - manifestar livremente suas opiniões sobre as questões tratadas no âmbito da Audiência Pública, respeitando as disposições

previstas neste Regimento;
 II - debater as questões tratadas no âmbito da Audiência Pública;
 III - fazer propostas e sugerir alterações no teor da versão preliminar do Plano de Saneamento Básico do Município de Rio do Sul.

Art. 10 São deveres dos participantes:

I- respeitar o Regimento Interno da Audiência Pública;
 II- respeitar o tempo estabelecido para intervenção e a ordem de inscrição;
 III- tratar com respeito e civilidade os participantes da audiência e seus organizadores.

Art. 11 É condição para a participação nos debates a prévia inscrição.

Parágrafo único. A ordem de inscrição determinará a sequência dos debatedores.

Art. 12 A inscrição deverá ser realizada após a abertura da audiência, através de ficha de inscrição, que estará disponível em local previamente determinado pelo Presidente da Sessão, e encerrar-se-á, após a exposição do tema realizada pelos técnicos da empresa especializada encarregada de elaborar o Plano de Saneamento Básico do Município de Rio do Sul.

CAPÍTULO IV

DA REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA

Art. 13 A Audiência Pública terá a seguinte ordem:

I - apresentação dos objetivos e regras de funcionamento da audiência;
 II - exposição, por parte da empresa especializada encarregada de elaborar o Plano de Saneamento Básico do Município de Rio do Sul, dos temas, do relatório e suas conclusões;
 III - debates orais;
 IV - encerramento com a leitura resumida dos pontos principais da sessão.

Art. 14 Os participantes disporão de 2 (dois) minutos, após a exposição determinada no inciso II, do artigo 13, observada a ordem de inscrição, para manifestação.

Parágrafo único. Poderão ser permitidas duas intervenções orais de 1 (um) minuto cada uma durante manifestação dos participantes, desde que, autorizadas pelo Presidente da sessão.

Art. 15 Os técnicos da empresa especializada encarregada de elaborar o Plano de Saneamento Básico do Município de Rio do Sul terão 2 (dois) minutos para responder eventuais perguntas dos participantes.

Parágrafo único. Serão permitidas filmagens, gravações ou outras formas de registro.

Art. 16 Concluídas as exposições e as intervenções, o Presidente dará por concluída a Audiência Pública, fazendo leitura resumida dos pontos principais da sessão.

Art. 17 Ao final da Audiência Pública será lavrada ata, subscrita pelo Presidente da Sessão, pelo Grupo Técnico Executivo, pelos técnicos da empresa especializada encarregada de elaborar o Plano de Saneamento Básico do Município de Rio do Sul e pelos secretários, devendo ser anexada a esta a lista de presença e, posteriormente, publicada na página eletrônica do Município.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 18 As deliberações, opiniões, sugestões, críticas ou informações colhidas durante a Audiência Pública terão caráter consultivo e não-vinculante, destinando-se a motivação o Executivo Municipal quando da tomada das decisões em face dos debates realizados.

Rio do Sul, 02 de março de 2011.

MILTON HOBUS
 Prefeito Municipal

CÂMARA DE VEREADORES

Resumo Ata de Registro de Preços Nº 003/2011

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº003/2011 REF. AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2011 -

Aos quatro dias do mês de março do ano de dois mil e onze, a Câmara Municipal de Rio do Sul, neste ato representada pelo seu Presidente, Sr. Cláudio Cimardi, resolve Registrar os preços da Empresa Celia Regina Wambommel ME, neste ato representada pelo Sr. Luiz Antonio Junckes. A presente ata tem por objeto o Registro de preço para aquisição de Materiais de Copa e Cozinha, de Limpeza e de Higienização. Conforme os itens abaixo discriminados:

MATERIAL DE COPA E COZINHA

Quant. total	Unidade	PRODUTO	Preço un.
60	Pacotes	Copo descartável em poliestireno, com capacidade para 180 ml (cento e oitenta mililitros).	2,49
65	Pacotes com 100 un.	Copo descartável em poliestireno, com capacidade para 300 ml (trezentos mililitros).	4,40
15	Pcte com 50un.	Guardanapo em papel.	0,70
50	Pacotes com 10 unidades	Prato descartável, de 21 cm (vinte e um centímetros).	2,91
30	Pacotes com 250 unidades	Mexedor para café, em poliestireno.	10,75
12	Caixa com 30 unidades	Coador de papel para café, tamanho grande, nº 103 (cento e três).	3,00

MATERIAL DE LIMPEZA

Quant. total	Unidade	PRODUTO	Preço un.
15	Embalagem de 2.000ml	Água sanitária – Solução aquosa a base de hipoclorito de sódio ou cálcio, com teor de cloro ativo entre 2%P/P a 2,5%P/P.	2,63
6	Embalagem de 1.000ml	Álcool Etílico, hidratado, 92,8° (noventa e dois vírgula oito graus) INPM. Embalagem com 1.000 ml (um mil mililitros)	4,80
12	Embalagem De 400ml	Desodorizador de ambientes, aerossol, dupla ação, com spray e pressão.	7,72
55	Embalagem com 750 ml	Cera líquida para pisos, auto brilho, incolor, resistente a riscos.	5,54
45	Embalagem com 2.000 ml	Desinfetante de uso geral, germicida e bactericida, líquido.	4,52
6	Embalagem com 500ml	Detergente líquido, para cozinha, neutro, biodegradável.	0,96
12	1unidade	Esponja para limpeza, dupla face.	0,48
03	Pacotes c/ 8 unidades	Esponja lã de aço.	1,21
25	1unidade	Pedra sanitária desodorizadora e aromática.	0,82
15	Caixa c/ 1.000g	Sabão em pó biodegradável.	4,43
5	Pacotes com 5 unidade	Pano de limpeza multiuso, tipo Perfex, com agente antibactericida, e, embalagem com 5 (cinco) unidades	3,85
80	Pacotes com 5 unidades	Saco plástico de lixo, cor preta, capacidade para 100 litros.	1,65
30	Pacotes com 10 unidades	Saco plástico de lixo, capacidade para 30 (trinta) litros.	1,44
20	Pacotes com 5 unidades	Saco plástico de lixo, capacidade para 50 (cinquenta) litros.	0,96
75	Pacotes com 2 unidades	Papel toalha, cor branca, cada folha medindo, aproximadamente, 22 cm x 20 cm (centímetros),	2,87

Fica declarado que o prazo de validade desta ARP será de 12 meses, contados a partir da sua assinatura, já incluindo possíveis prorrogações.

CLÁUDIO CIMARDI
Presidente da Câmara

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº 4.172, de 03 de Março de 2011.
DECRETO Nº 4.172, DE 03 DE MARÇO DE 2011.

Dispõe sobre o deferimento de novas inscrições dos candidatos nas vagas destinadas ao município descrito no Edital nº 073/REITORIA/2010 para o Curso Superior de Tecnologia em Bovinocultura de Leite, de acordo com a Lei municipal 1.869, de 28 de abril de 2010, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 55, inciso VII, da Lei Orgânica do Município e de acordo com o artigo 3º e incisos da Lei municipal 1.869, de 28 de abril de 2010;

Considerando que de acordo com o previsto na Lei municipal nº 1.869 de 28 de abril de 2010, o município dispõe de 20 (vinte) bolsas de estudos integrais, destinadas a candidatos que cumprem as exigências legais conveniadas com a FUNDESTE/UNOCHAPECÓ em conformidade com a publicação do Edital nº 073/REITORIA/2010, o qual oferece o Curso Superior de Tecnologia em Bovinocultura, conforme previsto no item 2.1 – parágrafos primeiro e segundo, o município deve apresentar lista de inscrições deferidas para seus interessados.

Considerando que há vagas disponíveis e houve 11 (onze) candidatos interessados, além dos 08 (oito) já constantes do Decreto nº 4.159, de 21 de janeiro de 2011, os quais procuraram a Secretaria Municipal do Desenvolvimento Rural munidos de requerimento para fazer uso das bolsas de estudos, a Secretaria promoveu a verificação dos requisitos pelos seus meios competentes, apontando os aptos a participar do processo seletivo da UNOCHAPECÓ, os quais, uma vez classificados ficam habilitados a efetivarem suas matrículas para cursarem as disciplinas contempladas na matriz curricular proposta.

DECRETO:

Art. 1º Ficam deferidas as inscrições dos candidatos para o Curso Superior de Tecnologia em Bovinocultura de Leite, nos termos da Lei Municipal 1.869 de 28/04/2010 e item 2.1, parágrafos primeiro e segundo, do Edital nº 073/REITORIA/2010, para o preenchimento das vagas destinadas ao Município de São Lourenço do Oeste – Santa Catarina, relacionadas no Anexo Único deste Decreto.

Parágrafo Único. Os candidatos relacionados no Anexo Único deste Decreto ficam aptos a realizar a matrícula do Curso Superior de Tecnologia em Bovinocultura de Leite, para aqueles aprovados na seleção realizada pela Unochapecó.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 03 de março de 2011.
TOMÉ FRANCISCO ETGES
Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

Dispõe sobre o deferimento das Inscrições
Edital nº 073/REITORIA/2010
(Decreto nº 4.172, de 03 de março de 2011)

RELAÇÃO DOS REQUERENTES A BOLSAS DE ESTUDOS PARA O CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM BOVINOCULTURA DE LEITE			
Inscrição	Nome do Candidato	CPF	SITUAÇÃO
01	JOÃO CARLOS SULDOWSKI	025.023.029-19	DEFERIDA
02	ESTER ANTUNES RODRIGUES	053.459.599-51	DEFERIDA
03	FERNANDO BAMPI	059.694.599-09	DEFERIDA
04	TOVAR LUIZ DOZZIATTI	050.160.729-30	DEFERIDA
05	RODRIGO GRACIOLA	078.028.929-37	DEFERIDA
06	IDIONE FOSSATTI	053.354.119-02	DEFERIDA
07	CARLA CONCI	078.760.189-63	DEFERIDA
08	JEFERSON VILANI	069.308.979-22	DEFERIDA
09	RODRIGO CASAGRANDE	052.670.869-75	DEFERIDA
10	ELISIANE ZILIO	028.637.569-90	DEFERIDA
11	RAFAEL SALVADOR	065.922.009-10	DEFERIDA

São Lourenço do Oeste, SC, 03 de março de 2011.
TOMÉ FRANCISCO ETGES
Prefeito Municipal

Aviso de Licitação 32/2011

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará no dia 22/03/2011, às 9:00 no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 032/2011, PREGÃO PRESENCIAL Nº 23 - OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA CONFECÇÃO DE PLACAS E TACHAS / TACHÕES PARA SINALIZAÇÃO NAS RUAS DO PERÍMETRO URBANO. Informações licitações@saolourenco.sc.gov.br.

TOMÉ FRANCISCO ETGES
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato N. 31/2011 - PMSLO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 031/2011, de 1º de fevereiro de 2011.
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 191/2010.

Origem: Processo Licitatório nº 109/2010, Modalidade Convite para Obras e Serviços de Engenharia nº 19/2010
Contratante: Município de São Lourenço do Oeste.
Contratada: LEO POCOS ARTESIANOS LTD
Objeto: de dilação do prazo de vigência em de 30 (trinta) dias
Data de Assinatura: 01/02/2011
Vigência: 01 de fevereiro de 2011 até 03 de março de 2011.
Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pelo contratante e Wyllian Germano Schilke - pela contratada.

Extrato do Contrato N. 32/2011 - PMSLO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 032/2011, de 4 de Fevereiro de 2011.
DÉCIMO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 136/2008.

Origem: Processo Licitatório nº 38/2008, Modalidade Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia nº 4/2008
Contratante: Município de São Lourenço do Oeste.
Contratada: PANDINI CONSTR. E INCORPORAÇÕES LTDA
Objeto: dilação do prazo de vigência em 60 (sessenta) dias
Data de Assinatura: 04/02/2011
Vigência: de 04 de fevereiro de 2011 até 07 de abril de 2011.
Signatários: João Carlos Ecker (Prefeito Municipal em Exercício) - pelo contratante e Ailton Pandini - pela contratada.

Extrato do Contrato N. 33/2011 - PMSLO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 033/2011, de 9 de Fevereiro de 2011.

Origem: chamada pública n.º 004/2010
Contratante: Município de São Lourenço do Oeste.
Contratada: ALDAIR JOSÉ SALVADOR
Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS SEM LICITAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR RURAL PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - CONSUMO 2011, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE
Valor: R\$ 8.918,00 (oito mil novecentos e dezoito reais)
Data de Assinatura: 09/02/2011
Vigência: da data da assinatura até o término da quantidade adquirida ou até 31 de dezembro de 2011.
Signatários: João Carlos Ecker (Prefeito Municipal em Exercício) - pelo contratante e ALDAIR JOSÉ SALVADOR - pela contratada.

Extrato do Contrato N. 34/2011 - PMSLO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 034/2011, de 9 de Fevereiro de 2011.

Origem: chamada pública n.º 004/2010
Contratante: Município de São Lourenço do Oeste.
Contratada: REINALDO LUIZ DANIEL
Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS SEM LICITAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR RURAL PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - CONSUMO 2011, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE
Valor: R\$ 8.900,00 (oito mil e novecentos reais)
Data de Assinatura: 09/02/2011
Vigência: da data da assinatura até o término da quantidade adquirida ou até 31 de dezembro de 2011.
Signatários: João Carlos Ecker (Prefeito Municipal em Exercício) - pelo contratante e REINALDO LUIZ DANIEL - pela contratada.

Extrato do Contrato N. 35/2011 - PMSLO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 035/2011, de 9 de Fevereiro de 2011.

Origem: chamada pública n.º 004/2010
Contratante: Município de São Lourenço do Oeste.
Contratada: ARI WALTER HERMES
Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS SEM LICITAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR RURAL PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - CONSUMO 2011, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE
Valor: R\$ 8.965,00 (oito mil novecentos e sessenta e cinco reais)
Data de Assinatura: 09/02/2011
Vigência: da data da assinatura até o término da quantidade adquirida ou até 31 de dezembro de 2011.
Signatários: João Carlos Ecker (Prefeito Municipal em Exercício) - pelo contratante e ARI WALTER HERMES - pela contratada.

Extrato do Contrato N. 36/2011 - PMSLO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 036/2011, de 9 de Fevereiro de 2011.

Origem: chamada pública n.º 004/2010
Contratante: Município de São Lourenço do Oeste.
Contratada: ENÉZIO ANIECEVSKI
Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS SEM LICITAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR RURAL PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - CONSUMO 2011, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE
Valor: R\$ 8.740,00 (oito mil setecentos e quarenta reais)
Data de Assinatura: 09/02/2011
Vigência: da data da assinatura até o término da quantidade adquirida ou até 31 de dezembro de 2011.
Signatários: João Carlos Ecker (Prefeito Municipal em Exercício) - pelo contratante e ENÉZIO ANIECEVSKI - pela contratada.

Extrato do Contrato N. 37/2011 - PMSLO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 037/2011, de 9 de Fevereiro de 2011.

Origem: chamada pública n.º 004/2010
Contratante: Município de São Lourenço do Oeste.
Contratada: NEURI FLORIANO STEFFLER
Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS SEM LICITAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR RURAL PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - CONSUMO 2011, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE
Valor: R\$ 3.531,00 (três mil quinhentos e trinta e um reais)
Data de Assinatura: 09/02/2011
Vigência: da data da assinatura até o término da quantidade

adquirida ou até 31 de dezembro de 2011.

Signatários: João Carlos Ecker (Prefeito Municipal em Exercício) - pelo contratante e NEURI FLORIANO STEFFLER - pela contratada.

Extrato do Contrato N. 38/2011 - PMSLO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 038/2011, de 9 de Fevereiro de 2011.

Origem: chamada pública n.º 004/2010

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste.

Contratada: DORVALINO SIMONETTI

Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS SEM LICITAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR RURAL PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - CONSUMO 2011, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE

Valor: R\$ 8.924,50 (oito mil novecentos e vinte e quatro reais e cinquenta centavos)

Data de Assinatura: 09/02/2011

Vigência: da data da assinatura até o término da quantidade adquirida ou até 31 de dezembro de 2011.

Signatários: João Carlos Ecker (Prefeito Municipal em Exercício) - pelo contratante e DORVALINO SIMONETTI - pela contratada.

Extrato do Contrato N. 39/2011 - PMSLO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 039/2011, de 9 de Fevereiro de 2011.

Origem: chamada pública n.º 004/2010

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste.

Contratada: MABILE MARIA BIAZZUZI SIMONETTI

Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS SEM LICITAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR RURAL PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - CONSUMO 2011, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE

Valor: R\$ 6.833,20 (seis mil oitocentos e trinta e três reais e vinte centavos)

Data de Assinatura: 09/02/2011

Vigência: da data da assinatura até o término da quantidade adquirida ou até 31 de dezembro de 2011.

Signatários: João Carlos Ecker (Prefeito Municipal em Exercício) - pelo contratante e MABILE MARIA BIAZZUZI SIMONETTI - pela contratada.

Extrato do Contrato N. 40/2011- PMSLO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 040/2011, de 9 de Fevereiro de 2011.

Origem: chamada pública n.º 004/2010

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste.

Contratada: IBANES DALL AGNOL

Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS SEM LICITAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR RURAL PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - CONSUMO 2011, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE

Valor: R\$ 8.942,00 (oito mil novecentos e quarenta e dois reais)

Data de Assinatura: 09/02/2011

Vigência: da data da assinatura até o término da quantidade adquirida ou até 31 de dezembro de 2011.

Signatários: João Carlos Ecker (Prefeito Municipal em Exercício) - pelo contratante e IBANES DALL AGNOL - pela contratada.

Extrato do Contrato N. 41/2011 - PMSLO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 041/2011, de 9 de Fevereiro de 2011.

Origem: chamada pública n.º 004/2010

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste.

Contratada: ABRÃO INÁCIO MALLMANN

Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS SEM LICITAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR RURAL PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - CONSUMO 2011, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE

Valor: R\$ 5.060,00 (cinco mil e sessenta reais)

Data de Assinatura: 09/02/2011

Vigência: da data da assinatura até o término da quantidade adquirida ou até 31 de dezembro de 2011.

Signatários: João Carlos Ecker (Prefeito Municipal em Exercício) - pelo contratante e ABRÃO INÁCIO MALLMANN - pela contratada.

Extrato do Contrato N. 42/2011 - PMSLO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 042/2011, de 9 de Fevereiro de 2011.

Origem: chamada pública n.º 004/2010

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste.

Contratada: ALÍRIO CARLESSI

Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS SEM LICITAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR RURAL PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - CONSUMO 2011, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE

Valor: R\$ 5.157,00 (cinco mil cento e cinquenta e sete reais)

Data de Assinatura: 09/02/2011

Vigência: da data da assinatura até o término da quantidade adquirida ou até 31 de dezembro de 2011.

Signatários: João Carlos Ecker (Prefeito Municipal em Exercício) - pelo contratante ALÍRIO CARLESSI - pela contratada.

Extrato do Contrato N. 43/2011 - PMSLO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 043/2011, de 10 de Fevereiro de 2011.

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 105/2009.

Origem: Processo Licitatório nº 35/2009, Modalidade Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia nº 4/2009

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste.

Contratada: PROENERGE ENGENHARIA LTDA

Objeto: dilação do prazo de vigência em 90 (noventa) dias

Data de Assinatura: 10/02/2011

Vigência: de 10 de fevereiro de 2011 a 11 de maio de 2011.

Signatários: João Carlos Ecker (Prefeito Municipal em Exercício) - pela contratante e Julio César Pereira Alves- pela contratada.

Extrato do Contrato N. 44/2011- PMSLO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 044/2011, de 15 de fevereiro de 2011.

Origem: Compra Direta nº 173/2011

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste.

Contratada: PRECISA GESTÃO EM TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA

Objeto: A CONTRATADA, na qualidade de única proprietária dos direitos do software descrito no Anexo I, confere a CONTRATANTE à licença de uso por prazo determinado, bem como se obriga a prestar os serviços de Atualização e Atendimento Técnico

Valor: R\$ 6.426,31 (seis mil, quatrocentos e vinte e seis reais e trinta e um centavos).

Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta da dotação do orçamento de 2011.

Recursos Financeiros: recursos próprios

Data de Assinatura: 15/02/2011

Vigência: inicia-se em 15/02/2011, com término previsto para 31/12/2011

Signatários: João Carlos Ecker (Prefeito Municipal em Exercício) - pela contratante e Paulo André Testa - pela contratada.

Extrato do Contrato N. 45/2011 - PMSLO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 045/2011, de 15 de Fevereiro de 2011.

DÉCIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 58/2007 .

Origem: Processo Licitatório nº 5/2007, Modalidade Concorrência para Obras e Serviços nº 01/2007

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste.

Contratada: TUCANO OBRAS E SERVIÇOS LTDA

Objeto: necessidade de revisão contratual com o objetivo de reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato nº 58/2007, de 26/02/2007.

Valor: R\$ 71.232,39 (setenta e um mil, duzentos e trinta e dois reais e trinta e nove centavos)

Dotação Orçamentária: conforme orçamento municipal vigente no exercício de 2011.

Recursos Financeiros: recursos próprios

Data de Assinatura: 15/02/2011

Vigência: a partir da data da assinatura

Signatários: João Carlos Ecker (Prefeito Municipal em Exercício) - pela contratante e Juleide Inês D' Agostini - pela contratada.

Extrato do Contrato N. 46/2011 - PMSLO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 046/2011, de 18 de Fevereiro de 2011.

Origem: Processo Licitatório nº 16/2010, Modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 10/2010

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste.

Contratada: ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVICOS LTDA

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS DE LIMPEZA COMPREENDENDO: 01 PROFISSIONAL 40 HORAS SEMANAIS, NA EBM SANTA MARIA GORETTI, 01 PROFISSIONAL 40 HORAS SEMANAIS NA EBM SANTA CATARINA E 01 PROFISSIONAL 20 HORAS SEMANAIS NA EBM SÃO LOURENÇO

Valor: R\$ 44.760,96 (quarenta e quatro mil, setecentos e sessenta reais e noventa e seis centavos).

Dotação Orçamentária: D - 01.12.361.4505.2.014.3.3.90.00.00.0 0.00.00 (112).

Recursos Financeiros: recursos próprios

Data de Assinatura: 18/02/2011

Vigência: da data de sua assinatura até 19 de março de 2011.

Signatários: João Carlos Ecker (Prefeito Municipal em Exercício) - pela contratante e Ronaldo Benkendorf - pela contratada.

Extrato do Contrato N. 47/2011- PMSLO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 047/2011, de 21 de Fevereiro de 2011.

Origem: Processo Licitatório nº 6/2011 - Convite p/ Obras e Serv. Engenharia nº 1/2011.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste.

Contratada: PANDINI CONTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONSTRUÇÃO CIVIL, PARA REALIZAR AS ETAPAS CONSTRUTIVAS, BEM COMO FORNECER OS MATERIAS QUE SERÃO UTILIZADOS NA REFORMA DAS ÁREAS INTERNAS DO BLOCO A, E URBANIZAÇÃO DAS ÁREAS EXTERNAS DA ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL SANTA CATARINA, COM ÁREA TOTAL DE INTERVENÇÃO DE 1.669,95 M²., conforme especificado nos Anexos e Termo de Homologação e Adjudicação inclusos no Processo supracitado.

Valor: R\$ 92.970,00 (noventa e dois mil, novecentos e setenta reais).

Dotação Orçamentária: Os recursos financeiros serão por conta de recursos próprios do Município, exercício financeiro de 2011.

Recursos Financeiros: recursos próprios

Data de Assinatura: 21/02/2011

Vigência: 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da data de recebimento da ordem de serviço

Signatários: João Carlos Ecker (Prefeito Municipal em Exercício) - pela contratante e Ailton Pandini - pela contratada.

Extrato do Contrato N. 48/2011 - PMSLO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 048/2011, de 21 de fevereiro de 2011.

Origem: Processo nº 14/2011, Modalidade Pregão Presencial - Registro de Preços nº 13/2011

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste.

Contratada: RÁDIO DOZE DE MAIO LTDA

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS RADIOFÔNICOS EM MODULAÇÃO EM AMPLITUDE (AM), DE ABRANGENCIA LOCAL, VISANDO A VEICULAÇÃO DE PROGRAMA DIÁRIO MENSAL, COM DIVULGAÇÃO DE ATOS, AVISOS E NOTÍCIAS DO GOVERNO MUNICIPAL, BOM COMO A INSERÇÃO DE MÍDIA DE 30 SEGUNDOS, COM ABRANGENCIA NO TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, conforme a ata de registro de preços, termo de homologação e adjudicação, e Anexos, de fls.,

Valor: 41.586,30 (quarenta e um mil, quinhentos e oitenta e seis reais e trinta centavos).

Data de Assinatura: 21/02/2011

Vigência: da data de sua assinatura até 21 de março de 2011.

Signatários: João Carlos Ecker (Prefeito Municipal em Exercício) - pela contratante e Cirio Hippler - pela contratada.

Extrato de Edital de Processo Seletivo Nº 001.1/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE

INSTITUTO CULTURAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE

EXTRATO DE EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001.1/2011

PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL, EM REGIME ESPECIAL, PARA ATENDER NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO DO INSTITUTO CULTURAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE/SC

O Gerente Executivo do Instituto Cultural de São Lourenço do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 19 da Lei Complementar nº 81, de 16 de março de 2007, TORNA PÚBLICO a homologação do resultado do Processo Seletivo Público, Edital nº 001/2011, de 21 de fevereiro de 2011, conforme classificação constante dos quadros abaixo:

FUNÇÃO: INSTRUTOR DE ARTES CIÊNCIAS I - TEATRO			
Nº INSCRIÇÃO	CANDIDATO	TOTAL PONTOS	CLASSIFICAÇÃO
03	UNAR ANDREOLA	103	1ª
02	DAIANE LUIZA SCORTEGAGNA	100	2ª

FUNÇÃO: MAESTRO DE CANTO CORAL			
Nº INSCRIÇÃO	CANDIDATO	TOTAL PONTOS	CLASSIFICAÇÃO
01	RAFAEL SILVESTRE DE VARGAS	1.192	1ª

São Lourenço do Oeste, SC, 03 de março de 2011.

ALEX CLEIDIR TARDETTI

Gerente Executivo

Extrato do Termo de Responsabilidade Pelo Uso de Bem Público Nº 002/2011, de 21 de Fevereiro de 2011.

EXTRATO DO TERMO DE RESPONSABILIDADE PELO USO DE BEM PÚBLICO Nº 002/2011, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2011.

Origem: artigos 156, IX e 158, I e II da Lei Complementar nº 118/2010, de 23/06/2010.

Partes: Município de São Lourenço do Oeste CNPJ/MF 83.021.873/0001-08 e a servidora municipal NELDI KLEINPAOL, CPF 789.531.549-87.

Objeto O presente Termo tem por objeto a transferência, pelo Município de São Lourenço do Oeste ao usuário (servidora), dos direitos de uso e gozo do bem Notebook Positivo, N/S: 1A0452K4Z, com registro no patrimônio do Município sob o nº 6880, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo.

Data da assinatura: 21 de fevereiro de 2011.

Vigência: da data de assinatura e perdurará enquanto a servidora mantiver ativo seu contrato de trabalho com o município, especialmente na Secretaria Municipal de Educação.

Signatários: Tomé Francisco Etges - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Neldi Kleinpaol - servidora pública municipal.

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Nº 612, de 01 de Março de 2011

LEI Nº 612, DE 01 DE MARÇO DE 2011

"Autoriza a Transferência de Recursos à Entidade que Menciona e dá outras providências".

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder auxílio financeiro à Associação Amigos do Zéguédé AAZ, no valor total de R\$ 3.000,00 (três mil reais).

Art. 2º - O auxílio financeiro será repassado para custear despesas para realização de evento para promoção artístico e cultural.

Art. 3º - As despesas desta Lei correrão por conta do orçamento fiscal vigente.

Art. 4º - A entidade beneficiada com esta Lei deverá prestar contas dos valores recebidos no prazo de 90 (noventa) dias, a contar do recebimento de valores, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade do Município.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 02 de março de 2011.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN
Prefeito Municipal

Portaria n.º 148/2011

PORTARIA n.º 148/2011

NOMEIA, DÁ POSSE e determina o início do EXERCÍCIO de FABIANA ROSA para o Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no art. 45, VIII, da Lei Orgânica do Município bem como dos arts. 14 e 15, da Lei Complementar n.º 05/1997

RESOLVE:

Art. 1.º- Nomear FABIANA ROSA para o Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, Grupo I, Atividade de Nível Auxiliar - ANA, Letra A, com vencimento inicial de R\$ 540,00 (quinhentos e quarenta reais), carga horária semanal de 40 horas, em virtude de sua classificação n.º. 02 no Concurso Público Municipal - Edital n.º 001/2010, homologado em 29 de dezembro de 2010.

Art. 2.º- Neste mesmo ato dá-se POSSE a servidora acima nomeada.

Parágrafo único. A servidora aqui nomeada e empossada entre em exercício neste dia 04/03/2011.

Art. 3.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 04 de março de 2011.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2011.

Portaria n.º 149/2011

PORTARIA n.º 149/2011

Revoga a Portaria n.º. 130/2011 que concede férias ao servidor JEFFERSON MÁRIO SANTANA.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, inciso XVI, da Lei Orgânica do Município, e considerando a supremacia do interesse público,

RESOLVE:

Art. 1.º- Revogar a Portaria n.º. 130/2011 que concede férias do servidor JEFFERSON MÁRIO SANTANA, devido a necessidade de prestação de serviços jurídicos junto a Administração Municipal, face a situação de emergência declarada por intermédio do decreto municipal n.º. 009/2011.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 02/03/2011.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 04 de março de 2011.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2011.

Termo de Desistência

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro.

TERMO DE DESISTÊNCIA

CONCURSO PÚBLICO EDITAL N.º 001/2010

Aos quatro dias do mês de março do ano de 2011, MILTON PEDRO DE SOUZA, por livre e espontânea vontade declarou para os devidos fins que DESISTIU da vaga para qual foi aprovado no Concurso Público Edital n.º. 001/2010, da Prefeitura Municipal de

São Pedro de Alcântara, relativo ao cargo de Trabalhador Braçal, conforme termo arquivado no Setor de Recursos Humanos do Município.

São Pedro de Alcântara/SC, 04 de março de 2011.

Schroeder

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria Nº. 3.923/2011, de 02 de março de 2011.

PORTARIA Nº. 3.923/2011, de 02 de março de 2011.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

Considerando a realização do Concurso Público nº. 001/2010 - GAB/PMS;

Considerando o Decreto nº. 2.221/2011, de 08/02/2011, que homologa a lista dos classificados no referido Concurso Público;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, a Sra. Mara Vieira, para exercer o cargo de Professora C - Educação Infantil, percebendo o nível salarial nº. 005 - Magistério, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em virtude de sua aprovação no Concurso Público nº. 001/2010 - GAB/PMS, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 02 de março de 2011.

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

HARILDO KONELL
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA
Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 3.924/2011, de 02 de março de 2011.

PORTARIA Nº. 3.924/2011, de 02 de março de 2011.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

Considerando a realização do Concurso Público nº. 001/2010 - GAB/PMS;

Considerando o Decreto nº. 2.221/2011, de 08/02/2011, que homologa a lista dos classificados no referido Concurso Público;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, a Sra. Jakeline Chiodini, para exercer o cargo de Professora C - Educação Infantil, percebendo o nível salarial

nº. 005 - Magistério, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em virtude de sua aprovação no Concurso Público nº. 001/2010 - GAB/PMS, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 02 de março de 2011.

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

HARILDO KONELL
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA
Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 3.925/2011, de 02 de março de 2011.

PORTARIA Nº. 3.925/2011, de 02 de março de 2011.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

Considerando a realização do Concurso Público nº. 001/2010 - GAB/PMS;

Considerando o Decreto nº. 2.221/2011, de 08/02/2011, que homologa a lista dos classificados no referido Concurso Público;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, a Sra. Elsinira Porath Borgmann, para exercer o cargo de Professora C - Educação Infantil, percebendo o nível salarial nº. 005 - Magistério, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em virtude de sua aprovação no Concurso Público nº. 001/2010 - GAB/PMS, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 02 de março de 2011.

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

HARILDO KONELL
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA
Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 3.926/2011, de 02 de março de 2011.

PORTARIA Nº. 3.926/2011, de 02 de março de 2011.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

Considerando a realização do Concurso Público nº. 001/2010 - GAB/PMS;

Considerando o Decreto nº. 2.221/2011, de 08/02/2011, que homologa a lista dos classificados no referido Concurso Público;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, a Sra. Maiara de Fátima Stori de Lara Prestes, para exercer o cargo de Professora C - Educação Infantil, percebendo o nível salarial nº. 005 - Magistério, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, em virtude de sua aprovação no Concurso Público nº. 001/2010 - GAB/PMS, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 02 de março de 2011.

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

HARILDO KONELL
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA
Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 3.927/2011, de 03 de março de 2011.

PORTARIA Nº. 3.927/2011, de 03 de março de 2011.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

Considerando o afastamento por Licença Maternidade da funcionária Sra. Ana Paula Queiroz;

Considerando o disposto no Decreto Municipal nº. 2.214/2011, de 28 de janeiro de 2011, que autoriza a contratação emergencial de Serventes e Docentes para atender a necessidade de especial interesse público, na Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer;

Considerando que a Constituição da República Federativa do Brasil inscreve, em seu Art. 6º, a educação como um direito social pétreo e inalienável, e que as demandas auxiliares à atividade docente são fundamentais para a garantia da qualidade do serviço prestado;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, a Sra. Cleusa de Souza, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais I, percebendo o nível salarial nº. 007 - Administração, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, por necessidade de atendimento aos serviços essenciais deste Município conforme o disposto no Art. 2º, I, da Lei Municipal nº 1.690/2008 e alterações, e no Decreto nº 2.214/2011, de 28/01/2011, e contrato assinado entre as partes, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 03 de março de 2011.

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

HARILDO KONELL
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA
Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 3.928/2011, de 03 de março de 2011.

PORTARIA Nº. 3.928/2011, de 03 de março de 2011.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

Considerando a sanção da Lei Complementar nº 98/2010, de 1º de março de 2011.

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR a senhora Miriam Kreutzfeldt Vogel, para exercer o cargo comissionado de Orientadora Escolar, percebendo o nível salarial nº 002 - Comissionados, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir desta data.

Art. 2º REVOGA-SE a Portaria nº 2.845/2009, de 02 de fevereiro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 03 de março de 2011.

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

HARILDO KONELL
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA
Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 3.929/2011, de 03 de março de 2011.

PORTARIA Nº. 3.929/2011, de 03 de março de 2011.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

Considerando a sanção da Lei Complementar nº 98/2010, de 1º de março de 2011.

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR a senhora Madalena Laube Borgert, para exercer o cargo comissionado de Orientadora Escolar, percebendo o nível salarial nº 002 - Comissionados, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir desta data.

Art. 2º REVOGA-SE a Portaria nº 3.626/2010, de 02 de agosto de 2010.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 03 de março de 2011.

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

HARILDO KONELL
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA
Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 3.930/2011, de 03 de março de 2011.

PORTARIA Nº. 3.930/2011, de 03 de março de 2011.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

Considerando a sanção da Lei Complementar nº 98/2010, de 1º de março de 2011.

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR a senhora Irléia Doege Gaedtker, para exercer o cargo comissionado de Orientadora Escolar, percebendo o nível salarial nº 002 - Comissionados, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir desta data.

Art. 2º REVOGA-SE a Portaria nº 3.627/2010, de 02 de agosto de 2010.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 03 de março de 2011.

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

HARILDO KONELL
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA
Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 3.931/2011, de 03 de março de 2011.

PORTARIA Nº. 3.931/2011, de 03 de março de 2011.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR a senhora Elisa Andréia da Silva de Assis, para exercer o cargo comissionado de Diretora de Unidade de Ensino, percebendo o nível salarial nº 002 - Comissionados, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 03 de março de 2011.

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

HARILDO KONELL
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA
Chefe de Gabinete

Aviso de Licitação Deserta e Repetição Pregão Presencial Nº. 11/2011-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Rua Marechal Castelo Branco, 3201, CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191

e - mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA E REPETIÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 11/2011-PMS

PROCESSO Nº. 25/2011-PMS

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições torna público, para conhecimento dos interessados através da Comissão de Licitações, informa que a Sessão Pública para recebimento e abertura dos envelopes e abertura da licitação, realizada em 04 de março de 2011, na Prefeitura Municipal de Schroeder (SC), Setor de Licitações, localizado no piso térreo da Nova Sede da Prefeitura Municipal, localizado na Rua Marechal Castelo Branco nº. 3201, Centro, Schroeder/SC, credenciamento e entrega dos envelopes até: às 08h45min e Abertura do processo: às 09h, para aquisição de uma moto zero quilômetro para suprir as necessidades da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer da Prefeitura de Schroeder/SC, foi declarada DESERTA, uma vez que não acudiram interessados à presente licitação.

O Prefeito Municipal comunica aos interessados que a nova Sessão de Abertura da Pregão Presencial nº. 11/2011-PMS, realizar-se-á em 22 de março de 2011, na Prefeitura Municipal de Schroeder (SC), Setor de Licitações, localizado no piso térreo da Nova Sede da Prefeitura Municipal, localizado na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, Centro, Schroeder/SC, credenciamento e entrega dos envelopes até: às 08h45min e Abertura do processo: às 09h. A íntegra do Edital, bem como maiores informações poderão ser obtidas no site da Prefeitura Municipal (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h. Fone/fax (0xx47)3374-1191 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br.

Schroeder, 04 de março de 2011.

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Dispensa de Licitação Nº 01/2011-FAS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SCHROEDER

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - SCHROEDER - SC

DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 1/2011 - DL

Processo Nr.: 5/2011
Data: 04/03/2011

Folha: 1/2

Fornecedor: EMMENDÖRFER COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA

Código: 6053

Endereço: AV.MARECHAL DEODORO N.557

Cidade: JARAGUA DO SUL - SC

CNPJ: 84.429.786/0001-57

Inscrição Estadual: 250051311

Objeto da Compra: Contratação de empresa especializada para revisão completa após ultrapassados os 80.000(oitenta mil) km do veículo Corsa classic life/1.0, chassi 9BGSA19909B166191, placa MFC - 3925, lotado na Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura de Schroeder/SC.

ITENS

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	1,00	Revisão completa após ultrapassados os 80.000(oitenta mil) km do veículo Corsa classic life/1.0, chassi 9BGSA19909B166191, placa MFC - 3925, sendo: Lavação completa com motor, balanceamento e geometria, elo MT 5W30SL, vedador 14 x 20, filtro de óleo, vela de ignição, filtro, correia, correia transportado, tensionador da correia, fluido para freio, bucha da barra estab., contra pino, selo de metal da caixa, graxa multi H 500gs, desengripante - lata, limpa parabrisa, óleo mineral lubrificante, junta da tampa, lâmpada W, silenciosa, silencioso cj - escp, caixa da direção).	UN	2.913,06	2.913,06

JUSTIFICATIVA:**Artigo 24 da Lei 8.666/93:**

É dispensável a licitação.

- II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do incí artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas c mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

TEXTO

De acordo com pedido da Diretoria de Assistência Social necessota-se da revisão completa devido a quilometragem do carro ter ultrapassado os 80.000km.

SCHROEDER , 4 de Março de 2011

FELIPE VOIGT
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SCHROEDERCNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - SCHROEDER - SC**DISPENSA DE LICITAÇÃO**

Nr.: 1/2011 - DL

Processo Nr.: 5/2011

Data: 04/03/2011

Folha: 2/2

DESPACHO FINAL:

Em vista das justificativas e fundamentações retro relatadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, aprovo a realização da despesa, independente de licitação.

SCHROEDER, 3 de Março de 2011

Valor da Despesa: 2.913,06 (dois mil novecentos e treze reais e seis centavos)

Pagamento.....: 15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

Dispensa de Licitação Nº 11/2011-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

CNPJ: 83.102.491/0001-09
 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
 C.E.P.: 89275-000 - SCHROEDER - SC

DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 11/2011 - DL

Processo Nr.: 38/2011
Data: 04/03/2011

Folha: 1/2

Fornecedor: AVANTE LTDA
 Endereço: RUA ANA TEREZA DA SILVA COLACO, Nº 10
 Cidade: JARAGUA DO SUL - SC
 CNPJ: 13.180.703/0001-90

Código: 11989

Inscrição Estadual:

Objeto da Compra: Contratação de empresa especializada em assessoria de imprensa escrita, site, fotos do 18º Torneio de Verão Aberto de Futsal - Schroeder 2011 para suprir as necessidades da Diretoria de Esportes e Lazer da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer da Prefeitura de Schroeder/SC.

ITENS

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	1,00	Assessoria de imprensa escrita, site, fotos do 18º Torneio de Verão Aberto de Futsal - Schroeder 2011, sendo: <input type="checkbox"/> Acompanhamento direto de todos detalhes gerais e técnicos que envolvem as equipes e seus agregados; <input type="checkbox"/> Redação e envio de releases de todas as rodadas/congresso técnico e finais para imprensa local e regional; <input type="checkbox"/> Entrevistas em áudio realizadas no andamento de todo o evento; <input type="checkbox"/> Cobertura fotográfica durante todo o evento inclusive no congresso técnico e premiação, sendo de no mínimo 100 fotos registradas e arquivadas referentes ao evento; <input type="checkbox"/> Atualização do hotsite e divulgação via internet	UN	2.000,00	2.000,00

JUSTIFICATIVA:**Artigo 24 da Lei 8.666/93:**

É dispensável a licitação.

- II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do incio artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

TEXTO

Sendo o 18º Torneio de Verão Aberto de Futsal - Schroeder 2011 um evento de veiculação regional, com a presença maciça da população, ocorre a necessidade de realizar-se uma cobertura fotográfica esportiva específica ao evento, atualização de hotsite e principalmente divulgação pela Internet. A contratação deste serviço é de suma importância e valoriza amplamente o evento acima citado e é somente neste que é realizada a contratação do serviço. Comunico ainda que em anexo se encontra somente um orçamento, isto ocorre pois para atender as nossas necessidades em tempo hábil buscou-se esta empresa especializada na prestação deste serviço e com esta devida personalização.

SCHROEDER, 4 de Março de 2011

 FELIPE VOIGT
 PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - SCHROEDER - SC

DISPENSA DE LICITAÇÃO**Nr.: 11/2011 - DL****Processo Nr.: 38/2011****Data: 04/03/2011**

Folha: 2/2

DESPACHO FINAL:

Em vista das justificativas e fundamentações retro relatadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, aprovo a realização da despesa, independente de licitação.

SCHROEDER, 3 de Março de 2011

Valor da Despesa: 2.000,00 (dois mil reais)

Pagamento.....: 15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

I Errata de Edital Pregão Presencial Registro de Preços Nº. 17/2011-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (47) 3374-1191

89275-000 - SCHROEDER/SC

e - mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: http://www.schroeder.sc.gov.br

I ERRATA DE EDITAL PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 17/2011-PMS

PROCESSO Nº. 37/2011-PMS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições torna público, para conhecimento dos interessados errata de exclusão de item referente ao Edital de Pregão Presencial REGISTRO DE PREÇOS nº. 17/2011-PMS, aquisição de filtros, troca de óleo, óleo hidráulico, óleo para caixa, óleo para diferenciais, óleo para motor, óleo de transmissão, fluido para freios, graxa, tacógrafo, extintores para atender as necessidades de manutenção da frota das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental; Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo e Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses, ficando assim determinado:

Exclui-se:

7.1.14. Declaração do Engenheiro responsável pela fabricação dos tubos de concreto, de que os mesmos estão de acordo com as normas da ABNT.

7.1.15. Certidão de pessoa física comprovando registro, expedido pelo CREA, referente ao profissional responsável pela fabricação dos tubos de concretos;

7.1.16. Certidão de Pessoa jurídica emitida pelo Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA, confirmando o registro do fabricante dos produtos ofertados no respectivo Conselho.

Schroeder, 04 de março de 2011.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

Termo Aditivo Nº. A1/2011 - FAS

TERMO ADITIVO Nº. A1/2011 - FAS

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 20/2008 - FAS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com espaço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Felipe Voigt; e,

CONTRATADA: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A, inscrita no CNPJ sob o nº. 61.074.175/0001-38 e inscrição Estadual nº. 108.244.683.111, estabelecida na Avenida das Nações Unidas, 11711, Bairro Brooklin, no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 04.578-000, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor Francisco Edinaldo Moreira de Souza, inscrito no CPF sob o nº. 126.840.598-10, portador da Carteira de Identidade no 20.972.295 SSP/SP.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 20/2008 - FAS, celebrado em 09 de Setembro de 2008, decorrente do processo de licitação na modalidade Carta Convite no 09/2008 - FAS, Processo de Licitação nº. 21/2008 - FAS, regido pela Lei Federal nº. 8.666,

de 21 de junho de 1.993, e mediante cláusulas e condições a enunciadas e conforme proposta vencedora apresentada.

Considerando a necessidade de se estabelecer novo prazo para continuação do seguro, objeto do contrato celebrado com a CONTRATADA. E disposto no disposto no Artigo 57, II, da Lei Federal nº. 8.666/93 e por expressa disposição contratual, conforme parecer da Procuradoria Municipal.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder; em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª – O Contrato Administrativo n.º 20/2008-FAS passa a vigor até a data de 13/03/2012;

Cláusula 2ª - O valor do Contrato Administrativo nº. 20/2008-FAS, para o novo período de vigência, de 14/03/2011 a 13/03/2012, totaliza-se em R\$ 928,16 (Novecentos e vinte e oito reais e dezesseis centavos), valor este pago a vista, referente ao abaixo descrito:

ITEM	VEICULO	PLACA	CHASSI	ANO/MOD	CLASSE BÔNUS	FRANQUIA (R\$)
2.1.1	CORSA SEDAN CLASSIC LIFE FLEX / CHE-VROLET	MFC 3925	9BG-SA19909B166191	2008/20090		1.650,00

Cláusula 3ª - As demais condições outrora pactuadas permanecem inalteradas.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder (SC), 04 de março de 2011.

CONTRATADA:

Mapfre Vera Cruz Seguradora S/A

FRANCISCO EDINALDO MOREIRA DE SOUZA

CPF nº. 126.840.598-10

CONTRATANTE:

Prefeitura Municipal de Schroeder

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS:

1ª _____

Nome: Orlando Tecilla

CPF nº. 311.753.079-34

2ª _____

Nome: Marilene Busch

CPF nº. 037.813.699-27

Termo Aditivo Nº. A1/2011 - FIA

TERMO ADITIVO Nº. A1/2011 - FIA

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 01/2008 - FIA

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09,



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

com espaço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Felipe Voigt; e,

CONTRATADA: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A, inscrita no CNPJ sob o nº 61.074.175/0001-38 e inscrição Estadual nº. 108.244.683.111, estabelecida na Avenida das Nações Unidas, 11711, Bairro Brooklin, no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 04.578-000, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor Francisco Edinaldo Moreira de Souza, inscrito no CPF sob o nº 126.840.598-10, portador da Carteira de Identidade no 20.972.295 SSP/SP.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 01/2008 - FIA, celebrado em 12 de março de 2008, decorrente do processo de licitação na modalidade Carta Convite no 01/2008 - FIA, Processo de Licitação nº. 01/2008 - FIA, regido pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1.993, e mediante cláusulas e condições a enunciadas e conforme proposta vencedora apresentada.

Considerando a necessidade de se estabelecer novo prazo para continuação do seguro, objeto do contrato celebrado com a CONTRATADA. E disposto no disposto no Artigo 57, II, da Lei Federal nº. 8.666/93 e expressa possibilidade contratual, conforme parecer da Procuradoria Municipal.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder; em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª – O Contrato Administrativo nº. 01/2008-FIA passa a vigor até a data de 13/03/2012;

Cláusula 2ª - O valor do Contrato Administrativo nº. 01/2008-FIA, para o novo período de vigência, de 14/03/2011 a 13/03/2012, totaliza-se em R\$ 807,69 (Oitocentos e sete reais e sessenta e nove centavos), pago este valor a vista, referente ao abaixo descrito:

ITEM	VEICULO	PLACA	CHASSI	ANO/MOD	CLASSE BÔNUS	FRAN-QUIA (R\$)
2.1.1	UNO MILLE FIRE 1.0 MPI GASOLINA, 04 PORTAS	MCN 8787	9BD 15602544503729	2004/2004	5	1.859,00

Cláusula 3ª - As demais condições outrora pactuadas permanecem inalteradas.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder (SC), 04 de março de 2011.

CONTRATADA:
Mapfre Vera Cruz Seguradora S/A
Francisco Edinaldo Moreira de Souza
CPF no 126.840.598-10

CONTRATANTE:
Prefeitura Municipal de Schroeder
FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS:

1ª _____
Nome: Orlando Tecilla
CPF nº. 311.753.079-34

2ª _____
Nome: Marilene Busch
CPF nº. 037.813.699-27

Termo Aditivo Nº. A1/2011 - FMS

TERMO ADITIVO Nº. A1/2011 - FMS

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 08/2010 - FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com espaço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Felipe Voigt; e,

CONTRATADA: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A, inscrita no CNPJ sob o nº 61.074.175/0001-38 e inscrição Estadual nº. 108.244.683.111, estabelecida na Avenida das Nações Unidas, 11711, Bairro Brooklin, no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 04.578-000, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor Francisco Edinaldo Moreira de Souza, inscrito no CPF sob o nº 126.840.598-10, portador da Carteira de Identidade no 20.972.295 SSP/SP.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 08/2010 - FMS, celebrado em 02 de março de 2010, decorrente do processo de Dispensa de licitação no 04/2010 - FMS, Processo nº. 11/2010 - FMS, para a contratação de prestadora de seguro para veículo Fiat Doblò HXL 1.8 Flex, placa MGZ 1179, na cor branca, chassi 9BD119205A1064618, ano 2009/2010, lotado na Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC regido pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1.993, e mediante cláusulas e condições a enunciadas e conforme proposta vencedora apresentada.

Considerando a necessidade de se estabelecer novo prazo para continuação do seguro, objeto do contrato celebrado com a CONTRATADA. E disposto no disposto no Artigo 57, II, da Lei Federal nº. 8.666/93 e por expressa disposição contratual, conforme parecer da Procuradoria Municipal.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder; em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª - O Contrato Administrativo n.º 08/2010-FMS passa a vigor até a data de 02/03/2012;

Cláusula 2ª - O valor do Contrato Administrativo nº. 08/2010-FMS, para o novo período de vigência, de 02/03/2011 a 02/03/2012, totaliza-se em R\$ 1.889,30 (Um mil oitocentos e oitenta e nove reais e trinta centavos), valor este pago a vista, referente ao abaixo descrito:

ITEM	VEÍCULO	PLACA	CHASSI	ANO/MOD	CLASSE BÔNUS	FRAN-QUIA (R\$)
01	Fiat Doblò HXL 1.8 Flex.MGZ 1179, na cor branca.	MGZ 1179	9BD119205A1064618	2009/2010	1	2.715,00

Cláusula 3ª - As demais condições outrora pactuadas permanecem inalteradas.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder (SC), 04 de março de 2011.

CONTRATADA:

Mapfre Vera Cruz Seguradora S/A
Francisco Edinaldo Moreira de Souza
CPF nº 126.840.598-10

CONTRATANTE:

Prefeitura Municipal de Schroeder
FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

T E S T E M U N H A S:

1ª _____
Nome: Orlando Tecilla
CPF nº. 311.753.079-34

2ª _____
Nome: Marilene Busch
CPF nº. 037.813.699-27

Termo Aditivo Nº. A2/2011 - FAS

TERMO ADITIVO Nº. A2/2011 - FAS
3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 03/2008 - FAS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com espaço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Felipe Voigt; e,

CONTRATADA: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A, inscrita no CNPJ sob o nº. 61.074.175/0001-38 e inscrição Estadual nº. 108.244.683.111, estabelecida na Avenida das Nações Unidas, 11711, Bairro Brooklin, no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 04.578-000, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor Francisco Edinaldo Moreira de Souza, inscrito no CPF sob o nº. 126.840.598-10, portador da Carteira de Identidade no 20.972.295 SSP/SP.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 03/2008 - FAS, celebrado em 12 de março de 2008, decorrente do processo de licitação na modalidade Carta Convite no 01/2008 - FAS, Processo de Licitação nº. 03/2008 - FAS, regido pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1.993, e mediante cláusulas e condições a enunciadas e conforme proposta vencedora apresentada.

Considerando a necessidade de se estabelecer novo prazo para continuação do seguro, objeto do contrato celebrado com a CONTRATADA. E disposto no disposto no Artigo 57, II, da Lei Federal nº. 8.666/93 e por expressa disposição contratual, conforme parecer da Procuradoria Municipal.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder; em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª - O Contrato Administrativo n.º 03/2008-FAS passa a vigor até a data de 13/03/2012;

Cláusula 2ª - O valor do Contrato Administrativo nº. 03/2008-FAS, para o novo período de vigência, de 14/03/2011 a 13/03/2012, totaliza-se em R\$ 555,38 (Quinhentos e cinquenta e cinco reais e trinta e oito centavos), valor este pago a vista, referente ao abaixo descrito:

ITEM	VEICULO	PLACA	CHASSI	ANO/ MOD	CLAS- SE BÔNUS	FRAN- QUIA (R\$)
2.1.1	COURIER L 1.6 MPI A GASOLINA, 02 PORTAS	MBS 2495	9BFNSZPPA2B936508	2002/ 2002	7	2.077,00

Cláusula 3ª - As demais condições outrora pactuadas permanecem inalteradas.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder (SC), 04 de março de 2011.

CONTRATADA:

Mapfre Vera Cruz Seguradora S/A
Francisco Edinaldo Moreira de Souza
CPF nº 126.840.598-10

CONTRATANTE:

Prefeitura Municipal de Schroeder
FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

T E S T E M U N H A S:

1ª _____
Nome: Orlando Tecilla
CPF nº. 311.753.079-34

2ª _____
Nome: Marilene Busch
CPF nº. 037.813.699-27

Termo Aditivo Nº. A2/2011 - FMS

TERMO ADITIVO Nº. A2/2011 - FMS
3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 70/2008 - FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com espaço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Felipe Voigt; e,

CONTRATADA: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A, inscrita no CNPJ sob o nº. 61.074.175/0001-38 e inscrição Estadual nº. 108.244.683.111, estabelecida na Avenida das Nações Unidas, 11711, Bairro Brooklin, no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 04.578-000, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor Francisco Edinaldo Moreira de Souza, inscrito no CPF sob o nº. 126.840.598-10, portador da Carteira de Identidade no 20.972.295 SSP/SP.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 70/2008 - FMS, celebrado em 29 de Agosto de 2008, decorrente do processo de licitação na modalidade Carta Convite no 19/2008 - FMS, Processo de Licitação nº. 40/2008 – FMS, regido pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1.993, e mediante cláusulas e condições a enunciadas e conforme proposta vencedora apresentada.

Considerando a necessidade de se estabelecer novo prazo para continuação do seguro, objeto do contrato celebrado com a CONTRATADA. E disposto no disposto no Artigo 57, II, da Lei Federal nº. 8.666/93 e por expressa disposição contratual, conforme parecer da Procuradoria Municipal.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder; em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª – O Contrato Administrativo n.º 70/2008-FMS passa a vigor até a data de 13/03/2012;

Cláusula 2ª - O valor do Contrato Administrativo nº. 70/2008-FMS, para o novo período de vigência, de 14/03/2011 a 13/03/2012, totaliza-se em R\$ 1.863,17 (Um mil oitocentos e sessenta e três reais e dezessete centavos), valor este pago a vista, referente ao abaixo descrito:

LOTE II:

ITEM	VEICULO	PLACA	CHASSI	ANO/SE MOD	CLAS- SE BÔNUS	FRAN- QUIA (R\$)
2.1.2	BOXER JAEDI TUR/PEUGEOT	MET 0095	936ZCPMNC82029380	2008/ 2008	2	4.717,10

Cláusula 3ª - As demais condições outrora pactuadas permanecem inalteradas.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder (SC), 04 de março de 2011.

CONTRATADA:

Mapfre Vera Cruz Seguradora S/A
Francisco Edinaldo Moreira de Souza
CPF no 126.840.598-10

CONTRATANTE:

Prefeitura Municipal de Schroeder
FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

T E S T E M U N H A S:

1ª _____
Nome: Orlando Tecilla
CPF nº. 311.753.079-34

2ª _____
Nome: Marilene Busch
CPF nº. 037.813.699-27

Termo Aditivo Nº. A6/2011 - PMS

TERMO ADITIVO Nº. A6/2011 - PMS
2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº.
185/2010 - PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Felipe Voigt.

CONTRATADA: CONPLA CONSTRUÇÕES E PLANEJAMENTO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 82.130.170/0001-55, estabelecida na Rodovia BR 280, Km 33, Bairro Itinga, na cidade de Araquari, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.245-000, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor Alcidir Boaretto, inscrito no CPF sob o nº. 207.478.700-63, portador da carteira de identidade nº. 11R/383.364-SSP/SC.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 185/2010 - PMS, celebrado em 26 de agosto de 2010, proveniente do Processo de licitação nº. 126/2010 - PMS, Modalidade Tomada de Preço nº. 08/2010 - PMS, para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) de Pavimentação Asfáltica das Ruas São Paulo, perfazendo a área total de 1.450,74m² e Amazonas, perfazendo a área total de 5.551,48m², localizadas no Centro, do Município de Schroeder/SC, de acordo com projetos, memoriais descritivos, planilhas de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante deste instrumento convocatório e conforme Contrato de Repasse nº. 324.994-64/2010, com o Ministério das Cidades, regido pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1.993, e mediante cláusulas e condições a enunciadas e conforme proposta apresentada.

Considerando o disposto no Artigo 65, I, "a" da Lei Federal nº. 8.666/93, conforme parecer da Procuradoria Municipal.

Considerando a solicitação feita pela Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, frente aditivo de valor em função dos novos serviços que se fazem necessários para melhoria da obra, não previsto inicialmente.

Considerando que a referida solicitação passou pela fiscalização do Engenheiro Civil, o Senhor Marcelo da Silva, CREA - SC 54209-1, da Administração Pública e aprovação do mesmo, conforme anexo ao processo.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª - Fica aditivado ao Contrato Administrativo nº. 185/2010 - PMS, o valor de R\$ 45.924,86 (quarenta e cinco mil novecentos e vinte e quatro reais e oitenta e seis centavos).

Cláusula 2ª - As demais condições outrora pactuadas permanecem inalteradas.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 04 de março de 2011.

CONTRATADA:

Conpla Construções e Planejamento LTDA
ALCIDIR BOARETTO
CPF nº. 207.478.700-63

CONTRATANTE:

Prefeitura Municipal de Schroeder
FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS:

1ª _____

Nome: Orlando Tecilla

CPF nº. 311.753.079-34

2ª _____

Nome: Marilene Busch

CPF nº. 037.813.699-27

Turvo

PREFEITURA MUNICIPAL**Contrato PMT 01/2011**

CONTRATO N.º 01/2011

CONTRATANTE: MUNÍCIPIO DE TURVO/SC

CONTRATADO: EDITORA POSITIVO LTDA

DO OBJETO: O presente contrato consiste no fornecimento de Livros Didáticos para alunos e professores da Educação Infantil (Grupos 4 e 5) e do Ensino Fundamental (1º ao 9º Ano) desta Municipalidade; Assessoria Pedagógica para os gestores e educadores e acesso a um Portal de Educação na internet, que esteja vinculado ao livro didático, através de senhas individualizadas para alunos e professores e ainda um Sistema de Monitoramento Educacional.

DA VIGÊNCIA: 03/01/2011 a 31/12/2011

DO VALOR: R\$ 184.866,88 (cento e oitenta e quatro mil oitocentos e sessenta e seis reais e oitenta e oito centavos)

Data da assinatura: 03/01/2011

Contrato PMT 02/2011

CONTRATO N.º 02/2011

CONTRATANTE: MUNÍCIPIO DE TURVO/SC

CONTRATADO: WANDERLEI MACIEL

DO OBJETO: O contratado obriga-se por força deste contrato, a prestar os serviços de vigia todos os sábados, domingos e feriados no período diurno, na garagem e no prédio da prefeitura municipal durante o exercício de 2011.

DA VIGÊNCIA: 03/01/2011 a 31/12/2011

DO VALOR: R\$ 6.120,00 (seis mil cento e vinte reais)

Data da assinatura: 03/01/2011

Contrato PMT 03/2011

CONTRATO N.º 03/2011

CONTRATANTE: MUNÍCIPIO DE TURVO/SC

CONTRATADO: JOSE SEVERIANO DA SILVA

DO OBJETO: O CONTRATADO compromete-se a prestar serviços técnicos de orientação e supervisão nos serviços de mineração no âmbito do município de Turvo/SC, acompanhar processos de licenças ambientais e preencher relatórios necessários aos órgãos competentes, durante o exercício de 2011.

DA VIGÊNCIA: 03/01/2011 a 31/12/2011

DO VALOR: R\$ 7.950,00 (sete mil novecentos e cinquenta reais).

Data da assinatura: 03/01/2011

Contrato PMT 04/2011

CONTRATO N.º 04/2011

CONTRATANTE: MUNÍCIPIO DE TURVO/SC

CONTRATADO: ABEL OLIVO NETO

DO OBJETO: O objeto da locação é um pavilhão em alvenaria, com

área de 1.004 m² (um mil e quatro metros quadrados), localizada à rua Adolfo Casteller, 958, Linha Seminário, Turvo/SC, com a finalidade específica de funcionamento de uma filial da empresa beneficiária que o utilizará para recebimento e armazenamento temporário e fumo, pátio para depósito de insumos, depósito de agrotóxicos e uma área administrativa anexa, conforme Decreto nº 11/09 de 29/01/2009, que concede incentivo econômico, fundamentado no artigo 2º da Lei nº 623/85 de 12/09/1985, alterada pela Lei 1.624/03 de 05/08/2003 e alterada pela Lei nº 1.858/2007 de 18/09/2007.

DA VIGÊNCIA: 03/01/2011 a 31/12/2011

DO VALOR: R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais)

Data da assinatura: 03/01/2011

Contrato PMT 05/2011

CONTRATO N.º 05/2011

CONTRATANTE: MUNÍCIPIO DE TURVO/SC

CONTRATADO: EMPRESA MELHORAMENTOS DE TURVO LTDA

DO OBJETO: O objeto da locação é um imóvel com área de 400 m² (quatrocentos metros quadrados) de propriedade da LOCADORA, sito à Rua do Expedicionário nº 75, altos do Banco BESC S.A., nesta cidade, que será destinada exclusivamente para o funcionamento do Pólo de Ensino para Cursos de Graduação na Modalidade de Educação a Distância da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, conforme Lei Municipal nº 1.736/2005 e convênio.

DA VIGÊNCIA: 05/01/2011 a 31/12/2011

DO VALOR: R\$ 20.112,00 (vinte mil cento e doze reais).

Data da assinatura: 05/01/2011

Contrato PMT 06/2011

CONTRATO N.º 06/2011

CONTRATANTE: MUNÍCIPIO DE TURVO/SC

CONTRATADO: SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE TURVO

DO OBJETO: O objeto da locação de um imóvel com área de 234m² de propriedade do LOCADOR, sito à Rua Frei Gregório Dal Mont, 1412, altos do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Turvo, nesta cidade, que será destinado exclusivamente para o funcionamento do NAES (Núcleo Avançado de Ensino Supletivo).

DA VIGÊNCIA: 05/01/2011 a 31/12/2011

DO VALOR: R\$ 9.600,00 (nove mil e seiscentos reais).

Data da assinatura: 05/01/2011

Contrato PMT 07/2011

CONTRATO N.º 07/2011

CONTRATANTE: MUNÍCIPIO DE TURVO/SC

CONTRATADO: CLARINDA PIASSOLI TOPANOTTI

DO OBJETO: Locação de 01 imóvel constituído de 02 apartamentos com área de 78,55m² e 104,00m², respectivamente, totalizando 182,55m² - localizado na Rua Leoberto leal, 669 - centro - Turvo/SC, destinado exclusivamente para o funcionamento da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

DA VIGÊNCIA: 05/01/2011 a 31/12/2011

DO VALOR: R\$ 10.800,00 (dez mil e oitocentos reais).

Data da assinatura: 05/01/2011

Contrato PMT 08/2011

CONTRATO N.º 08/2011

CONTRATANTE: MUNÍCIPIO DE TURVO/SC

CONTRATADO: CLAUDEMIR DA SILVA MACHADO

DO OBJETO: O objeto da locação de 01 imóvel constituído uma área de 232,80m² - localizado na Rua Domingos Maragno esquina com a rua José Malgaressi, centro - Turvo/SC, destinado para o funcionamento da Creche C.E.I. Professora Maria das Dores

Cordeiro Angeloni
DA VIGÊNCIA: 05/01/2011 a 31/12/2011
DO VALOR: R\$ 12.000,00 (doze mil reais).
Data da assinatura: 05/02/2015

Contrato PMT 09/2011

CONTRATO N.º 09/2011
CONTRATANTE: MUNÍCIPIO DE TURVO/SC
CONTRATADO: JOANA MARIA BEZ BATTI
DO OBJETO: O objeto da locação é uma casa de alvenaria, própria para residência ou comércio, de propriedade da locadora, sito a Rua Frei Gregório Dal Mont, 931, no centro do município de Turvo/SC, que está destinado para o funcionamento do CRAS - Centro de Referência de Assistência Social do município de Turvo - SC.
DA VIGÊNCIA: 05/01/2011 a 31/12/2011
DO VALOR: R\$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais)
Data da assinatura: 05/01/2011

Contrato PMT 10/2011

CONTRATO N.º 10/2011
CONTRATANTE: MUNÍCIPIO DE TURVO/SC
CONTRATADO: CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL (CIGA)
DO OBJETO: Este contrato tem por objeto disciplinar a entrega de recursos pelo Município de Turvo ao CIGA para atendimento do objeto disciplinado no Contrato de Programa
DA VIGÊNCIA: 05/01/2011 a 31/12/2011
DO VALOR: R\$ 3.360,00 (três mil trezentos e sessenta reais).
Data da assinatura: 05/01/2011

Contrato PMT 11/2011

CONTRATO N.º 11/2011
CONTRATANTE: MUNÍCIPIO DE TURVO/SC
CONTRATADO: EDUARDO ROVARIS
DO OBJETO: O objeto é o assessoramento jurídico ao poder executivo na elaboração de contratos, pareceres nos processos de licitação, redação de Projetos de Lei e demais atos administrativos e assessoria jurídica em geral, na condição de advogado com capacidade profissional reconhecida no ramo de Direito Público interno e devidamente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil,
DA VIGÊNCIA: 12/01/2011 a 31/12/2011
DO VALOR: R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais).
Data da assinatura: 12/01/2011

Contrato PMT 12/2011

CONTRATO N.º 12/2011
CONTRATANTE: MUNÍCIPIO DE TURVO/SC
CONTRATADO: JOSÉ SIDNEI JANUARIO
DO OBJETO: Consiste o objeto em prestar assessoramento bem como executar os serviços na área de Licitações e Contrato com assessoramento na área financeira com capacidade profissional reconhecida no ramo de Contabilidade, Licitações, Contratos e Financeiro e devidamente inscrito no Conselho Regional de Contabilidade
DA VIGÊNCIA: 12/01/2011 a 31/12/2011
DO VALOR: R\$ 32.160,00 (trinta e dois mil cento e sessenta reais).
Data da assinatura: 12/01/2011

Contrato PMT 13/2011

CONTRATO N.º 13/2011
CONTRATANTE: MUNÍCIPIO DE TURVO/SC
CONTRATADO: ARNILDO STECKERT JÚNIOR

DO OBJETO: O objeto constitui em prestar assessoramento jurídico ao poder executivo, extrajudicialmente e judicialmente, acompanhando ações ajuizadas, ajuizando as que forem necessárias, mediante procurações com poderes expressos, bem como praticar todos os atos atinentes ao conhecimento científico na área das ciências jurídicas, na condição de advogado com capacidade profissional reconhecida no ramo de Direito Público interno e devidamente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil.

DA VIGÊNCIA: 12/01/2011 a 31/12/2011
DO VALOR: R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais).
Data da assinatura: 12/02/2012

Contrato PMT 14/2011

CONTRATO N.º 14/2011
CONTRATANTE: MUNÍCIPIO DE TURVO/SC
CONTRATADO: EDIANE DACOREGIO ROHLING
DO OBJETO: O objeto é a prestação dos serviços especializados de medicina veterinária para atendimento no município de Turvo no exercício de 2011.
DA VIGÊNCIA: 12/01/2011 a 31/12/2011
DO VALOR: R\$ 21.300,00, (vinte e um mil e trezentos reais).
Data da assinatura: 12/01/2011

Contrato PMT 15/2011

CONTRATO N.º 15/2011
CONTRATANTE: MUNÍCIPIO DE TURVO/SC
CONTRATADO: ANDRE SUPP MARTINS
DO OBJETO: O contratado obriga-se por força deste contrato a prestar serviço na área da engenharia civil para a prefeitura municipal de Turvo - SC.
DA VIGÊNCIA: 12/01/2011 a 31/12/2011
DO VALOR: R\$ 27.600,00 (vinte e sete mil e seiscentos reais).
Data da assinatura: 12/01/2011

Contrato PMT 16/2011

CONTRATO N.º 16/2011
CONTRATANTE: MUNÍCIPIO DE TURVO/SC
CONTRATADO: POSTO ROMANO LTDA
DO OBJETO: Constitui objeto do presente Contrato o fornecimento de 180.00 (cento e oitenta mil) litros de Óleo Diesel Comum e 40.000 (quarenta mil) litros de gasolina filtrada comum e 18.000 (dezoito mil) litros de Álcool Etílico Hidratado.
DA VIGÊNCIA: 21/01/2011 a 31/12/2011
DO VALOR: R\$ 480.540,00 (quatrocentos e oitenta mil quinhentos e quarenta reais).
Data da assinatura: 21/01/2011

Contrato PMT 17/2011

CONTRATO N.º 17/2011
CONTRATANTE: MUNÍCIPIO DE TURVO/SC
CONTRATADO: NEWCARD INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
DO OBJETO: O Objeto do presente contrato é a prestação de serviços de manutenção dos relógios pontos da Prefeitura Municipal de Turvo.
DA VIGÊNCIA: 21/01/2011 a 31/12/2011
DO VALOR: R\$ 2.475,00 (dois mil quatrocentos e setenta e cinco reais).
Data da assinatura: 21/01/2011

Contrato PMT 18/2011

CONTRATO N.º 18/2011
CONTRATANTE: MUNÍCIPIO DE TURVO/SC
CONTRATADO: LIDER PAVIMENTAÇÃO E TERRAPLANAGEM LTDA

- ME

DO OBJETO: O presente Contrato tem como Objetivo a contratação de empresa especializada para a recuperação da Malha Viária com colocação de seixo rolado em trechos das estradas municipais TVO 361, TVO 353, TVO 354, TVO 383 e a rua José Malgarezzi, no município de Turvo - SC,

DA VIGÊNCIA: 27/01/2010 a 27/04/2011

DO VALOR: R\$ 66.623,24 (sessenta e seis mil seiscentos e vinte e três reais vinte e quatro centavos).

Data da assinatura: 27/01/2011

Contrato PMT 19/2011

CONTRATO N.º 19/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TURVO/SC

CONTRATADO: LIDER PAVIMENTAÇÃO E TERRAPLANAGEM LTDA - ME

DO OBJETO: O Objeto do presente é a contratação de 400 (quatrocentas) horas de trator esteira de no mínimo de 18 toneladas, para Prestar serviços de terraplanagem em obras, terrenos públicos e aberturas de estradas, bem como em terrenos cfe. Lei de Incentivo a Implantação de novos aviários e construção de novos açudes para criação de peixes.

DA VIGÊNCIA: 27/01/2011 a 31/12/2011

DO VALOR: R\$ 74.000,00 (setenta e quatro mil reais).

Data da assinatura: 27/01/2011

Edital Proc Seletivo Simplificado 001/2011

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - Nº 001/2011-ESFs

O Município de Turvo-SC, torna público que se acham abertas às inscrições ao Processo Seletivo Simplificado para o preenchimento de vagas na área da Estratégia Saúde da Família - ESFs para os cargos de Médico, Enfermeiro, Odontológico, Técnico de Enfermagem e Agente Comunitário de Saúde.

Inscrições: As inscrições serão realizadas de 14 de março de 2011 a 25 de março de 2011, das 7:30 às 11:30 horas e das 13:30 às 17:00 horas, na Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal de Turvo, localizada na Rua Nereu Ramos, 588, Centro, Turvo-SC, com o preenchimento do Requerimento de Inscrição.

Prova Escrita: A prova será realizada no dia 03 de abril de 2011, das 8:00 às 11:00 horas, nas dependências do E.E.B. Jorge Schültz. Somente será admitida a entrada do candidato que comparecer até o horário estipulado e que estiver munido da Carteira de Identidade e do Requerimento de Inscrição.

O edital completo está afixado no mural e no site da Prefeitura Municipal de Turvo www.turvo.sc.gov.br.

Turvo(SC), 04 de março de 2011.

CECILIA LINO FERREIRA CONTI

Presidente da Comissão de Processo Seletivo Simplificado

Edital de Pavimentação Rua 101

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO
SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS

ORÇAMENTO PAVIMENTAÇÃO DE LAJOTA : RUA Nº. 101

ÁREA DA PAVIMENTAÇÃO=m² 929,00

LARGURA DA RUA = m 9,00

CUSTOS TOTAIS:

	unid.	preço	Quant.	Total
Serviços Iniciais				R\$ 3.787,00
Drenagem				R\$ 1.260,63
Pavimentação				R\$ 47.273,10
Pintura				R\$ 485,46
Serviços Complementares				R\$ 396,62
Total da Obra				R\$ 53.202,81
Avanço sobre Ruas (exclusivo prefeitura)				R\$ 1.145,38
Total para rateio entre os moradores				R\$ 52.057,43

VALOR GLOBAL PARA RATEIO (A+C):	909,00	R\$ 52.057,43
--	---------------	----------------------

PROPRIETÁRIOS	comprim. frontal (m)	% do contribuinte	valor por m²	Contribuinte (R\$)
---------------	-------------------------	----------------------	--------------	-------------------------

(Lado Leste)

Bernardo Casagrande	27,00	33,33%	57,27	4.638,78
Andreia Vitto Magagnin	14,53	33,33%	57,27	2.496,35
Andreia Vitto Magagnin	14,53	33,33%	57,27	2.496,35
Adriana Vitto Mota	14,53	33,33%	57,27	2.496,35
Andrei e Heloisa Vitto	14,53	33,33%	57,27	2.496,35
Adair Nunes	14,00	33,33%	57,27	2.405,29
Prefeitura	1,88	33,33%	57,27	323,00
Total lado Oeste	101,00			17.352,48

(Lado Oeste)

Iria Angeloni Carlessi	101,00	33,33%	57,27	17.352,48
Total lado Leste	101,00			17.352,48

Prefeitura	101,00	33,33%	57,27	17.352,48
------------	--------	--------	-------	-----------

VALOR PARA RATEIO:		R\$ 52.057,43
(+) AVANÇO DE PASSEIO/CRUZAM.:**	unid. M²	R\$ 1.145,38
Rua Angelo Andrea Scarabelot	20,00	R\$ 1.145,38
VALOR TOTAL DA OBRA:		R\$ 53.202,81

Videira

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº 9.647/11

DECRETO Nº 9.647/11, DE 02 DE MARÇO DE 2011.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 2.479/11 de 16 de fevereiro de 2011.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, crédito adicional no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

16 - Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS	
01 - Fundo Municipal de Assistência Social	
2.072 - Assistência a Criança e ao Adolescente	
3.3.50.00.00.00.00.00.0.3.0000.0 - Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos	1.000,00
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES	1.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do superávit financeiro do exercício anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 02 de março de 2011.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 02 dias do mês de março de 2011.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Decreto Nº 9.648/11

DECRETO Nº 9.648/11, DE 02 DE MARÇO DE 2011.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 2.491/11, de 23 de fevereiro de 2011.

DECRETA

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial suplementar no valor de R\$ 86.050,00 (oitenta e seis mil e cinquenta reais), no orçamento vigente, da Prefeitura Municipal de Videira, com a seguinte dotação orçamentária:

09 - Secretaria Municipal de Infraestrutura	
01 - Departamento de Obras e Serviços Urbanos	
2.047 - Manutenção da Iluminação Pública	
3.1.71.00.00.00.00.00.01.0000.0 - Aplicações Diretas	3.320,00
3.3.71.00.00.00.00.00.01.0000.0 - Aplicações Diretas	82.730,00
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES	86.050,00

Art. 2º O recurso para abertura do crédito especial de que trata o artigo anterior, correrá pela anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

09 - Secretaria Municipal de Infraestrutura	
01 - Departamento de Obras e Serviços Urbanos	
2.047 - Manutenção da Iluminação Pública	
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.0 - Aplicações Diretas	86.050,00
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES	86.050,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 02 de março de 2011.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 02 dias do mês de março de 2011.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Portaria Nº 0146/11

PORTARIA nº 0146/11

Exonera, a pedido, Servidor Público

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XIII, da Lei Orgânica do Município e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 983/11 e a comunicação interna, datada de 28/02/11, do Departamento Pessoal,

RESOLVE

Exonerar, a pedido, IRACILDA SETTI, do cargo de provimento efetivo de Agente Operacional Especializado (Auxiliar de Enfermagem), nível CE-04, admitida pela Portaria nº 1272/1998.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 1º de março de 2011.

Videira, 28 de fevereiro de 2011.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 28 dias do mês de fevereiro de 2011.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Portaria Nº 0150/11

PORTARIA nº 0150/11

Designa o servidor público Marcos Demartini, para promover a venda, em leilão, dos bens inservíveis autorizada pela Lei Municipal nº 2.480/2011

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 53 da Lei nº 8.666/93,

RESOLVE

Cometer ao servidor público MARCOS DEMARTINI, a promoção da

venda, em leilão, dos bens públicos inservíveis, autorizada pela Lei Municipal nº 2.480/2011, de 16 de fevereiro de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 02 de março de 2011.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 02 dias do mês de março de 2011.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Portaria Nº 0151/11

PORTARIA nº 0151/11
Concede Licença Sem Vencimentos

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 108 da Lei Complementar nº 007/97 e alterações e, à vista do que consta no Processo Administrativo nº 860/11,

RESOLVE

Art. 1º Conceder, a pedido, Licença Sem Vencimentos, pelo prazo de até 2 (dois) anos, a FLAVIA GONSALVES DE MENESES ARALDI, Auxiliar de Serviços Gerais, E-PE-SGE-I, a partir de 03 de março de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 03 de março de 2011.

Videira, 02 de março de 2011.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 02 dias do mês de março de 2011.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Portaria Nº 0152/11

PORTARIA nº 0152/11
Concede Licença Prêmio

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 102 do Estatuto dos Servidores Públicos e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 889/11

RESOLVE

Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a LUCIANE SZYGALSKI, Professor, MG04, de 14 de abril de 2011 até 14 de julho de 2011, referente ao quinquênio de 11 de fevereiro de 1994 até 10 de fevereiro de 1999.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 14 de abril de 2011.

Videira, 02 de março de 2011.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 02 dias do mês de março de 2011.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Portaria Nº 0153/11

PORTARIA nº 0153/11
Concede Licença Prêmio

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 102 do Estatuto dos Servidores Públicos e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 894/11

RESOLVE

Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a JAQUELINE LUZIA TURKOT, Professor, MG02, de 07 de novembro de 2011 até 07 de fevereiro de 2012, referente ao quinquênio de 15 de fevereiro de 1996 até 14 de fevereiro de 2001.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 07 de novembro de 2011.

Videira, 02 de março de 2011.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 02 dias do mês de março de 2011.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Portaria Nº 0154/11

PORTARIA nº 0154/11
Concede Licença Prêmio

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 102 do Estatuto dos Servidores Públicos e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 966/11

RESOLVE

Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a DIRLEI INVITTI DEFILTRO, Professor, MG03, de 15 de abril de 2011 até 15 de julho de 2011, referente ao quinquênio de 1º de abril de 2003 até 31 de março de 2010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 15 de abril de 2011.

Videira, 02 de março de 2011.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 02 dias do mês de março de 2011.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL
Secretário de Administração

Portaria Nº 0155/11

PORTARIA nº 0155/11

Interrompe gozo de férias de servidor que especifica

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 83 da Lei Complementar nº 007/97,

RESOLVE

Interromper, para fins de interesse público, a partir do dia 1º de março de 2011 a 20 de março de 2011, o gozo de férias da servidora NERCI DE LARA, ocupante do cargo efetivo de Agente de Serviços Gerais I, referente ao período aquisitivo de 10 de abril de 2010 a 09 de abril de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de março de 2011.

Videira, 02 de março de 2011.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 02 dias do mês de março de 2011.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL
Secretário de Administração

PR 50/2011 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 50/2011 - PMV

O Prefeito Municipal torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 50/2011. 1. OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL, CONES DE SINALIZAÇÃO E VASSOURÃO, PARA USO DOS SERVIDORES QUE ATUAM NAS SECRETARIAS DE INFRAESTRUTURA E AGRICULTURA. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. CREDENCIAMENTO: a partir das 15:00 horas do dia 01 de Abril de 2011, na Avenida Manoel Roque, nº 188, Videira/SC. 4. ABERTURA: às 15:15 horas do mesmo dia. 5. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital completo está disponível no site www.videira.sc.gov.br ou no Departamento de Licitações, no horário das 08:00 às 11:45 e das 13:30 às 17:45. 6. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9034/3566-9012.

Videira/SC, 04 de Março de 2011.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Pregão Presencial Nº 49/2011 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 49/2011 - PMV

O Prefeito Municipal torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 49/2011. 1. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA PARA RETÍFICA E REVISÃO COMPLETA DO MOTOR DO ROLO COMPRESSOR,

FROTA 175, DE USO DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA. 2. TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE. 3. CREDENCIAMENTO: a partir das 14:00 horas do dia 01 de Abril de 2011, na Avenida Manoel Roque, nº 188, Videira/SC. 4. ABERTURA: às 14:15 horas do mesmo dia. 5. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital completo está disponível no site www.videira.sc.gov.br ou no Departamento de Licitações, no horário das 08:00 às 11:45 e das 13:30 às 17:45. 6. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9034/3566-9012.

Videira/SC, 04 de Março de 2011.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Edital 002 / 2.011 - EDU

EDITAL 002 / 2.011 - EDU

Dispõe sobre as inscrições para o Programa de Concessão de Bolsas de Estudo a alunos carentes, prevista na Lei Municipal nº. 2.487/2.011.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO comunica que se encontram abertas as inscrições para o Programa de Concessão de Bolsas de Estudo para alunos carentes, de acordo com os critérios abaixo.

1. DOS CANDIDATOS E DAS INSCRIÇÕES

1.1 Os interessados (ou seu representante legal) deverão retirar o formulário de inscrição na Secretaria Municipal de Educação, na Rua Saul Brandalise, 519, Centro ou imprimir através dos sites www.videira.sc.gov.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br, e devolvê-lo devidamente preenchido no mesmo local no horário das 8h00min às 11h00min e das 13h30min às 17h00min. O prazo de retirada e entrega dos formulários dar-se-á de 14/03/2.011 à 18/03/2.011.

1.2 O Programa Municipal de Concessão de Bolsas de Estudos é destinada a estudantes carentes, que estejam cursando o Ensino Profissionalizante e o Ensino Superior, que residam no Município de Videira e estudem em instituições particulares de ensino regular, localizadas em Videira ou municípios vizinhos num raio de 100 Km (cem quilômetros) da cidade de Videira. (art. 1º da Lei 2.487/11);

1.2.1 Terão preferência na concessão do benefício de Bolsa de Estudo, estudantes carentes e/ou portadores de deficiência física. (art. 8º, da Lei 2.487/11);

1.2.2 A condição de carente do estudante, será determinada pela Comissão Especial;

1.3 O formulário de inscrição deverá ser preenchido em todos os campos, acompanhado dos documentos solicitados. A solicitação da bolsa poderá ser indeferida por falta de documentação ou preenchimento incompleto e incorreto do formulário, não cabendo nestes casos recurso.

1.3.1 Documentos a serem apresentados juntamente com o formulário de inscrição:

- 01 Foto 3x4;
- Cópia da Carteira de Identidade e CPF do solicitante e dos membros do grupo familiar;
- Cópia Certidão de casamento e de nascimento dos filhos;
- Cópia da declaração de imposto de renda do solicitante e dos membros do grupo familiar ou isenção;
- Cópia do comprovante de renda do solicitante e dos membros do grupo familiar (último mês);
- Em caso de desemprego trazer a cópia da carteira de trabalho

com registro de baixa e/ ou comprovante do seguro desemprego;

- Cópia dos comprovantes de despesas mensal: energia elétrica, água, telefone, aluguel e transporte escolar de todos os membros da família (último mês);
- Cópia do pagamento da própria mensalidade escolar e dos membros do grupo familiar que estudam (último mês);
- Cópia do Atestado de óbito (se órfão) e comprovante de separação (se for o caso);
- Caso de doença crônica no grupo familiar (comprovante);

TODOS OS DOCUMENTOS DEVERÃO SER ENTREGUES JUNTO COM O FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO, EM ENVELOPE LACRADO À SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ATÉ O DIA 18/03/2.011, SENDO ABERTO SOMENTE PELA COMISSÃO DE ANÁLISE DE CONCESSÃO E SELEÇÃO, PORTANTO O SOLICITANTE É RESPONSÁVEL PELA FALTA DE QUALQUER DOCUMENTO.

1.3.2 Para os portadores de deficiência física é ainda necessário apresentar os seguintes documentos:

- Laudo médico que comprove a deficiência;
- Declaração, sob as penas da Lei, de que não recebe benefício semelhante de qualquer outra fonte (art. 8º, Parágrafo Único, Lei nº 2.487/11).

2. DO VALOR DO AUXÍLIO:

2.1 O valor integral a ser rateado entre os classificados é o constante no Orçamento Anual do Município (Proj/ Ativ. 2.040 - BOLSAS DE ESTUDO - Ativ. 3.3.90. 00.00.00.00.00.0.1.0000.0) no montante de R\$ 352.000,00 (Trezentos e cinquenta e dois mil reais);

2.1.1 O valor destinado a cada classificado será fixado pela Comissão de Análise, levando-se em conta o grau de carência do solicitante e a disponibilidade dos recursos orçados;

2.1.2 O valor destinado a cada classificado será pago diretamente ao Estabelecimento de Ensino conforme artigo 5º da Lei nº 2.487/11;

3. DA COMISSÃO DE ANÁLISE

3.1 A comissão de análise e seleção é constituída conforme Lei Municipal nº 2.487/11 - art 3º, sendo os seguintes membros:

- Um representante da Secretaria Municipal de Educação;
- Um representante da Câmara de Vereadores;
- Um representante do CDL (Clube de Dirigentes Lojistas de Videira);
- Um representante da Associação Comercial de Videira;
- Três nomes de livre escolha do Chefe do Executivo Municipal;
- Um representante de um dos sindicatos legalmente constituídos, e instalados no Município;
- Um assistente social representante da Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social.

3.2 Cabe à comissão de análise e seleção a definição dos critérios para averiguação da situação socioeconômica do estudante solicitante e de sua família (art. 3º, Parágrafo único, Lei nº 2.487/11).

4. DA DIVULGAÇÃO DOS SELECIONADOS

4.1 A listagem dos selecionados para o Programa de Bolsas de Estudo será afixada no Mural da Prefeitura Municipal, na Secretaria Municipal de Educação e no site oficial do Município: www.videira.sc.gov.br e no órgão oficial de publicação do Município: www.diariomunicipal.sc.gov.br e, posteriormente, encaminhada aos estabelecimentos de ensino, para ampla divulgação do resultado da seleção;

4.2 Juntamente com a lista dos selecionados, será divulgada uma

lista com até 50 (cinquenta) nomes excedentes, que poderão receber o benefício em caso de desistência dos estudos de algum dos selecionados, durante o transcurso do ano letivo de 2.011.

5. DISPOSIÇÕES GERAIS

5.1 As dúvidas e/ ou omissões acerca do processo de seleção serão dirimidas pela comissão de análise e seleção, de acordo com o disposto na legislação pertinente;

5.2 A qualquer tempo, no transcurso do ano letivo de 2.011, o aluno beneficiado poderá ser convocado a prestar esclarecimento à comissão de análise e seleção sobre os dados que informou no formulário de inscrição ao Programa de Bolsas de Estudo;

5.3 O interessado, que se julgar prejudicado no processo de seleção, poderá solicitar revisão do seu pedido, por meio de requerimento, no prazo de até 04 (quatro) dias úteis a contar da publicação do resultado da seleção.

Videira, 03 de Março de 2011.

ROBERTO MARASCHIN PRIMO
Secretário Municipal de Educação

Formulário de solicitação de Bolsa de Estudo

Identificação	
Aluno (a):	
Curso:	Fase/Série:
Instituição de Ensino:	
Endereço Residencial:	Bairro:
Cidade:	Telefone:
Pedido de Concessão de Bolsa de Estudo: () Novo () Renovação	

Identificação dos Pais ou Responsáveis	
Nome do Pai:	
Local de Trabalho:	
Nome da Mãe:	
Local de Trabalho:	
Pais Separados: () Sim () Não	

Quadro de Composição Familiar
Colocar primeiro o nome do candidato(a).
Neste quadro deve constar todas as pessoas que moram com o(a) candidato(a), inclusive crianças.

Nome Completo	Parentesco	Idade	Profissão	Estado Civil	Escolaridade	Renda Bruta mensal

Renda Total Familiar

Anexar cópia de comprovante do boletim de desempenho ou declaração da instituição que comprove a aprovação nas disciplinas do último semestre ano 2009

Imóvel ou Moradia		
Anexar cópia do comprovante		
() Próprio	() Alugado	Financiado
() Cedido	R\$	R\$

Veículos	
Anexar cópia do comprovante	

Marca/Modelo	Ano de Fabricação	Comercial	Passeio

Pessoas da família que estudam em outras escolas particulares
Anexar cópia do comprovante

Nome	Escola	Valor Parcela R\$

Condições de Saúde			
Anexar cópia do comprovante			

Há alguém na família que está em tratamento médico: () Sim () Não

Faz uso contínuo de medicamento: () Sim () Não Qual:

Há caso de doenças crônicas na família como: pulmonares, renais, câncer, sanguíneas, AIDS, neurológicas, (epilepsia), cardíacas, outras. () Sim () Não

Total gasto com medicamentos no mês:

Pessoa com Deficiência
Anexar cópia do comprovante
Há caso de pessoas na família com deficiência física, mental, sensorial (auditiva, visual), múltipla etc... () Sim () Não

Despesas Mensais Básicas			
Anexar cópia dos comprovantes			
Despesa	Valor	Despesa	Valor
Mensalidade do solicitante		Transporte do solicitante	
Mensalidade dos membros da família		Transportes dos membros da família	
Água			
Luz		Telefone	
Total das despesas			

Declaro, sob as penas da lei, serem verdadeiros os dados fornecidos neste formulário e idôneos os documentos que o acompanham, declarando-me, ainda, ciente de que a falsidade ou divergência nas informações acarretará o indeferimento sumário do pedido ou a suspensão do benefício, caso tenha sido concedido.

Local e Data: _____
CPF: _____ RG: _____

Assinatura do candidato ou responsável legal

Edital de Convocação Nº 020/2011 - Processo Seletivo Nº 011/2.009

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 020/2011
PROCESSO SELETIVO Nº 011/2.009

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que fica convocada a candidata abaixo relacionado para comparecer no Departamento de Expediente, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir as funções do cargo para o qual foi classificada no Processo Seletivo nº 011/2009:

CONVOCADO	CARGO
1. Patricia Zimmermann	Ag.Técnico Administrativo

O convocado deverá apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, os seguintes documentos:

- Exame Médico Admissional (Agendar no DP - 3566 9045)
- Carteira de Trabalho com Nº PIS/PASEP;
- Uma foto 3x4;
- Cópia de Comprovante de Residência e número de telefone se tiver;
- Cópias de: Carteira de Identidade frente e verso; CPF; Título de Eleitor; Certificado de Reservista para candidatos do sexo masculino e tipo sanguíneo;
- Cópia de Certidão de nascimento ou casamento;
- Cópia de Certidão de nascimentos dos filhos menores de 14 anos;
- Se tiver dependentes para fins de Imposto de Renda, anexar declaração com nome e data de nascimento;
- Cópia do Certificado de Conclusão de Escolaridade exigido para o cargo;
- Declaração firmando termo de responsabilidade de que ao tomar posse não está acumulando cargos de acordo com o Art. 37, item XVI, da Constituição Federal, e não ter sofrido no exercício de função pública as penalidades previstas em Lei;
- Declaração de Bens;
- Convocação para contratação de acordo com processo seletivo para o cargo.

Videira, 03 de Março de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

CÂMARA DE VEREADORES

Portaria Nº 003/2011

Exonera JULIANE COLLE WARTHA da Função Gratificada criada através da Resolução nº 001/2009.

A mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores de Videira, no uso das suas atribuições, RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar JULIANE COLLE WARTHA, servidora ocupante de Cargo de Provimento Efetivo de Contador da Prefeitura Municipal, da função Gratificada Símbolo FG - 3, a partir de 28 de fevereiro de 2011.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Videira, 28 de fevereiro de 2011.

CLARIMAR R. BETTONI EDGAR A. SERAFINI

Presidente Vice-Presidente

MARIA ENEIDA FURLIN DRESCH

1ª Secretária

Portaria Nº 004/2011

PORTARIA Nº 004/2011

Nomeia Comissão Permanente de Avaliação de Desempenho do Estágio Probatório:

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Videira, Clarimar Raimundo Bettoni, no uso das suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear a Vereadora Maria Eneida Furlin Dresch, ocupante do cargo de 1ª Secretária, o servidor Alnei Moriggi, ocupante da função de Assessor Administrativo e a servidora Rose Angela Bertolin, ocupante da função de Diretora Legislativa, para em conjunto, constituírem a Comissão Especial de Avaliação de Desempenho

de Estágio Probatório dos Servidores Efetivos, sob a presidência da primeira citada.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

Sala das Sessões, 28 de fevereiro de 2011.

CLARIMAR RAIMUNDO BETTONI

Presidente

MARIA ENEIDA FURLIN DRESCH

1ª Secretária

